

**RELATÓRIO
DE
GESTÃO
2007**

Março 2008

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**

Relatório de Gestão do Exercício de 2007

Em cumprimento à Instrução Normativa nº 47, de 27 de outubro de 2004, do Tribunal de Contas da União, que estabelece normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas, apresentamos o Relatório de Gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, referente às atividades realizadas no exercício financeiro de 2007.

Brasília, 31 de março de 2008.

Luiz Fernando de Almeida
Presidente do Iphan

Presidente do Iphan

Luiz Fernando de Almeida

Departamento de Planejamento e Administração

Maria Emília Nascimento Santos

Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização

Dalmo Vieira Filho

Departamento de Patrimônio Imaterial

Márcia Genésia de Sant'Anna

Departamento de Museus e Centros Culturais

José do Nascimento Júnior

Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural

Luiz Philippe Peres Torelly

Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência

Lia Motta

Coordenação de Planejamento, Orçamento e Finanças

Fernando César de Vasconcelos Azeredo

Chefe da Divisão de Planejamento e Projetos

Luís Alberto de Carvalho Caldas

1ª Superintendência Regional – Amazonas/Roraima

Superintendente: Bepi Sarto Neves Cyrino

2ª Superintendência Regional – Pará/Amapá

Superintendente: Maria Dorotéa de Lima

3ª Superintendência Regional – Maranhão

Superintendente: Kátia Santos Bogéa

4ª Superintendência Regional – Ceará

Superintendente-interino: Olga Paiva

5ª Superintendência Regional – Pernambuco

Superintendente: Frederico Faria Neves Almeida

6ª Superintendência Regional – Rio de Janeiro

Superintendente: Carlos Fernando de Souza Leão Andrade

7ª Superintendência Regional – Bahia

Superintendente-interino: Leonardo Falangola Martins

8ª Superintendência Regional – Sergipe

Superintendente: Eliane Maria S. Fonseca Carvalho

9ª Superintendência Regional – São Paulo

Superintendente: Victor Hugo Mori

10ª Superintendência Regional – Paraná

Superintendente: José La Pastina Filho

11ª Superintendência Regional – Santa Catarina

Superintendente-substituto: Ulisses Munarim

12ª Superintendência Regional – Rio Grande do Sul

Superintendente: Ana Lúcia Goelzer Meira

13ª Superintendência Regional – Minas Gerais

Superintendente: Leonardo Barreto de Oliveira

14ª Superintendência Regional – Goiás/Tocantins/Mato Grosso

Superintendente: Salma Saddi Waress de Paiva

15ª Superintendência Regional – Distrito Federal

Superintendente: Alfredo Gastal

16ª Superintendência Regional – Rondônia/Acre

Superintendente: Alberto Bertagna

17ª Superintendência Regional – Alagoas

Superintendente-interino: Mário Aloísio Barreto Melo

18ª Superintendência Regional – Mato Grosso do Sul

Superintendente: Maria Margareth E. Ribas Lima

19ª Superintendência Regional – Piauí

Superintendente: Diva Maria Freire Figueiredo

20ª Superintendência Regional – Rio Grande do Norte/Paraíba

Superintendente: Eliane de Castro Machado Freire

21ª Superintendência Regional – Espírito Santo

Superintendente: Tereza Carolina Frota de Abreu

Museu Nacional de Belas Artes: Mônica Figueiredo Braunschweiger Xexéo

Museu Histórico Nacional - Vera Lúcia Bottrel Tostes

Museu Imperial –Maria de Lourdes P. Horta

Museu da República: Magaly de Oliveira Cabral Santos

Museu Villa-Lobos: Turíbio Soares Santos

Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya : Vera Maria Abreu de Alencar

Museu da Inconfidência: Rui Mourão

Museu Lasar Segall : Denise Grinspum

Museu de Biologia Professor Mello Leitão: Hélio de Queiroz Boudet Fernandes

Centro Nacional de Cultura Popular: Cláudia Márcia Ferreira

Paço Imperial: Lauro Augusto de P. Cavalcanti

Sítio Roberto Burle Marx: Robério Dias

SUMÁRIO

1. Identificação da Unidade	08
2. Responsabilidades Institucionais	13
a. -Dimensões da Cultura.....	13
b. – Caracterização do Campo Cultural Brasileiro	14
2.2.1. Problemas de acesso ao patrimônio cultural	14
2.2.2. Importância Econômica	16
2.2.3. Campo de trabalho crescente e complexo	17
2.2.4. Fragmentação institucional	18
2.3. Caracterização do Iphan.....	20
3. Estratégias de Atuação	25
3.1. Ampliar o acesso às políticas do patrimônio pela população em geral	25
3.2. Promover a articulação das políticas de preservação com as demais políticas públicas	27
3.3. Ampliar a descentralização da gestão do Patrimônio Cultural	28
3.4. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, por meio de iniciativas de preservação do Patrimônio Cultural	31
3.5. Promover o fortalecimento institucional	31
4. Gestão de Programas e Ações	34
4.1. Programas	34
4.1.1. Programa 0167 – Brasil Patrimônio Cultural	36
4.1.1.1. Principais ações do Programa	41
4.1.1.2. Gestão das Ações.....	41
4.1.1.2.1. Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	41
4.1.1.2.1.1. Dados Gerais.....	41
4.1.1.2.1.2. Resultados.....	42
4.1.1.2.2. Ação 4793 - Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	44
4.1.1.2.2.1. Dados Gerais	44
4.1.1.2.2.2. Resultados.....	44
4.1.1.2.3. Ação 6628 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	47

4.1.1.2.3.1. Dados Gerais	47
4.1.1.2.3.2. Resultados	47
4.1.1.2.4. Considerações Gerais.....	49
4.1.2. Programa 0171 – Museu, Memória e Cidadania.....	53
4.1.2.1. Principais Ações do Programa	55
4.1.2.2. Gestão das Ações	55
4.1.2.2.1. Ação 1612 - Modernização de Museus	55
4.1.2.2.1.1. Dados Gerais.....	55
4.1.2.2.1.2. Resultados	56
4.1.2.2.2. Ação 2838 – Fomento a Projetos na Área Museológica	61
4.1.2.2.2.1. Dados Gerais	61
4.1.2.2.2.2. Resultados.....	62
4.1.2.2.3. Ação 8207 – Capacitação de Profissionais de Museus	62
4.1.2.2.3.1. Dados Gerais.....	62
4.1.2.2.3.2. Resultados	63
4.1.2.4. Considerações Gerais	65
5. Desempenho Operacional	67
5.1. Indicadores Programa Brasil Patrimônio Cultural em 2007.....	67
5.1.1. – Os indicadores do Brasil Patrimônio Cultural.....	67
5.1.1.1 – Índice de Preservação do Patrimônio Material [IPPM].....	67
5.1.1.2 - Número de Registros de Bens Culturais de Natureza	
Imaterial.....	67
5.1.1.3. Avaliação	68
5.2. Meia-vida orçamentária	69
5.3. Quantidade de projetos de pequeno porte	72
5.3.1. Impacto da distribuição dos projetos sobre as operações do Iphan	73
5.3.2. Implicações da distribuição dos Planos de Ação sobre a Política Pública.....	74
5.3.2.1. Projetos pequenos em geral são semi-improvisados - Apenas projetos maiores são capazes de absorver custos de planejamento.....	75
5.3.2.2. Apenas projetos maiores têm massa crítica de investimento capaz de gerar impacto local perceptível	75
5.3.2.3. Projetos pequenos em geral não são adequadamente avaliados.....	76
5.3.2.4. Projetos pequenos conferem pouca visibilidade social e política ao IPHAN	76
5.3.3 – Considerações Finais	76
5.4. Relação Atividade meio/atividade fim.....	77
5.5. Análise da distribuição Regional do Programa Brasil Patrimônio Cultural.....	79
5.6. Atividades das Unidades descentralizadas	82

5.6.1. Execução Orçamentária por Unidade descentralizada	82
5.6.1.2- Considerações Finais.....	83
5.6.2. Detalhamento de Projetos e Resultados.....	85
6. Previdência Complementar patrocinada.....	149
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal	150
8. Operações de Fundos	151
9. Conteúdos específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins (Conforme anexo ou grupo de Unidades afins (Conforme anexos II e X da NT-TCU-85/2007).....	152
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais	152
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios e outras irregularidades	153
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item i- 1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	154
Anexo D - Recomendações do órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do anexo II da DN-TCU-85/2007).....	169
Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no exercício (conforme item I- 1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).....	209
Anexo F - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (conforme item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007) (incluída pela portaria CGU n°328/2008)	221
Anexo G - Resultados em outras unidades jurisdicionadas executoras dos programas sob responsabilidade do Iphan.....	222
Bibliografia	226

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo da unidade e sigla: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan

Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo

Vinculação Ministerial: Ministério da Cultura

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:

1. Lei nº378 de 13 de janeiro de 1937, que dava nova organização ao então Ministério da Educação e Saúde Pública
2. Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937: está é a mais importante norma existente para a preservação do patrimônio histórico brasileiro, uma vez que:
 - organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (ementa);
 - conceitua o patrimônio histórico e artístico nacional como o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (art. 1º);
 - cria o instituto do tombamento e define seus efeitos (capítulos II e III); e
 - estabelece penalidades (artigos 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 27 e 28).
3. Código Penal Brasileiro:
 - define como crime contra o patrimônio (Parte Especial, Título II, Capítulo IV):
 - destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico (art. 165); e
 - alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei (art. 166).
4. Lei 3.924/61 (Lei da Arqueologia):
 - dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos (ementa);
 - estabelece que os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público (art. 1º);
 - define o que são monumentos arqueológicos ou pré-históricos (art. 2º);
 - determina como serão realizadas as escavações arqueológicas (capítulos II e III);
 - estabelece penalidades (artigos 4º, 5º, 12, 19, 21, 25 e 29).
5. Decreto 80.978/77:
 - promulga a convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, realizada na cidade de Paris, em 23 de novembro de 1972, que teve por objetivo adotar novas disposições convencionais que estabelecessem um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional.
6. Portaria Sphan (atual Iphan) 10, de 10 de setembro de 1986:
 - determina os procedimentos a serem observados nos processos de aprovação de projetos a serem executados em bens tombados pelo Iphan ou nas áreas de seus respectivos entornos (art. 1º);

- exige expressa aprovação do Iphan para a execução de quaisquer obras de construção ou reconstrução nas áreas constituídas por bens tombados ou integrantes de seus respectivos entornos (artigos 2º e 3º);
 - determina que as prefeituras municipais, nos casos em que é exigido o licenciamento municipal, enviem previamente os pedidos formulados pelos requerentes à Superintendência Regional do Iphan para análise e aprovação dos projetos (§ 2º do art. 2º).
7. Constituição Federal de 1988:
- estabelece que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural (art. 5º, LXXIII);
 - determina que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (art. 23):
 - i. proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e os sítios arqueológicos (inciso III); e
 - ii. impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural (inciso IV);
 - institui que compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre (art. 24):
 - i. proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico (inciso VII); e
 - ii. responsabilidade por dano a bens e direitos de valor artístico, histórico e paisagístico (inciso VIII);
 - imputa aos municípios a competência para promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (art. 30, inciso IX);
 - define o que constitui o patrimônio cultural brasileiro (art. 216), dentre o qual se incluem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico e arqueológico (inciso V);
 - estabelece que a proteção do patrimônio cultural brasileiro será promovida pelo poder público, com a colaboração da comunidade, por meio de inventários, tombamentos, registros, dentre outras formas de acautelamento e preservação (art. 216, § 1º);
 - prevê que os danos e as ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei (art. 216, § 4º).
8. Lei 8.029/90 – Lei de criação do Iphan
9. Decreto 5.040/04: Identificação e principais competências.

De acordo com o Decreto 5.040/04, o Iphan é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, com sede em Brasília-DF, que tem por finalidade institucional proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro e exercer as competências estabelecidas na legislação específica. Suas ações são realizadas com o apoio das comunidades, dos governos municipais e estaduais e do Ministério Público.

Além dessas competências, o decreto estabelece as seguintes atribuições ao Iphan:

- coordenar a execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura;
- desenvolver estudos e pesquisas, visando a geração e incorporação de metodologias, normas e procedimentos para preservação do patrimônio cultural; e

- promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a conservação, a preservação, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural, exercendo o poder de polícia administrativa para a proteção deste patrimônio.

9.1 Estrutura organizacional:

Em termos organizacionais, o Iphan está estruturado da seguinte forma:

- Órgãos colegiados:
 - o Diretoria; e
 - o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural;
- Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;
- Órgãos seccionais:
 - o Procuradoria Federal;
 - o Auditoria Interna; e
 - o Departamento de Planejamento e Administração;
- Órgãos específicos singulares:
 - o Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização;
 - o Departamento do Patrimônio Imaterial;
 - o Departamento de Museus e Centros Culturais;
 - o Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural; e
 - o Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência;
- Órgãos descentralizados:
 - o Unidades Especiais: Museus e Centros Culturais; e
 - o Superintendências Regionais.

9.2 Estrutura administrativa:

As ações do Iphan se desenvolvem por intermédio da seguinte estrutura administrativa:

- Administração Central;
- 21 Superintendências Regionais;
- 6 sub-regionais;
- 9 museus;
- 3 unidades especiais:
 - o Paço Imperial-RJ;
 - o Sítio Burle Marx-RJ; e
 - o Centro Nacional de Cultura Popular;
- 17 museus regionais;
- 27 escritórios técnicos;
- Palácio Gustavo Capanema.

CNPJ: 264740560001-71

Nome e Código no SIAFI: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 20411

Código da Unidade Juridicionada [UJ] titular do relatório: 60190 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – MINC

Código das Unidades Juridicionadas abrangidas:

CÓDIGO UJ	NOME
8667	IPHAN 1A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - MANAUS

8666	IPHAN 2A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - BELEM
8665	IPHAN 3A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - SAO LUIZ
8664	IPHAN 4A. SUPERINTEND. REGIONAL - FORTALEZA
8663	IPHAN 5A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - RECIFE
8662	IPHAN 6A. SUPERINTEND REGIONAL - R.DE JANEIRO
8661	IPHAN 7A. SUPERINTEND. REGIONAL - SALVADOR
8660	IPHAN 8A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - ARACAJU
8659	IPHAN 9A. SUPERINTEND. REGIONAL - SAO PAULO
8658	IPHAN 10A. SUPERINTEND. REGIONAL - CURITIBA
8657	IPHAN 11A. SUPERINTEND REGIONAL-FLORIANOPOLIS
8656	IPHAN 12A. SUPERINTEND REGIONAL-PORTO ALEGRE
8655	IPHAN 13A. SUPERINTEND. REGIONAL B.HORIZONTE
8654	IPHAN 14A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL-GOIANIA
8653	MUSEU IMPERIAL – PETROPOLIS
8652	MUSEU HISTORICO NACIONAL - RIO DE JANEIRO
8651	MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES -RIO DE JANEIRO
8650	MUSEU DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO
8649	MUSEU DA INCONFIDENCIA - OURO PRETO
8648	MUSEU LASAR SEGALL - SAO PAULO
8647	MUSEU VILLA-LOBOS - RIO DE JANEIRO
8645	PACO IMPERIAL - RIO DE JANEIRO
8644	SITIO ROBERTO BURLE MARX
8641	PALACIO GUSTAVO CAPANEMA

Endereço completo da sede:

SBN Quadra 2, Ed. Central Brasília, 6º andar – Brasília – DF – CEP: 70040-904.

Tel.: (61) 3414-6254, 3414-6280

Endereço da página institucional na *internet* :<http://www.iphan.gov.br>

Situação da Unidade quanto ao funcionamento: em funcionamento

Função de governo predominante: Cultura

Tipo de Atividade: Preservação do Patrimônio Cultural

Unidades gestoras utilizadas no SIAFI:

CÓDIGO UG	NOME
343001	IPHAN 1A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - MANAUS
343002	IPHAN 2A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - BELEM
343003	IPHAN 3A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - SAO LUIZ
343004	IPHAN 4A. SUPERINTEND. REGIONAL - FORTALEZA
343005	IPHAN 5A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - RECIFE
343006	IPHAN 6A. SUPERINTEND REGIONAL - R.DE JANEIRO

343007	IPHAN 7A. SUPERINTEND. REGIONAL - SALVADOR
343008	IPHAN 8A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - ARACAJU
343009	IPHAN 9A. SUPERINTEND. REGIONAL - SAO PAULO
343010	IPHAN 10A. SUPERINTEND. REGIONAL - CURITIBA
343011	IPHAN 11A. SUPERINTEND REGIONAL-FLORIANOPOLIS
343012	IPHAN 12A. SUPERINTEND REGIONAL-PORTO ALEGRE
343013	IPHAN 13A. SUPERINTEND. REGIONAL B.HORIZONTE
343014	IPHAN 14A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL-GOIANIA
343015	MUSEU IMPERIAL - PETROPOLIS
343016	MUSEU HISTORICO NACIONAL - RIO DE JANEIRO
343017	MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES -RIO DE JANEIRO
343018	MUSEU DA REPUBLICA - RIO DE JANEIRO
343019	MUSEU DA INCONFIDENCIA - OURO PRETO
343020	MUSEU LASAR SEGALL - SAO PAULO
343021	MUSEU VILLA-LOBOS - RIO DE JANEIRO
343022	MUSEU CASTRO MAIA - RIO DE JANEIRO
343023	PACO IMPERIAL - RIO DE JANEIRO
343024	SITIO ROBERTO BURLE MARX
343026	IPHAN
343027	MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITAO
343028	PALACIO GUSTAVO CAPANEMA
343029	15ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL
343030	CENTRO NACIONAL DE CULTURA POPULAR
343031	COORDENACAO GERAL DE RECURSOS HUMANOS
343032	20A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/PB
343033	21A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/ES
343034	18A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/MS
343035	17A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/AL
343036	19A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/PI
343037	16A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/RO
403101	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL

|

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1. DIMENSÕES DA CULTURA

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan tem priorizado o desenho e o desenvolvimento de suas políticas, alinhadas com as Estratégias do Governo Federal e em particular do Ministério da Cultura - MinC, ao qual é vinculado. Para isso, além de garantir a consecução de suas obrigações constitucionais tem priorizado, desde 2003, a construção e a implementação de políticas duradouras para a área do patrimônio. Esse esforço tem por finalidade substituir ações descontinuas e de difícil articulação por iniciativas sedimentadas em uma orientação pública de longo prazo em favor da salvaguarda e acautelamento do patrimônio cultural brasileiro.

A produção cultural em tempos globalizados propicia o enraizamento, no plano local, de sentidos globais de lugar, marcados pelas idiosincrasias brasileiras. Isto faz do Brasil um dos maiores celeiros da diversidade cultural da Humanidade. No entanto, tais sentidos construídos pelo e para o mercado interagem com as representações de nós mesmos e com as práticas sociais a elas associadas pelos grupos sociais, modificando aspectos da organização social e dos valores enraizados pelos mesmos. Neste sentido, realidades de diferentes escalas, assim como tessituras étnicas e sociais diversas, tendem a se entrecruzar tornando as questões culturais locais indissociáveis da dinâmica sócio-econômica e política em todas as suas dimensões.

É neste contexto que o Ministério da Cultura vem conformando a sua atuação e o Iphan se afirmando como órgão responsável pela preservação e coordenação das políticas de preservação do patrimônio, com vistas a fomentar o respeito à diversidade cultural, ao fortalecimento do sentido de pertencimento a um grupo social, contribuindo ainda com o desenvolvimento educacional, econômico e social. E por não contar com volume significativo de recursos em seu orçamento, tanto o MinC quanto o Iphan, tiveram que priorizar sua atuação, sem deixar de contemplar os segmentos culturais tradicionais e, ainda, abranger diversos segmentos que cresciam à margem dos investimentos públicos, como os relacionados com as culturas tradicionais e outros.

A nova diretriz do MinC baseou-se em uma concepção mais ampliada de Cultura, considerando-a em suas três dimensões: 1) enquanto produção simbólica (foco na valorização da diversidade, das expressões e dos valores culturais); 2) enquanto direito e cidadania (foco nas ações de inclusão social por meio da Cultura); e 3) enquanto Economia (foco na geração de empregos e renda e no fortalecimento de cadeias produtivas e regulação). Essas dimensões passaram a nortear a ação do MinC, como tripé fundamental para o desenvolvimento das novas políticas culturais sob sua responsabilidade.

Na dimensão simbólica, o conceito de Cultura é ampliado, de conjunto de formas tradicionais das belas-artes para o sentido antropológico do termo. Segundo a UNESCO [definição de Monticault, 1982], cultura é: *“o conjunto de características distintas espirituais e materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abarca além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”*. [apud SANTOS, 2001].

Na dimensão econômica, reconhece-se a importância atual da Cultura com geradora de emprego e renda. O mercado fonográfico brasileiro, por exemplo, é o sétimo do mundo: vende 97,1 milhões de unidades e seu faturamento anual é em torno de R\$ 1,3 bilhão. Segundo a Câmara Brasileira do Livro, o mercado editorial faturou cerca de R\$ 2 bilhões em 2000 (334 milhões de unidades vendidas, sem

considerar a pirataria, que é imensa). O Brasil é um exportador de bens culturais na música e no setor audiovisual. Esse último movimentou de US\$ 8 bilhões a 10 bilhões ao ano, tendo exportado em 2001, aproximadamente US\$ 58 milhões [BRASIL, 2007a]. Além disso, se lembrarmos que praticamente todo o turismo brasileiro é motivado pela atração de belezas naturais e/ou de riquezas culturais, é fácil perceber que uma parcela significativa do PIB turístico [faturamento de hotéis, restaurantes, agências de viagens etc.] é, na realidade, fruto da preservação do patrimônio cultural.

Quanto à dimensão de cidadania, é preciso perceber que os bens culturais são úteis para proporcionar informação e entretenimento, mas também para posicionar socialmente as pessoas umas em relação às outras. Nesse último sentido, os bens culturais remetem a processos de integração e exclusão social; referem-se a processos institucionais de reconhecimento e valorização de expressões culturais diversas. Também se relacionam com a cidadania, ao expressarem o direito de acesso a informações úteis.

Portanto, alinhado à orientação do Ministério no sentido de conformar-se a uma política cultural com orientação de Estado, o Iphan passa a priorizar políticas estáveis, construídas de forma compartilhada, articuladas com outros atores e sustentáveis, por meio do desenvolvimento de novos projetos e instrumentos de preservação, geradores de resultados, sentidos diretamente pelos cidadãos.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO CULTURAL BRASILEIRO

2.2.1. Problemas de acesso ao patrimônio cultural

CONSUMO

As políticas culturais estão legalmente fundamentadas no direito à cultura, estabelecido na Constituição Federal de 1988¹. No entanto, o acesso aos bens culturais é ainda muito desigual. Apenas 13% dos brasileiros freqüentam cinema alguma vez por ano; 92% dos brasileiros nunca freqüentaram museus; 93,4% dos brasileiros jamais freqüentaram alguma exposição de arte; 78% dos brasileiros nunca assistiram a espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar; 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população [BRASIL, 2007c].

A análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares mostra que, apesar de a cultura participar de forma relevante dos gastos familiares tanto nas famílias de alta quanto nas de baixa renda, é predominantemente consumida pelas classes médias de alto poder aquisitivo e educação (os 10% mais ricos são responsáveis por aproximadamente 40% do consumo cultural).

Embora se refira à demanda, essa pesquisa está relacionada com a acessibilidade de recursos, de equipamentos e com a disponibilidade de renda. Assim, as regiões metropolitanas concentram 41% do consumo cultural e respondem por parcela importante da dinâmica de consumo nas grandes regiões.

¹ Constituição Federal de 1988, artigo 215: "O Estado garantirá a todos, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional [...]".

TABELA 01
Dispêndios Culturais por Região

Região	R\$ (Bilhão)	%
Norte	1,32	4
Nordeste	4,66	15
Sudeste	18,82	59
Sul	5,17	16
Centro-Oeste	1,98	6
Brasil	31,95	100

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares/IBGE
(POF 2002/2003).

DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Essa desigualdade espacial está bem representada na análise da oferta de equipamentos culturais municipais. Como demonstram as tabelas 02 e 03, 91% dos municípios brasileiros não têm cinemas, 79% não têm teatro ou sala de espetáculos, 78% não têm museus. Fica evidente também a escassez mais acentuada desses equipamentos nas regiões norte e centro-oeste do Brasil.

TABELA 02
Número de municípios, Total e com existência de equipamentos culturais.
[valores absolutos]

Grandes Regiões	Municípios com existência de equipamentos culturais						
	Total	Bibliotecas públicas	Museus	Teatro ou salas de espetáculos	Centro cultural	Estádios ou ginásios poliesportivos	Cinemas
Norte	449	379	40	65	108	289	25
Nordeste	1.793	1.530	260	305	360	1.258	60
Sudeste	1.668	1.546	426	472	473	1.490	268
Sul	1.188	1.077	429	274	354	1.106	97
Centro-Oeste	466	423	64	65	83	441	32
Brasil	5.564	4.955	1.219	1.181	1.378	4.584	482

Fonte: IBGE,

2006

TABELA 03
Número de municípios, Total e com existência de equipamentos culturais.
[percentual]

Grandes Regiões	Municípios com existência de equipamentos culturais						
	Total	Bibliotecas públicas	Museus	Teatro ou salas de espetáculos	Centro cultural	Com estádios ou ginásios poliesportivos	Cinemas
Norte	449	84%	9%	14%	24%	64%	6%
Nordeste	1.793	85%	15%	17%	20%	70%	3%
Sudeste	1.668	93%	26%	28%	28%	89%	16%
Sul	1.188	91%	36%	23%	30%	93%	8%
Centro-Oeste	466	91%	14%	14%	18%	95%	7%
Brasil	5.564	89%	22%	21%	25%	82%	9%

Essa distribuição irregular da oferta desses equipamentos revela as desigualdades no esforço e na capacidade de alocação de recursos financeiros municipais. A capacidade financeira desigual torna a oferta de bens culturais por meio do financiamento público acessível a poucos municípios, concentrados nas capitais e regiões metropolitanas mais pujantes economicamente.

2.2.2. Importância Econômica

Outro aspecto fundamental do setor cultural, atualmente, é a sua capacidade de gerar desenvolvimento econômico, quer por meio do fortalecimento da atividade turística, quer por meio das indústrias do entretenimento, das atividades artesanais etc. A média brasileira de despesa mensal com cultura por família é de 4,4% do total de rendimentos, acima da educação (3,5%), ocupando a 6ª posição dos gastos mensais da família brasileira [BRASIL, 2007c].

São muitos os exemplos de atividades relacionadas à cultura responsáveis por parcela significativa da produção econômica em diversas localidades. No Ceará, por exemplo, arranjos produtivos locais [APL] ligados ao artesanato, empregam grande parte da população: A cidade de Jaguaruana [29.735 hab.] conta com 252 produtores de redes artesanais, empregando diretamente cerca de 1.000 trabalhadores; a cidade de Itaiçaba [6.576 hab.] tem 380 produtores de artesanato de palha e a cidade de Irauçuba [19.563 hab.] tem 800 produtores de artesanato [bordados]; entre outros [AMARAL et al., 2003, p.88]. Outro exemplo, entre muitos que poderiam ser citados, é o Arranjo Produtivo Local de Música na cidade de

Conservatória/RJ, identificado pelo Instituto de Economia da UFRJ, sendo atualmente pesquisado no RedeSist².

Recentemente, análises do IPEA, baseadas em dados do IBGE, demonstraram que a importância das atividades culturais no mercado de trabalho global é grande, que a dinâmica é desigual entre as regiões e que os setores culturais se concentram onde há maior densidade econômica. De acordo com esses dados, em 2002, os dispêndios culturais atingiram R\$ 31,9 bilhões, aproximadamente 2,4% do PIB [BRASIL, 2007b, p.24].

Os dados do mercado de trabalho mostram a concentração dos empregos culturais na região Sudeste, no Rio Janeiro e em São Paulo, mas também apontam que os diversos segmentos da cultura têm dinamismo fora desse eixo, o que pode ser potencializado com políticas ativas. Por outro lado, mostra-se que os setores culturais, apesar de proclamarem valores de promoção da diversidade, convivem com forte discriminação étnica e de gênero, além de possuírem um grau elevado de informalidade [BRASIL, 2007b, p.12].

Dessa maneira, políticas de universalização da cultura devem estar preocupadas com a alocação criteriosa de recursos para desenvolver e proporcionar condições de dinamização das economias. Além disso, fica evidente, que nesta perspectiva não bastam os conhecimentos técnicos relacionados à Arte, à História, à Arquitetura, à Antropologia, é preciso desenvolver conhecimentos relacionados também à Economia, ao Marketing, à Logística, ao Planejamento.

Não se trata mais simplesmente do Estado fazendo o papel de patrocinador das artes, de mecenas [embora esse também seja um papel importante, em muitos casos], trata-se da possibilidade de intervenção sistemática para a criação de ocupações e geração de renda relacionada às atividades culturais, levando ao desenvolvimento de regiões menos dinâmicas economicamente.

A prática demonstra que a efetiva salvaguarda de um bem do patrimônio cultural exige uma preocupação com a sua sustentabilidade. Em alguns casos, como no artesanato, a manutenção da atividade cultural envolve a necessidade de produtores conseguirem comercializar o produto. No caso do patrimônio edificado, mesmo que o poder público restaure o bem, a sua manutenção costuma ser cara, necessitando de parcerias [um ocupante adequado, um patrocinador etc.] que o mantenham³.

Esta nova perspectiva sobre o papel do governo na área da cultura exige uma abordagem realmente multidisciplinar, acrescentando às qualificações habitualmente mais valorizadas nas instituições culturais, qualificações em Economia, Administração, Gestão de Políticas Públicas. Técnicos com tais qualificações atuando em áreas finalísticas dos órgãos ligados à cultura são raros, e o Iphan não é exceção.

2.2.3. Campo de trabalho crescente e complexo

² Verificar: [<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>] => Atividades => Mapa de APLs

³ Quanto a isso, são esclarecedoras as declarações de Thierry Terrier, vice-ministro do Turismo da França, no terceiro dia do Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável, em Salvador: "Ter um palácio como Versailles em seu território pode ser uma grande vantagem, mas também pode ser um grande desastre", afirmou Thierry Terrier, vice-ministro do Turismo da França. O palácio, um dos maiores do mundo, recebe cerca de 50 mil visitantes por dia. Mas, quando se termina a manutenção de um dos lados do seu teto, já é preciso recomeçar o processo do outro lado. No interior da construção, os trabalhos de restauração também precisam ser permanentes. Pouco tempo depois do final da construção do Palácio de Versailles, no século XVII, muitos franceses já falavam em derrubá-lo, devido aos custos altíssimos de sua manutenção.

O patrimônio cultural é formado por monumentos, conjuntos de edifícios históricos, sítios históricos, acervos documentais, etc. A característica comum a todos esses bens são a sua extrema heterogeneidade, não-reprodutibilidade e ausência de substitutos. Um relatório de 1998 da ICOMOS/UNESCO lembra que:

“A heterogeneidade é reforçada pelo caráter singular de cada monumento: há vários castelos ao longo do Loire, mas cada um deles é único. O patrimônio cultural construído como definimos anteriormente nunca, portanto, terá o caráter homogêneo de uma commodity da economia clássica. De onde surge a dificuldade de extrapolar quaisquer resultados de análises: o que é verdadeiro para um monumento em particular não é necessariamente válido para outro” (OST e VAN DROOGENBROECK, 1998, p.15).

Os bens do patrimônio variam desde palácios a casebres, de fortes a casas de fazenda, de trechos de ferrovia a documentos oficiais, de cartas particulares de personagens históricos a obras de arte, de mobiliário a técnicas artesanais. Materiais, técnicas construtivas, técnicas de restauração, fatores de deterioração, visibilidade política, acessibilidade, legislação relacionada, aliados ou adversários na preservação, etc, variam enormemente de um bem para outro.

Mesmo no caso de monumentos aparentemente semelhantes, uma análise mais minuciosa pode revelar diferenças fundamentais. Eles podem ter sido declarados patrimônio cultural com base em valores distintos: o valor a ser preservado, portanto, será diferente em cada caso.

Além disso, a preservação de bens semelhantes à primeira vista pode enfrentar desafios muito diferentes dependendo da sua localização, dos interesses (turísticos, imobiliários, urbanísticos etc.) relacionados a cada bem, das condições econômicas, das condições climáticas, das mudanças políticas, etc.

A complexidade do campo da preservação do patrimônio cultural cresceu ainda mais em função da ampliação do conceito de cultura, abarcando não apenas os bens culturais de natureza material, mas também as diversas outras formas de expressão do povo brasileiro. Segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 216:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Tais condições tornam difícil a elaboração de planos gerais para a gestão do patrimônio cultural. A generalização é mais difícil na cultura, do que em outras áreas de política pública. Igualmente difícil é a criação de um conjunto conciso de indicadores globais relevantes – uma espécie de “painel de controle” da cultura.

2.2.4. Fragmentação institucional

As instituições federais enfrentam problemas estruturais relacionados à escassez de recursos e à forte fragmentação de suas ações, que limitam seu potencial de atuação sistêmica e restringem o seu campo de ação. São grandes as dificuldades de coordenação das ações entre órgãos da Cultura e outros ministérios – como o Ministério do Turismo, o do Desenvolvimento, o das Cidades etc. – cujos objetivos e

interesses têm, em muitos casos, áreas de intersecção evidentes. É igualmente precária a coordenação entre as ações das três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Em que pese a carência de dados sobre a cultura e as dificuldades de padronização de procedimentos e avaliação de resultados, inerentes à extraordinária heterogeneidade do seu campo de trabalho, a falta de coordenação entre instituições está fortemente relacionada à incapacidade de explicitar claramente objetivos e prioridades; e de planejar a médio e longo prazos. O desconhecimento dos planos das outras entidades governamentais⁴ torna inviável o ajuste mútuo ou a cooperação em grande escala.

Como a atuação dessa esfera de governo é estratégica para a consolidação de políticas públicas culturais abrangentes e universais, as suas dificuldades se tornam dificuldades de todas as instituições culturais. Em geral, embora grande parte dos funcionários do MinC seja altamente qualificada nos temas técnicos, relacionados à cultura, falta à maioria, a capacitação administrativa, necessária para o planejamento, controle e avaliação de políticas públicas.

As dificuldades também são evidentes na limitada e desigual distribuição de recursos federais, sejam eles orçamentários ou provenientes dos incentivos fiscais. Basicamente, esses recursos chegam a poucos municípios, não seguem diretrizes coerentes de alocação e nem estão integrados a objetivos políticos claramente enunciados.

Na tabela 04, abaixo, são apresentados os gastos [empenho] na sub-função patrimônio cultural, nas três esferas de governo, no exercício de 2006 [Iphan, 2007, p.13-14]. É fácil perceber uma expressiva concentração dos recursos totais nas regiões Nordeste e Sudeste.

TABELA 04
Execução orçamentária da União, Estados e Municípios, em R\$,
na subfunção Patrimônio Cultural, em 2006⁵

Região	União	%	Estados	%	Municípios	%	Total	%
Centro-Oeste	6.843.200,00	42,15	6.487.453,27	39,96	2.903.344,50	17,88	16.233.997,77	100
Nordeste	30.823.500,00	43,05	17.395.137,14	24,30	23.374.479,51	32,65	71.593.116,65	100
Norte	6.360.600,00	27,98	13.503.459,66	59,40	2.868.227,25	12,62	22.732.286,91	100
Sudeste	45.707.800,00	36,66	28.798.373,27	23,10	50.160.687,20	40,24	124.666.860,47	100
Sul	9.280.200,00	35,41	9.000,00	0,03	16.915.979,55	64,55	26.205.179,55	100
Total	99.015.300,00	37,87	66.193.423,34	25,32	96.222.718,01	36,81	261.431.441,35	100

Na tabela 05 são apresentados os recursos totais empenhados na sub-função patrimônio cultural, em 2006, classificados por executora do gasto. Uma vez que há pouca coordenação entre órgãos governamentais, fica clara a fragmentação do gasto. Os recursos dos Estados estão divididos entre 27 unidades federativas; os recursos gastos pelos municípios estão distribuídos entre mais de 5 mil unidades

⁴ Muitas vezes, a falta de reflexão sobre as prioridades da própria instituição.

⁵ Deve-se perceber que os valores executados pela União no Exterior e com abrangência Nacional foram excluídos dessa tabela.

municipais. Na área federal, a coesão é um pouco maior devido ao fato do presidente do Iphan ser também coordenador do Programa Monumenta, responsável pela maior parte dos recursos do MINC, executados fora do Iphan.

TABELA 05
Origem dos recursos investidos na preservação do Patrimônio Cultural,
em 2006, em R\$ mil

Instituição	Empenhado	%
IPHAN (BPC+MMC)	53.889,00	13%
MINC (exceto IPHAN)	60.754,00	14%
Outros órgãos Federais	9.352,14	2%
Estados	66.193,42	16%
Municípios	96.222,72	23%
Mecenato	139.225,94	33%
Total	425.637,22	100%

A fragmentação fica ainda mais evidente, contudo, quando se percebe que a maior fonte isolada de financiamento, na sub-função patrimônio cultural, tem sido o Mecenato [captação de recursos via Lei Rouanet]. Embora esses recursos sejam públicos [pois, uma vez que derivam de renúncia fiscal, equivalem a dinheiro de impostos], o MINC e o Iphan têm pouco controle sobre a seleção de projetos e regiões a serem beneficiadas. Nas palavras do Ministro Gilberto Gil:

*“Em vez de ter uma política cultural para o país, [o governo] simplesmente entregou essa tarefa ao mercado, aos departamentos de comunicação e marketing das empresas, pela via dos incentivos fiscais. E assim chegamos a uma situação absurda: a política cultural passou a ser pensada e executada não pelo Ministério da Cultura, mas por comunicólogos e marketeiros voltados para atender aos interesses particulares de suas empresas. Por essa lógica, a cultura e suas criações só adquiriam relevância caso pudessem vir a reforçar a imagem corporativa das empresas”.*⁶

Embora o MINC e o Iphan nos últimos anos tenham envidado esforços para reverter essa situação, de forma a ganharem mais controle sobre a destinação dos recursos de renúncia fiscal, obtidos por meio da Lei Rouanet, a pouca capacidade de interferência do poder público ainda é uma realidade do setor cultural brasileiro.

2.3. CARACTERIZAÇÃO DO IPHAN

O Iphan é a autarquia pública federal que tem como missão preservar o patrimônio cultural brasileiro⁷. A Instituição celebrou em 2007, 70 anos. Realiza suas ações com o apoio das comunidades, dos governos municipais e estaduais e do Ministério Público, dentre outros. Estão sob a tutela da instituição, inscritos em seus Livros de Tombo [vide tabela 06, abaixo], 1.026 bens, sendo que destes, 83 são conjuntos urbanos, como cidades, bairros, ruas e praças, compostos por cerca de 20 mil imóveis.

Nos Livros de Registro, encontram-se inscritos onze bens patrimoniais de natureza imaterial: a Arte Kusiwa, pintura corporal e arte gráfica dos índios Wajãpi, no Amapá;

⁶ “Cultura no Governo Lula: uma visão estratégica do MINC”. Discurso do ministro Gilberto Gil no Seminário Cultura XXI, 20 de março de 2003, Fortaleza, Ceará.

⁷ Em 2007, o Iphan completou 70 anos de existência.

o Ofício das Paneleiras do Distrito de Goiabeiras, no estado do Espírito Santo; o Samba de Roda no Recôncavo Baiano; o Círio de Nazaré, celebração religiosa de Belém do Pará; a Viola-de-Cocho, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; o Ofício da Baiana de Acarajé; o Jongo, antiga manifestação cultural de comunidades afro-brasileiras do Sudeste do país; a Cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas; o Frevo, forma de expressão musical, coreográfica e poética enraizada em Recife e Olinda, no estado de Pernambuco; o Tambor de Crioula do Maranhão e as matrizes do Samba do Rio de Janeiro – samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo. O Brasil tem, declarados pela Unesco como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, a Arte Kusiwa, desde 2002, e o Samba de Roda no Recôncavo Baiano, desde 2005.

TABELA 06

Bens culturais inscritos no Livro do Tombo por Unidade da Federação

UF	Coleções e Acervos	Sítios Tombados	Edificações	Infra Estrutura e Equipamen-to	Jardins Históricos e Parques	Paisagens	Ruínas	Sítios Urbanos	Coleções e Acervos	Objetos e Bens Integrados	Total de Bens Inscritos nos Livros do Tombo
MA		1	10				2	6		1	20
CE	1		13	1	1	0		4			20
PE			72		1		2	4	1	1	81
BA			150	3		5	1	9		7	175
SE			23					2			25
AL			6			1	1	2			10
PI		1	5	1							7
PB		1	19				1				21
RN			9				1			4	14
PR	2		12					1			15
SC	1	1	15	1	1			2		1	22
RS	1		24	2			5	3	2	1	38
ES			12							2	14
RJ	1		162	13	6	12		13	4	9	220
SP		1	54				2	3	5	9	74
MG		1	162	16		1	1	13	3	7	204
AM			4								4
PA	1		18		1			5			25
AP			1								1
RO			1								1
TO								1			1
GO			15					6		1	22
MT			3				1	1			5
DF			2					1		1	4
MS			1			1		1			3
	7	6	793	37	10	20	17	77	15	44	1026

Fonte: COPEDOC/RJ

Estão ainda sob a proteção legal do Iphan, cerca de 12.517 sítios arqueológicos cadastrados, 250 mil objetos museológicos, extensa documentação arquivística e bibliográfica, além de registros fotográficos, cinematográficos e videográficos, sob a guarda de suas diversas unidades.

Os acervos bibliográficos e arquivísticos, base das informações sobre o patrimônio cultural, encontram-se depositados em 31 bibliotecas e 35 arquivos, contendo aproximadamente 850 mil livros e documentos bibliográficos, além de 3.400 metros lineares de documentos textuais. Entre os arquivos destaca-se o Noronha Santos, no Rio de Janeiro, guardião de valioso acervo e cuja origem remonta à criação do Serviço do Patrimônio; é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno de bens tombados e de saída de obras de arte do país, assim como pela emissão de certidão para efeito de prova e inscrição dos bens nos Livros do Tombo.

Destaca-se também o Arquivo Aloísio Magalhães, em Brasília, cujo acervo iconográfico é constituído pelas ações de referenciamento cultural dos antigos

Centros Nacional de Referência Cultural e Fundação Nacional Pró-Memória. Este acervo possui 13.200 fotografias em papel; 29.300 negativos (35mm), 8.700 slides e 14.367 contatos.

É da responsabilidade do Governo Brasileiro, por meio do Iphan e do Ibama, a preservação dos 17 bens culturais e naturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. São eles: cidade histórica de Ouro Preto/MG (1980); centro histórico de Olinda/PE (1982); ruínas jesuítico-guarani, de São Miguel das Missões/RS (1983); centro histórico de Salvador/BA (1985); Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo/MG (1985); Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu/PR (1986); Plano Piloto de Brasília/DF (1987); Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato/PI (1991); Centro Histórico de São Luís do Maranhão/MA (1997); Centro Histórico da Cidade de Diamantina/MG (1999); Mata Atlântica - Reservas do Sudeste SP/PR (1999); Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica BA/ES (1999); Parque Nacional do Jaú/AM (2000); Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal - MS/MT (2000); Centro Histórico da Cidade de Goiás/GO (2001); Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas/GO (2001); e Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha/PE e Atol das Rocas/RN (2001).

As ações de rotina, relacionadas ao patrimônio cultural sob proteção federal, empreendidas no Iphan, compreendem vistorias, visitas técnicas e a fiscalização de núcleos históricos tombados e seu entorno, de sítios arqueológicos e de bens culturais móveis e imóveis [vide tabela 07, abaixo]; mais de duas mil análises de processos e aprovação de projetos; emissão de autorizações, notificações e embargos; acompanhamento da execução de intervenções e projetos; adoção de medidas legais em caso de furto ou dano de bens tombados; cerca de 776 análises e emissões de pareceres técnicos para o Programa Nacional de Apoio à Cultura/Pronac⁸, do Ministério da Cultura; autorização para circulação e comercialização de bens culturais; elaboração de instruções de tombamento, de inventários, de laudos técnicos e de relatórios; análise de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental - Eia-Rima - de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio cultural brasileiro, além de emissão de pareceres sobre relatórios produzidos por outras instituições, entre outras atividades.

Na tabela 07, pode ser observado o volume de atividades fiscalizadoras de cada unidade do Iphan.

⁸ 535 projetos de mecenato e 241 projetos do Fundo Nacional de Cultura [FNC].

TABELA 07
Inspeções Técnicas e Fiscalizações em
2007, por superintendência.

UNIDADES/MÊS	TOTAL
1ª SR/AM/RR	166
2ª SR/PA/AP	128
3ª SR/MA	2.419
4ª SR/CE	215
5ª SR/PE	855
6ª SR/RJ	719
7ª SR/BA	1.050
8ª SR/SE	174
9ª SR/SP	230
10ª SR/PR	89
11ª SR/SC	135
12ª SR/RS	33
13ª SR/MG	164
14ª SR/GO/MT/TO	1.008
15ª SR/DF	81
16ª SR/RO/AC	221
17ª SR/AL	168
18ª SR/MS	59
19ª SR/PI	62
20ª SR/PB/RN	187
21ª SR/ES	52
TOTAL	8.215

Dados fornecidos pelas Unidades Iphan

Apesar das inúmeras dificuldades relacionadas com a carência de pessoal, aproximadamente 1500 servidores e infra-estrutura insuficiente e dispersa no território na busca de preservar o patrimônio cultural brasileiro, premido por tantas circunstâncias, o Iphan se empenha na realização de suas tarefas imprescindíveis, sob pena de perder a respeitabilidade que obteve ao longo de sua trajetória institucional, tanto em nível nacional quanto internacional. Essas tarefas vêm sendo executadas por seus técnicos longe das condições mínimas ideais, dificultando a capacidade de resposta institucional às demandas apresentadas.

Notícia: 70 anos do Iphan

A celebração dos 70 anos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) contou com a presença do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e foi marcada com muito samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo, pois na ocasião foi divulgada a proclamação do Samba Carioca como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. O evento aconteceu no dia 29 de novembro (de 2007) no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro.

Em seu discurso, o Presidente Lula lembrou que o Palácio Gustavo Capanema - considerado um marco da arquitetura moderna brasileira - foi projetado por uma equipe de grandes profissionais, entre eles o arquiteto Oscar Niemeyer, também homenageado durante a cerimônia. Para o Ministro da Cultura Gilberto Gil, a homenagem aos 70 anos do Iphan representa exercitar vivamente a memória e fazer do rito de lembrar o passado um momento de projeção para o futuro.

O presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, destacou em seu pronunciamento algumas ações realizadas pelo Iphan ao longo da sua história: "São mais de 20 mil edifícios em 83 conjuntos urbanos tombados, mais de 12 mil sítios arqueológicos e centenas de milhares de obras de artes e documentos sobre a proteção do estado brasileiro". Ressaltou ainda que os recursos recebidos pela instituição nos últimos quatro anos foram ampliados em mais de 100%, permitindo alargar as ações e ampliar a percepção da preservação do patrimônio cultural como um direito de todos. "O Iphan tem se dedicado com afinco a esse novo percurso de apresentar e valorizar manifestações de séculos de histórias e de criação, que são indispensáveis para a compreensão da diversidade que o país abriga", afirmou. [fonte: COGEPROM/DF]

|

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

Desde maio de 2007, a Diretoria do Iphan, composta pelos diretores e dirigentes das demais unidades descentralizadas, vem discutindo os problemas e oportunidades com que provavelmente a organização se defrontará ao longo dos próximos anos no desempenho de sua missão institucional. Além disso, foram avaliadas, alternativas de ação para o órgão.

A partir do resgate das discussões estratégicas encaminhadas nos últimos anos formalizou-se um conjunto de objetivos estratégicos. Por um lado, este conjunto de objetivos representa o direcionamento pretendido pela cúpula estratégica do Iphan, nos últimos anos. Alguns objetivos tendo sido mais realizados do que outros. Por outro lado, trata-se também de uma direção que em muitos aspectos se mantém válida ainda hoje, dado o caráter de função de Estado que o Instituto exerce.

A lista de objetivos estratégicos é a que segue:

- Ampliar o acesso às políticas de patrimônio pela população em geral.
- Ampliar a descentralização da gestão do Patrimônio Cultural.
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, por meio de iniciativas de preservação do Patrimônio Cultural.
- Promover a articulação das políticas de preservação intra e intergovernamentais com as demais políticas públicas.
- Promover o fortalecimento institucional.

Em seguida, será apresentado, em maior nível de detalhe, cada objetivo considerado pela cúpula estratégica da organização como fator crítico de sucesso para o desempenho da missão constitucional do órgão.

3.1. Ampliar o acesso às políticas do patrimônio pela população em geral

Pode-se observar, nos últimos anos, um sensível redirecionamento da atividade do Iphan com o objetivo de tornar o universo do patrimônio realmente representativo da diversidade cultural brasileira, dando maior atenção às manifestações culturais de grupos menos contemplados na política pública do patrimônio, como grupos indígenas e comunidades negras tradicionais.

O ano de 2002 foi fundamental nesse redirecionamento, uma vez que nele foi dado à utilização do Registro como instrumento de acautelamento do patrimônio cultural imaterial. Nesse ano, foram inscritos no Livro de Registro dos Saberes e no de Registro das Formas de Expressão, respectivamente, o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras e a arte Kusiwa - Linguagem e Arte Gráfica Wajãpi.

A política de acautelamento de bens materiais do patrimônio cultural também foi marcada por essa tendência. Tombamentos como o do Quilombo Ambrósio: documentação e remanescentes [Ibiá, MG], do Acervo do Museu de Imagens do Inconsciente no Rio de Janeiro [RJ] e do Terreiro de Candomblé do Bate-Folha, Salvador [BA] são exemplos desse novo direcionamento.

As políticas de acautelamento das últimas décadas privilegiaram os bens culturais ligados à arquitetura colonial, concentrando por isso a responsabilidade legal do Iphan a uma parte restrita do território brasileiro – essencialmente Minas Gerais e o litoral das regiões Sudeste e Nordeste. Tal concentração, obviamente, gerou uma oferta desigual de projetos e equipamentos culturais entre as diversas regiões do país.

O redirecionamento da política de acautelamento é fundamental, portanto, para a democratização do acesso às políticas públicas na área do patrimônio cultural.

Ser por um lado a ampliação da diversidade de público e da distribuição geográfica dos bens culturais reconhecidos é um fundamental para a correção de distorções regionais e desigualdades de acesso, por outro, gera uma série de novas dificuldades para o órgão executor. Entre elas, encontram-se dificuldades de transporte, uma vez que os técnicos de Iphan precisam cobrir um maior espaço territorial, muitas vezes tendo de se dirigir a localidades de difícil acesso. Isso exige das unidades descentralizadas, além de um gasto maior com diárias, a utilização de meios de transporte especiais, como automóveis com tração nas quatro rodas e barcos.

Além disso, muitas vezes, os técnicos enfrentam dificuldades relacionadas à manutenção das atividades relacionadas a tais públicos. Nos casos onde é inevitável a aquisição de materiais nessas localidades, surge a dificuldade de encontrar fornecedores legalizados. Imagine-se, por exemplo, a dificuldade de contratar um índio, que não tem os documentos básicos [certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF] para ser tradutor em pesquisas junto a sua tribo.

Outra estratégia do Iphan para ampliar o acesso ao patrimônio cultural diz respeito à disseminação de equipamentos culturais. Em 2007, o Iphan implantou a sua primeira "Casa do Patrimônio" em João Pessoa/PB, norteador uma postura de democratização do acesso e participação da comunidade nas ações de valorização e promoção do patrimônio cultural. Foram destinados recursos também para a implantação de 24 "Pontos de Cultura", denominados no Iphan de "Pontos de Memória". Além disso, o Iphan tem como política fomentar o surgimento de novos museus.

Uma terceira iniciativa do Iphan para alcançar o objetivo da ampliação do acesso, está relacionada à divulgação do patrimônio cultural e à educação patrimonial. Como foi visto numa seção anterior, as carências de equipamentos culturais são tão grandes que provavelmente não serão superadas no médio prazo. São necessárias ações capazes de combater essa deficiência a curto prazo, de maneira a não sobrecarregar o Governo com demandas financeiras referentes à gestão de novos espaços culturais, além fomentar a sustentabilidade das ações de preservação.

Além das iniciativas convencionais de educação patrimonial, publicação de material impresso e realização de eventos, o Iphan começa a investir nas novas tecnologias de informação e comunicação [informática, telecomunicações, vídeo etc.] como meio para disseminar informações sobre o patrimônio. Embora a conexão das instituições e iniciativas culturais por tecnologias de comunicação também exijam a manutenção de estruturas mínimas de gestão, possivelmente esses dispositivos institucionais podem ser geridos como um núcleo mínimo de recursos sustentados pelo poder público. Portanto, as políticas culturais encontram na presença desses equipamentos e tecnologias uma possibilidade real de universalização do acesso à cultura e, em parte, mesmo da sua democratização.

Sabe-se que cerca de 82% dos gastos das famílias brasileiras com cultura [BRASIL, 2007b, p.14] se referem às práticas realizadas dentro do domicílio, ou seja, com televisão, vídeo, música e leitura. Caberia perguntar, que parcela desse consumo cultural doméstico está atualmente relacionada a bens do patrimônio cultural brasileiro e como ampliar esse consumo.

Em 2007, houve um projeto piloto para a digitalização do acervo documental pertencente ao Iphan. Para 2008 está previsto o investimento de cerca de 800 mil reais nessa iniciativa. Em 2007 também foi contratada empresa para dinamizar a utilização da página corporativa do órgão na World Wide Web, como meio de

acesso ao vasto repositório de informações sobre o patrimônio cultural que ele detém. No final de 2007 foi dado início a um processo de reestruturação da Coordenação de Informática do Instituto, vista atualmente como setor estratégico para o órgão. Nesse ano (2007), além dos recursos da Ação Sistema Nacional de Informações Culturais, do Programa Gestão da Política de Cultura [538 mil reais], foram investidos cerca de 368 mil reais do Programa Brasil Patrimônio Cultural e 1,24 milhão de reais do Programa de Apoio Administrativo na área de informática do órgão, totalizando cerca de 2,1 milhões de reais. A COPEDOC-RJ, em consonância com as Superintendências Regionais, vem desenvolvendo diversos projetos nessa área de Sistema de Informação, dos quais se destacam os programas relacionados ao CPROD.NET, Banco de Dados, organização de arquivos, documentos e acervos de Bibliotecas, fotográficos e multimídia. Todas essas iniciativas deverão possibilitar maior difusão e acesso à informação, bem como a organização de um sistema integrado. Outro empreendimento importante refere-se ao “Projeto Cultura Popular: memória de um Centro Nacional” que visa o resgate do campo de estudos referentes ao folclore e a cultura popular brasileira em geral, possibilitando ainda que seja realizada a reflexão sobre tais manifestações.

É verdade que as práticas culturais realizadas por esses meios deverão ter significados e desdobramentos muito diversos; afinal, visitar um museu virtualmente é diverso de ir lá, ver as peças, os objetos, o espaço de memória real, as narrativas que inspiram, etc. Mas, de qualquer forma, o uso dessas tecnologias constitui um recurso que pode ser adequado às premissas de uma política cultural ampla [BRASIL, 2007b, p.64].

3.2. Promover a articulação das políticas de preservação com as demais políticas públicas

A gestão do patrimônio cultural de um país não pode ser feita de modo puramente técnico ou normativo. Não basta baixar normas e fiscalizar a sua aplicação. A quantidade e variedade dos bens reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro crescem continuamente. Para aplicar as normas existentes, seria necessária uma enorme estrutura fiscalizadora, com seus correspondentes custos financeiros, especialmente num país de dimensões continentais, como o Brasil. Quanto à introdução de novas normas, é preciso lembrar que, numa sociedade liberal, há limites à intervenção do Estado na atividade privada. Além disso, vale lembrar que não é suficiente evitar que bens do patrimônio cultural sejam propositalmente destruídos ou desfigurados. É preciso que este bem cultural alcance sustentabilidade, uma vez que o Estado pode não possuir condições de investir continuamente na conservação de todos os bens.

A constatação da escassez de recursos políticos e financeiros para a preservação do patrimônio leva o indivíduo a desenvolver um novo olhar sobre a realidade, a buscar alternativas de atuação. É preciso reconhecer a existência de outros atores sociais – em parte contrários, em parte favoráveis – relacionados à preservação do patrimônio cultural. Ou seja, é preciso perceber que o resultado final que se almeja – a preservação e valorização do patrimônio cultural – não é obtido pela atuação isolada de uma instituição, por mais importante que ela possa ser, mas pela atuação conjunta de uma infinidade de agentes das mais diversas áreas de atuação.

De modo geral, estão envolvidos, direta ou indiretamente, na preservação do patrimônio cultural do país: universidades; meios de comunicação, que podem eleger temas ligados ao patrimônio; hotéis e restaurantes, que se beneficiam do turismo cultural; moradores de centros históricos; escolas; organizações da sociedade civil, ligadas à cultura; governos estaduais e municipais; as incorporadoras, com interesses na especulação imobiliária; empresas que pretendem se instalar próximo a centros históricos; empresas de engenharia e arquitetura; o poder judiciário, ao julgar

processos relacionados à preservação do patrimônio; o poder legislativo nas três esferas de governo; entre muitos outros possíveis agentes.

O problema da preservação de bens culturais poderá ser mais bem encaminhado se houver o envolvimento de um conjunto diferente de atores sociais. O que ocorre é que muitos atores em potencial, não demonstram disposição para se envolver nessa atividade. Desse modo, o planejamento governamental, ao ser elaborado, deverá considerar que acontecem resistências não apenas provenientes da natureza [infestações de cupins, descargas elétricas atmosféricas etc.], mas também decorrentes de diferentes percepções do homem, o qual pode atuar com diferentes objetivos, muitas vezes dissonantes das idéias de conservação e sustentabilidade, dispondo ainda de meios e possibilidades para concretização desses objetivos privados [MATUS, 1996, p.14].

Como são vários os atores que coexistem na realidade, com capacidade de planejamento diferenciadas, haverá várias explicações da realidade e todas estarão condicionadas pela inserção particular de cada ator nesta realidade, isto é, pela situação. Conseqüentemente, já não é possível o diagnóstico único e a verdade objetiva.

No processo de planejamento, é fundamental [1] que sejam mapeados os atores relevantes para cada problema relacionado à preservação; [2] que sejam levantadas as suas explicações da realidade. Este exercício revelará, para cada questão envolvendo a preservação do patrimônio, os atores envolvidos, suas posições [favoráveis ou contrárias], a força de cada um, as possíveis áreas de acordo ou desacordo nas explicações⁹, possibilitando cooperação ou gerando conflito.

A necessidade de interlocução com outros atores gera também maiores gastos com o que se classifica como "gestão da política", envolvendo gastos com diárias e passagens, reuniões, consultoria e levantamento de informações.

Neste ano, foram criadas articulações com as prefeituras de Cidades Históricas, com os Ministérios do Turismo, do Desenvolvimento Social, das Cidades, do Exército, com organizações da sociedade civil etc. Entre outros resultados, tais articulações levaram à criação da Associação de Cidades Históricas Brasileiras; de projetos de formação de guias turísticos em Pernambuco; de projetos para a preservação das fortificações históricas brasileiras; de ações conjuntas com o Ministério do Meio Ambiente, para a preservação do patrimônio natural e do patrimônio imaterial relacionada aos povos indígenas, entre outras.

3.3. Ampliar a descentralização da gestão do Patrimônio Cultural

De acordo com Mintzberg [2003, p.113], há em geral três razões para descentralizar a tomada de decisões. Primeiro, quando o ambiente de atuação é complexo e nem todas as suas decisões podem ser entendidas em um centro, em um cérebro. Às vezes, a informação necessária não pode ser levada a esse centro por ser difusa e difícil de ser transmitida. Pode ser difícil para o chefe de um escritório técnico explicar,

⁹ Para que isso seja viável, é preciso que o trabalho contínuo de uma "Célula de Inteligência Regional" - um técnico ou analista, que dedique parte de seu tempo [talvez um dia por semana] à busca e organização de informação sobre os problemas do patrimônio cultural de seu estado. Estas informações podem ser extraídas de declarações na imprensa, de publicações especializadas, de estatísticas públicas, questionários, entrevistas pessoais, etc., de modo a montar um cenário para os problemas do patrimônio na região. Dados considerados muito importantes e de difícil obtenção podem ser objeto de contratação de consultorias especializadas ou firmas de pesquisa. Os relatórios compilados pelas Células de Inteligência Regional serão fundamentais para alimentar a reunião de planejamento estratégico das superintendências.

em detalhes, o modo de pensar dos moradores de uma cidade do interior ou de uma tribo indígena a um gerente ou diretor em Brasília.

Às vezes, a informação pode ser transmitida a um centro, mas é de difícil processamento. Os bens do patrimônio cultural são fortemente heterogêneos, como vimos anteriormente. Como pode o presidente do Iphan, ou um diretor, conhecer os problemas específicos de milhares de bens culturais extremamente diferenciados, localizados em cidades diversas, sujeitos a interesses econômicos e políticos muito diferentes? Mesmo que um relatório sobre cada um desses bens fosse escrito, faltaria tempo para estudá-lo.

Em outros casos, a variedade de especialidades, necessária à compreensão das decisões, é maior do que seria possível a uma única pessoa [ou núcleo dirigente] dominar. Este é o caso na maioria das decisões relacionadas ao patrimônio cultural: algumas exigem conhecimentos de arquitetura, outras de história da arte, outras de antropologia, outras de iluminação de monumentos, outras de pedagogia, entre outras especialidades.

Outra razão relacionada à descentralização é aquela que permite à organização responder rapidamente às condições locais. A transmissão de informações a um centro, por meio de uma longa cadeia hierárquica costuma levar muito tempo. A descentralização é uma boa política para responder mais prontamente aos usuários dos serviços públicos.

Uma última razão para a descentralização é que ela constitui um recurso motivacional. O corpo técnico do Iphan é constituído por profissionais de nível superior, muitos com mestrado e doutorado. Trabalhar apenas cumprindo ordens, sem espaço para reflexão e tomada de decisão seria extremamente desmotivante para a maior parte da força de trabalho.

Como foi visto em outra seção deste documento, o ambiente da preservação do patrimônio cultural é extremamente heterogêneo e complexo, justificando portanto uma política agressiva de descentralização. Esta estratégia tem sido empreendida em duas vertentes principais até o momento: a desconcentração, delegando-se maiores poderes decisórios e de execução a unidades descentralizadas [superintendências, centros culturais etc.] e a descentralização propriamente dita, com o repasse de recursos a outras esferas de governo e/ou a entidades da sociedade civil.

DESCONCENTRAÇÃO

Em 2004, operaram-se importantes mudanças estruturais no órgão. O número total de superintendências regionais foi ampliado de 15 para 21, o de sub-regionais de três para seis, o de escritórios técnicos de 11 para 27, além de terem sido criadas mais cinco unidades museológicas. Essas medidas aumentaram significativamente a capilaridade do Iphan e sua presença no território nacional, possibilitando que, em um futuro próximo, melhore-se significativamente a relação entre a população e os gestores locais do patrimônio.

Dessa maneira, o Iphan aprofunda a sua política de desconcentração, recurso importante não só para a própria instituição, como também para o MINC, uma vez que, dentre as vinculadas, o Iphan é o único a possuir representações em praticamente todos os Estados brasileiros¹⁰.

Os efeitos negativos dessa política são os maiores gastos com a coordenação das atividades de diversas unidades e com a manutenção de novas instalações físicas. A

¹⁰ Também a Biblioteca Nacional tem representações por todo o território para a coleta de originais e registro de direitos autorais. Tratam-se, contudo, de simples postos de coleta, com muito pouca estrutura

maior necessidade de coordenação se reflete em maiores gastos com o que se pode chamar de "gestão de política", onde estão incluídos maiores gastos com passagens e diárias, com aluguel de salões de reunião, etc. Os gastos com a gestão da política no Programa Brasil Patrimônio Cultural totalizaram, em 2007, cerca de 2,2 milhões de reais, 6% do orçamento do Programa. Contribuem também para esses gastos, o levantamento de informações gerenciais, a realização de seminários para apresentar à sociedade, os resultados de projetos financiados pelo Iphan, etc.

Para tentar reduzir esses gastos, no ano de 2007, foi contratada junto ao SERPRO uma experiência de videoconferência, reunindo as diretorias e todas as superintendências. Em função do sucesso da experiência e da drástica redução dos custos de reunião, a videoconferência deve tornar-se uma prática no Instituto, no entanto, isto não altera a necessidade de que os técnicos tenham que realizar vistorias, fiscalizações e análises " *in loco*".

No que se refere à manutenção administrativa das unidades descentralizadas [luz, telefone, limpeza, segurança etc.], estes gastos têm aumentado em função da implantação e aparelhamento das novas unidades. Cabe ressaltar, que boa parte [27%] dos gastos com restauração de bens culturais [R\$ 19 milhões] foi aplicada em imóveis tombados ocupados pelo próprio Iphan [R\$ 5,2 milhões].

DESCENTRALIZAÇÃO

Em 2004, uma das primeiras ações implementadas pelo Departamento de Museus foi a reformulação do programa de financiamento, denominado Museu: Memória e Cidadania, cujo alcance, anteriormente restrito aos museus federais, passou a abranger todos os museus brasileiros. Deu-se início, assim, à política de descentralização das atividades de preservação, através do fomento à atividade de outros atores – fora do Governo Federal – do Sistema Nacional de Museus e de um "ambiente" de preservação, composto por diversos atores.

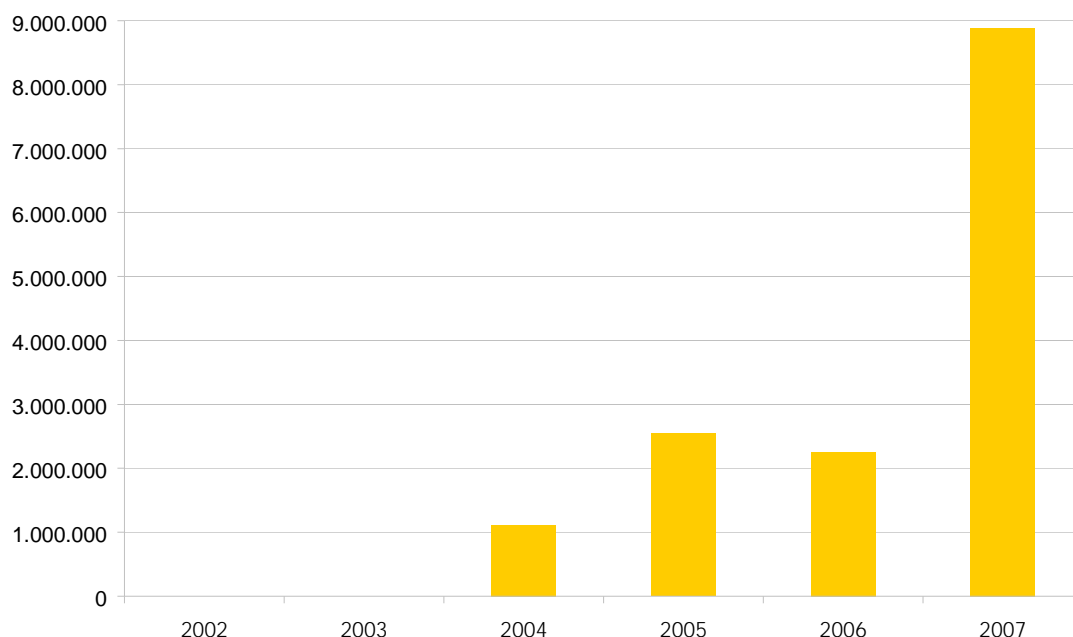
Utilizando-se de sistemas informatizados, foi lançado, em 2005, o Cadastro Nacional de Museus. Esse projeto foi iniciado com recursos disponibilizados pelo Ministério da Cultura da Espanha, por intermédio da Organização dos Estados Ibero-Americanos. Os dados foram surpreendentes: o Brasil iniciou o século XX com cerca de 12 museus e chegou ao século XXI, de acordo com os dados do Cadastro, com 2.208 unidades museológicas. Os mais de dois mil museus que hoje existem no Brasil são instituições públicas e privadas, visitadas por 20 milhões de pessoas por ano, gerando mais de dez mil empregos diretos.

Em 2006, ocorreram também avanços na sistematização do instrumental conceitual, técnico e metodológico necessário para se lidar com patrimônio imaterial, representados pelos editais lançados pelo programa nacional do patrimônio imaterial. Os editais, assim como aconteceu na política de museus, vêm permitindo o início de uma política de fomento à atividade de outros atores das demais esferas governamentais e da sociedade civil). Trata-se de instrumento importante para que o Iphan possa ocupar a coordenação do Sistema Nacional de Patrimônio em fase de implantação.

No Programa Brasil Patrimônio Cultural foram reservados cerca de 1,7 milhões de reais para apoiar agentes externos, quer por meio de editais de projetos, quer por meio do Programa de Especialização no Patrimônio Cultural [PEP]. Tem sido crescente também a realização de convênios com outros agentes do campo do patrimônio cultural brasileiro, conforme a figura abaixo:

FIGURA 01

Volume de recursos descentralizados, por meio de convênios de despesa



3.4. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, por meio de iniciativas de preservação do Patrimônio Cultural.

Este objetivo visa articular a preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento sócio-econômico, local e regional, por meio do apoio ao desenvolvimento do turismo cultural, do desenvolvimento de programas de reabilitação urbana nos sítios históricos e do fortalecimento da produção, circulação e distribuição de bens culturais, com vistas à melhoria das condições de vida das comunidades produtoras.

Em vista da ampliação conceitual da cultura realizada pelo MINC, fazendo-a englobar não só aspectos simbólicos, mas também econômicos e políticos, o Iphan não poderia ter deixado de propor para si, o objetivo de fortalecer a utilização econômica do patrimônio cultural brasileiro.

Com a incorporação, em 2004, do Centro Nacional de Cultura Popular [CNCP], antes pertencente à estrutura da FUNARTE, o Iphan absorveu práticas ligadas ao fomento do artesanato, já em curso naquela unidade. Práticas que têm sido conservadas pelo Iphan. Além disso, em 2007, o Iphan investiu cerca de 1,7 milhões de reais em projetos de fomento ao turismo e criação de parques e centros culturais, visando a sustentabilidade econômica do patrimônio cultural.

O Iphan, contudo, se ressentia da carência de técnicos capacitados para lidar com a variável econômica dos projetos. É fundamental, para tanto, a busca de recursos

humanos especializados, quer por meio de parcerias com outras instituições, quer via realização de concursos públicos. Somente assim, o Instituto terá a capacidade de ampliar a sua atuação nessa nova dimensão da política pública de cultura: analisando mercados, ambientes competitivos, fortalecendo arranjos produtivos locais, etc.

3.5. Promover o fortalecimento institucional

Este objetivo traduz-se na busca de melhores condições de infra-estrutura à sede do Iphan e Unidades descentralizadas, à implantação de programa de avaliação de resultados, à definição de fluxos racionais de trabalho, à elaboração e implementação de uma política de qualificação e valorização do servidor e à redução do déficit de servidores técnicos e administrativos.

O ano de 2006 foi marcado pela chegada dos 222 novos concursados ao Iphan. Há quase duas décadas o órgão não tinha recebido nenhum novo funcionário pertencente ao seu quadro efetivo. Infelizmente, parte significativa dos ingressantes abandonou a Instituição, em função do baixo salário. Ainda, em função dos baixos salários, o desempenho do Instituto em 2007 foi fortemente prejudicado por uma greve, com 70 dias de duração.

Em 2007, o Iphan investiu uma quantidade significativa de recursos voltados para a informatização de sua atividade fim. Entre esses investimentos, encontram-se os projetos ligados à digitalização de acervos, aos sistemas de monitoramento e sistemas de informação. A importância da digitalização de acervos relaciona-se à facilidade dos técnicos e da sociedade civil terem acesso aos processos de tombamento. Isso é fundamental, por exemplo, na atividade de fiscalização e inspeção técnica, quando os técnicos necessitam tomar ciência dos valores [fachada, área interna, painéis, etc.] a serem preservados no bem cultural, os motivos que levaram à valorização daquele bem, etc.

Quanto aos sistemas de informação e monitoramento do patrimônio cultural, eles são fundamentais para a gestão do patrimônio cultural brasileiro. Através de sistemas on-line de inventário de bens culturais, atualizados pelas atividades de fiscalização e inspeção técnica, seria possível ter um mapa constantemente atualizado do estado de conservação de todos os bens culturais do país. Esta informação, inclusive, seria um dos principais indicadores de eficácia da atuação do órgão.

Foram investidos, no Programa Brasil Patrimônio Cultural sob responsabilidade do Iphan, cerca de cinco milhões de reais em sistemas de monitoramento do patrimônio cultural e sistemas de informação. As informações desses levantamentos ainda se encontram dispersas em vários sistemas, impossibilitando uma visão global do patrimônio e a sua ligação às outras atividades da organização. Uma das prioridades do ano de 2008 é a transformação desse “arquipélago” de sistemas, em um verdadeiro continente.

Um avanço significativo neste exercício foi a introdução de uma nova metodologia de planejamento estratégico. Ao invés de contar com consultorias para organizar o processo de planejamento, esse começou a ser elaborado “na casa”, contratando consultorias apenas para levantamento de informações específicas e bem determinadas. Em função disso, deu-se início a um processo de aprendizado, descobrindo as melhores fontes de informação sobre o campo do patrimônio cultural, os indicadores disponíveis, a necessidade de dar foco às ações de modo a gerar impacto social, metodologias para analisar os focos regionais da atuação do Iphan antes da aprovação de projetos, etc.

Outro avanço importante aprimorado em 2007 foi a democratização (transparência) das informações orçamentárias. Criou-se uma competição saudável entre as unidades, por meio da distribuição para todos os técnicos de tabelas mensais de acompanhamento dos valores empenhados e pagos em cada unidade, relacionando-os com os valores previstos.

Quanto à capacitação dos servidores, foram gastos em 2007, no programa Brasil Patrimônio Cultural, cerca de 536 mil reais com esse objetivo; no programa de Gestão da Política de Cultura, foram gastos 280,5 mil reais na ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais; totalizando 816,5 mil reais gastos em Capacitação no Iphan. A tabela abaixo apresenta os cursos patrocinados pelo Iphan sob o controle da Divisão de Capacitação. Os funcionários capacitados receberam em média 34 horas-aula no ano. Isto equivale a uma média de cerca de 10 horas de capacitação por funcionário do Iphan em 2007.

COPEDOC	Valor	Horas-aula	Servidores	Horas-Total
Gestão de Documentos Públicos	5.234,86	16	2	32
Segurança de Acervos Culturais	900,00	40	2	80
XXII Cong. Bras. Biblioteconomia	5.250,50	40	3	120
VII Congresso de Arquivologia do Mercosul	3.236,40	32	1	32
	14.621,76			
DEPAM				
Ações de Gerenc. Patrimônio Arqueológico Brasileiro	10.860,11	24	7	168
I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico	83.400,38	32	30	960
Treinamento em Restauro para Engenheiros	32.541,96	215	10	2.150
	126.802,45			
DPA				
Atualiz. Legislação Pessoal Civil	3.200,00	40	2	80
IV Semana Adm. Orc. Financeira - Rio de Janeiro	8.347,10	40	10	400
IV Semana Adm. Orc. Financeira - Maceió	3.719,25	40	3	120
IV Semana Adm. Orc. Financeira - Brasília	1.517,37	40	4	160
Papel do Gerente no Desempenho da Equipe	39.749,38	24	26	624
Elaboração e Gerenc. de Projetos - Brasília	7.943,50	40	25	1.000
Elaboração e Gerenc. de Projetos - Manaus	34.716,72	40	17	680
Elaboração e Gerenc. de Projetos - Fortaleza	28.509,22	40	24	960
Elaboração e Gerenc. de Projetos - Porto Alegre	18.610,51	40	18	720
Elab. De Editais e Pregão - Brasília	6.389,10	32	20	640
Elab. De Editais e Pregão - Belém	22.923,85	32	20	640
Elab. De Editais e Pregão - Maceió	35.532,34	32	21	672
Elab. De Editais e Pregão - Rio de Janeiro	7.181,52	32	15	480
Elab. De Editais e Pregão - Florianópolis	6.461,49	32	12	384
V Encontro Nacional de Dirigentes e Técnicos de RH do SIPEC	8.287,49	24	16	384
2ª Semana Iphan de Administração	237.319,28	24	156	3.744
	470.408,12			
DPI				
SIAFI Gerencial	1.250,00	40	1	40
Curso Museo-Espanha/Madri	2.363,38	192	1	192
	3.613,38			
PROFER				

Congresso Bras Direito Ambiental	610,00	16	1	16
VIII Congresso Nacional de Procuradores	6.447,50	40	8	320
	7.057,50			
SUPERINTENDÊNCIAS				
Seminário Internacional Economia e Cultura	4.415,33	40	1	1
Sítios Patrimônio Mundial	6.819,27	56	1	1
Seminário sobre Organização de Inventário América do Sul	1.416,20	48	1	1
II Seminário da História do Açúcar	4.424,00	40	2	2
Simpósio Internacional Studies on Histories Herelage	3.718,58	40	1	1
II Reunião do Conselho de Adm. E II Crespial	6.290,00	56	1	1
Iniciação ao SIG ACGIS - aplicação no Patrimônio Arqueológico	6.807,23	80	1	1
Oficina de Projetos de Cooperação Cultural	10.751,23	80	1	1
	44.641,84	1.679	464	15.807

Fonte:
DICAD/CRH/DPA/IPHAN

Finalmente, ainda objetivando ao fortalecimento institucional, o Iphan vem investindo na formação de um Banco de Projetos. Dessa maneira o órgão pretende se habilitar à captação de recursos para projetos de preservação do patrimônio cultural. Durante os últimos anos, empresas como Petrobrás, BNDES, Caixa Econômica Federal, além de instituições privadas, têm manifestado a disposição de patrocinar a preservação, sem, contudo, encontrar projetos disponíveis. Este ano, o Iphan investiu cerca de 1,4 milhão de reais na elaboração de projetos. Em função disso, algumas superintendências conseguiram que obras que seriam realizadas com recursos da União fossem financiadas por fontes extra-orçamentárias.

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1. PROGRAMAS

Na década de 90, os orçamentos para a Cultura foram reduzidos ao extremo. Nesse período os órgãos ligados ao Ministério da Cultura viram-se impedidos de cumprir as suas missões constitucionais, dada a escassez de meios para isso. Nas palavras do Secretário Juca Ferreira, durante a apresentação do Programa Mais Cultura:

“Nosso governo herdou um Ministério da Cultura muito aquém da grandeza cultural do país; era como se o Estado houvesse renunciado a cumprir seu papel no desenvolvimento cultural da sociedade brasileira e de gestar as políticas públicas para satisfazer as necessidades e demandas culturais da sociedade” [BRASIL, 2007c].

Durante o governo Lula, o orçamento do Ministério e de suas vinculadas vem paulatinamente se recuperando. Por exemplo, é gratificante perceber que o orçamento do Iphan dobrou nos últimos cinco anos, da mesma forma como cresceu o campo do patrimônio cultural brasileiro, incluindo não apenas os bens materiais, mas também as manifestações imateriais da cultura brasileira; não só os bens materiais relacionados à cultura européia, mas os bens relacionados a todas as matrizes do povo brasileiro.

A tabela 08 apresenta a lista de todos os Programas executados pelo Iphan, nos últimos seis anos.

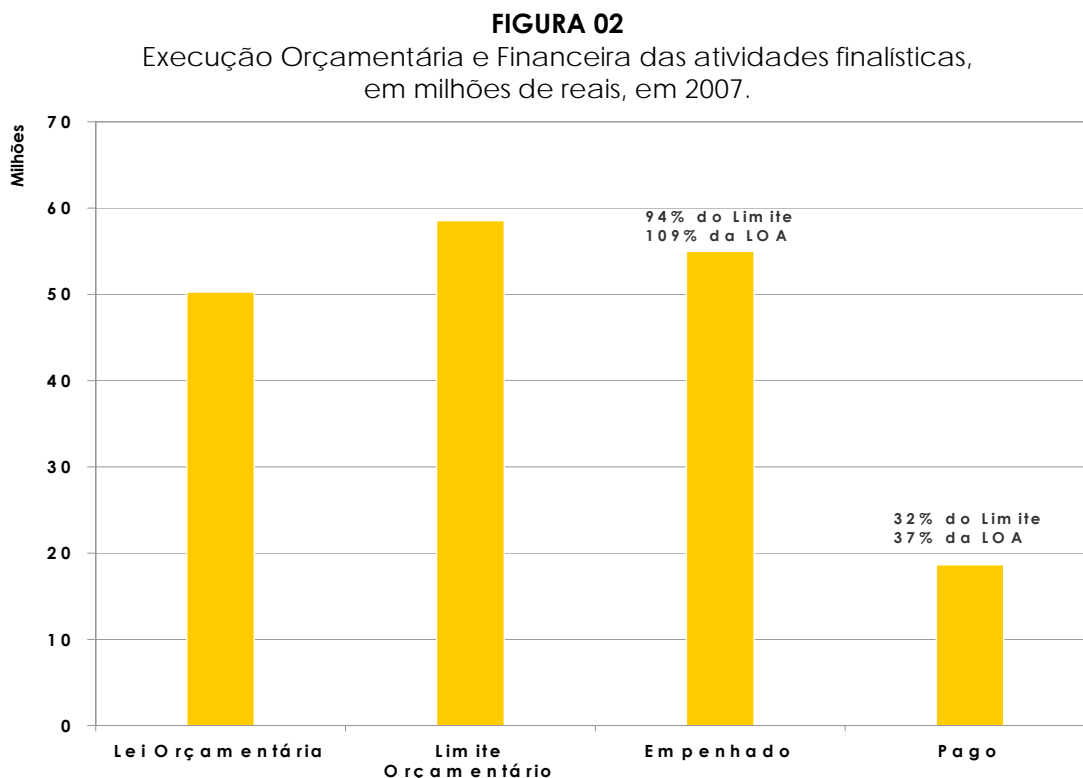
TABELA 08
Evolução da execução orçamentária [empenho]
2002-2007 por programa

	[R \$ M i l]					
PROGRAMA	2002	2003	2004	2005	2006	2007
BRASIL PATRIMONIO CULTURAL	3.306	17.903	19.862	20.521	28.694	37.279
CULTURA E TRADICOES: MEMORIA VIVA	0	0	2.601	0	0	0
GESTAO DA POLITICA DE CULTURA	184	144	279	1.006	1.023	972
GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	320	656	349	411	315	353
VALORIZACAO DO SERVIDOR PÚBLICO	5.036	5.745	0	0	0	0
OUTROS PROGRAMAS*	270	740	11	353	39	6.032
APOIO ADMINISTRATIVO	47.530	48.708	56.151	58.125	90.005	100.814
MUSEU MEMORIA E CIDADANIA	10.821	13.356	15.236	19.292	25.195	26.904
OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	305	133	0	0	0	0
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	13.050	14.282	16.083	16.660	26.351	27.678
TOTAL	80.824	101.668	110.571	116.368	171.622	200.032

Tratando exclusivamente de programas finalísticos, foram empenhados no Iphan, descontado do Programa Museu, Memória e Cidadania, o valor da ação de

Funcionamento de Museus¹¹, cerca de 55 milhões, em 2007. Conforme a figura 02 (abaixo), a execução orçamentária [empenho] das atividades finalísticas, após ajustes contábeis [até 8 de janeiro de 2008], alcançou a ordem dos 94% em relação ao limite orçamentário e 109% em relação aos créditos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Tratando-se de um ano atípico [greve de 70 dias], representa um bom desempenho do Iphan.

O destaque, em termos de montantes empenhados, vai para o programa Brasil Patrimônio Cultural [37,2 milhões], seguido pelo programa Museu, Memória e Cidadania [10,3 milhões]. Esta ordem se mantém mesmo quando se analisam os valores pagos: destaca-se o programa Brasil Patrimônio Cultural [12,1 milhões], seguido pelo programa Museu, Memória e Cidadania [5,7 milhões].



Fonte: SIAFI – em 08 de janeiro de 2008

Embora o Iphan tenha deixado de empenhar parte dos créditos previstos para ações finalísticas na Lei Orçamentária de 2007, foi contemplado com créditos não previstos [os quais foram executados], como podemos observar na tabela 09 (abaixo).

¹¹ No Programa Museu, Memória e Cidadania há uma ação – Funcionamento de Museus – que embora seja finalística, tem a função de pagar despesas continuadas de manutenção dos museus [luz, telefone, segurança, limpeza, jardinagem]. É correta a classificação dessa ação como finalística, uma vez que os museus atendem ao público, as suas despesas de manutenção geram produtos diretamente para a sociedade. Contudo, como no programa Brasil Patrimônio Cultural não há uma ação desse tipo, sendo tais despesas das unidades descentralizadas restantes [superintendências] pagas em outro programa [de Apoio Administrativo], a presença da ação de funcionamento de museus dificulta a saudável comparação de desempenho entre os programas. Para corrigir essa distorção, excluímos dos valores empenhados no programa Museu, Memória e Cidadania a ação de Funcionamento de Museus. Os dados da ação de Funcionamento de Museus serão apresentados posteriormente, junto com os dados do Programa de Manutenção Administrativa.

TABELA 09
Execução Orçamentária e Financeira das atividades finalísticas,
em reais, em 2007.

PROGRAMA	LEI ORÇAMENTÁRIA	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EMPENHADO	PAGO
BRASIL PATRIMONIO CULTURAL ¹²	36.124.827,00	39.502.296,00	37.279.331,40	12.067.954,20
MUSEU MEMORIA E CIDADANIA ¹³	12.644.157,00	11.543.289,00	10.349.175,89	5.694.093,50
GESTAO DA POLITICA DE CULTURA	972.203,00	972.203,00	972.203,00	592.346,92
GESTAO PARTICIP. EM ORG. INTERNACIONAIS	499.500,00	499.500,00	352.523,31	203.023,31
MONUMENTA	0	70.000,00	70.000,00	70.000,00
CULTURA, IDENTIDADE E CIDADANIA	0	5.063.094,80	5.063.094,80	0
ENGENHO DAS ARTES	0	869.538,00	869.538,00	0
Totais	50.240.687,00	58.519.920,80	54.955.866,40	18.627.417,93

Fonte: SIAFI – em 08 de janeiro

de 2008

São considerados principais, por materializarem a razão de existir do órgão, os programas “Brasil Patrimônio Cultural” e “Museu, Memória e Cidadania”. Em função disso, nas análises a seguir, serão abordados em maior nível de detalhes, apenas esses dois programas.

4.1.1. PROGRAMA 0167 – BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro

Gerente do Programa: Luiz Fernando de Almeida

Gerente Executivo: Maria Emília Nascimento Santos

Indicadores: Índice de Preservação do Patrimônio Material e Número de Registros do Patrimônio Cultural Imaterial

Público-alvo: Sociedade brasileira

¹² Os créditos do Programa Brasil Patrimônio Cultural foram aumentados em 6 milhões pela adição por decreto da ação voltada para a preservação do patrimônio cultural.

¹³ Exceto Ação de Funcionamento de Museus.

O Ministério da Cultura, na área do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico deve atuar com o objetivo de reverter o quadro de degradação dos bens integrantes do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados, acervos, bens paisagísticos, mediante a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias, geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população. Há a necessidade de romper com o processo de deterioração e descaracterização desses bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, diante da escassez de iniciativas de conservação preventiva, como os decorrentes de origem fortuita. Isto requer esforços visando aprimorar o processo de fiscalização sobre esses bens, como ainda sensibilizar e comprometer a sociedade para, em conjunto com o estado, possibilitar a permanência desse patrimônio que passa a ser visto não mais como um problema, mas como uma solução alternativa para o desenvolvimento local e regional.

Nesse sentido, o turismo cultural representa a base de sustentação na diversidade do patrimônio cultural, pelo crescente interesse das pessoas por lugares diferenciados e capazes de enriquecer sua experiência de vida. A indústria do turismo apresenta grande potencial de geração de emprego e renda para todos os níveis da população, constituindo-se em um dos eixos de fomento definidos pelo BID para a região da América Latina. A organização mundial do turismo prevê um crescimento de 4,8% para o setor nessa região, no período de 1995 a 2020. A preocupação com a proteção do patrimônio cultural brasileiro volta-se, de um lado, para a preservação da memória nacional e, de outro, para o desenvolvimento local. A conservação e restauração de nossas igrejas e monumentos históricos são fundamentais para que voltem a ser utilizados pela população. A devolução para a comunidade de um bem que estava em mau estado de conservação e sem utilização ou com a utilização de forma precária, contribui ainda para atrair um turismo qualificado para a localidade. A riqueza do patrimônio cultural, distribuído por todo o território nacional, indica um enorme potencial econômico a ser explorado, enquanto opção turística, que começa a ser bastante procurado por aqueles que viajam. O trabalho de recuperação do patrimônio gera empregos diretos e indiretos, seja durante a obra, ou depois de ela estar concluída, em função da possibilidade do incremento do turismo nas localidades, contribuindo para a revitalização dessas cidades beneficiadas e para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. A preocupação com a preservação dos monumentos históricos não se concentra apenas na sua integridade física. Com o progresso dos processos e do entendimento do que possa ser um patrimônio cultural, preza-se muito a repercussão que ele possa dar à comunidade local em termos de consciência cultural, desenvolvimento social e sustentabilidade econômica. Isso diz respeito aos objetivos do Patrimônio Brasileiro de cumprir seu papel cultural e social. Os sítios arqueológicos históricos e pré-coloniais e áreas de interesse arqueológico necessitam ser inseridos nas políticas de gestão urbana para evitar sua destruição e propiciar a necessária reintegração. A pesquisa básica, os cursos de formação e conseqüentemente os melhores recursos do setor estão concentrados na faixa litorânea do país. Entretanto, os sítios arqueológicos mais bens conservados localizam-se em regiões inversamente proporcionais ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, a zona de tensão para a preservação do patrimônio está nas frentes agropecuárias de expansão e áreas de menor densidade demográfica, como o Centro-oeste, o Nordeste e a Amazônia. Estas regiões necessitam de políticas específicas de fomento à preservação do patrimônio arqueológico. O comércio de bens arqueológicos, proibido no território nacional, desenvolve-se especialmente na Amazônia. O fato deve-se especialmente à cultura material de grande beleza plástica das sociedades complexas que habitaram a região. Urge que sejam adotadas medidas educativas e coercitivas para regularizar a situação.

A tabela 10 lista todas as ações do programa Brasil Patrimônio Cultural, aproveitando ainda para apresentar o desempenho orçamentário de cada ação. Chamam a atenção, com menos de 70% de empenho, as ações de Gestão dos Bens da Rede Ferroviária e Preservação de Acervos Documentais dos Presidentes da República, com percentuais de empenho de, respectivamente, 66%, 45%. Um decreto de 2007 transferiu para o Iphan a responsabilidade sobre os bens da extinta RFFSA, contudo, a novidade do tema na instituição e uma série indefinições legais reduziram a capacidade de ação do Iphan nessa área. Chama a atenção, ainda, a ação de Identificação e Inventário de Bens de Natureza Material, que, embora tenha empenhado mais de 90% do limite orçamentário, devolveu mais de 100 mil reais. Destaca-se positivamente a execução da ação de Fomento, que além de empenhar 100% dos créditos, executou cerca de 597 mil reais a mais, do limite de outra Unidade Orçamentária.

TABELA 10

Execução Orçamentária e Financeira – valores absolutos - das ações do programa Brasil Patrimônio Cultural, em reais, em 2007.

AÇÃO	LEI ORÇAMENTÁRIA	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EMPENHADO	PAGO
GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	1.028.749,00	1.028.749,00	1.028.531,01	858.951,24
FISCALIZACAO E INSPECAO TECNICA	1.412.250,00	1.412.250,00	1.403.730,57	1.232.766,79
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.163.468,00	1.018.468,00	997.688,95	545.405,14
AMPL E MODERNIZ DE LABORATORIOS	349.900,00	314.910,00	257.063,59	116.496,29
PRESERV ACERVOS DOC PRIV PRESIDENTES	300.000,00	270.000,00	120.892,00	8.905,00
PRESERV DE BENS CULTURAIS DE NAT MAT	14.851.915,00	13.784.222,00	13.709.159,20	2.827.670,44
EDUCACAO PATRIMONIAL	352.276,00	317.049,00	272.872,71	236.708,27
PROMOCAO E INTERCAMBIO DE EVENTOS	814.000,00	732.600,00	732.600,00	488.877,32
PROD E DISTRIB DE MATERIAL SOBRE PATRIM	679.232,00	611.309,00	611.302,70	284.506,06
ACAUTELAMENTO DE BENS CULTURAIS	517.222,00	424.472,00	380.261,40	147.025,77
IDENTIFICACAO E INVENTARIO ... IMATERIAL	1.680.412,00	1.512.371,00	1.459.379,52	575.159,62
AMPLIACAO DE ACERVOS DOCUMENTAIS	405.135,00	315.235,00	304.586,95	203.335,20
FOMENTO A PROJETOS	7.333.025,00	7.303.025,00	7.899.801,53	3.036.574,14
PESQUISAS SOBRE PRESERVACAO SALVAGUARDA DE BENS CULT NAT IMATERIAL	471.679,00	369.882,00	355.880,05	114.231,15
REGISTRO DE BENS CULT NAT IMATERIAL	758.464,00	682.618,00	681.507,95	365.616,44
PRESERVACAO DE ACERVOS DOCUMENTAIS	936.531,00	842.878,00	786.368,85	159.680,02
DOCUMENTAIS	1.262.676,00	1.145.425,00	1.052.158,15	435.458,65
GESTAO MANUT BENS ... RFFSA	0,00	6.000.000,00	3.940.524,56	137.036,34
IDENTIFIC INVENT DE BENS... NAT MATERIAL	1.807.893,00	1.416.833,00	1.285.021,71	293.550,32
TOTAL	36.124.827,00	39.502.296,00	37.279.331,40	12.067.954,20

Fonte: SIAFI – em 08 de

janeiro de 2008

Na tabela 11, pode ser observado, de um lado, um montante significativo de créditos devolvidos no programa [cerca de 2,2 milhões] e, de outro um alto percentual de créditos deixados em Restos a Pagar [69%]. Os dois fatores representam prejuízos para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. O que torna mais aceitável esse resultado é o fato do Ministério da Cultura ter passado, em 2007, por 70 dias de greve de seus funcionários e o fato de muitos desses créditos dizerem respeito a pesquisas, restaurações e obras, cujos prazos de conclusão muitas vezes são de vários meses.

TABELA 11

Execução Orçamentária e Financeira – valores percentuais - das ações do programa Brasil Patrimônio Cultural, em reais, em 2007.

AÇÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	PERCENTUAL EMPENHADO	PERCENTUAL PAGO	CRÉDITO DEVOLVIDO
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	1.028.749,00	100%	83%	217,99
FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO TÉCNICA	1.412.250,00	99%	87%	8.519,43
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.018.468,00	98%	54%	20.779,05
AMPL E MODERNIZ DE LABORATORIOS	314.910,00	82%	37%	57.846,41
PRESERV ACERVOS DOC PRIV PRESIDENTES	270.000,00	45%	3%	149.108,00
PRESERV DE BENS CULTURAIS DE NAT MAT	13.784.222,00	99%	21%	75.062,80
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	317.049,00	86%	75%	44.176,29
PROMOÇÃO E INTERCÂMBIO DE EVENTOS	732.600,00	100%	67%	0,00
PROD E DISTRIB DE MATERIAL SOBRE PATRIM	611.309,00	100%	47%	6,30
ACAUTELAMENTO DE BENS CULTURAIS IDENTIFICAÇÃO E INVENTÁRIO ... IMATERIAL	424.472,00	90%	35%	44.210,60
AMPLIAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS	1.512.371,00	96%	38%	52.991,48
FOMENTO A PROJETOS	315.235,00	97%	65%	10.648,05
PESQUISAS SOBRE PRESERVAÇÃO SALVAGUARDA DE BENS CULT NAT IMATERIAL	7.303.025,00	108%	42%	-596.776,53
REGISTRO DE BENS CULT NAT IMATERIAL	369.882,00	96%	31%	14.001,95
PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS	682.618,00	100%	54%	1.110,05
GESTÃO MANUT BENS ... RFFSA	842.878,00	93%	19%	56.509,15
IDENTIFIC INVENT DE BENS... NAT MATERIAL	1.145.425,00	92%	38%	93.266,85
	6.000.000,00	66%	2%	2.059.475,44
	1.416.833,00	91%	21%	131.811,29
TOTAL	39.502.296,00	94%	31%	2.222.964,60

A tabela 12(abaixo) apresenta os valores empenhados de acordo com o objetivo do gasto. Na lista de todos os projetos financiados pelo programa Brasil Patrimônio Cultural, cada projeto foi classificado não só de acordo com a sua ação orçamentária, mas também de acordo com o objetivo visado.

TABELA 12

Valores empenhados no Programa Brasil Patrimônio Cultural

em 2007, por objetivo do gasto.

OBJETIVO DO GASTO	TOTAL
APOIO A AGENTES EXTERNOS	1.745.311,66
GESTAO DA POLITICA	2.195.942,83
PREMIOS	257.004,32
MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	561.591,16
AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	323.071,50
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	536.209,14
BANCO DE PROJETOS	1.407.163,06
CAMPANHAS ANUAIS	89.071,67
DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS	63.583,20
DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	1.517.957,73
EVENTOS	77.067,72
EXPOSIÇÕES	107.496,02
PUBLICAÇÃO DE LIVROS E MATERIAL DIGITAL	675.578,32
INAUGURAÇÃO DE OBRAS	8.501,00
LANÇAMENTO DE PUBLICAÇÕES	225.956,31
AQUISIÇÃO DE LIVROS OU MATERIAL DIGITAL	290.534,97
MODERNIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS E ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS	121.729,13
FUNCIONAMENTO DE BIBLIOTECAS E ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	185.354,88
FOMENTO AO TURISMO, CENTROS CULTURAIS e PARQUES.	1.664.594,57
PESQUISA	1.833.412,97
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	368.426,68
SISTEMAS DE MONITORAMENTO	4.676.299,18
FISCALIZAÇÃO	1.389.123,26
BENS MOVEIS E ACERVO ARQUEOLOGICO	182.146,05
PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	469.428,40
RESTAURAÇÃO - OBRAS/PATRIMÔNIO EM GERAL	4.561.515,49
RESTAURAÇÃO - OBRAS/IGREJAS	4.173.840,37
RESTAURAÇÃO - OBRAS/RESTAURAÇÕES EM EDIFÍCIOS-SEDE	5.248.119,63
RESTAURAÇÃO - OBRAS/PATRIMONIO AZULEJAR	493.697,52
RESTAURAÇÃO OBRAS DE ARTE	807.773,61
TRATAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO	707.400,99
SALVAGUARDA PAT. IMATERIAL	314.428,06
TOTAL GERAL	37.279.331,40

Foi investido cerca de 1,7 milhão de reais em Fomento à ação de outros agentes do sistema nacional de patrimônio cultural [incluindo aí, bolsas de especialização, editais de projetos, etc]; cerca de 2,2 milhões foram gastos na gestão da política do patrimônio [reuniões de gerenciamento das ações, encontros de avaliação pública da política, encontros com prefeitos etc.]. No que se refere ao fortalecimento institucional foram gastos cerca de 1,7 milhões no programa Brasil Patrimônio Cultural para adquirir e aparelhar as unidades e capacitar servidores; além disso, foram investidos cerca de 5,3 milhões na restauração de edifícios-sedes de unidades do Iphan, totalizando cerca de 7 milhões em atividades relacionadas ao fortalecimento institucional.

Na formação de um banco de projetos, com o objetivo de obter recursos não orçamentários para a preservação do patrimônio, foi gasto 1,4 milhão; no que poderíamos chamar de promoção do patrimônio [campanhas, digitalização de acervos, divulgação, publicação ou educação patrimonial, exposições, eventos de inauguração de obras ou de lançamento de publicações, funcionamento de bibliotecas] foram gastos 3 milhões de reais; no fomento ao desenvolvimento

econômico através do turismo, foram empenhados 1,6 milhão do programa Brasil Patrimônio Cultural;

Em pesquisa para tombamento e ou registro, foi gasto 1,8 milhão. Com sistemas de informação e monitoramento [ex. inventários], foram gastos cerca de 5 milhões, no programa Brasil Patrimônio Cultural; se somarmos a isso o gasto com a fiscalização [1,4 milhão], será obtido um gasto de cerca de 6,4 milhões com sistemas de monitoramento do patrimônio.

Em projetos reparadores [restaurações de bens móveis e imóveis e tratamento de documentação] foram gastos cerca de 16,6 milhões de reais. Finalmente, em projetos de salvaguarda do patrimônio imaterial de execução direta foram gastos cerca de 314 mil reais.

A seguir será aprofundada a análise dos resultados das principais ações do programa Brasil Patrimônio Cultural.

4.1.1.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

São consideradas como principais ações do programa Brasil Patrimônio Cultural, por materializarem os objetivos do programa, as ações de [1] Preservação de Bens Culturais de Natureza Material, na qual é realizadas a maioria das restaurações em bens culturais; [2] Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural ; [3] Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, responsável pela condução de processos de Registro de novos bens do patrimônio imaterial.

4.1.1.2. GESTÃO DAS AÇÕES

4.1.1.2.1. Preservação de Bens Culturais de Natureza Material

4.1.1.2.1.1. DADOS GERAIS

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Promover ações que visem à preservação dos bens culturais protegidos, perpetuando assim suas características físicas, filosóficas, históricas e culturais para uso, aprendizado, visitação e contemplação de gerações presentes e futuras de toda a sociedade brasileira.

Descrição

Conservação, restauração e revitalização de bens imóveis, móveis e integrados, paisagísticos e arqueológicos protegidos; incentivo e apoio à formulação e implementação de planos de preservação de sítios históricos protegidos; implantação de sinalização em sítios históricos e arqueológicos; projetos de reabilitação de sítios históricos protegidos; controle das intervenções em bens culturais em seu entorno; elaboração e apoio a planos de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial que foram objeto de inventário e registro; promoção do patrimônio cultural como fator de desenvolvimento humano e da interface com o turismo sustentável; aquisição de equipamentos e material permanente que visem subsidiar as ações acima.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEPAM/DF

Unidades executoras: Superintendências Regionais e DEPAM/DF

Coordenador nacional da ação: Vandi Rodrigues Falcão

4.1.1.2.1.2. RESULTADOS

Produto: Bem Preservado

Metas:

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
123	13.784.222	150	13.709.160

A tabela 13 (abaixo) apresenta a aplicação dos recursos da ação de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material de acordo com os objetivos dos projetos. Houve considerável concentração dos gastos [72%] no primeiro objetivo: a realização de restaurações [por meio de contratação] por parte do poder público.

TABELA 13

Gasto na Ação de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material Em 2007, por objetivo dos projetos.

OBJETIVOS DOS PROJETOS	TOTAL
RESTAURAÇÕES DE BENS CULTURAIS	9.868.810,78
BANCO DE PROJETOS	1.280.283,06
FOMENTO AO TURISMO, CENTROS CULTURAIS e PARQUES.	724.519,52
SISTEMAS DE MONITORAMENTO	671.713,51
GESTÃO DA POLITICA	406.795,03
PESQUISA	270.783,90
DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	224.100,00
PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	213.341,78
BENS MOVEIS E ACERVO ARQUEOLÓGICO	45.312,00
MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA / GAP	3.499,62
TOTAL	13.709.159,20

A tabela 14 detalha as restaurações realizadas, por tipo de objeto sendo restaurado. Em primeiro lugar, na classificação "patrimônio em geral", estão incluídos, além de diversas iniciativas emergenciais, projetos como a Consolidação das Muralhas Externas da Fortaleza de São José de Macapá [R\$103.500,00], Reforma do Terreiro "Casa das Minas", situado na Rua São Pantaleão n. 857, Centro, São Luis/MA [R\$104.634,27], a Obra de restauração da Casa de Câmara e Cadeia da cidade da Lapa [R\$ 32.5867,55], a Restauração da Casa Schiochet - Tergolina em Antônio Prado [R\$ 427.410,14], o Restauo do Trampolim e Mureta do Lago das Rosas em Goiânia [R\$ 165.995,60], a Restauração do edifício "Vasquez" em Corumbá/MS [R\$ 176.795,64], a Restauração da antiga Casa de Câmara e Cadeia, em Marechal Deodoro/AL [R\$ 148.956,48], a Estabilização e consolidação das ruínas do Forte Príncipe da Beira, no estado de Rondônia [R\$ 274.722,50].

TABELA 14

Gasto com restaurações em 2007 na Ação de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material, por tipo de objeto.

RESTAURAÇÃO - OBRAS/PATRIMONIO EM GERAL	3.569.133,51
RESTAURAÇÃO - OBRAS/RESTAURAÇÕES EM EDIFÍCIOS-SEDE	2.676.623,21
RESTAURAÇÃO - OBRAS/IGREJAS	2.608.799,29
RESTAURAÇÃO OBRAS DE ARTE	694.373,61
RESTAURAÇÃO - OBRAS/PATRIMONIO AZULEJAR	319.881,16
TOTAL RESTAURAÇÕES	9.868.810,78

O segundo principal objetivo de despesas nessa ação foi a restauração de edifícios tombados ocupados pelo Iphan como sede de superintendências, sub-regionais e escritórios técnicos. Este gasto atendeu tanto ao objetivo de preservação do patrimônio cultural brasileiro como ao fortalecimento institucional do órgão, como já foi discutido anteriormente.

Em terceiro lugar, vêm as restaurações de igrejas brasileiras com valor cultural. Destacam-se nesta ação, projetos como a Restauração do telhado da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto/MG [R\$ 307.375,30], Obra Emergencial de Restauração e Conservação do Convento da Ordem Dominicana, cidade de Goiás/GO [R\$ 288.000,00], os Serviços de manutenção na Igreja da Sé de Sant'Ana de Chapada dos Guimarães – MT [R\$ 232.380,00], a Recuperação do Sistema de Sustentação do Forro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo – PB [R\$ 250.564,80], entre outras. É preciso destacar também que na classificação “restauração de obras de arte”, quase todas fazem parte do patrimônio sacro brasileiro [imagens, altares etc.], de modo que somados tornariam o patrimônio sacro o principal objetivo de gastos em restaurações em 2007.

Ainda na tabela 14, podemos observar que cerca de 9% dos recursos foram gastos com contratação de elaboração de projetos executivos. Pretendia-se, com isso, aumentar a captação de recursos de patrocinadores para a realização das obras de restauração. Há ocasiões onde o Iphan recebe, por parte de empresas públicas e privadas, a oferta de recursos para patrocínio imediato de restaurações, mas por falta de projetos imediatamente disponíveis, são perdidas as oportunidades. No ano de 2007 o Iphan pretendeu reverter esse quadro investindo na construção de um “banco de projetos”.

Em terceiro lugar, nas despesas da ação de Preservação de Bens Culturais, estão os projetos de Fomento ao Turismo e implantação de parques e centros culturais. Trata-se de iniciativas que, além de melhorarem a qualidade de vida da população local, têm potencial para fortalecer a atividade turística. Entre os principais projetos nessa linha estão o Projeto de restauração e adaptação de imóvel tombado, visando a instalação de um albergue da juventude em Penedo/AL [R\$ 14.800,00], o Projeto de capacitação de taxistas e condutores de turismo em centros históricos em Recife/PE [R\$ 79.700,00], a Implantação da Casa do Samba de Roda do Recôncavo Baiano [R\$ 99.965,76], e a socialização de diversos sítios arqueológicos, como a Implantação do Parque Histórico das Missões [R\$ 102.704,00].

TABELA 15

Diárias e Passagens, emitidas em 2007, na ação de

NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO EMPENHOS		EXECUÇÃO
	AUTORIZADA	EMITIDOS DA DESPESA	
339014 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	83.277,80	83.277,80	82.466,52
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	220.186,29	220.186,29	217.216,64

Fonte: Siafi 2008

No geral, as despesas com diárias e passagens são gastos voltados para promover a articulação das políticas internas (metodologias, procedimentos, normas e conceitos), por meio do auxílio dos técnicos do Iphan, entre as superintendências, entre estas e a área central, entre os técnicos e parceiros externos. Além disso, a contratação e acompanhamento de projetos envolvem muitas vezes a necessidade de visitar os locais onde estão sendo realizados.

4.1.1.2.2. Ação 4793 - Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural

4.1.1.2.2.1. DADOS GERAIS

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Apoiar projetos na área do patrimônio cultural brasileiro, voltados para identificação, realização de inventários e de estudos e pesquisas, elaboração de planos de salvaguarda dos bens culturais, promoção, conservação, revitalização e restauração, promoção e difusão dos acervos e bens culturais, garantindo, às gerações presentes e futuras, o acesso e o reconhecimento da sua representatividade histórica e cultural, a fim de que sejam valorizados os aspectos constitutivos da identidade cultural brasileira, sejam eles de natureza material ou imaterial.

Descrição

Conservação, revitalização e restauração de monumentos integrantes do patrimônio histórico, material edificado, dos bens móveis e integrados, acervos históricos e documentais, apoio a projetos de promoção, difusão e intercâmbio culturais; produção e distribuição de material sobre o patrimônio cultural; capacitação de agentes públicos e privados; realização de estudos e pesquisas; promoção do conhecimento crítico e apropriação consciente pelas comunidades de seu patrimônio cultural, como fator indispensável para o desenvolvimento sustentável; aquisição de equipamentos e material permanente; implantação de sistemas e redes locais, regionais e nacional do patrimônio; promoção de políticas de gestão do patrimônio integrado local, regional e nacional; realização de inventários e pesquisas sobre os bens culturais de natureza imaterial; promoção destes bens por meio da realização de seminários, oficinas, entre outros eventos, elaboração de publicações e realização de campanhas de divulgação, implantação de ações educativas, estabelecimento de planos de salvaguarda para bens culturais de natureza imaterial.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEPAM/DF

Unidades executoras: Superintendências Regionais, departamentos e coordenações

Coordenador nacional da ação: Vandi Rodrigues Falcão

4.1.1.2.2.2. RESULTADOS

Produto: Projeto apoiado
Metas¹⁴:

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
183	7.303.025	175	7.110.078

A tabela 16 (abaixo) apresenta a aplicação dos recursos da ação Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural, de acordo com os objetivos dos projetos. Houve pouca concentração dos gastos num objetivo em particular. Para atingir 80% do gasto, precisamos somar os seis primeiros objetivos. Novamente o objetivo com maior gasto foi a restauração de bens culturais [33% dos recursos].

TABELA 16
Gasto na Ação de Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural em 2007, por objetivo dos projetos.

OBJETIVOS DOS PROJETOS	TOTAL
RESTAURAÇÕES DE BENS CULTURAIS	2.610.763,60
GESTÃO DA POLÍTICA	986.175,94
FOMENTO AO TURISMO, CENTROS CULTURAIS e PARQUES.	910.007,10
APOIO A AGENTES EXTERNOS	871.049,51
DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	520.042,91
SISTEMAS DE MONITORAMENTO	505.670,01
PESQUISA	419.427,94
AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	323.071,50
PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	256.086,62
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	200.744,63
BENS MÓVEIS E ACERVO ARQUEOLÓGICO	136.834,05
BANCO DE PROJETOS	80.070,00
EVENTOS	77.067,72
MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	2.790,00
TOTAL	7.899.801,53

A tabela 17 detalha as restaurações realizadas por tipo de objeto sendo restaurado. Como na ação de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material, também na ação de Fomento, o principal objeto de gasto tem sido o patrimônio sacro.

TABELA 17
Gasto com restaurações em 2007 na Ação de Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural, por tipo de objeto.

¹⁴ Como foi comentado anteriormente, a realização orçamentária da ação de fomento, graças à execução de dotações orçamentárias de outras unidades do MINC foi de R\$ 7.899.801,53. De qualquer forma, mantivemos no quadro comparativo, o resultado apresentado no SIGPLAN.

RESTAURAÇÃO - OBRAS/IGREJAS	1.565.041,08
RESTAURAÇÃO - OBRAS/PATRIMÔNIO EM GERAL	742.094,16
RESTAURAÇÃO - OBRAS/PATRIMÔNIO AZULEJAR	173.816,36
RESTAURAÇÃO OBRAS DE ARTE	113.400,00
RESTAURAÇÃO - OBRAS/RESTAURAÇÕES EM EDIFÍCIOS-SEDE	16.412,00
TOTAL RESTAURAÇÕES	2.610.763,60

TABELA 18

Convênios executados na ação 4793 – Fomento a Projetos na área do Patrimônio Cultural em 2007.

Convênios executados na ação 4793 - Fomento a Projetos na área do Patrimônio Cultural					
Código Siafi/Siasg	Objeto da Avença	Valor total pactuado	Valor total recebido/transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)
610872	Execução do Projeto "Kanhgág Venh Kógan Mré Venh Grén - pintura e dança Kaingang"	84.659,00	0,00	17.210,00	Fundação Regional Integrada - FURI CNPJ 96.216.841/0001-00
615169	Bem-te-vi - Oficinas artístico-culturais, audiovisuais, de cidadania e geração de renda em torno da memória do Jongô do Tamandaré	100.000,00	0,00	20.000,00	Associação Cultural Cachuera! CNPJ 02.910.189/0001-85
620521	Projeto "Gira da Tradição"	100.000,00	0,00	20.000,00	Fundação Municipal de Ação Cultural do Município de Maceió CNPJ 01.834.835/0001-00
Total		284.659,00	0,00	57.210,00	

/CLG/2008

Divisão de Convênios

TABELA 19

Diárias e Passagens, emitidas em 2007, na ação Fomento a projetos na área do Patrimônio Cultural

NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO EMPENHOS EXECUÇÃO DA		
	AUTORIZADA	EMITIDOS	DESPESA
339014 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	156.211,03	156.211,03	156.211,03
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	561.358,89	561.358,89	555.358,79

Fonte: Siafi
2008

Outro objetivo importante da ação de Fomento a Projetos na área do Patrimônio Cultural, foi a gestão da política do patrimônio cultural. As iniciativas nessa linha estão voltadas para a realização de reuniões para acompanhamentos de projetos, seminários de planejamento ou avaliação de políticas, fortalecimento de relações com outras esferas de governo, reuniões do Conselho Consultivo, etc.

Em terceiro lugar, encontram-se os projetos de fomento ao turismo, centros culturais e parques. As iniciativas ligadas à Casa do Samba do Recôncavo Baiano somadas totalizam um investimento de R\$ 466.352,22. Se forem somados a esses recursos, os recursos da ação de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material para o mesmo fim [R\$ 99.965,76], será obtido um total de 566.317,98 investidos [em 2007, com créditos dessas duas ações orçamentárias] na implantação da Casa do Samba de Roda do Recôncavo Baiano.

Em quarto lugar, são encontradas as iniciativas de apoio a agentes externos. Nesta linha destaca-se o Programa de Especialização no Patrimônio Cultural [R\$ 500.000,00] que, com recursos desta ação, financiou 25 trabalhos de especialização no patrimônio cultural, realizados por profissionais de nível superior recém-formados. Somados aos R\$ 471.237,25 empenhados para o mesmo Programa de Especialização no Patrimônio Cultural na ação de Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural, foi atingido o valor de R\$ 971.237,25 empenhados com essa finalidade, financiando o desenvolvimento de um total de 50 trabalhos de especialização. São trabalhos realizados sob a tutoria de um técnico do Iphan, versando sobre temas de preservação e normalmente utilizando o acervo documental sob guarda do Instituto. Além disso, foram descentralizados recursos para instituições vencedoras de edital de concurso de projetos voltados para a salvaguarda de bens do patrimônio cultural imaterial.

4.1.1.2.3. Ação 6628 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial

4.1.1.2.3.1. Dados Gerais

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Promover e realizar o registro de bens culturais processuais e dinâmicos, visando ao seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil, e contribuir para sua permanência, conhecimento e acesso pela sociedade.

Descrição

Realização de estudos, pesquisas e documentação dos bens culturais de natureza imaterial, visando à instrução técnica dos processos de registro nas categorias: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: DPI/DF

Unidades Executoras: Superintendências Regionais e DPI/DF

Coordenador nacional da Ação: Ana Cláudia Lima e Alves

4.1.1.2.3.2. Resultados

Produto: Bem registrado

Metas:

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
6	842.878	3	786.369

TABELA 20

Convênios executados na ação 6628 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, em 2007- Brasil Patrimônio Cultural.

Convênios executados na ação 6628 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial					
Código Siafi/Siasg	Objeto da Avença	Valor total pactuado	Valor total recebido/transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)
610987	"Inventário e elaboração do dossiê de Registro do Ritual Yaokwa do Povo Enawene Nawe em Mato Grosso"	75.000,00	0,00	15.000,00	Operação Amazônia Nativa - OPAN CNPJ 93.017.325/0001-68
611150	Projeto denominado Caminhos de Pirenópolis/A Trilha das Guerreiras	101.950,00	0,00	22.250,00	Guaimbê Espaço e Movimento Criativo CNPJ 04.874.425/0001-80
610868	Execução do Projeto intitulado de "Mercado de São José: Memória e História"	99.877,69	0,00	19.990,08	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional - FADURPE CNPJ 08.961.997/0001-58
Total		276.827,69	0,00	57.240,08	

Divisão de Convênios/CLG/DPA/2008

TABELA 21

Diárias e Passagens, emitidas em 2007, na ação Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial – Brasil Patrimônio Cultural

NATUREZA DE DESPESA	DOTAÇÃO		EXECUÇÃO DA DESPESA
	AUTORIZADA	EMITIDOS	
339014 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	13.041,95	13.041,95	11.485,15
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	43.267,80	43.267,80	38.267,12

Siafi/200

8

A ação de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial promove e realiza o registro de bens culturais processuais e dinâmicos, visando ao seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil, e a contribuir para sua permanência, conhecimento e acesso pela sociedade.

Em 2007 três importantes formas de expressão foram registradas pelo Iphan como Patrimônio Cultural Brasileiro: o Frevo Pernambucano, o Tambor de Crioula do Maranhão e as matrizes do Samba do Rio de Janeiro – samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo.

O registro do Frevo, além de fazer justiça a um bem cultural de enorme relevância e considerar o seu valor histórico e artístico, reconhece e legitima as referências culturais dos grupos sociais até então não contemplados no conjunto dos bens culturais protegidos ou salvaguardados. Reconhecê-lo é legitimar a história de luta e resistência do povo brasileiro e pernambucano e contribuir para preservar e ampliar os canais de participação, expressão, necessidades e visões de mundo, profundamente internalizadas e traduzidas numa manifestação tão singular musical e coreograficamente.

O tambor de crioula, praticado no Maranhão, é uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores. Seja ao ar livre, nas praças, no interior de terreiros, ou então associado a outros eventos e manifestações, é realizado sem local específico ou calendário pré-fixado, especialmente em louvor a São Benedito.

O pedido de titulação das matrizes do Samba do Rio de Janeiro – samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo – como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, foi feito pelo Centro Cultural Cartola, com apoio da Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e da Liga Independente das Escolas de Samba. Nilcemar Nogueira, presidente do Centro e neta do compositor Agenor Ferreira, o Cartola, fez o pedido, pois temia o enfraquecimento das matrizes do samba do Rio. "*Meu avô foi um dos pioneiros da popularização dessa forma de samba, no final da década de 20. Quero proteger seu legado cultural*", alega. A pesquisa que levou ao registro mapeou as seis escolas de samba mais antigas do Rio: Mangueira, Portela, Salgueiro, Vila Isabel, Império Serrano, Estácio de Sá.

A identificação e o reconhecimento das formas de samba brasileiras é uma das diretrizes do Iphan, que se insere na proposta da atual gestão do Ministério da Cultura, de construção de um mapa cultural do país. Entre os 11 bens reconhecidos como patrimônio imaterial brasileiros, se destacam outras formas de samba dançadas no território nacional, como o samba de roda no Recôncavo Baiano, o tambor de crioula no Maranhão e o jongo no Sudeste.

Para o Ministro Gilberto Gil, titular o Samba foi fazer justiça a uma tradição cultural durante muito tempo perseguida pela polícia e enquadrada na lei da 'vagabundagem'. "*Se hoje sambar, compor ou tocar samba não dá cadeia é porque nossa população fez valer aquilo que era justo, como um direito de todos*", afirmou Gil. Segundo ele, o samba estabeleceu no Brasil um tipo de cidadania que é fundada na alegria e no prazer de estar vivo.

Vale ressaltar o inconveniente da utilização do indicador de produto "*bem registrado*" nesta ação. Os estudos para o registro, em geral, demoram mais de um ano. Em função disso, os esforços de um ano, talvez de dois anos, ficam imperceptíveis até que o registro aconteça. Em outros casos, os registros que acontecem em um ano podem não ter um projeto correspondente na ação de Registro naquele mesmo ano [como ocorreu em 2007]. Isto acontece quando praticamente todos os trabalhos já haviam sido realizados no ano anterior, faltando apenas a reunião do Conselho Consultivo. Em função das distorções, inerentes ao indicador escolhido para ação, a seguir será detalhado o andamento dos projetos de 2007.

Em março, foram encaminhadas ações destinadas à instrução dos processos de Registro dos Lugares sagrados dos povos xinguanos [início], do Toque dos Sinos nas Cidades Históricas Mineiras [terceira etapa – cerca de 30% do processo necessário ao registro do bem], da Farmacopéia do Cerrado [início]. Em abril, foi realizada a 7ª Reunião do Grupo de Trabalho da Diversidade Lingüística Brasileira. Em agosto, foi concluída a instrução do processo de Registro do Modo Artesanal de fazer Queijo de

Minas, que deverá ser submetido à apreciação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no primeiro semestre de 2008. Em setembro, foi iniciada a instrução do Processo de Registro do Ritual Yankua dos índios Enawenenawê - Mato Grosso e dado andamento à instrução do processo das Rendeiras de Divina Pastora (completando cerca de 40% dos trabalhos necessários ao registro do bem]. Em outubro, foi iniciada a instrução do Processo de Registro do Mamulengo e retomado o andamento da instrução do processo de Registro da Venerável Irmandade de São Benedito em Angra dos Reis/RJ. Em novembro, foi iniciada a instrução do Processo de Registro da festa de São Sebastião de Cachoeira do Arari da Ilha do Marajó. Em dezembro, foi concluída a 3ª etapa e contratado um aditamento para a conclusão do processo de Registro do Toque dos Sinos nas cidades históricas mineiras [concluindo cerca de 60% dos estudos necessários para o registro do bem] e contratada a pesquisa e a documentação da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis tendo em vista a instrução do processo, ficando a execução em restos a pagar. Além disso, foi contratada a pesquisa das Festas do Rosário em Goiás e Retomada a pesquisa e documentação do Complexo Cultural do Bumba meu Boi do Maranhão [30% do trabalho para o registro do Bem Registrado], ficando a execução destas ações em restos a pagar. Finalmente, sempre é preciso lembrar, que não é possível garantir que, após os estudos necessários, a decisão do Conselho Consultivo do Iphan será favorável ao registro.

4.1.1.2.4. Considerações Gerais

Aqui, serão apresentados, de modo resumido, os resultados importantes de outras ações orçamentárias do Iphan.

- Ampliação dos Tombamentos: Rota da Imigração de Santa Catarina por meio da utilização de novos instrumentos de gestão e proteção: as paisagens culturais; Centro Histórico de João Pessoa, na Paraíba; e obras do arquiteto Oscar Niemeyer

No dia 06 de dezembro de 2007, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou o tombamento da região de imigração de Santa Catarina, considerada paisagem cultural; do centro histórico de João Pessoa, capital da Paraíba; e do conjunto de 24 obras de Niemeyer, selecionadas por ele próprio - 23 em Brasília e a Casa das Canoas no Rio de Janeiro, na Floresta da Tijuca, onde morou cerca de 12 anos.

Com o intuito de reconhecer e valorizar a contribuição das diversas etnias que compõem o painel cultural brasileiro, o Iphan vem trabalhando há mais de 20 anos no projeto Roteiros Nacionais de Imigração. A experiência teve início em Santa Catarina, onde foram realizados estudos, inventários e ações de preservação em parceria com o governo estadual e diversas prefeituras municipais.

A paisagem tombada abrange 59 casas e dois núcleos históricos de áreas rurais de mais de 30 municípios catarinenses, entre eles Blumenau, que compõem a região de imigração polonesa, alemã, italiana e ucraniana. Um passeio pelas estradas rurais de Santa Catarina pode desvendar costumes e tradições seculares trazidos por diversos povos que vieram para o Brasil. Seja na culinária, na música, nos dialetos, na arquitetura, nas festividades ou em qualquer forma de expressão, a cultura introduzida pelos cerca de cinco milhões de imigrantes que chegaram desde o século 19, encontra-se registrada e presente até hoje em vários espaços brasileiros.

O tombamento do centro histórico de João Pessoa, capital da Paraíba, protege uma área de 370 mil m², que compreende parte dos bairros do Varadouro e da Cidade

Alta, num total de 502 edificações, em 25 ruas e seis praças, e ainda o Porto Capim, nascedouro da cidade.

Em data próxima ao aniversário de 100 anos de Oscar Niemeyer, comemorado no dia 15 de dezembro, o Iphan prestou-lhe homenagem ao aprovar o tombamento de 24 de suas obras, reconhecendo seu valor cultural. Estão sendo realizados estudos para o tombamento de outros onze projetos do arquiteto, situados no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Goiás e Rio Grande do Norte. A medida evitará que esse acervo sofra descaracterizações. Será possível evitar, por exemplo, que o afresco pintado por Athos Bulcão no teto da capela do Palácio da Alvorada, em Brasília, seja novamente encoberto por tinta branca. Em setembro deste ano, quando auxiliava na restauração da capela, o Iphan descobriu a pintura escondida sob camadas de tinta.

Além disso, em 2007, procurou-se ampliar as áreas tombadas em cidades referenciais, com ênfase na proteção de centros históricos das cidades do norte e do nordeste e o estabelecimento de "redes de preservação" em diversos estados. Foram concluídos os estudos para o tombamento que reconhece a importância histórica da Casa de Chico Mendes, no Acre. Iniciou-se o inventário do centro histórico de Manaus e os dossiês relativos aos centros históricos de Belém e São Luís estão em fase final. Em andamento, estão os estudos de tombamento dos centros históricos de Pedro II, Campo Maior, Amarante, Oeiras, Parnaíba e Piracuruca, no Piauí e; de Serra do Navio, Fordlândia, Belterra e Óbidos, no Pará.

- O Iphan no cenário mundial da preservação cultural

Quatro importantes acontecimentos marcaram a participação do Iphan no cenário mundial da preservação cultural: o I Encontro Ibero-Americano de Museus - Ibermuseum, em Salvador/BA; o Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-amazônico, em Manaus/AM; a Conferência sobre Paisagens Históricas Urbanas nas Américas, em Olinda/PE; e a eleição do Brasil como país-membro do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, durante sua 16ª Assembléia Geral, em Paris, na França.

Pela primeira vez, representantes dos museus da América Ibérica se reuniram para trocar experiências e debater ações integradas para o setor, durante o I Encontro Ibero-Americano de Museus, iniciativa do Iphan, Ministério da Cultura e da Associação Brasileira de Museologia, realizada com o patrocínio da Petrobrás. O I Encontro contou com representantes dos 23 países-membros da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI): Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A diversidade cultural da América Ibérica também se reflete no panorama museológico. Atualmente existem cerca de 10 mil museus ibero-americanos, espaços de comunicação e encontro de diferentes identidades que recebem em média 100 milhões de visitantes ao ano. Juntas, essas unidades comportam uma média de 260 milhões de itens em seus acervos. Os museus ibero-americanos terão um ano dedicado a eles, pois em 2008 será celebrado o Ano ibero-americanos de Museus, quando as instituições da região realizarão ações integradas e programação diversificada em suas agendas.

O Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-amazônico reuniu especialistas do Brasil e de países fronteiriços - Colômbia, Peru, Venezuela, Bolívia e Equador - com o objetivo de promover o patrimônio arqueológico da Amazônia, composto de quase três mil sítios registrados, e viabilizar seu desenvolvimento sustentável. Os sítios arqueológicos da Amazônia representam a

maior parte dos bens culturais no estado. Sua conservação é essencial tanto por sua expressividade como por sua importância para o cenário científico mundial. Entre os principais temas discutidos durante o encontro destacam-se a pesquisa arqueológica na Amazônia, os empreendimentos causadores de impacto ambiental, e como se relacionam com esse patrimônio as populações indígenas, os caboclos e ribeirinhos cujas comunidades, escolas e casas estão localizadas sobre os sítios arqueológicos.

Ainda no setor da Arqueologia, foram apoiados este ano, alguns projetos de Musealização de Sítios Arqueológicos, como maneira de socializar as informações coletadas em cada sítio, aproximando o Iphan das comunidades e instituições locais. Pretende-se ampliar essa iniciativa em 2008.

O Iphan e o Centro de Patrimônio Mundial da Unesco promoveram, em novembro, a Conferência sobre Paisagens Históricas Urbanas nas Américas, que reuniu especialistas de 20 países para debater os critérios de intervenções contemporâneas em centros históricos e o conceito de paisagem cultural como modelo de preservação. Esse conceito é utilizado pela Unesco desde a Convenção de 1972 e tem como objetivo o reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular. O primeiro sítio brasileiro protegido a partir dessa noção é a paisagem cultural de imigração de Santa Catarina. O documento produzido durante a conferência será apresentado ao Comitê do Patrimônio Mundial em sua próxima reunião, que acontecerá em junho de 2008 em Quebec, no Canadá.

Em outubro deste ano o Brasil foi eleito como um dos novos países-membros do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, em votação ocorrida durante sua 16ª Assembléia Geral. Ao todo, o Comitê é formado por representantes de 21 países, com mandato de seis anos, que se reúnem anualmente para deliberar sobre as inscrições de sítios na lista do Patrimônio Mundial, discutir estratégias para a proteção dos sítios reconhecidos e para minimizar o impacto da mudança climática nas regiões protegidas. Os outros países eleitos na ocasião foram Austrália, Reino do Bahrein (Arábia Saudita), China, Egito, Barbados (Caribe), Angola, Suécia e Jordânia.

Desde 1999, o Brasil participava do comitê da Unesco apenas como observador. O Presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, esclarece os interesses brasileiros em uma participação mais efetiva: *“Temos exemplos singulares e únicos no mundo da nossa diversidade cultural, e devemos contribuir com a nossa visão latino-americana, para a atualização constante dos conceitos de patrimônio cultural e suas formas de gestão”*.

Em abril de 2007, a Unesco aceitou a inscrição do dossiê da praça São Francisco, em São Cristóvão/SE, que se encontra em processo de avaliação como Patrimônio Mundial. Neste ano foram concluídos ainda dois dossiês de candidatura ao título: a Rota do Ouro em Paraty/RJ e sua paisagem e a Paisagem Cultural da cidade do Rio de Janeiro.

- Campanha pela Recuperação de Bens Procurados

O Iphan lançou em outubro campanha para mobilizar a população na busca pelos bens culturais desaparecidos. Veiculada em cadeia nacional de televisão e proximamente nos aeroportos do país, convoca o público a consultar, no portal eletrônico da instituição (www.iphan.gov.br) o banco de dados de peças subtraídas do patrimônio brasileiro e a fazer denúncias anônimas por telefone, endereço eletrônico ou no próprio banco on-line. A campanha faz parte de um conjunto de ações desenvolvidas com a parceria de outras instituições, com o objetivo de coibir o

tráfico de bens culturais, além de recuperar e devolver aos locais de origem os bens culturais tombados que foram extraviados ou roubados.

A campanha é uma medida imperativa, considerando que o roubo e o tráfico ilícito de bens do patrimônio causa danos irreparáveis para a história e para a cultura brasileiras. Alguns dos últimos dados divulgados pela Interpol mostram que o roubo de bens artísticos e do patrimônio histórico é o terceiro delito mais rentável do mundo e movimentou R\$ 4 bilhões em 2006; que o Brasil está inserido no tráfico internacional de obras culturais e é o principal alvo da América Latina; e que o Brasil só fica atrás dos Estados Unidos, França e Iraque no ranking mundial de roubo de bens culturais.

A parceria estabelecida entre o Iphan e a Polícia Federal/Interpol há 10 anos já rende frutos. Como exemplo, em fevereiro deste ano o Iphan auxiliou na identificação de 40 livros, alguns com mais de cem anos, e 49 gravuras apreendidas na Argentina, que retornaram ao acervo da biblioteca do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Desde a década de 1980, o Iphan desenvolve o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI, que já identificou tecnicamente cerca de 90 mil objetos de acervos de monumentos tombados. A maior parte desses bens é de arte sacra e estima-se que haja mais 400 mil peças a serem inventariadas. Com o intuito de conhecer melhor as peças históricas e artísticas do Brasil, o Iphan instituiu a Instrução Normativa nº 01, de 11 de junho de 2007, que regulamenta o cadastro de negociantes de obras de arte de qualquer natureza, antiguidades, manuscritos, livros e outros documentos antigos ou raros.

● Focos Temáticos

A seguir será apresentada uma lista de focos temáticos abarcados pela atuação do Iphan em todo o Brasil. Esses focos delimitam os objetos de alguns dos principais projetos de 2007.

Ciclos econômicos - Nas ações de inventário, procurou-se conhecer o patrimônio ligado aos ciclos econômicos do Brasil: o ciclo da erva-mate, o ciclo do café em São Paulo e o ciclo da cana-de-açúcar. Nesta linha ainda, em 2007, o DEPAM contratou equipe especializada, para estudo do Ciclo do Ouro no sul e sudeste, visando a elaboração de dossiê para tombamento.

Patrimônio Rural - Outra linha de atuação foi o patrimônio rural, foram retomadas iniciativas de inventário e preservação do patrimônio rural, buscando contribuir para a sustentabilidade das propriedades de valor cultural. Vale observar que, em alguns casos, as ações voltadas para o patrimônio rural e para a pesquisa dos ciclos econômicos se interseccionam.

Patrimônio Naval - Trata-se de reconhecer e proteger o extenso patrimônio naval brasileiro, existente em todos os estados da federação e atualmente em franco processo de transformação e desaparecimento. Neste ano, foi elaborada a versão final do projeto “Barcos do Brasil”; foram apresentados projetos básicos para a realização de estudos em Camocim [CE] como paisagem cultural; aprofundou-se a identificação dos últimos exemplares de canoas de Pernambuco [5ª SR]; elaborou-se termo de referência para criação do Museu do Mar em Parnaíba [19ª SR]; foi concluído favoravelmente o processo técnico de tombamento da Canoa de Tolda do Rio São Francisco;

Fatos Históricos - Nesta linha, as superintendências de Goiás, de Mato Grosso do Sul e Rondônia, tiveram uma iniciativa conjunta voltada para o estudo e proteção dos postos telegráficos remanescentes das expedições do Marechal Rondon. Também

nessa linha, a superintendência de Santa Catarina enfatizou o estudo e proteção do patrimônio cultural ligado à imigração.

Rede Ferroviária - Este ano, o Iphan recebeu, por meio da Lei 11.483/07, a responsabilidade sobre os bens móveis e imóveis da extinta RFFSA. Em 2007, o Iphan elaborou uma metodologia simplificada para agilizar o inventário dos bens da rede ferroviária, a ser aplicada em 2008. Os demais recursos foram repassados para serviços de conservação e adaptação de imóveis remanescentes da RFFSA. Além disso, o departamento de Patrimônio Material tem realizado trabalho cotidiano de aproximação com prefeituras municipais e entidades interessadas na destinação cultural de imóveis e bens pertencentes à extinta rede ferroviária. O trabalho tem sido acompanhado de perto pela SPU e pela Procuradoria Federal da União.

Primeira Viagem com Prefeitos de Cidades Históricas Brasileiras - Com o intuito de aprofundar sua relação com as cidades históricas e promover a troca de experiências internacionais, o Iphan convidou diversos prefeitos de cidades históricas brasileiras de pequeno e médio porte para dez dias de visita dirigida a cidades históricas congêneres do norte de Portugal/Espanha e ao sul da França. O objetivo foi aprofundar o conhecimento sobre a contemporaneidade européia, onde o patrimônio cultural é base de desenvolvimento e qualidade de vida.

Fortes e Fortalezas - Aproximadamente uma centena de fortificações tombadas pelo Iphan, ressentem-se principalmente da integração com usos e atividades contemporâneas, capazes de permitir novas apropriações destes edifícios de destacado valor histórico e cultural. O Iphan além de aplicar diretamente recursos na proteção e restauração de fortificações, tem procurado parcerias junto a outros atores sociais, como a Fundação do Exército, Associações de Amigos de Fortes e instituições portuguesas e africanas relacionadas ao tema, visando à sustentabilidade desse patrimônio cultural.

4.1.2. PROGRAMA 0171 – MUSEU, MEMÓRIA E CIDADANIA

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: O objetivo do Programa Museu, Memória e Cidadania consiste em revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país.

Gerente do Programa: Luiz Fernando de Almeida

Gerente Executivo: José do Nascimento Júnior

Indicadores: [1] Relação Número de Visitantes a Museus/Número de Museus Revitalizados pela União [Somatória do número absoluto de visitantes aos museus no ano, dividido pelo total de museus revitalizados]; [2] Taxa de Sustentabilidade de Museus da União [Relação percentual entre a receita diretamente arrecadada pelos museus brasileiros e a despesa total executada].

Público-alvo: Sociedade brasileira

Na área museológica, a atribuição do Ministério da Cultura consiste na formulação e implementação de políticas voltadas para o setor, bem como propor diretrizes para identificação, preservação, promoção e gestão dos museus brasileiros e de seus acervos. Desta forma, a preocupação inicial foi o estabelecimento de uma política nacional voltada para os museus brasileiros. Essa se trata de uma ação inédita no Brasil, pois pela primeira vez o Ministério da Cultura chamou a comunidade museológica brasileira para discutir as bases para uma política para o setor.

O fruto principal dessa ação foi o lançamento da Política Nacional de Museus em maio de 2003. A Política Nacional de Museus, construída a várias mãos, foi o resultado de uma ação democrática, cuja criação teve a participação de diversas entidades vinculadas à museologia, profissionais da área, meio universitário e secretarias estaduais e municipais de cultura.

No Plano Plurianual do governo federal, a Política Nacional de Museus está refletida no Programa Museu, Memória e Cidadania, o qual consiste em revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país.

Num país com riqueza cultural como o Brasil, o papel dos museus e de instituições de memórias é de fundamental importância para a inclusão social e a valorização do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo efetivamente representativo da diversidade étnica e cultural brasileira.

Para cumprir esse papel, o museu deve ser uma instituição a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, dotado de gestão participativa, acolhedora para todos os cidadãos, que investiga, incorpora, inventaria, conserva, interpreta, educa, expõe, divulga e valoriza os testemunhos da humanidade. No entanto, os museus brasileiros e as instituições de memória passam atualmente por uma fragilidade nunca antes vista, sem recursos e capacidade técnica para desempenhar adequadamente suas atividades. A Política Nacional de Museus, gerida pelo governo federal, tem como premissa a preservação da memória, democratização do acesso aos bens culturais nacionais, estaduais e municipais, bem como a valorização da cultura nacional e das identidades culturais existentes nas diversas localidades do país, respeitando as diferenças regionais.

Para tanto, o Programa Museu Memória e Cidadania deve abranger não só os museus vinculados ao Ministério da Cultura, mas todos os 2.500 museus brasileiros, independente de sua vinculação institucional, seja ele público ou privado.

O Programa Museu, Memória e Cidadania é composto por seis Ações. As tabelas 22 e 23 listam as ações do programa Museu, Memória e Cidadania, aproveitando para apresentar a execução orçamentária e financeira de cada uma. Destacaram-se por terem devolvido mais de 100 mil reais, as ações de Capacitação de Profissionais de Museus, de Modernização de Museus, de Fomento a Projetos Museológicos e de Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos.

TABELA 22

Execução Orçamentária e Financeira – valores absolutos - das ações do programa Museu, Memória e Cidadania, em reais, em 2007.

AÇÃO	LEI ORÇAMENTÁRIA	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EMPENHADO	PAGO
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	856.178,00	856.178,00	856.178,00	733.581,23
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAIS MUSEUS	1.093.173,00	983.856,00	598.566,19	516.965,03
MODERNIZAÇÃO DE MUSEUS	3.620.292,00	3.282.345,00	3.071.808,59	1.852.584,75
FOMENTO PROJETOS ÁREA MUSEOLÓGICA	5.395.209,00	4.886.034,00	4.505.018,90	1.655.794,05
IDENTIFICAÇÃO E INVENTÁRIO DE ACERVOS	575.889,00	523.301,00	475.106,99	244.403,06
PROMOÇÃO INTERCÂMBIO EVENTOS MUS	1.103.416,00	1.011.575,00	842.497,22	690.765,38
TOTAL	12.644.157,00	11.543.289,00	10.349.175,89	5.694.093,50

Fonte: SIAFI – em 08 de

janeiro de 2008

TABELA 23

Execução Orçamentária e Financeira – valores percentuais - das ações do programa Museu, Memória e Cidadania, em reais, em 2007.

AÇÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	PERCENTUAL EMPENHADO	PERCENTUAL PAGO	CRÉDITO DEVOLVIDO
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	856.178,00	100%	86%	0,00
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAIS MUSEUS	983.856,00	61%	53%	385.289,81
MODERNIZAÇÃO DE MUSEUS	3.282.345,00	94%	56%	210.536,41
FUNIONAMENTO DE MUSEUS DA UNIAO	16.559.214,00	100%	93%	4.056,90
FOMENTO PROJETOS AREA MUSEOLOGICA	4.886.034,00	92%	34%	381.015,10
IDENTIFICAÇÃO E INVENTARIO DE ACERVOS	523.301,00	91%	47%	48.194,01
PROMOCAO INTERCAMBIO EVENTOS MUS	1.011.575,00	83%	68%	169.077,78
Total	28.102.503,00	96%	75%	1.198.170,01

Fonte: SIAFI – em 08 de janeiro

de 2008

4.1.2.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

São consideradas como principais, do programa Museu, Memória e Cidadania, por materializarem os objetivos do programa, as ações de [1] Modernização de Museus; [2] Fomento a Projetos Museológicos; [3] Capacitação de Profissionais de Museus.

4.1.2.2. GESTÃO DAS AÇÕES

4.1.2.2.1. Ação 1612 - Modernização de Museus

4.1.2.2.1.1. DADOS GERAIS

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Dotar os museus brasileiros e institutos de memória de novas tecnologias, equipamentos e acervos, e apoiar a implementação do Sistema Brasileiro de Museus e de redes ou sistemas estaduais e municipais de museus, com vistas a garantir a sua atualidade no contexto nacional e internacional, bem como a qualidade dos serviços prestados à comunidade, proporcionando-lhes as condições necessárias para a geração de atratividade de público e auto-sustentabilidade.

Descrição

Aquisição de equipamentos e implantação de novas tecnologias e metodologias voltadas para segurança, climatização, iluminação, reservas técnicas adequadas, centros de pesquisa, e implantação de redes ou sistemas de Museus e institutos de memória .

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEMU/DF

Unidades executoras: Museus e DEMU/DF

Coordenador nacional da ação: Átila Tolentino

4.1.2.2.1.2. RESULTADOS

Produto: Museu modernizado

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
41	3.282.345	61	3.279.725

A ação "Modernização de Museus" tem por finalidade apoiar projetos de museus, com vistas à qualificação de sua infra-estrutura, como aquisição de equipamentos para informatização das instituições, montagem de reservas técnicas e laboratórios, reformulação de exposições de longa duração, climatização, sistemas de segurança e ampliação de acervos.

Trata-se de uma importante ação que garantiu, em 2007, que os museus do Iphan/MinC pudessem suprir suas necessidades relativas à infra-estrutura logística e a materiais permanentes diversos. Merece destaque o caso dos museus regionais do Iphan, que se tratam de unidades menores, as quais há anos não haviam sido equipadas e que, agora, estão passando por um processo de modernização de suas infra-estruturas.

Para os museus não vinculados ao MinC, o Programa "Museu, Memória e Cidadania" adota o procedimento de selecionar projetos por meio de edital público, chamado de Edital "Modernização de Museus". Esse edital visa apoiar projetos de museus, sejam eles federais, estaduais, municipais ou privados, para aquisição de equipamentos, material permanente e acervos museológicos. Em 2007, o Edital "Modernização de Museus" possibilitou o apoio a 37 projetos, de diferentes instituições de todas as regiões do país, abrangendo museus de pequeno, médio e grande porte. O uso de mecanismo do edital para selecionar os projetos foi adotado desde o ano de 2004, tendo em vista que, com critérios claros e objetivos, o edital coloca em pé de igualdade todos os interessados, democratiza o acesso aos recursos públicos e descentraliza sua aplicação.

Abaixo, segue a relação dos projetos selecionados por meio do Edital Modernização de Museus em 2007.

TABELA 24
Edital Modernização de Museus - 2007

Edital Modernização de Museus - 2007
Projetos Selecionados

Instituição Beneficiada	Nome do Projeto	Valor Aprovado	Cidade	UF
Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore	Por um museu renovado	32.080,00	Maceió	AL
Museu do Homem do Norte	Projeto: Equipar a Sala de Ação Educativa e a Biblioteca do Museu do Homem do Norte	49.053,00	Manaus	AM
Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca	Projeto: Reformulação da Casa de Exposições	99.152,00	Macapá	AP
Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira	Edição de Livros no MAC	35.385,60	Feira de Santana	BA
Museu de Paleontologia da Universidade Regional de Cariri (URCA)	Projeto: "Segurança e Comunicação da Ações Educativas no Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri (URCA)	58.894,00	Crato	CE
Museu Histórico Jacinto de Sousa	Projeto: Aquisição de equipamentos para o incremento da ação educativa do Museu Histórico Jacinto de Sousa	17.681,64	Quixadá	CE
Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás	Projeto: Informatização e Ambientação Sonora da Exposição Lavras e Louvores	63.400,00	Goiânia	GO
Memorial Cristo Rei	Modernização do Memorial Cristo Rei	28.392,00	São Luis	MA
MUSAI - Museu Antropológico de Ituiutaba	Projeto: Otimização das Atividades Administrativas, Educativas e de Conservação Preventiva do Museu Antropológico	57.474,00	Ituiutaba	MG
Museu Municipal "Centro Cultural Manduri"	Projeto de Modernização do Museu Municipal "Centro Cultural Minduri"	13.005,00	Minduri	MG
Museu da Imagem e do Som de MS	Projeto: Plano de Instalação e Modernização do Museu da Imagem e do Som - MIS - no Memorial da Cultura	50.900,00	Campo Grande	MS
Museu das Culturas Dom Bosco	Projeto: Implantação da Climatização no Museu das Culturas Dom Bosco - MS	83.695,00	Campo Grande	MS
Museu da Imagem e do Som de Cuiabá - MISC Lázaro Papazian Chau	Projeto: " Modernização do Museu da Imagem e do Som de Cuiabá - MISC"	65.409,80	Cuiabá	MT
Museu de Arte Sacra do Pará - MAS	Projeto: Modernização do setor de conservação, documentação e pesquisa do SIM/SECULT	24.941,60	Belém	PA
Museu Casa de José Américo	Projeto: "Plano para concluir a instalação do Museu Casa de José Américo"	48.870,00	João Pessoa	PB
Museu da Cidade do Recife	Salvaguarda do Acervo do Museu da Cidade do Recife	34.800,00	Recife	PE
Museu de Arte Moderna Aloisio Magalhães - MAMAM	Projeto: Acessibilidade do Museu de Arte Moderna Aloisio Magalhães - instalação de elevador	94.570,00	Recife	PE
Museu da Casa da Cultura de Teresina	Projeto: Renovare: revitalizando o museu da Casa da Cultura de Teresina	72.641,85	Teresina	PI
Museu Histórico de Cambé	Museus, ontem, hoje e amanhã	60.407,99	Cambé	PR
Casa João Turin	Projeto: Otimização da Casa João Turin	11.616,00	Curitiba	PR
Museu Histórico de Londrina "Pe. Carlos Weiss"	Projeto: Implantação do Setor de Ação Cultural e Educativa no Museu Histórico de Londrina "Pe. Carlos Weiss"	96.450,00	Londrina	PR

Museu da Maré	Projeto: "Modernização do Museu da Maré"	92.757,00	Rio de Janeiro	RJ
Museu do Primeiro Reinado, Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro, Museu Carmen Miranda, Museu Antonio Parreiras, Casa de Oliveira Vianna	Aquisição de equipamentos e de mobiliários para as salas de projetos educativos dos museus estaduais do Rio de Janeiro e de Niteroi	66.197,96	Rio de Janeiro	RJ
Museu Cultural de Major Sales	Projeto: Modernização do Museu Cultural de Major Sales	35.385,60	Major Sales	RN
Museu de Paleontologia e Geologia da UFERSA	Climatização do Museu de Paleontologia Vingt-Um Rosado	22.800,00	Mossoró	RN
Museu Integrado de Roraima	Projeto: "Estratégias Museais de Conservação e Ampliação das Coleções do MIRR"	95.095,00	Boa Vista	RR
Ecomuseu - Casa do Leite	Projeto: Modernização do Ecomuseu Casa do Leite	17.541,96	Cachoeirinha	RS
Museu Público Municipal do Imigrante	Projeto: Equipamentos e Mobiliários destinados à Promoção de Projetos Educacionais	15.090,00	Jacutinga	RS
Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga	Modernização do Museu Arqueológico de São Luiz Gonzaga	11.712,00	São Luiz Gonzaga	RS
Museu Municipal Senador Pinheiro Machado	Modernização do Museu Municipal Senador Pinheiro Machado	8.288,00	São Luiz Gonzaga	RS
Fundação Cultural de Blumenau, Museu de Arte de Blumenau e Museu da Família Colonial	Modernização do Complexo Museológico da Fundação Cultural de Blumenau	54.880,00	Blumenau	SC
Museu da Casa da Cultura Pe. Bernardo Junkes, Museu Arqueológico Igreja N. S. Navegantes, Museu Sacro e Espaço Cultural Capela de St. Antonio	Adequação do Espaço destinado à Reserva Técnica	43.086,30	Içara	SC
Museu Raimundo Fernandes da Fonseca	Mudar é preciso	27.495,00	Boquim	SE
Museu de Santo André Dr. Octaviano Gaiarsa	Projeto: Modernização do circuito museológico da Vila de Paranapiacaba	59.394,42	Santo André	SP
Museu de Arte Moderna de São Paulo	Projeto: Adaptação e Ampliação da Reserva Técnica MAM	79.980,00	São Paulo	SP
Museu de Zoologia José Hidasí	Projeto: Reestruturação do Museu de Zoologia José Hidasí para revitalização do acervo	81.600,00	Palmas	TO
Casa de Memória Pe. Josimo	Projeto: Casa de Memória Pe. Josimo	60.200,00	Wanderlândia	TO

Fonte: DEMU/Iphan

TABELA 25

Convênios executados em 2007, na ação 1612- Modernização de Museu/2007 - Programa Museu Memória Cidadania

Convênios executados na ação 1612- Modernização de Museus//2007					
Código Siafi/Siasg	Objeto da Avença	Valor total pactuado	Valor total recebido/transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)
594443	Reformulação da Casa das Exposições do Museu Sacaca e Montagem de exposição de longa duração	152.980,00	99.152,00	53.828,00	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA CNPJ 34.927.285/0001-22

593255	Aquisição de equipamentos e material permanente para atender ao Projeto: Acessibilidade do Museu de Arte Moderna Aloisio Magalhães - Instalação de Elevador	148.655,00	94.570,00	54.085,00	Sociedade de Amigos do Museu de Arte CNPJ 01.943.393/0001-30
594336	Aquisição de equipamentos para a execução do Plano de Instalação e Modernização do Museu da Imagem do Som - MIS	59.900,00	50.900,00	9.000,00	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul - FCMS CNPJ 15.579.196/0001-98
594600	Execução do Projeto: "Estratégias Museais de Conservação e Ampliação das Coleções do Museu Integrado de Roraima/MIRR	118.855,00	95.095,00	23.760,00	Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima - FEMACT CNPJ 05.652.279/0001-01
596034	Aquisição de equipamentos para execução do Projeto "Salvaguarda do acervo do Museu da Cidade do Recife"	68.764,00	34.800,00	33.964,00	Associação dos Amigos do Museu da Cidade do Recife CNPJ 00.353.439/0001-06
592936	Adaptação e ampliação da reserva técnica do Museu de Arte Moderna de São Paulo	99.975,00	79.980,00	19.995,00	Museu de Arte Moderna de São Paulo CNPJ 62.520.218/0001-24
596544	Execução do Projeto: Edição de Livros no Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira - MAC	47.423,50	44.973,50	2.450,00	Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa/BA CNPJ 07.520.940/0001-50
594243	Aquisição de sistema de climatização para as salas de exposição e sala administrativa do Ecomuseu - Casa do Leite	24.480,00	17.541,96	6.938,04	Município de Cachoeirinha CNPJ 87.990.800/0001-85
592937	Execução do Projeto: Modernização do Museu da Imagem e do Som de Cuiabá - MisC	90.409,80	65.409,80	25.000,00	Associação dos Profissionais do Cinema e de outras Tecnologias do AudioVisual do Estado de Mato Grosso - AMAV/ABD CNPJ 05.821.189/0001-05
593264	Execução do Projeto: Implantação da Climatização no Museu das Culturas Dom Bosco	98.090,00	74.090,00	24.000,00	Missão Salesiana de Mato Grosso - Salesianos CNPJ 03.226.149/0001-81
592938	Execução do Projeto: Modernização do Circuito Museológico da Vila de Paranapiacaba	90.394,42	59.394,42	31.000,00	Município de Santo André/SP CNPJ 46.522.942/0001-30
593200	Aquisição e mobiliários destinados à promoção de Projetos Educativos	15.632,70	15.090,00	542,70	Município de Jacutinga CNPJ 87.613.394/0001-31

593094	Aquisição de equipamentos, mobiliário e sistema de iluminação para a Casa de Memória Padre Josimo	73.450,00	58.400,00	15.050,00	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Ilha Verde CNPJ 01.408.710/0001-18
593689	Aquisição de equipamentos e material permanente para atualização do acervo da exposição de longo duração do Museu Théo Brandão, conforme o Projeto "Por um Museu Renovado"	40.100,00	32.080,00	8.020,00	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES CNPJ 12.449.880/0001-67
593072	Execução do Projeto: Mudar é Preciso	38.193,36	27.495,00	10.698,36	Município de Boquim CNPJ 13.097.068/0001-82
593410	Execução do Projeto RENOVARE: Revitalizando o Museu da Casa da Cultura de Teresina	76.465,85	72.641,85	3.824,00	Fundação Cultural Monsenhor Chaves - FCMC CNPJ 10.332.617/0001-68
593962	Aquisição de material permanente e equipamentos para a execução do projeto: "Otimização das atividades administrativas, educativas e de conservação preventiva do Museu Antropológico de Ituiutaba"	71.874,00	57.474,00	14.400,00	Fundação Cultural de Ituiutaba CNPJ 21.247.648/0001-37
594001	Aquisição de material permanente e equipamentos para a execução do Projeto: "Reestruturação do Museu de Zoologia José Hidasí para revitalização do acervo"	112.850,00	81.600,00	31.250,00	Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS CNPJ 01.637.536/0001-85
592965	Aquisição de material permanente e equipamento para o Projeto: Modernização do Museu Cultural de Major Sales	36.495,60	35.385,60	1.110,00	Município de Major Sales CNPJ 01.612.383/0001-11
593265	Aquisição de equipamento de informática e mobiliário visando a modernização do setor de conservação, documentação e pesquisa do Sistema Integrado de Museus e Memoriais - SIM/SECULT	33.768,58	24.941,60	8.826,98	Associação Amigos dos Museus do Pará - AMU PARÁ CNPJ 02.510.326/0001-94
594599	Execução do Projeto: Modernização do Museu da Maré	118.377,00	92.757,00	25.620,00	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM CNPJ 02.260.953/0001-14

596031	"Modernização do Complexo Museológico da Fundação Cultural de Blumenau"	68.600,00	54.880,00	13.720,00	Fundação Cultural de Blumenau CNPJ 83.799.551/0001-94
595669	Aquisição de equipamentos para o incremento da ação educativa do Museu Histórico Jacinto de Sousa	21.674,76	17.681,64	3.993,12	Município de Quixadá CNPJ 23.444.748/0001-89
594603	Execução do Projeto: Equipar a Sala de Ação Educativa e a Biblioteca do Museu do Homem do Norte	73.546,29	49.053,00	24.493,29	Secretaria Municipal de Cultura do Município de Manaus CNPJ 07.979.060/0001-47
594598	Aquisição de material permanente e equipamentos visando a execução do Projeto: "Adequação do Espaço Destinado à Reserva Técnica "	88.410,75	43.086,30	45.324,45	Município de Içara CNPJ 82.916.800/0001-11
611203	Modernização e Qualificação das Ações Educativas do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	79.407,23	0,00	16.700,00	Fundação Cultural de Joinville CNPJ 83.796.227/0001-12

1.948.772,84 1.378.472,67 507.592,94

Divisão de

Convênios/CLG/2008

4.1.2.2.2. Ação 2838 – Fomento a Projetos na Área Museológica

4.1.2.2.2.1. DADOS GERAIS

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Promover ações voltadas para preservação, conservação, aquisição e difusão de acervos culturais; de democratização e acesso a bens culturais, publicações na área museológica, pesquisas, atividades educativas e de comunicação com o público.

Descrição

Apoio a ações de aquisição, documentação, organização, informatização, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos nos níveis municipal, estadual e nacional; apoio a projetos de educação museológica; pesquisas e publicação da produção intelectual e científica; difusão da produção editorial específica dos museus e da museologia; desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus; e projetos que tenham por objetivo a democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEMU/DF

Unidades executoras: Museus e DEMU/DF

Coordenador nacional da ação: Átila Tolentino

4.1.2.2.2. RESULTADOS

Produto: Projeto apoio

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
34	4.886.034	128	4.564.303

Essa ação tem por finalidade apoiar projetos dos museus para execução de suas atividades finalísticas, como a promoção de exposições, realização de atividades educativas e culturais, produção de material promocional e bibliográfico, promoção à produção de pesquisas, entre outras, o que garante a continuidade das atividades cotidianas desenvolvidas pelos museus do Iphan/MinC e, conseqüentemente, a qualidade nos serviços prestados ao público.

Em 2007, cabe destacar a realização da 5ª Semana Nacional de Museus, com o tema "Museus e patrimônio universal", durante o período de 14 a 20 de maio de 2007. Participaram dessa atividade, mais de 460 instituições de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, quando promoveram mais de 1400 eventos culturais, contribuindo para estimular a visita aos museus de todo o país e acesso aos nossos bens culturais sob a guarda dos museus.

TABELA 26

Semana Nacional de Museus - histórico

SEMANA NACIONAL DE MUSEUS – 2003-2007		
ANO	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES	EVENTOS REALIZADOS
2003	57	270
2004	161	350
2005	284	800
2006	438	1.200
2007	460	1.400

4.1.2.2.3. Ação 8207 – Capacitação de Profissionais de Museus

4.1.2.2.3.1. DADOS GERAIS

Tipo: Orçamentária

Finalidade

Promover e incentivar a capacitação e qualificação de profissionais do setor museológico e de instituições de memória.

Descrição

Apoio a ações de capacitação dos profissionais de museus, em nível de graduação, pós-graduação, além de cursos técnicos e de extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus; criação de pólos de capacitação e de equipes volantes,

com condições de atuação nacional; desenvolvimento de programas de estágios em museus brasileiros e estrangeiros com reconhecida e comprovada capacidade e disponibilidade de atuação na área da formação profissional; e ações de intercâmbio na área museológica aos profissionais de museus, inclusive por meio da concessão de bolsas de estudo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEMU/DF

Unidades executoras: Museus e DEMU/DF

Coordenador nacional da ação: Átila Tolentino

4.1.2.2.3.2. RESULTADOS

Produto: Profissional capacitado

Previsas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
11258	983.856	6844	634.198

Essa ação congrega o Programa de Formação e Capacitação em Museologia, colocado em prática com a parceria de secretarias de cultura de todos os estados e universidades. Esse programa teve início no ano de 2003 e tem a finalidade de oferecer cursos nas diversas áreas de atuação do campo museológico e apoiar a realização de seminários e eventos que debatam temas de interesse do setor. Desde a sua implementação, esse programa já capacitou quase 18 mil profissionais de todo o país. Em 2007, o número total de capacitados superou a casa do 6500 profissionais, conforme demonstram os gráficos e tabelas abaixo.

TABELA 27
Programa de Formação e Capacitação em Museologia - histórico

Programa de Formação e Capacitação em Museologia				
Ano	Estados	Cursos	Fóruns e Seminários	Participantes
2003	2	16	0	562
2004	8	27	5	1468
2005	20	68	17	4677
2006	19	79	11	4578
2007	23	82	6	6603
Totais		272	39	17888

FIGURA 03

Programa de Capacitação em Museologia

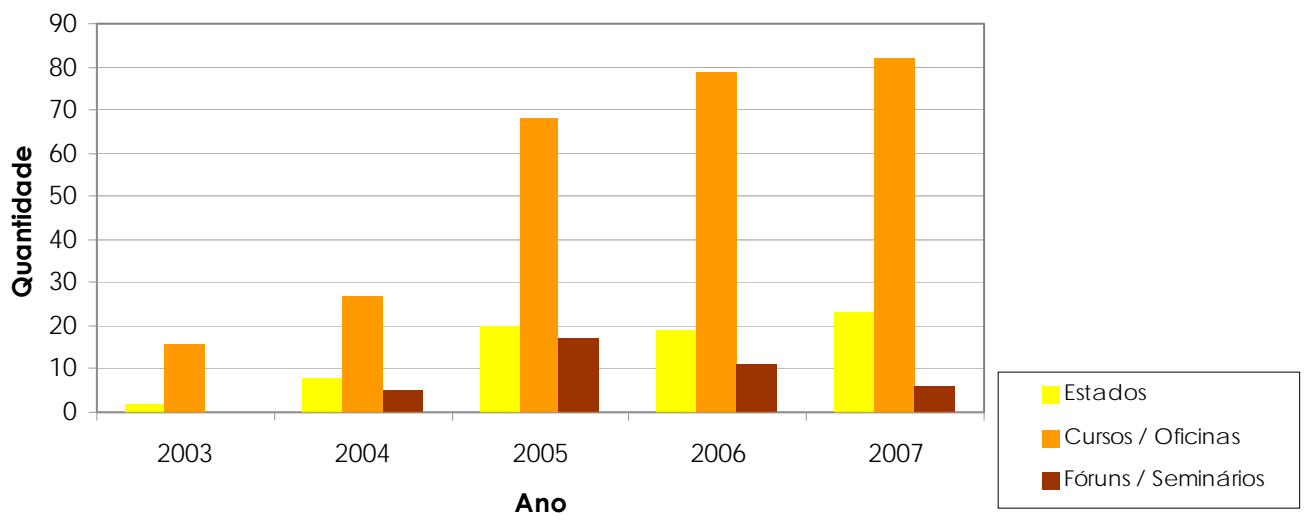
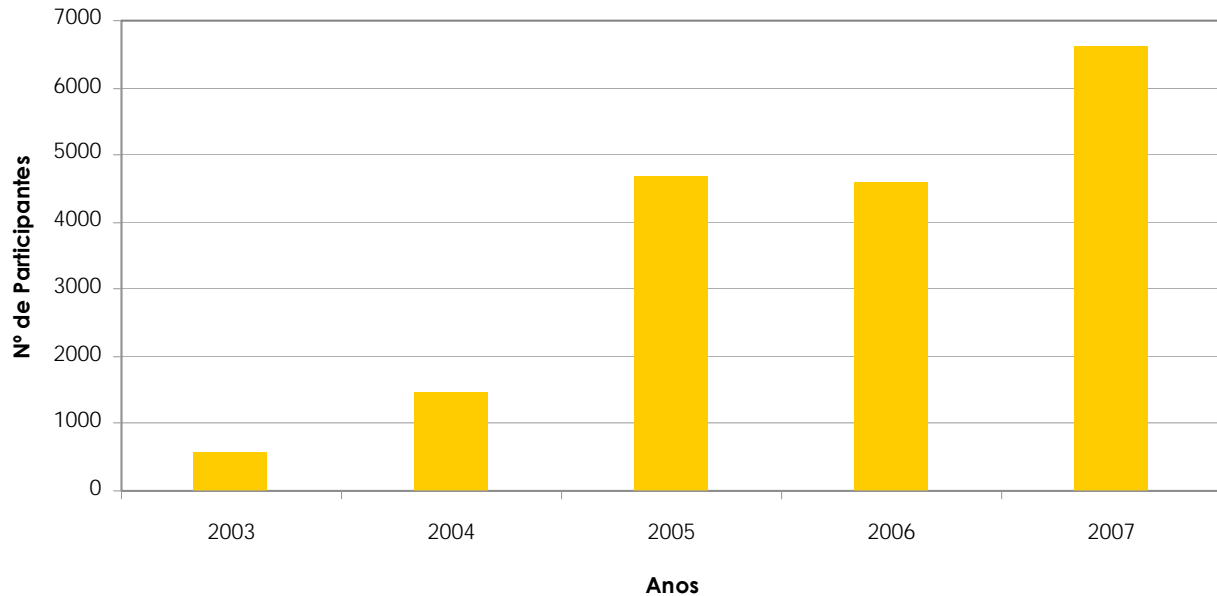


FIGURA 04

Participantes no Programa de Capacitação em Museologia



Faz-se necessário salientar que as oficinas de capacitação promovidas pelo Programa são avaliadas pelos participantes, com o objetivo de melhorar a condução dos cursos e, caso necessário, redefini-los. A avaliação leva em consideração os seguintes aspectos:

- 1) Desempenho do professor: a) domínio dos conteúdos abordados: conceitual e prático; b) condução dos trabalhos; c) estímulo aos participantes, d) incentivo à interação entre os participantes; e) metodologia utilizada em relação aos conteúdos abordados; f) clareza na apresentação dos conteúdos; g) clareza na resposta aos questionamentos; e h) relação dos conteúdos apresentados à realidade dos alunos.
- 2) Avaliação do curso: a) atingimento dos objetivos; b) fornecimento de novas alternativas para a realização do trabalho do participante; c) aplicabilidade dos conteúdos ao trabalho do participante; d) promoção de troca de experiência entre os participantes; e) carga horária adequada; f) bibliografia e material didático utilizados; e g) adequação das instalações físicas.
- 3) Desempenho do próprio participante: a) motivação para participar do curso; b) participação nas atividades desenvolvidas; c) contribuição com seu próprio conhecimento ou experiência nas atividades desenvolvidas no curso; e d) condições de aplicar, no seu trabalho, os conhecimentos adquiridos no curso.

As notas variam de 1 (mínima) a 5 (máxima). Entre as oficinas avaliadas, as médias das notas recebidas no conjunto de todos os cursos, referentes a cada um dos três aspectos citados, foram de 4,59 para "Desempenho do Instrutor"; 4,29 para "Avaliação do Curso"; 4,35 para "Desempenho do Próprio Participante". Isso demonstra que os cursos são geralmente bem avaliados e, portanto, cumprem o seu objetivo.

O Programa de Formação e Capacitação em Museologia também tem a finalidade de promover, em parceria com secretarias e fundações de cultura, a realização de fóruns de museus em todas as regiões do país, com a finalidade de discutir o andamento e as diretrizes para as políticas públicas para o campo museológico em nível estadual e nacional, o que fornece os subsídios para a condução da Política Nacional de Museus e, conseqüentemente, do Programa Museu, Memória e Cidadania.

A participação social, conseguida por esses fóruns de discussão, é fundamental para o delineamento das diretrizes e definição de ações que serão realizadas dentro da Política Nacional de Museus e do Programa Museu, Memória e Cidadania. Isso contribui para que a demanda do setor museológico seja atendida dentro das possibilidades do Programa e para que os resultados sejam alcançados.

Cabe destacar, ainda, que em 2007, a experiência do Programa de Capacitação e Formação em Museologia foi levada ao Paraguai, como resultado de cooperação bi-lateral entre os Ministérios da Cultura do Brasil e daquele país, envolvendo a Agência Brasileira de Cooperação - ABC. Por meio dessa cooperação, foi realizada a Jornada Museológica Paraguai-Brasil, na cidade de Assunção, e foram oferecidos 6 cursos de capacitação em diferentes áreas de atuação do campo museológico a profissionais dos museus paraguaios. Cada um dos cursos permitiu a capacitação de, aproximadamente, 30 profissionais paraguaios.

4.1.2.4. Considerações Gerais

Todas essas ações permitiram a criação de um espaço de interlocução e articulação da política museológica dentro do Ministério da Cultura e o fortalecimento de uma rede do setor museológico em todo o país. Esse aspecto foi fundamental para a consolidação do Sistema Brasileiro de Museus - SBM, instituído pelo Decreto nº 5264, de 05/11/2004, que tem a finalidade de constituir uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a promoção e a gestão do patrimônio cultural, de modo a transformá-lo num dispositivo estratégico de desenvolvimento e inclusão social, tornando-o cada vez mais representativo da diversidade cultural brasileira.

O SBM, cuja base de financiamento é o Programa Museu, Memória e Cidadania, se sustenta num modelo de gestão, balizado em três pilares, que potencializam a ação desse arranjo institucional, desenhado da seguinte forma:

- 1- Instrumentos Institucionais: referem-se à organização institucional do setor museológico, compreendendo o Programa de Governo para o setor e os mecanismos indispensáveis para a execução da Política Nacional de Museus, como a criação do Cadastro Nacional de Museus.
- 2- Instrumentos de Democratização: referem-se à formação de rede de colaboradores nacionais e internacionais, de modo a incentivar o acesso democrático aos bens culturais, disseminação de conhecimento, distribuição democrática dos recursos públicos e discussão das diretrizes das políticas públicas para o setor museológico.
- 3- Instrumentos de Fomento – referem-se aos mecanismos desenvolvidos de modo a garantir os investimentos necessários para a revitalização dos museus, como os editais públicos de apoio a entidades museológicas.

O SBM disponibiliza instrumentos institucionais, de fomento e de democratização para a gestão da Política Nacional de Museus e consecução dos seus objetivos. Esse

modelo provê organicidade à gestão e demonstra que determinadas ações enquadram-se em mais de um instrumento. Exemplo são os editais de apoio a museus, acima descritos, que são, ao mesmo tempo, instrumentos de fomento e democratização, eis que colocam em pé de igualdade todos os interessados aos recursos públicos.

Com esse modelo de gestão, a Política Nacional de Museus, por meio do SBM, pretende valorizar o patrimônio cultural brasileiro, por meio da revitalização e criação de instituições museológicas a partir da obtenção dos seguintes resultados: Incremento de recursos para investimento na área museológica em todo o país; estabelecimento de parcerias para captação de recursos financeiros, recursos humanos e novas tecnologias para aperfeiçoamento do setor; Profissionalização do setor museológico em todo o Brasil; Visibilidade e valorização do tema "museus" pela sociedade.

O SBM dispõe de um Comitê Gestor, composto por entidades governamentais e da sociedade civil ligada ao setor museológico, configurando-se um instrumento de democratização e suprimindo uma das demandas presentes na gestão anterior, ou seja, o estabelecimento de mecanismos de comunicação legítimos e próprios para as demandas do campo museológico brasileiro.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. INDICADORES: PROGRAMA BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL em 2007

5.1.1 - OS INDICADORES DO BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

O Programa Brasil Patrimônio Cultural, gerenciado pelo Iphan, possui dois indicadores: Índice de Preservação do Patrimônio Material e Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

5.1.1.1 – Índice de Preservação do Patrimônio Material [IPPM]

Em 2006, o grupo de trabalho composto por técnicos do Iphan e analistas do MINC considerou que se forem realizados, anualmente, 52 inventários do patrimônio material, 52 acautelamentos, 300 projetos de preservação, 9.100 inspeções de fiscalização e 350 projetos de fomento, o patrimônio cultural material brasileiro estará sendo razoavelmente preservado. O IPPM avalia a diferença percentual entre o que foi executado no ano e os valores acordados no grupo de trabalho.

Segue o valor do indicador atingido pelo Iphan em 2007, com base nos resultados de cada ação.

Nome do indicador: IPPM

Unidade de medida: Porcentagem

Fonte: Iphan/MINC

Base Geográfica: Nacional

Fórmula de Cálculo: Soma das relações percentuais entre os principais produtos obtidos por ano e a demanda desses produtos, dividida pelo número de tipos de produtos.

$$\text{IPPM} = \{[(\text{ident} / 52) + (\text{acaut} / 52) + (\text{conserv} / 300) + (\text{fisc} / 9.100) + (\text{fom} / 350)] \times 100\} / 5$$

Em 2007, o Iphan realizou 57 inventários, 22 acautelamentos, 150 projetos de preservação, 8.215 inspeções técnicas¹⁵ e 175 projetos de fomento. Aplicando estes valores à fórmula do indicador, encontramos:

$$\text{IPPM} = (((57/52) + (22/52) + (150/300) + (8.215/9.100) + (175/350)) * 100) / 5$$

$$\text{IPPM} = (((1,10) + (0,42) + (0,5) + (0,9) + (0,5)) * 100) / 5$$

$$\text{IPPM} = ((3,42) * 100) / 5$$

$$\text{IPPM} = (342) / 5$$

$$\text{IPPM} = 68,4\%$$

Houve pouca variação no indicador de 2006 [IPPM= 70,7%] para 2007 [IPPM= 68,4%]. Dada a pouca precisão do indicador, é possível afirmar que não houve variação. O valor do IPPM indica que a quantidade de produtos produzidos pelo Iphan em 2007 encontra-se cerca de 31,6% abaixo daquilo que seria necessário para que o patrimônio cultural material brasileiro fosse razoavelmente preservado.

5.1.1.2 - Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial

Nesse indicador são contados os bens culturais de natureza imaterial registrados pelo Iphan durante o ano. Embora ele represente o volume de trabalho do Iphan nessa

¹⁵ A coordenadora da ação preencheu, por engano, no SIGPLAN a realização de 2.465 inspeções técnicas. O valor apresentado neste relatório de gestão é o correto, levantado junto às superintendências regionais.

área, tem a fraqueza de não dar noção sobre o quanto esse volume de trabalho se aproxima do que seria ideal para a preservação cultural imaterial brasileira, essencial para um indicador de resultados.

Segue o valor do indicador atingido pelo Iphan em 2006.

Nome do Indicador: Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial

Unidade de medida: Unidade

Fonte: Iphan/MINC

Base Geográfica: Nacional

Formula de Cálculo: Somatório do número de bens culturais de natureza imaterial registrados pelo Iphan.

Realizado em 2007

Três bens registrados: [1] Frevo, [2] Tambor de Crioula do Maranhão, [3] Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba enredo.

5.1.1.3. AVALIAÇÃO

No processo de elaboração de indicadores de um programa ou de determinado grupo de ações, espera-se que tais indicadores apresentem o impacto social das ações implementadas. Os indicadores do principal programa do Iphan revelam a produção anual do Instituto, mas não revelam informações sobre o impacto do programa sobre a comunidade [como aprimoramento da cidadania e crescimento de renda da população]. São, na realidade, apenas medidas de eficácia ou, como classifica a literatura especializada, são indicadores de resultado: avaliam até que ponto as metas estão sendo alcançadas. Ainda assim, a implantação desses indicadores representou importante avanço para o Iphan, forçando-o à difícil tarefa de tentar quantificar os resultados da sua atuação.

Infelizmente, por falta de um sistema de monitoramento adequado, o estado de conservação do patrimônio não pode, atualmente, ser avaliado em bases anuais acuradas. A avaliação de eficácia do programa exige a criação de um sistema de monitoramento informatizado. Para tanto, estabeleceu-se como prioridade a informatização das atividades que compõem o núcleo operacional do Instituto: atividades de inventário e fiscalização.

A avaliação de efetividade, por outro lado, é muito mais difícil no segmento cultural. Há falta de estatísticas regularmente produzidas sobre o tema patrimônio cultural. Recentemente, o Ministério da Cultura estabeleceu convênio com o IBGE para o levantamento de dados sobre a economia da cultura e sobre a disponibilidade de equipamentos culturais e estruturas de gestão nos municípios brasileiros. Contudo, esses dados precisam ter uma periodicidade anual ou bianual para que tenham aplicabilidade na gestão das atividades do Instituto. Por enquanto, não há garantias quanto à periodicidade das pesquisas.

Por outro lado, o departamento de planejamento e administração tem dedicado esforços para encontrar dados secundários, coletados sistematicamente por outros atores sociais, que possam auxiliar a avaliação da política de patrimônio. Dados como a "taxa de ocupação" de áreas urbanas, disponíveis em todas as prefeituras, podem indicar o impacto da política sobre a revitalização de centros históricos, por exemplo. Medidas de "citações na mídia" do patrimônio cultural [medida que muitas organizações realizam], podem dar indicação sobre a valorização do patrimônio por parte da população brasileira. Dados da RAES sobre atividade econômica nas cidades pode avaliar o impacto das políticas de patrimônio sobre o aumento da atividade turística ou artesanal. Até o momento, contudo, não foi possível levantar um conjunto de dados suficiente para criar indicadores relevantes para a preservação do patrimônio cultural, devido à situação acima descrita.

5.2. MEIA-VIDA ORÇAMENTÁRIA

Este foi um ano (2007) em que o Iphan poderia ter obtido um grande avanço no processo de execução, atingindo a meta de empenhar todos os créditos previstos no Orçamento da União até o mês de setembro. Por diversos motivos – entre eles uma greve de 70 dias – este objetivo não foi alcançado.

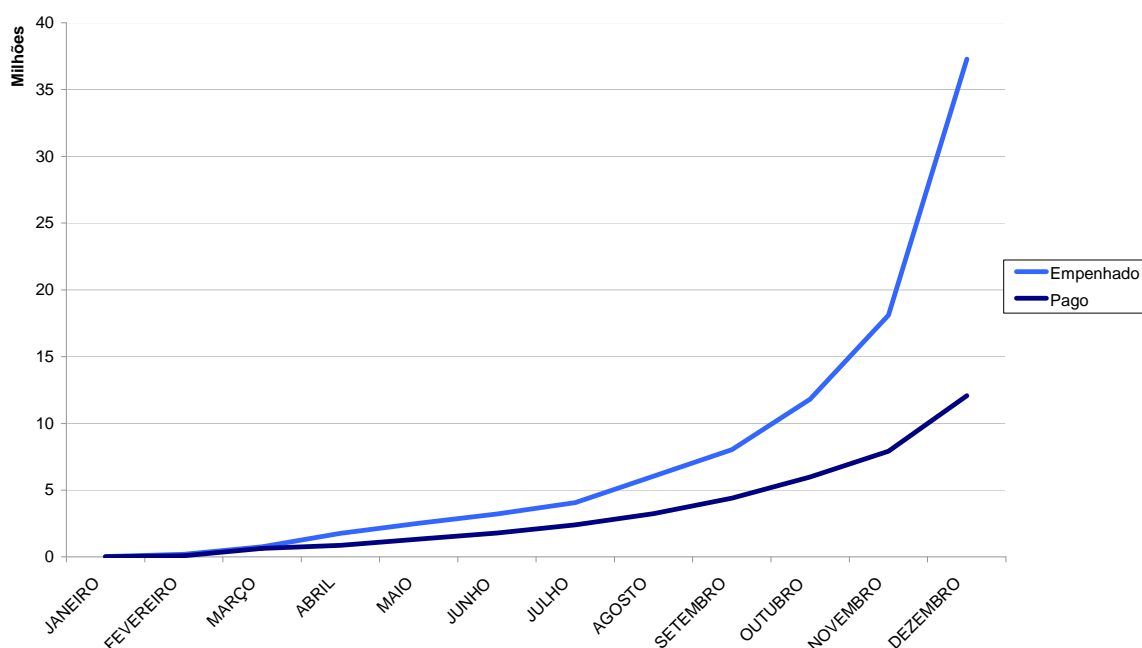
Neste indicador, um conceito da Física é tomado por empréstimo – a meia-vida – definindo-o, aqui, como: o tempo em meses, a partir do início do ano, levado pelo órgão para empenhar metade dos créditos disponíveis em determinado programa. O indicador é medido pela Divisão de Planejamento e Projetos/CPOF/DPA com base em dados do SIAFI.

Trata-se de um indicador de eficácia do Programa, relacionada à distribuição regular do trabalho ao longo do ano. No caso de uma concentração muito grande da atividade de empenho nos últimos meses do ano, o valor da meia-vida tenderá a se aproximar de 12 meses. Nos casos onde a atividade de empenho for bem distribuída ao longo do ano, o valor da meia vida provavelmente se aproximará dos 6 meses. De qualquer forma, quanto menor for a meia-vida orçamentária do programa, mais rápida terá sido a execução orçamentária.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução mensal da execução orçamentária e financeira dos dois principais programas finalísticos do Iphan. Observando a figura 05, é fácil perceber a grande concentração da execução do programa Brasil Patrimônio Cultural nos últimos meses do ano. Chama a atenção também a separação progressiva entre os valores empenhados e os valores pagos, implicando na inscrição de uma parcela significativa desses créditos em restos a pagar.

FIGURA 05

Execução Orçamentária e Financeira do Programa Brasil Patrimônio Cultural, em milhões de reais, mês a mês, em 2007.



Fonte: SIAFI - em 08 de janeiro de 2008

A tabela 28 evidencia numericamente essa concentração. Analisando-se os percentuais do total empenhados mês a mês, fica evidente a aceleração nos últimos meses do ano, com 78% dos créditos sendo empenhados de outubro a dezembro, neste programa.

A meia-vida orçamentária do programa Brasil Patrimônio Cultural, em 2007, foi de 11,2 meses. Ou seja, foram necessários 11,2 meses [93% do ano] para que o Iphan executasse metade do orçamento empenhado no programa Brasil Patrimônio Cultural, no ano.

TABELA 28

Valores empenhados no Programa Brasil Patrimônio Cultural, em reais, mês a mês, em 2007.

MÊS	EMPENHADO NO MÊS	%
JANEIRO	30.333,91	0%
FEVEREIRO	162.227,95	0%
MARÇO	571.941,04	2%
ABRIL	1.004.850,98	3%
MAIO	762.285,92	2%
JUNHO	677.140,78	2%
JULHO	848.440,65	2%
AGOSTO	1.988.042,98	5%
SETEMBRO	1.992.604,15	5%
OUTUBRO	3.782.559,68	10%
NOVEMBRO	6.283.546,24	17%
DEZEMBRO	19.175.357,12	51%
TOTAL	37.279.331,40	100%

Na figura 06 e tabela 29 (abaixo), observa-se os mesmos problemas apontados anteriormente na análise do padrão de empenho do programa Brasil Patrimônio Cultural – concentração de empenhos nos últimos três meses do ano e afastamento progressivo entre as curvas de empenho e pagamento, implicando a inscrição de valores significativos em restos a pagar. Estes problemas, contudo, apresentam-se levemente atenuados no programa de museus: enquanto no Brasil Patrimônio Cultural, 78% dos créditos foram empenhados nos últimos três meses; no Museu Memória e Cidadania, esse percentual caiu para 63% - 15 pontos percentuais abaixo.

A meia-vida orçamentária do programa Museu, Memória e Cidadania em 2007 foi de 10,7 meses. Ou seja, foram necessários 10,7 meses [89% do ano] para que o lphan executasse metade do orçamento que foi empenhado no programa Museu, Memória e Cidadania.

FIGURA 06

Execução Orçamentária e Financeira do Programa Museu, Memória e Cidadania [exceto ação de Funcionamento de Museus], em milhões de reais, mês a mês, em 2007.

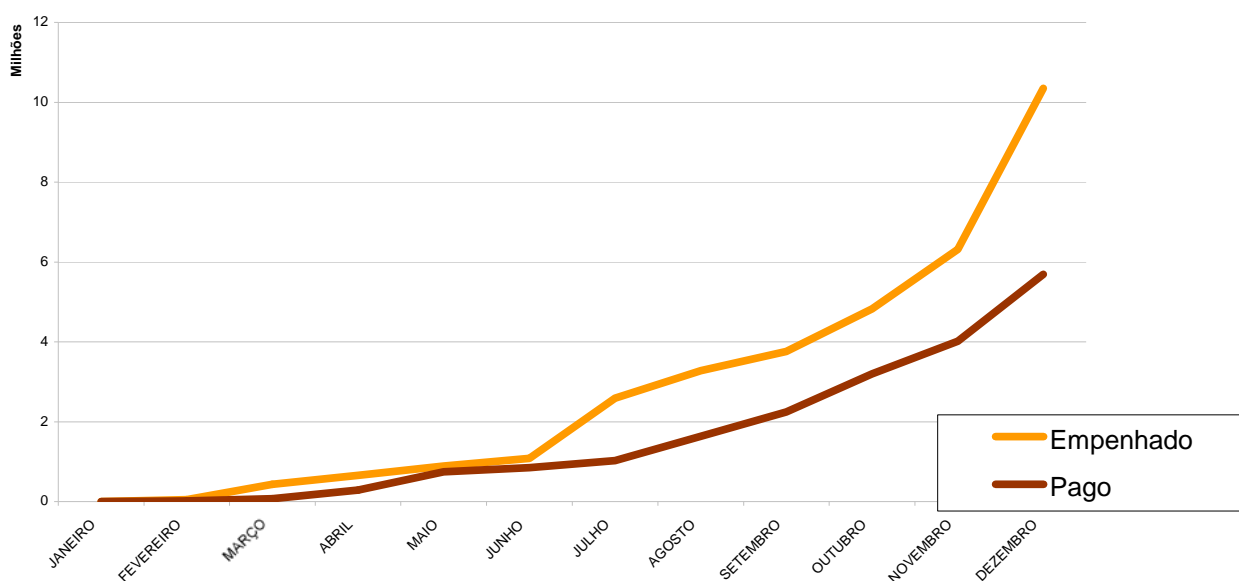


TABELA 29
Valores empenhados no Programa Museu, Memória e Cidadania
[exceto ação de Funcionamento de Museus], em
reais, mês a mês, em 2007.

MÊS	EMPENHADO NO MÊS	%
JANEIRO	2.243,49	0%
FEVEREIRO	47.721,93	0%
MARÇO	382.453,86	4%
ABRIL	227.643,63	2%
MAIO	233.195,32	2%
JUNHO	189.098,44	2%
JULHO	1.504.843,27	15%
AGOSTO	695.316,92	7%
SETEMBRO	474.163,77	5%
OUTUBRO	1.071.442,36	10%
NOVEMBRO	1.490.689,37	14%
DEZEMBRO	4.030.363,53	39%
TOTAL	10.349.175,89	100%

Fonte: SIAFI – em 08 de janeiro de 2008

Quanto à execução financeira (figura 02, tabela 09) pode se observar que dos 55 milhões de reais empenhados em programas finalísticos, apenas 34% [18,6 milhões] foram pagos até 31 de dezembro de 2007. A condição essencial para que possa ocorrer o pagamento é a execução física do projeto¹⁶. Daí, o que se inferir é que apenas cerca de um terço do que foi contratado pelo Iphan neste ano em termos de projetos, foi fisicamente executado em 2007, o que por si só já significa um prejuízo [em tempo] para o patrimônio cultural brasileiro.

Além disso, para 2008, a probabilidade de redução de recursos financeiros [dinheiro vivo] é igual ao valor inscrito em restos a pagar, cerca de 37,5 milhões de reais [52% dos créditos empenhados]. Os recursos do governo federal dependem da arrecadação de impostos, a cada ano. Se os projetos tivessem sido executados em 2007, haveria os 37,5 milhões para pagar os fornecedores. Como não foram pagos, os recursos foram gastos por outros órgãos nos diversos ministérios.

Em 2008, a arrecadação de impostos de um ano terá que cobrir os projetos do mesmo ano e os restos a pagar do ano anterior. Isto não costuma gerar grandes problemas, porque sempre é possível passar parte dos pagamentos para o exercício seguinte. Se no ano que vem, contudo, todos os projetos fossem executados fisicamente dentro de 2008, provavelmente faltariam recursos. Ou ainda, se a arrecadação efetiva do governo ficar abaixo das previsões, provavelmente existirão dificuldade de obter cota orçamentária para os projetos de 2008 por causa dos restos a pagar.

¹⁶ Entrega do produto comprado ou execução do serviço contratado.

5.3. QUANTIDADE DE PROJETOS DE PEQUENO PORTE

Definimos como “projetos de pequeno porte”, os projetos com valores orçamentários inferiores a 20 mil reais. A apuração do indicador “quantidade de projetos de pequeno porte”, realizada pela Divisão de Planejamento e Projetos, em outubro de 2007 nos programas finalísticos do Iphan, encontrou 390 projetos de pequeno porte aprovados no Sistema de Planejamento [SISPLAN] do Iphan.

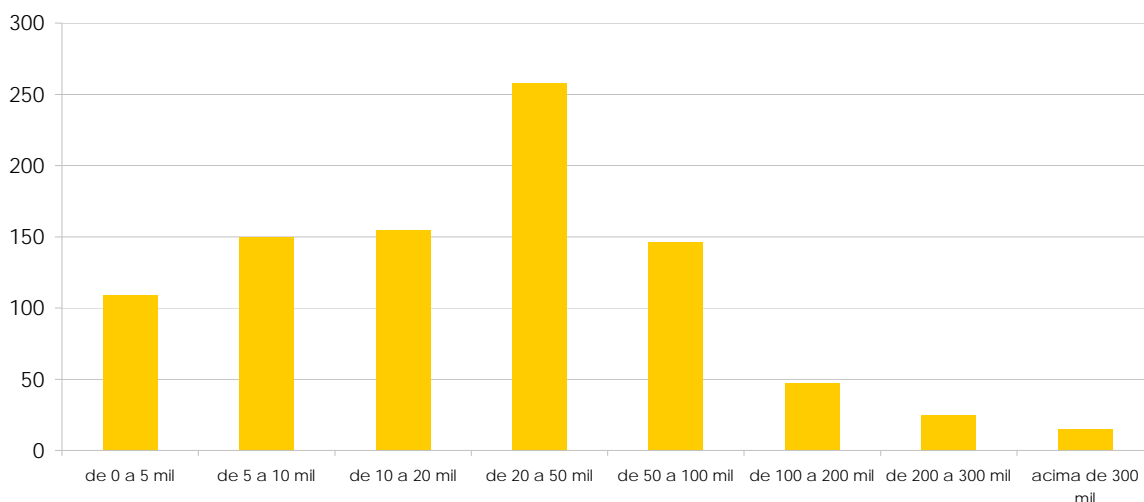
Trata-se de um indicador de eficiência, embora tenha impacto importante sobre a eficácia e efetividade da política. A seguir, será discutido o impacto desse indicador sobre o desempenho da instituição.

Até outubro¹⁷, nas ações finalísticas do Iphan, foram cadastrados cerca de 900 planos de ação [PA]. A cada PA corresponde um projeto desenvolvido pelos departamentos, coordenações gerais e unidades descentralizadas do Instituto. Na figura 07, apresenta-se a distribuição desses planos de ação, segundo faixas de valor aprovado, isto é, de acordo com o orçamento previsto nos projetos.

É fácil perceber uma grande quantidade de planos de ação de pequeno valor orçamentário (figura 07): mais de 100 planos de ação com valor de até 5 mil reais; cerca de 140 PAs com valores entre 5 e 10 mil reais; cerca de 150 PAs com valores entre 10 e 20 mil reais. A maior concentração de planos de ação encontra-se na faixa entre 20 e 50 mil reais. Nas faixas seguintes, observa-se uma rápida diminuição de quantidade de projetos, de modo que apenas 15 PAs se encaixam em com valores superiores a 300 mil reais.

FIGURA 07

Distribuição dos planos de ação segundo faixa de valor aprovado, de janeiro a outubro de 2007.



¹⁷ Estas análises se basearam no levantamento de dados realizado em outubro de 2007. Até o final de dezembro é provável que número de projetos tenha aumentado. Não seria conveniente, porém, refazer os levantamentos, uma vez que são suficientemente acurados para sustentar a argumentação da análise. Utilizaremos outubro como base para a mensuração do indicador.

5.3.1. IMPACTO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS SOBRE AS OPERAÇÕES DO IPHAN

Esse perfil de distribuição de projetos dificulta significativamente a execução orçamentária do Iphan. Três recursos são fundamentais para uma boa execução orçamentária em órgãos públicos:

- Atenção Gerencial
- Análise jurídica
- Tempo do pessoal administrativo da área de licitações

Normalmente esses recursos são escassos em toda a Administração Pública. Projetos com baixos valores orçamentários exigem praticamente a mesma quantidade desses três recursos exigidos por projetos de valores maiores. A existência de grande quantidade de projetos pequenos inevitavelmente transforma essas três atividades em gargalos do processo de execução orçamentária.

Cada PA pode dar origem a mais de um processo licitatório, dependendo da variedade de "objetos" a serem comprados ou contratados. Se a quantidade de processos licitatórios [ou de dispensa de licitação] for relativamente pequena, é viável para superintendentes e chefes de divisão manter um controle mais estreito sobre o andamento dos procedimentos burocráticos necessários às licitações [ou dispensas]. Inversamente, quanto maior for a quantidade de PAs, mais tempo o acompanhamento da execução precisará disputar com diversos outros assuntos que exigem atenção dos níveis gerenciais¹⁸.

De modo semelhante, os cerca de 400 projetos com valores inferiores a 20 mil reais exigem, em conjunto, uma grande quantidade de tempo dos técnicos, do pessoal da área de licitações e dos Procuradores Federais. Não é incomum, por exemplo, que as superintendências tenham uma única pessoa responsável pelas licitações da unidade. Cada dispensa de licitação¹⁹ envolve uma quantidade significativa de trabalho da área de licitações: tem-se que abrir processo, instruí-lo, procurar fornecedores para obter propostas, tirar certidões de SICAF, etc. Eles são pouco significativos em termos orçamentários, mas impedem que o pessoal de licitações dedique seu tempo à execução dos projetos maiores.

Os projetos com valores entre 10 e 20 mil reais [cerca de 150], em geral licitados na modalidade Convite, exigem passos adicionais importantes, como a elaboração de editais. Não é exagerado estimar em meio dia de trabalho, o tempo necessário para elaborar um edital. Se a unidade tem mais de 40 processos de licitação, como é comum nas unidades maiores, e um único funcionário responsável por licitar, é fácil perceber que serão necessários, num cálculo otimista, 20 dias úteis [cerca de um mês, em dias corridos] apenas para elaborar os editais da unidade, uma das muitas etapas de um processo de licitação.

Ainda, por outro ângulo, uma grande quantidade de projetos implica o consumo anti-econômico da capacidade de trabalho do órgão. Um Procurador Federal provavelmente custa para a União – incluindo salário, encargos e benefícios – mais de 20 mil reais mensais. Será econômico utilizar seu tempo para elaborar pareceres para licitação de projetos de 10 mil reais [mais de 150 por ano]? De modo semelhante, um funcionário do Iphan provavelmente custa para o Governo Federal

¹⁸ Esse acompanhamento envolve: saber se o PA foi aprovado; o motivo pelo qual ainda não foi enviado ao setor de planejamento ou de orçamento; se os créditos já foram descentralizados; se o processo já apresenta projeto básico, se já foi analisado pela área jurídica, se teve de ser adaptado, se o edital já foi publicado, entre outros procedimentos.

¹⁹ Há mais de 250 PAs com valores inferiores a 8 mil reais que envolverão, provavelmente, processos de dispensa de licitação devido ao baixo valor.

mais de 6 mil reais mensais [salário, encargos e benefícios]. É vantajoso utilizar o tempo de diversos funcionários – na abertura de processo, na elaboração de projeto básico, na elaboração de editais, na busca de propostas, na emissão de notas de empenho, entre outras tarefas – na execução dos trâmites burocráticos de projetos de menos de 5 mil reais [mais de 100 projetos por ano]?

Inversamente, como regra geral²⁰, quanto maiores os projetos, mais rápida se torna a execução orçamentária. As unidades com melhor execução tendem a ser aquelas com projetos de maior porte (relativamente ao seu orçamento). Por exemplo, uma superintendência que detenha um orçamento de 500.000 reais em ações finalísticas e que conte com um projeto de 200 mil reais na sua carteira de projetos, numa única licitação executará 40% dos créditos disponíveis. É evidente que essa unidade terá muito mais facilidade de executar integralmente o seu orçamento, dispondo de mais tempo para se dedicar a outras atividades – fiscalização, ação política e melhoria da infra-estrutura da unidade.

5.3.2. IMPLICAÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA

Qualquer atividade produtiva envolve um conjunto de recursos de input usados para transformar algo ou para ser transformado em *outputs* de bens e serviços. Por exemplo, os hospitais possuem inputs de médicos, enfermeiras e outros funcionários da área médica, administradores, funcionários de limpeza, equipamentos médicos, produtos farmacêuticos, banco de sangue e roupa. Seu propósito é transformar pacientes doentes em pacientes saudáveis. Os *outputs* da operação são pacientes tratados, resultados de exames médicos, pesquisa médica e procedimentos médicos práticos (Slack, 1999, p.32).

Projetos são uma categoria específica de atividade produtiva, definida como “conjunto de atividades, que têm um ponto inicial e um estado final definidos, perseguem uma meta definida e usa um conjunto definido de recursos” (Slack, 1999, p.381).

De acordo com o planejamento estratégico, o seguinte conjunto de resultados é esperado dos projetos do Iphan:

- Ampliação do acesso às políticas de preservação do patrimônio pela população
- Descentralização da gestão das políticas de preservação do patrimônio cultural
- Contribuir para o desenvolvimento econômico das comunidades por meio de iniciativas de preservação cultural
- Promoção das políticas de preservação intra e inter governamentais e sua articulação com as demais políticas públicas
- Fortalecimento institucional

Além desses resultados, as ações do Iphan precisam ser percebidas pela sociedade e por seus representantes eleitos (aqueles que financiam o trabalho do Instituto).

5.3.2.1. Projetos pequenos em geral são semi-improvisados - Apenas projetos maiores são capazes de absorver custos de planejamento.

Em geral, projetos que apresentam impactos socioeconômicos significativos são projetos intensamente debatidos socialmente e tecnicamente planejados. Projetos pequenos tendem a “pular” a fase de planejamento: normalmente são propostas

²⁰ Obviamente, sujeita a exceções.

surgidas de algumas poucas horas de concepção de um único técnico. Os projetos pequenos são “improvisados”, porque o custo de debates e planejamento mais detalhado os tornaria antieconômicos. Planejar é trabalhoso, é inviável gastar dias de uma equipe para planejar projetos de baixo custo. Provavelmente, o custo da equipe de planejamento ultrapassaria o do projeto em si.

Imagine um projeto que vise à geração de impactos econômicos - por exemplo, por meio do fortalecimento do turismo. Uma iniciativa desse tipo precisa ser cuidadosamente planejada, fomentar o desenvolvimento local é tarefa complexa. De modo realista, sabemos que nem todas as localidades têm potencial e vocação para a indústria do turismo. Um *input* fundamental desse tipo de projeto seria a determinação das cidades ricas em patrimônio cultural com potencial turístico a ser explorado. Num segundo momento, uma análise detalhada dos entraves existentes para o desenvolvimento da atividade [como falta de infra-estrutura de transportes e falta de saneamento básico] teria de ser realizada. Esse planejamento provavelmente precisaria ser levado adiante por meio de parcerias com instituições com *know-how* em turismo e em desenvolvimento local. Em seguida, o projeto precisaria ser pensado de modo a evitar efeitos indesejáveis como a expulsão da população local [em geral de mais baixa renda] das áreas envolvidas e a transformação da localidade em parque temático. Consultas à população e parcerias locais precisariam ser desenvolvidas. O resultado poderia ser um plano mais amplo, onde o Iphan entraria, por exemplo, com a restauração um determinado número de bens culturais da cidade.

5.3.2.2. Apenas projetos maiores têm massa crítica de investimento capaz de gerar impacto local perceptível

Após a determinação dos resultados que se pretende alcançar com a atuação do Iphan em determinada localidade, consegue-se avaliar o mínimo de recursos a ser investido para obter esses resultados. Cada atividade produtiva exige o investimento de uma quantidade mínima de recursos para que tenha chances de sucesso; em planejamento, essa quantidade costuma ser chamada de “massa crítica de investimentos”. Para abrir um pequeno comércio, talvez a massa crítica gire em torno de uma centena de milhar de reais; para criar um posto de saúde, algumas centenas de milhares de reais; para uma fábrica de automóveis, alguns bilhões de reais; uma campanha eleitoral nacional, alguns milhões de reais; e assim por diante.

Atividades diferentes têm massas críticas de investimentos diferentes, mas todas têm um valor crítico, abaixo do qual as atividades certamente fracassarão – implicando a perda parcial ou total dos recursos envolvidos. Numa determinada localidade, garantir o acesso da população pobre a bens culturais, certamente, exigirá uma massa crítica de investimentos necessária: há um mínimo de recursos para divulgar os bens e implantar os novos programas [os custos de divulgação costumam ser subestimados), há os custos para preservar os bens e para torná-los acessíveis. No exemplo do item anterior [desenvolvimento da atividade turística], dificilmente seriam gerados impactos econômicos significativos por meio de um único pequeno projeto de restauração; é provável que uma quantidade maior de intervenções fosse necessária.

5.3.2.3. Projetos pequenos em geral não são adequadamente avaliados

O motivo pelo qual projetos pequenos tendem a não receber grandes doses de planejamento repete-se no fato de não receberem atenção suficiente para a avaliação de seus resultados. Como é trabalhoso planejar, é trabalhoso também avaliar resultados obtidos com o projeto. O que mudou nas comunidades onde foi aplicado determinado tipo de projeto do Iphan? Quais os índices de satisfação dos usuários e da população em geral? As pessoas freqüentam mais eventos culturais? O

desempenho escolar das crianças melhorou? Novas atividades econômicas se desenvolveram? O que faltou, ou quais adversidades ocorreram, nos projetos em que os resultados não foram tão bons?

Torna-se anti-econômico, porém, avaliar uma grande quantidade de projetos de pequeno porte, porque o custo da avaliação ultrapassará o custo do projeto, em muitos casos. Isto tem duas implicações importantes:

- A falta de avaliação de resultados não permite que a instituição aprenda com a experiência: isso reduz a capacidade de a instituição produzir resultados.
- A falta de avaliação de resultados enfraquece politicamente a instituição. É importante lembrar que os "compradores" dos serviços dos órgãos públicos não são seus usuários, mas a sociedade como um todo e seus representantes eleitos. A legitimidade e o suporte às atividades da instituição são obtidos através da apresentação de resultados sociais.

5.3.2.4. Projetos pequenos conferem pouca visibilidade social e política ao Iphan

Os projetos de baixo orçamento, do modo como vêm sendo implantados, não implicam, geralmente, a dinamização econômica e social do local em que se inserem, conforme preconizam as Orientações Estratégicas de Governo, determinadas pela Casa Civil e presentes no Plano Plurianual.

Nos casos em que essa dinamização ocorre, a timidez dos resultados sociais e políticos tornam tais resultados intangíveis diante dos mecanismos de avaliação atualmente aplicados [se aplicados].

Projetos de orçamento mais vultoso podem englobar propostas de desenvolvimento local sustentável relacionadas à preservação do Patrimônio Cultural, com conseqüente redução da pobreza e promoção de melhor qualidade de vida das comunidades envolvidas. Não se pode esquecer que um dos objetivos estratégicos do Iphan, para o PPA 2008-2011, é "*contribuir para o desenvolvimento econômico das comunidades por meio de iniciativas de preservação cultural*".

O efeito de tal processo, obviamente, será a maior visibilidade do órgão entre a população, como articuladora de seu desenvolvimento socioeconômico, ou seja, maior aproximação com a sociedade. Politicamente, o Iphan passará também a ter maior presença e, com isso, será contemplado por maiores orçamentos e com a estruturação do seu quadro técnico e gerencial.

5.3.3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta orçamentária encaminhada ao Congresso prevê, para o programa Brasil Patrimônio Cultural e para o programa Museu, Memória e Cidadania; principais programas finalísticos do Iphan, créditos totais no montante de 109 milhões. Se a proposta orçamentária for integralmente aprovada, sendo mantido o atual perfil de distribuição de planos de ação, o Iphan precisará administrar, em 2008, cerca de 1500 projetos. É previsível o congestionamento nas áreas de licitação das unidades e na Procuradoria Federal, com conseqüente redução do desempenho da execução orçamentária.

Não se propõe aqui proibir a abertura de PAs de baixo valor. Há casos inevitáveis de projetos de pequeno porte. Argumenta-se, contudo, que isso deve se constituir como exceção e, não, como regra. Se todos os PAs do Iphan fossem de 200 mil reais, por exemplo, haverá em 2008 um grande número de projetos para administrar - mais de 500.

Além disso, como foi visto, a concentração em projetos pequenos implica atuação semi-improvisada, incapaz de gerar impactos significativos nas localidades onde são implementados e inadequadamente avaliada.

Vários gestores evitam apresentar projetos maiores por receio de que sejam recusados. A regra “projetos menores são mais fáceis de ser aprovados” é freqüentemente citada. Porém, se o Iphan pretende executar um orçamento continuamente maior, será preciso um pacto entre diretores e superintendentes quanto ao porte dos projetos que serão aceitos, de modo a acelerar sua aprovação.

Visando ao crescimento institucional, o Iphan deve buscar interromper sua execução orçamentária de modo pulverizado, como ocorre em pequenas organizações; precisa, por outro lado, de grandes projetos. O atendimento a necessidades específicas, voltadas para públicos mais restritos, poderá ser descentralizado, por intermédio do fomento a atividade de pequenas organizações, como já acontece com os Editais do Departamento do Patrimônio Imaterial, que apóiam projetos muito peculiares de pequenos grupos sociais.

5.4. RELAÇÃO ATIVIDADE MEIO/ATIVIDADE FIM

Na tabela 30, observam-se os valores empenhados de acordo com os programas a que estão vinculados. É fácil perceber que o peso das despesas administrativas (pagamento de salários, encargos, contratos de limpeza e vigilância, concessionárias de serviços públicos) tem sido elevado no orçamento do Instituto. Em 2007, para cada real investido em projetos finalísticos, o Iphan gastou R\$ 1,80 com a manutenção da máquina administrativa. Este indicador de eficiência foi calculado pela Divisão de Planejamento e Projeto/CPOF/DPA com base na fórmula:

$$\text{Atividade Meio/Atividade Fim} = \frac{\text{Somatório dos Valores empenhados no Programa de Apoio Administrativo}}{\text{Somatório dos valores empenhados nos Programas Finalísticos}}$$

Na tabela 30, abaixo, podem ser vistos os programas considerados finalísticos e os programas considerados administrativos. O resultado do indicador, portanto, melhorou desde 2006, quando para cada real investido em atividades finalísticas, tinha-se R\$ 2,11 gastos com a manutenção da máquina burocrática. Em outras palavras, as despesas administrativas consumiram 64% do orçamento do Iphan, menos do que em 2006, quando o percentual foi de 68% do orçamento.

TABELA 30

Orçamento do Iphan, empenhado, por programa, de 2002 a 2006, em R\$ mil.

Programa	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil Patrimônio Cultural	3.306	17.903	19.862	20.521	28.694	37.279
Cultura e Tradições: Memória Viva	0	0	2.601	0	0	0
Gestão da Política de Cultura	184	144	279	1.006	1.023	972
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	320	656	349	411	315	353
Outros programas finalísticos	270	740	11	353	39	6032
Subtotal Programas Finalísticos e Gestão da Política Pública	4.080	19.444	23.101	22.291	30.070	44.636
Museu Memória e Cidadania	10.821	13.356	15.236	19.292	25.195	26.904
Subtotal Programas para Museus	10.821	13.356	15.236	19.292	25.195	26.904
Apoio Administrativo	47.530	48.708	56.151	58.125	90.005	100.814
Valorização do servidor público	5.036	5.745	0	0	0	0
Previdência de inativos e pensionistas da União	13.050	14.282	16.083	16.660	26.351	27.678
Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais	305	133	0	0	0	0
Subtotal Despesas Administrativas	65.617	68.735	72.234	74.785	116.356	128.492
Total Geral	80.824	101.668	110.571	116.368	171.622	200.032

Fonte: Siasi Gerencial

Na tabela 30, pode-se visualizar ainda a proporção entre os gastos em cada categoria de despesa e sua comparação com a execução orçamentária total, ano a ano. Embora a situação tenha melhorado muito desde 2002 [ano em que se gastaram 81% do orçamento com despesas administrativas], o percentual ainda pode ser considerado elevado, dependendo de como se pretendam alcançar os objetivos organizacionais.

Sabe-se que a maior parte das despesas administrativas está relacionada ao pagamento de pessoal e aos encargos correspondentes. Em função disso, o percentual adequado de despesas administrativas depende do tipo de atuação que a organização pretenda ter.

A tabela 31 apresenta os percentuais de despesa com pessoal para alguns tipos de organização no serviço público. As agências de fomento, por exemplo, tendem a ter esse tipo de despesa relativamente reduzidas²¹, por atuarem de forma descentralizada, especialmente por meio de convênios. Desse modo conseguem executar orçamentos elevados com um quadro de funcionários reduzido.

Por outro lado, órgãos focados na prestação de serviços profissionais e fiscalização, obviamente tendem a ter despesas de pessoal mais elevadas, uma vez que a atuação do profissional é o produto básico da instituição. Como a atuação do Instituto assume em vários momentos características de agência de fomento, por meio de editais e em outros, características de órgão fiscalizador executor de projetos, ou de instituição de ensino, consideramos o percentual de gasto adequado. No entanto, este é um tema a ser discutido nos próximos passos do Planejamento estratégico e quando da conformação do Sistema Nacional de Patrimônio.

²¹ Isso ocorre apesar de seus profissionais receberem melhores salários, em comparação aos praticados no Iphan atualmente.

TABELA 31

Comparação entre tipos de unidades orçamentárias com valores empenhados em 2006, por grupo de natureza de despesa, em R\$ milhão

Tipologia	Unidade Orçamentária	Pessoal	Juros	Custeio	Capital	Inversões	Amortiz.	Total	% Gasto Pessoal
Indefinida	IPHAN	100,8	-	63,3	6,5	0,5	-	171,1	59%
Serviços Profissionais	AGU	368,7	-	78,3	9,2	-	-	456,2	81%
	CGU	270,4	-	42,6	5,1	-	-	318,1	85%
	Hospital Cristo Redentor	79,9	-	3,4	1,9	-	-	85,2	94%
Fiscalização Nacional	SRF	2278	4,6	1.578,3	245,9	1,0	10,1	4.117,9	55%
	IBAMA	701,3	1,3	244,4	18,7	7,2	5,4	978,3	72%
Agência de Fomento	CNPq	83,9	-	786,4	20,0	-	-	890,3	9%
	EMBRATUR	21,6	-	73,8	0,4	-	-	95,8	23%
Agência Reguladora	ANP	41,6	-	173,0	7,5	-	-	222,1	19%
	ANEEL	35,6	-	70,5	2,4	-	-	108,5	33%
	ANATEL	108,0	-	114,9	6,9	-	-	229,8	47%
	ANCINE	8,5	-	27,7	0,9	-	-	37,1	23%
Agência Executiva	INMETRO	78,7	-	237,5	20,5	-	-	336,7	23%
Pesquisa	FIOCRUZ	399,4	-	267,8	63,1	-	-	730,3	55%
	EMBRAPA	759,3	8,7	194,6	46,8	-	29,3	1.038,7	73%
Ensino	ENAP	8,7	-	9,8	0,6	-	-	19,1	46%

Fonte: Adaptado da Proposta de Lei Orçamentária 2008

Em 2007, o Iphan empenhou 97,1 milhões de reais com despesas de pessoal; 88,7 milhões em despesas correntes; isto é investimento 13,8 milhões em investimentos e; 460 mil em inversões financeiras, totalizando cerca de 200 milhões [fonte: SIAFI gerencial]. Neste exercício, portanto, o gasto do Iphan com pessoal foi fortemente reduzido em termos percentuais para 49% do orçamento total.

5.5. ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO PROGRAMA BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

A tabela 32, abaixo, apresenta a distribuição dos recursos do Programa Brasil Patrimônio Cultural por Estado e região brasileira.

TABELA 32

Distribuição dos recursos empenhados no Programa
Brasil Patrimônio Cultural em 2007

ESTADO/REGIAO	UND EXEC	EMPENHADO	PAGO
BRASIL		37.279.331,40	12.060.442,34
NORTE		2.756.760,51	1.112.130,70
ACRE		40.812,75	30.512,75
AMAZONAS		730.291,98	418.648,87
AMAPA		283.730,32	80.345,86
PARA		966.510,00	364.742,89
RONDONIA		547.929,49	139.866,56
RORAIMA		32.503,41	32.503,41
TOCANTINS		154.982,56	45.510,36
NORDESTE		13.487.229,66	2.961.303,67
ALAGOAS		2.789.615,43	95.646,43
BAHIA		2.721.563,46	758.400,99
CEARA		657.341,67	135.643,64
MARANHAO		1.474.851,67	651.508,66
PARAIBA		934.882,16	307.255,21
PERNAMBUCO		2.386.343,77	386.343,61
PIAUI		1.084.255,40	206.858,68
RIO GRANDE DO NORTE		184.610,69	94.843,45
SERGIPE		1.253.765,41	324.803,00
CENTRO-OESTE		7.954.757,60	3.281.174,01
DISTRITO FEDERAL		4.748.468,33	2.593.400,52
	DPI/DF	1.147.951,70	469.968,84
	COGEPROM/DF	850.168,90	515.978,21
	COPEDOC-DF	122.203,16	40.466,28
	DEPAM/DF	1.131.019,40	622.690,00
	DPA	972.618,76	735.080,78
	15ª SR/DF	524.506,41	209.216,41
GOIAS		1.668.405,91	476.146,81
MATO GROSSO		458.741,88	0,00
MATO GROSSO DO SUL		1.079.141,48	211.626,68
SUDESTE		8.355.221,96	2.957.967,68
ESPIRITO SANTO		430.974,91	37.823,75
MINAS GERAIS		2.774.620,73	519.750,56
RIO DE JANEIRO		4.518.988,75	2.019.944,07
	6ª SR/RJ	1.563.537,42	383.888,04
	PGC/RJ	17.502,98	17.502,98
	CNCP	957.623,64	453.245,35
	PAÇO	184.254,25	119.232,25
	COPEDOC/RJ	1.605.911,43	1.023.811,36
	SRBM	42.450,03	21.822,09
	DEPAM/DF	35.280,00	0,00
	DPA	442,00	442,00
	MR	111.987,00	0,00
SAO PAULO		630.637,57	380.449,30
SUL		4.725.361,67	1.747.866,28
PARANA		991.947,35	385.415,73
RIO GRANDE DO SUL		2.362.305,82	1.111.932,86
SANTA CATARINA		1.371.108,50	250.517,69

A tabela 33 apresenta a distribuição regional, observando que os empenhos realizados por Diretorias ou Coordenações-gerais em Brasília e Rio de Janeiro são contabilizados como despesas de caráter “nacional”. Podemos perceber pela tabela que os percentuais de recursos empenhados acompanham, aproximadamente, o percentual de municípios de cada região²², com alguma vantagem para as regiões norte, nordeste e centro-oeste. Esta vantagem é desejável, como vimos em seções anteriores deste documento, uma vez que estas regiões historicamente tem tido menos acesso aos bens culturais. Comparada à distribuição dos recursos captados no mecenato [com 84% dos recursos concentrados no sul e sudeste], fica ainda mais evidente a melhor distribuição dos recursos do Iphan.

TABELA 33

Distribuição regional dos recursos empenhados pelo Iphan em 2007, distribuição de municípios por região, distribuição de recursos captados na Lei Rouanet em 2006.

REGIAO	BPC - 2007		NÚMERO DE MUNICÍPIOS		MECENATO - 2006	
	EMPENHADO	%	QUANTIDADE	%	CAPTIADO	%
NORTE	2,8	9	449	8	1,7	1
NORDESTE	13,5	43	1.793	32	16,7	12
CENTRO-OESTE	3,7	12	466	8	3,3	2
SUDESTE	6,7	21	1.668	30	94,7	69
SUL	4,1	15	1.188	21	20,8	15
TOTAL REGIONAL (a)	31,4	100	5.564	100	137,2	100
NACIONAL (b)	5,9		0		1,9	
BRASIL (a+b)	37,3		5.564		139,1	

[R\$ Milhão]

Com base no exposto, são propostos dois indicadores da distribuição regional dos recursos, medidos pela Divisão de Planejamento e Projetos/CPOF/DPA com base em dados do Sistema de Planejamento [SISPLAN]. Primeiro a “Soma dos percentuais de recursos investidos na região norte e na região centro-oeste”, que em 2007, apresentou o valor de 21%, como vimos. Este indicador esta de acordo com a política de ampliação do acesso por meio da interiorização e diversificação dos bens culturais valorizados e segmentos populacionais atendidos.

O outro indicador é o “percentual de recursos investidos em cidades não-capitais de seus estados”, o que serve de medida da “interiorização” dos investimentos. Os créditos empenhados em 2007 no Programa Brasil Patrimônio Cultural, no âmbito do Iphan, financiaram um total de 738 projetos, empenhando cerca de 37,3 milhões de reais. Desses, 261 projetos [35% do total de projetos] foram implementados em cidades não-capitais de seus estados, somando um montante de recursos de cerca de 13,1 milhões de reais [35% do total empenhado] investidos em cidades interioranas. Trata-se de indicadores de eficácia, medindo o grau de alcance dos objetivos redistributivos da política.

²² Poderíamos imaginar outros padrões de comparação para os percentuais de recursos empenhados por região. O número de municípios é apenas um dos possíveis padrões. Optamos por utilizá-lo devido à necessidade de que cada município tenha equipamentos culturais básicos, o que torna a demanda por recursos de alguma forma proporcional à quantidade de municípios.

5.6. ATIVIDADES DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS

5.6.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE DESCENTRALIZADA

A tabela 34 (abaixo) apresenta o percentual do orçamento finalístico previsto no início do ano para cada unidade, descentralizada, empenhado até 31 de dezembro de 2007. Ela demonstra claramente que em 2007, o montante de recursos obtidos por cada unidade foi determinado muito mais pela capacidade de execução da própria unidade, ao longo do ano, do que pelo rateio inicial de recursos.

De um lado, podem ser visualizadas as unidades que foram capazes de executar orçamentos muito acima do previsto²³. A unidade de Alagoas é um exemplo disso: executou mais do que o quádruplo do previsto. Por esse critério, merecem menção especial também as superintendências do Amazonas e do Distrito Federal, que conseguiram executar o dobro dos recursos previstos. De outro lado, vemos unidades que não conseguiram executar integralmente as previsões orçamentárias do começo do ano, de modo que "brigar por orçamento" foi de pouca valia.

As unidades com melhor execução orçamentária receberam créditos tanto das reservas dos Departamentos e Coordenações-gerais, quanto das unidades que não conseguiram executar integralmente os seus orçamentos.

TABELA 34

Execução Orçamentária das unidades descentralizada, com base nos planos de ação aprovados em janeiro de 2007 – programas finalísticos [exceto Museu, Memória e Cidadania].

Unidade	Previsão Orçamentária Jan2007	Empenhos Emitidos	Percentual Empenhado
17ª SR AL	609.468,64	2.789.615,43	458%
1ª SR AM/RR	273.514,41	628.595,01	230%
15ª SR DF	282.675,00	540.361,41	191%
19ª SR PI	607.161,13	1.084.255,40	179%
13ª SR MG	1.650.800,00	2.749.399,31	167%
6ª SR RJ	994.118,00	1.610.752,42	162%
18ª SR MS	674.339,76	1.079.141,48	160%
12ª SR RS	1.482.176,41	2.354.424,74	159%
8ª SR SE	836.873,70	1.253.765,41	150%
7ª SR BA	1.721.600,00	2.466.060,13	143%
14ª SR GO/TO/MT	1.686.431,62	2.142.022,33	127%
5ª SR PE	1.759.180,07	2.227.384,43	127%
2ª SR PA/AP	1.005.776,08	1.250.240,32	124%

²³ Isto é possível por três razões: Primeiro, porque o Iphan ao longo do ano recebe créditos adicionais; segundo, porque projetos de grande porte previstos para serem executados de forma concentrada pela sede nacional [diretorias], em alguns casos são cancelados, sendo seus créditos redistribuídos; em terceiro lugar, porque os créditos das unidades descentralizadas que mostram dificuldades em licitar seus projetos são repassados às unidades com maior capacidade de execução.

10ª SR PR	808.680,00	993.688,81	123%
3ª SR MA	1.323.756,25	1.430.265,87	108%
11ª SR SC	1.313.853,41	1.374.575,46	105%
CNCP	939.399,62	973.607,63	104%
16ª SR RO	628.668,00	596.692,24	95%
9ª SR SP	686.641,00	630.637,57	92%
PACO RJ	243.800,00	195.199,79	80%
20ª SR PB	1.479.101,41	1.127.492,85	76%
4ª SR CE	896.443,46	657.341,67	73%
21ª SR ES	765.129,00	430.974,91	56%

Fonte: SIAFI – em 08 de janeiro de 2008

5.6.1.2- CONSIDERAÇÕES GERAIS

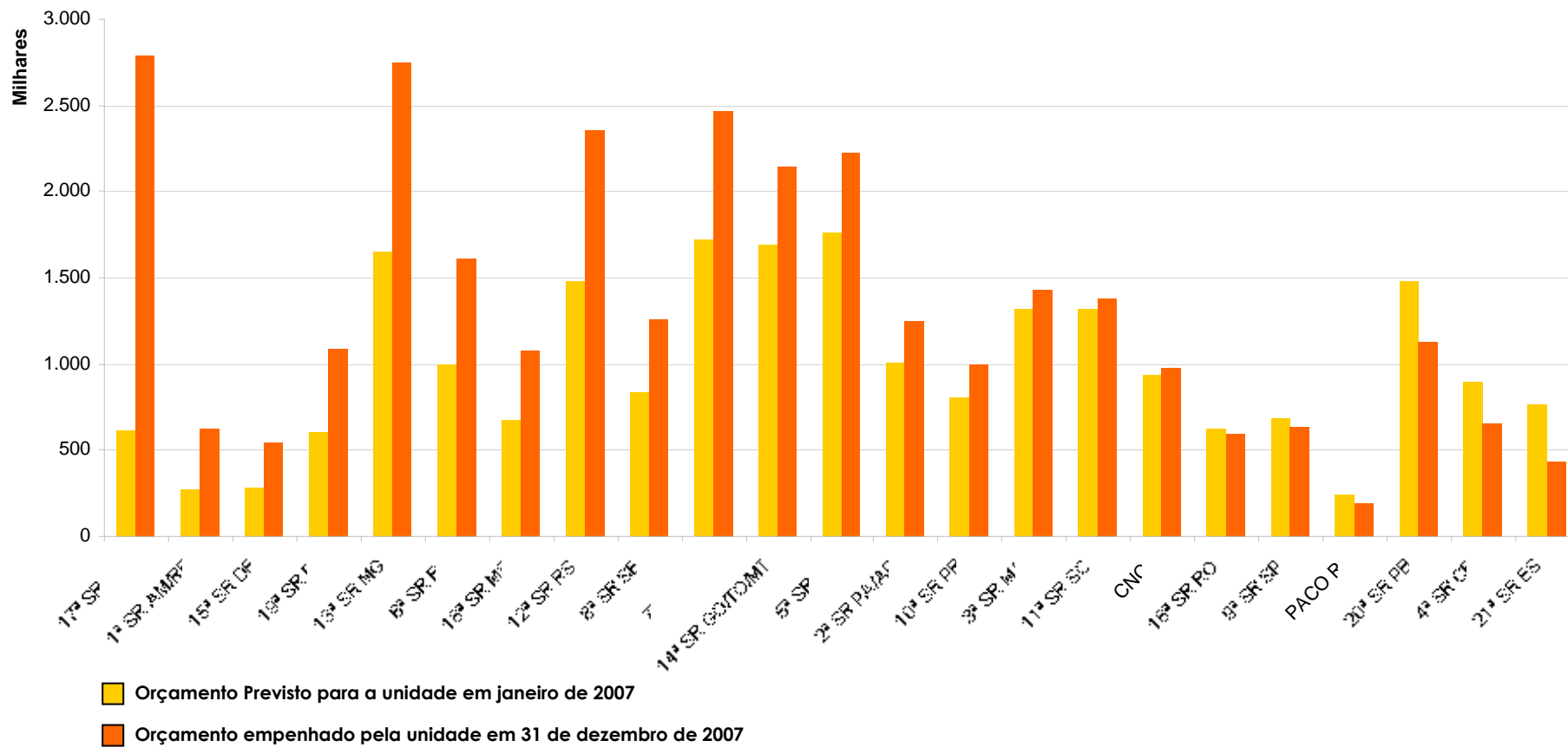
Com relação à análise das tabelas, é importante perceber em primeiro lugar, que os dados deixam claro que a “luta” do começo do ano pela divisão dos créditos orçamentários é muito menos significativa para a efetiva obtenção de recursos do que a capacidade de execução da unidade.

Em segundo lugar, vale notar que duas unidades (17ª SR e 15ª SR) tiveram um desempenho orçamentário muito acima da média. Essa diferença se explica, provavelmente, por melhores práticas técnico-administrativas que merecem ser estudadas e, se for o caso, difundidas entre as outras unidades.

Com o objetivo de ampliar e acelerar a execução do orçamento em 2008, o DPA apresenta como desafio, a meta de se empenhar 100% do orçamento disponível até setembro e de diminuir em 30% dos restos a pagar, para 2008. Para isso, ainda no início do ano, serão levantados os fatores que propiciaram tão bons desempenhos nas unidades de ótimo desempenho, assim como os fatores que causaram problemas nas unidades que devolveram créditos. O objetivo desse levantamento será a geração de um guia de boas práticas e de ameaças ao desempenho da unidade.

FIGURA 08

Comparação entre a previsão de orçamento para a unidade e a execução orçamentária [empenhos] da unidade.



5.6.2. DETALHAMENTO DE PROJETOS E RESULTADOS

A seguir, são detalhados os projetos empenhados no exercício, acrescidos de comentários dos responsáveis pelas unidades a respeito dos principais resultados alcançados em 2007. É importante perceber que na seção anterior eram considerados os projetos de todos os programas finalísticos do Iphan, para efeito de análise de desempenho orçamentário. Nesta seção, por outro lado, para apreciação de resultados alcançados, são apresentados apenas os projetos do principal programa finalístico – o Brasil Patrimônio Cultural.

1ª Superintendência Regional – Manaus/AM

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Projeto de Proteção e Desenvolvimento das Manifestações Culturais na Região de Manaus - AM.	184A05182AM	27.000,00	0,00	Manaus	AM
Arte Gráfica para I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico	184A10015AM	8.000,00	8.000,00	Manaus	AM
Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico.	184A07003AM	65.000,00	65.000,00	Manaus	AM
Promoção do conhecimento para suporte à gestão do patrimônio arqueológico e imaterial: Educação Patrimonial na região do Baixo Rio Madeira	184A07034AM	21.870,00	21.870,00	Manaus	AM
Inspeção Técnica e Fiscalização de Bens Protegidos	184A06003AM	61.039,00	59.553,50	Manaus	AM
I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico.	184Z01078AM	61.780,00	42.990,00	Manaus	AM
Implantação da Sub-Regional de Roraima COD-6	184A03006AM	32.503,41	32.503,41	Boa Vista	RR
Registro do artesanato Tikuna enquanto Patrimônio Cultural do Brasil	184A18025AM	49.500,00	19.969,42	Manaus	AM
Delimitação dos polígonos de entornos dos monumentos tombados (Teatro Amazonas e Reservatório do Moco) com definição dos parâmetros construtivos de Manaus-AM.	184A11036AM	17.498,55	2.498,55	Manaus	AM
Obras no Edifício Sede da 1ª SR - Promoção da Acessibilidade	184A05167AM	157.708,05	7.784,60	Manaus	AM

Salvaguarda das Referências Culturais dos povos indígenas do Alto Rio Negro em Manaus	184A13021AM	66.796,00	32.796,00	Manaus	AM
Levantamento do Centro Histórico da cidade de Manaus/AM.	184A19053AM	15.000,00	0,00	Manaus	AM
Tratamento Técnico do Acervo Arquivístico e Bibliográfico da 1ª SR	184A20014AM	15.700,00	11.300,00	Manaus	AM
		599.395,01	304.265,48		

Responsável pelas informações: André Bazzanella

Dentre os projetos realizados por essa Superintendência, destacaram-se os seguintes:

1º Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-amazônico; instalação do edifício da Sede da sub-regional de Roraima (RR); Oficina de Educação patrimonial em Santa Rita e São Paulo de Valéria/AM; inspeção técnica e acompanhamento de Oficina de construção das malocas tradicionais em Iauaretê/AM e finalização do Inventário das Referências Culturais dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro em Manaus.

Quanto à estrutura física da Sede, aquisição de equipamentos e mobiliários, foi feita a reforma e manutenção do edifício-sede da 1ª SR. Também foram iniciadas as obras de promoção de acessibilidade, com instalação de elevador e a aquisição de livros para o Centro de Informações do Patrimônio – CIP; de computadores e mobiliários para a Sub-Regional Roraima; mobiliário para a Sede da 1ª SR; aquisição de equipamentos de registro audio-visual (uma câmera de vídeo e uma máquina fotográfica digital); adequação do pavimento térreo para a realização de eventos e exposições. Foi ainda adquirida uma embarcação para realização de inspeções técnicas e fiscalização do Patrimônio Arqueológico e ações de Educação Patrimonial nas comunidades situadas no entorno de Manaus/AM.

No que se refere à área de recursos humanos, destacou-se a incorporação dos técnicos concursados e de um técnico transferido, além da realização da oficina de elaboração e Gerenciamento de Projetos, treinamento de técnicos em Preservação de Acervos Arquivísticos e Bibliográficos. A Superintendência contou ainda com a adesão de duas estagiárias do programa de Especialização em Patrimônio do Iphan/UNESCO e de uma estagiária de Biblioteconomia para o Centro de Informações sobre o Patrimônio no edifício sede.

Dentre as principais realizações dessa Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, citam-se as participações no Conselho consultivo do Parque Estadual Rio Negro Setor Norte; no Fórum de Debates da II mostra do Filme Etnográfico da Amazônia, com o tema “Imagem e memória”; na IV Mostra de Ciências do Assentamento Vila Amazônia – INCRA, Parintins/AM; na palestra sobre o papel do historiador no Iphan, Universidade Nilton Lins, Manaus/AM; na III Mostra de História da Universidade do Estado do Amazonas, Parintins/AM. Foi concedido apoio técnico à realização dos projetos: uso público de Sítios Arqueológicos na área do Parque Estadual Rio Negro Setor Norte; turismo em terras indígenas da Amazonastur; uso público de sítios arqueológicos nos municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão; restauro da Igreja de São Sebastião-AM; levantamento preliminar das Referências Culturais dos municípios do Alto Solimões, em conjunto com a Diocese do Alto Solimões e afro-brasileiras em Manaus; atividades de inauguração da maloca Baré na comunidade do Livramento, Manaus/AM; levantamento preliminar da manifestação cultural da etnia Sateré-Mawé “Dança do Gambá”, Maués/AM.

Destacaram-se ainda as atividades de início do levantamento das construções ribeirinhas em madeira (município de São Paulo de Olivença, Parintins, Novo Airão e Manaus) e do centro histórico de Manaus – AM; o Pré-levantamento do Patrimônio Edificado de Parintins/AM; a análise e orientação técnica para projeto de reparos e manutenção do edifício da Alfândega de Manaus (Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus) e do comando Naval da Amazônia Ocidental para projeto de intervenção no edifício da Ilha de São Vicente, Manaus/AM; o levantamento preliminar das Referências Culturais da “cultura do boi” de Parintins/AM; as ações do Ponto de cultura Mulheres Guerreiras, município de Tabatinga/AM, os processos de

licenciamento ambiental do Programa Luz para Todos na Reserva de Desenvolvimento sustentável do Tupé, Manaus/AM; o acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental de vários empreendimentos na área urbana de Manaus.

Por fim, foram relevantes, as seguintes visitas técnicas: ao edifício da Santa Casa de Manaus para avaliação sobre a possibilidade de instauração de um processo de tombamento, Manaus/AM; a Barcelos, primeira capital do Estado do Amazonas e à Vila Amazônia, Parintins/AM (levantamento do casarão de J.G. Araújo e dos vestígios da ocupação japonesa).

2ª Superintendência Regional – PA e AP

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Ampliação do acervo da biblioteca Ernesto Cruz - 2ª SR/Iphan	185A14004PA	9.936,00	7.276,60	Belém	PA
Contratação de projeto de restauração e tratamento paisagístico do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade	185A05052PA	135.000,00	33.500,00	Belém	PA
Diagnóstico e identificação de sítio arqueológico submerso na cidade de Anajás, Ilha de Marajó/PA.	185A15053PA	14.361,43	14.361,43	Anajás	PA
Educação Patrimonial no Estado do Amapá	185A07032AP	26.255,13	2.782,69	Macapá	AP
Finalização, padronização e acabamento do material referente aos estudos de tombamento da Vila de Serra do Navio/AP.	185A15005AP	9.388,67	4.984,67	Serra do Navio	AP
Apoio, promoção e divulgação do curso de especialização em arqueologia das instituições científicas- Museu Goeldi e Universidade Federal do Pará.	185A15052PA	18.861,92	18.280,24	Belém	PA
Impressão Encarte/Material Gráfico do CD Rom Levantamento Preliminar do INRC da Ilha do Marajó.	185A15150PA	7.450,00	7.450,00	Belém	PA
Fiscalização e Inspeção Técnica	185A06004PA	66.218,92	46.455,12	Belém	PA
Manutenção das atividades do Laboratório de Conservação e Restauro de Bens culturais da 2ª SR/ Iphan/Belém-PA	185A01001PA	3.230,00	3.230,00	Belém	PA
Reunião para apresentação da proposta de tombamento e regulamentação de Vila Serra do Navio/AP	185A11033AP	18.479,60	1.400,77	Serra do Navio	AP
Lançamento do CD/DVD Levantamento Preliminar do INRC da Ilha do Marajó.	185A09027PA	34.936,90	31.738,03	Belém	PA

Serviços Diversos para Manutenção das Atividades Finalísticas da 2ª SR - COD-7	185A03007PA	31.831,91	23.863,61	Belém	PA
Elaboração do Dossiê da Festa de São Sebastião, do município Cachoeira do Arari, da Ilha do Marajó	185A18023PA	45.000,00	35.191,56	Cachoeira do Arari	PA
Complementação, padronização e acabamento do material referente aos estudos de revisão de tombamentos federais na cidade de Belém	185A11051PA	13.339,00	8.240,00	Belém	PA
Revisão do Tombamento e da Regulamentação de Entorno dos Conjuntos Arquitetônicos da Av. Nazaré e Gov. José Malcher, em Belém do Pará	185A11054PA	12.960,00	0,00	Belém	PA
Divulgação do Vencedor na área da 2ªSR do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade - 2007.	185A09026PA	10.000,00	10.000,00	Belém	PA
Preservação de Sítios Arqueológico Histórico e Pré-Histórico de Joanes, Ilha de Marajó	185A05051PA	68.400,00	20.400,00	Salvaterra	PA
Inventário de Referências Culturais do Marajó/PA - Difusão de resultados.	185A13093PA	94.902,00	2.750,00	Cachoeira do Arari	PA
Restauração de azulejos portugueses das fachadas do sobrado à praça Rio Branco	185A05035PA	81.000,00	20.679,78	Belém	PA
Consolidação das Muralhas Externas da Fortaleza de São José de Macapá	185A05053AP	103.500,00	49.456,95	Macapá	AP
Consolidação das Muralhas Externas da Fortaleza de São José de Macapá - Aditivo 50%	185A15191AP	61.356,51	0,00	Macapá	AP
Manutenção e acessibilidade da sede da 2ª Superintendência Regional do Iphan, em Belém/PA	185A05183PA	200.000,00	54.000,00	Belém	PA
Levantamento preliminar - Inventário Sócio Cultural da Cidade de Mazagão Velho/AP	185A13006AP	37.999,78	21.720,78	Mazagão	AP
Inventário da azulejaria de valor histórico, artístico e cultural dos estado do Pará	185A19025PA	43.577,44	27.326,52	Belém	PA
Identificação e Inventário de Bens Imóveis da Cidade de Macapá	185A19026AP	26.750,63	0,00	Macapá	AP

Complementação do material referente a pesquisa de identificação, coleta e cadastro do patrimônio histórico, cultural e natural da Região do Tapajós/PA.	185A19058PA	13.404,48	0,00	Santarém	PA
Inventário de sítios arqueológicos na Ilha do Marajó	185A15085PA	58.500,00	0,00	Soure	PA
Preservação da coleção especial da biblioteca Ernesto Cruz da 2ª SR/PA	185A20008PA	3.600,00	0,00	Belém	PA
		1.250.240,32	445.088,75		

Responsável pelas informações: Maria Dorotéa de Lima e Raimundo Nonato dos Santos Cardoso

Dentre os projetos realizados por essa Superintendência, destacaram-se os seguintes: Inventário de Referências Culturais – levantamento Preliminar de 12 municípios da Ilha do Marajó; lançamento de CD-Rom/DVD com os resultados do INRC/ Marajó, em Belém e nos 12 municípios onde foi realizada a pesquisa; elaboração e publicação dos livros Folias do Marajó e Marajó: culturas e paisagens; Inventário da Festividade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari/ Marajó/PA, com produção e edição de vídeo sobre a festividade; elaboração de dossiê para instrução de processo de Tombamento de Vila Serra do Navio/AP.

Quanto à estrutura física da Sede, aquisição de equipamentos e mobiliários, cita-se o seguinte: 01 Switch 24 portas, 04 Gravadores Digitais; 03 Notebook, LCD 12,1", 80 GB, DVD RW; 01 GPS 50 pontos; 02 Projetores Multimídia; 01 Câmera Digital 7.2 megapixel; 01 Copiadora laser colorida; 01 Copiadora laser monocromática; 01 Lupa com luminária; 01 Frigobar 120lts; 02 Banquetas com assento fixo; 02 Mesas de Escritórios; 02 Gaveteiros móveis; 01 Armário de Madeira; 01 Armário Baixo; 01 Triturador de Papel.

No que se refere à área de recursos humanos, destacou-se a inclusão de servidores recém concursados (11), bem como a participação em eventos de atualização profissional. A saber: Seminário Rotas Culturais e Caminhos Históricos, Diamantina/MG; 1º Congresso Internacional da SAB – 3º Encontro do Iphan e Arqueólogos/SC; 1º Seminário Bodoquema de Paisagem Cultural e Geoparque, Bonito/MS; 1º Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico/Manaus/AM; I Seminário Sobre Patrimônio Cultural em Santana/AP; Palestra Iphan e INRC: Políticas Públicas para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, Revitalização de Edifícios Históricos – Debates Sobre o Mercado Público de Macapá/AP, Semana Nacional de Museus – Iphan 70 Anos: Práticas e Políticas Públicas para a Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro/Macapá/AP; Arqueologia Subaquática/Arqueólogo da UNICAMP, no Auditório Sede do Iphan em Belém/PA e no Auditório da Fortaleza de São José de Macapá/AP.

Quanto à participação em eventos de capacitação, a superintendência teve representação nos seguintes: Elaboração de Editais para Compras Públicas/Belém/PA; Formação de Pregoeiros, em Belém/PA; Elaboração e Gerenciamento de Projetos/Manaus/AM; IV Semana de Administração, Orçamento, Finanças e de Contratações Públicas, Brasília/DF; Curso Papel do Gerente na Gestão do Acompanhamento do Desempenho de Equipe realizado na ENAP; Oficina de Capacitação para Elaboração de Projeto para Ponto de Cultura para bens registrados como patrimônio cultural brasileiro, realizado pelo Iphan/MINC.

Dentre as principais realizações dessa Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, menciona-se a restauração da Igreja de Santana, na cidade de Belém, cuja etapa atual está sendo realizada com recursos do BNDES, através de parceria com a Fundação Desenvolvimento da Amazônia – FIDESA; a socialização do Espaço Cultural e de equipamentos do Canto do Patrimônio, utilizados por entidades e grupos da sociedade civil organizada com atuação no meio cultural - Entidades usuárias - Grupo de Estudos Afro-Amazônicos/Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA; Associação Paraense de Bibliotecários; Associação Afro-Brasileira de Oxaguiã-Acaoã; Associação Cultural dos Movimentos Reggae; Setorial de Negras e

Negros do Pará; Irmandade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari; Aliança Francesa; Revista Literária Polichinello.

No que se refere às inovações dos processos de gestão da política pública, por intermédio de parcerias e orientação técnica, se tornaram possíveis, projetos de captação de recursos, realizados com diversas entidades, o que tornou o exercício mais democrático e cooperativo na política cultural, o que foi facilitado com o maior envolvimento nas atividades realizadas com a Representação Regional/Norte do Minc.

3ª Superintendência Regional – MA

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Ampliação do acervo bibliográfico da 3a SR.	186A14011MA	3.500,00	1.185,72	São Luís	MA
Elaboração de Levantamento Arquitetônico, fotográfico, diagnóstico e projeto estrutural de estabilização e consolidação com planilha de custos para intervir em Bens Imóveis protegidos por lei Federal.	186A05059MA	64.836,72	12.500,00	São Luís	MA
Levantamentos: Topográfico, físico, arquitetônico, urbanístico e diagnóstico da área correspondente ao Forte de São Sebastião - Alcântara/MA	186A05216MA	16.353,67	0,00	Alcântara	MA
Elaboração do Projeto de Intervenção e Restauração da Casa das Caixeiros de Alcântara - MA	186A15069MA	57.490,00	0,00	Alcântara	MA
3ª Etapa do Projeto de educação patrimonial Viver o desterro - Lugares e Memórias / Ação cultural no Centro Histórico de São Luís	186A07031MA	22.443,75	22.443,75	Alcântara	MA
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais no Estado do Maranhão	186A06005MA	69.832,78	68.666,62	São Luís	MA
Obra de adaptação para implantação da Casa do Patrimônio em Alcântara.	186A05207MA	19.805,08	14.940,14	Alcântara	MA
Unidade mínima de conservação de acervos arquivísticos bibliográficos (laboratórios de pequeno porte) da 3ª SR/ Iphan/São Luís-MA	186A01037MA	14.599,99	14.599,99	São Luís	MA
Manutenção de Atividades Administrativas. COD-8	186A03008MA	37.755,63	34.515,74	São Luís	MA
Confecção de perfis de ruas do Centro Histórico de São Luís	186A11031MA	14.600,00	4.460,00	São Luís	MA

Identificação e publicação sobre a arquitetura e arte religiosa do Maranhão.	186A19061MA	27.090,00	0,00	São Luís	MA
Obras de manutenção e conservação preventiva no monumento Igreja de São José do Desterro em São Luís/MA.	186A05155MA	66.095,14	17.335,08	São Luís	MA
Patrimônio azulejar – Catedral Nossa Senhora da Vitória da Cidade de São Luís-MA	186A05015MA	22.939,88	11.478,44	São Luís	MA
Aquisição de material e equipamento de obra para o edifício sede da Oficina-Escola de São Luís, que será parte do processo de capacitação profissional dos alunos – 1ª etapa	186A05032MA	112.618,47	112.370,57	São Luís	MA
Reforma do Terreiro Casa das Minas, situado na Rua São Pantaleão n. 857, Centro, São Luís/MA	186A05060MA	104.634,27	56.838,55	São Luís	MA
Intervenção no Cemitério de São Benedito - Alcântara /MA	186A05065MA	96.130,55	96.130,55	Alcântara	MA
Serviço emergencial de escoramento do imóvel situado na rua Dr. Neto Gutierrez, n. 26, Alcântara-MA.	186A05159MA	34.790,77	34.790,77	Alcântara	MA
Ação Emergencial, sobrado n. da Rua da Palma, São Luís/MA	186A05318MA	15.000,00	0,00	São Luís	MA
Serviços de manutenção e conservação preventiva no sobrado nº 464 da Rua das Mercês, que abriga a sede do Escritório Técnico de Alcântara-MA, 3ªSR/ Iphan	186A05062MA	27.935,27	27.935,27	Alcântara	MA
Manutenção preventiva e adaptação do edifício sede da 3ª Superintendência Regional a pessoas portadoras de necessidades especiais.	186A05063MA	397.535,22	0,00	São Luís	MA
Serviços de recuperação da rede hidráulica e sanitária dos banheiros existentes nos andares térreo e primeiro do Edifício Sede da 3ª SR/Iphan	186A05166MA	1.000,00	1.000,00	São Luís	MA
Restauração da Imagem de São Bonifácio – São Luís/MA	186A05226MA	11.051,86	3.390,93	São Luís	MA

Projeto Emergencial de Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial - Legado de toques e ladainhas das Caixeiros do Divino Espírito Santo - Município de Alcântara (MA).	186A17009MA	20.000,00	20.000,00	Alcântara	MA
Elaboração do Dossiê de Registro do Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão.	186A18024MA	49.904,35	15.914,35	São Luís	MA
Identificação e Inventário para Referenciamento de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial (INRC) - Município de Alcântara (MA) - 1ª ETAPA.	186a13005MA	33.419,25	24.351,05	Alcântara	MA
INBMI MA - Inventário do Patrimônio Azulejar do Estado do Maranhão	186A19005MA	10.929,00	9.948,92	São Luís	MA
INBMI-MA – Serralheria do Centro Histórico de São Luís	186A19043MA	7.644,00	5.700,00	São Luís	MA
Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário do Maranhão	186A22016MA	48.719,62	28.815,82	São Luís	MA
Conservação preventiva do acervo da biblioteca do Iphan 3ª SR	186A20011MA	6.200,00	6.200,00	São Luís	MA
Conservação Preventiva dos Acervos arquivísticos e bibliográficos da 3ª SR/Iphan São Luís-MA	186A20060MA	5.996,40	5.996,40	São Luís	MA
		1.420.851,67	651.508,66		

Responsável pelas informações: Kátia Santos Bogéa

Os principais projetos realizados por essa Superintendência foram a Inauguração do Centro de Inclusão Digital na sede do Escritório Técnico de Alcântara em parceria com a ONG COMUNICA; o lançamento do livro "Museu Casa Histórica" e do Mapa ilustrado de Alcântara; a entrega à comunidade do busto de Odorico Mendes/centro histórico de São Luís; as Palestras da Superintendente Kátia Bogéa destinadas ao Curso de Turismo, com a temática Patrimônio Imaterial e no Fórum de Desenvolvimento Sustentável de São Luís sob o tema: Cultura e Patrimônio Histórico.

Foi realizado o Registro da manifestação cultural "Tambor de Crioula do Maranhão".

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, citam-se as realizações abaixo:

- 1) Em Valores: Aparelhos e equipamentos de comunicação: R\$ 665,00; Aparelhos e utensílios domésticos: R\$ 2.526,99; Máquinas e equipamentos: R\$ 289,99; Equipamentos para áudio, vídeo e foto: R\$ 5.871,00; Equipamentos de processamento de dados: R\$ 8.052,00; Máquinas, instalações e utensílios para escritório: R\$ 396,00; Mobiliário em geral: R\$ 11.538,00.

2) Em itens adquiridos

Aquisições - Material Permanente	
2007	
Descrição	Qtd.
Câmeras fotográficas digitais	13
Mesas para escritório	04
Armários/Estantes/Arquivos	07
Impressoras	05
Cadeiras	05
Aparelhos de fax	01
Máquinas calculadoras	02
Frigobar	01
Aspirador de pó	01
Monitores	02
Estabilizadores/Nobreacks	04
Projektor multimídia	01
Forno microondas	01
Fogão a gás	01
Suporte de CPU	01
Balcão	01
Computadores/Notebooks	02
TVs	01
Cofre	01
Total	54

Quanto à área de recursos humanos, ao longo do ano de 2007, os servidores da 3ª Superintendência Regional do Iphan participaram das seguintes capacitações: II Semana de Administração do Iphan; Curso de formação de pregoeiros; pregão eletrônico (ENAP/Iphan); Curso de elaboração de editais e aquisições no setor público (ENAP/Iphan); Elaboração e gerenciamento de projetos (ENAP/Iphan). A 3ª SR/Iphan encerrou o ano de 2007 com uma força de trabalho composta de 24 servidores, 05 estagiários (nível superior), 13 terceirizados e 03 bolsistas. Houve em 2007 a adesão de um novo servidor no quadro funcional.

Dentre as principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan cita-se: Orientação técnica para a limpeza, conservação e guarda no Museu Histórico e Artístico do Maranhão dos bustos das personalidades do Panteon Maranhense, instalados originalmente na Praça do Panteon; para a limpeza e catalogação dos Livros da Fábrica Santa Amélia e do Acervo Histórico de Reis Perdígão integrantes do acervo da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Luís; participação na elaboração do Plano Diretor de São Luís (Lei no. 4.666, de 11 de outubro de 2007); apresentação do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em Recife/PE; negociação de apoio aos projetos Escola de Música, Museu do Azulejo e Museu da Cidade. Destaca-se ainda a orientação técnica na obra de restauro do imóvel da Rua do Sol, nº 247 - Sede do Arquivo Público Municipal; o acompanhamento da obra de restauro dos azulejos da fachada do prédio do Arquivo Público Municipal; a captação de recursos na iniciativa privada através da lei de Incentivo a Cultura para o Centro de Referência Azulejar de São Luís (Museu do Azulejo); a captação de R\$400.000,00 junto à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a terceira etapa de execução do Centro de Referência Azuleja; negociação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento da instalação do Centro de Referência Azulejar, no valor de R\$1.100.000,00; a Oficina Escola de São Luís – Acompanhamento técnico e elaboração de convênio com a Prefeitura de São Luís, nº00055/2006, R\$ 77.600,00 para pagamento de bolsas aos alunos.

Por fim, destaca-se ainda o apoio e orientação técnica ao Projeto Portinho, ao Projeto arquitetônico e complementares executivo e captação de recursos junto ao BNDS (R\$751.000,00) para a Escola Municipal de Música à Rua do Giz, 53; a participação da Missão da Junta de Andaluzia (Espanha) em São Luís; a participação da Superintendência em todas as ações do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís; na Reestruturação do Núcleo Gestor do Centro Histórico, com criação das Comissões de Fiscalização Integrada; a acessibilidade a Serviços Urbanos; o Calendário Cultural (Decreto no. 29.874, de 13 de março de 2007); a visita do Núcleo Gestor do Centro Histórico à Feira da Praia Grande; a palestra do Núcleo Gestor do Centro Histórico para os comerciantes do bairro da Praia Grande; a visita do Núcleo Gestor do Centro Histórico à Associação dos Catadores do Maranhão – ASCAMAR (29/05/2007); a vistoria do Núcleo Gestor do Centro Histórico, sobre a pavimentação e imóveis do Centro Histórico(30/03/2007); a visita do Núcleo Gestor do Centro Histórico à Rua Grande; a elaboração de proposta de Calendário Cultural para São Luís; a reunião Geral e apresentação do Relatório Anual do Núcleo Gestor do Centro Histórico; a participação da Superintendência na Apresentação do Relatório de Avaliação Ambiental do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PROCIDADES/BID, no Núcleo Gestor do Centro Histórico; a participação da Superintendência na elaboração de toda programação referente às comemorações do Dia Municipal do Patrimônio Histórico; a participação da Superintendência na apresentação da campanha publicitária “SOU FÃ DO CENTRO HISTÓRICO”; lançamento da marca “SÃO LUÍS – 10 ANOS DE PATRIMÔNIO MUNDIAL”; mesa-redonda Políticas Públicas x Comunidade, no Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Desterro realização do Fórum São Luís – 10 Anos de Patrimônio Mundial; realização da Exposição Ações do Núcleo Gestor do Centro Histórico; realização da Exposição Cidades Patrimônio Mundial – UNESCO; realização do DIA MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO: São Luís – 10 Anos de Patrimônio Mundial, lançamento do Guia das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial, participação na Oficina de Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus; participação no 2º Seminário de Patrimônio Naval Brasileiro; participação no Fórum de Desenvolvimento Sustentável de São Luís - Reunião Plenária 2007; participação no Curso de História da Arte do Programa Itaú Cultural ; inauguração do Trailer da Cooperativa de Gastronomia Típica; participação no I Encontro de História dos Municípios do Maranhão - Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

No que se refere às inovações dos processos de gestão da política pública, destaca-se o processo de tomada de decisões colegiadas dentro do núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, numa divisão de responsabilidades pela proteção do patrimônio cultural, com a participação das três instâncias de poder e da sociedade civil organizada.

4º Superintendência Regional -CE

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Ampliação do acervo da biblioteca da 4ª SR	187A14010CE	12.465,35	6.674,40	Fortaleza	CE
Inspeção técnica e fiscalização de bens protegidos.	187A06006CE	59.980,13	45.933,12	Fortaleza	CE
Manutenção e expansão das atividades do Laboratório de Conservação e Restauração da 4ª SR-CE. (continuidade)	187A01031CE	28.595,00	12.504,00	Fortaleza	CE
Gestão e Administração do Programa COD-9	187A03009CE	31.975,90	31.975,90	Fortaleza	CE
Instrução de tombamento da Igreja do Desterro, em Ipu.	187A11007CE	5.411,45	582,18	Ipu	CE

Elaboração da instrução de tombamento do conjunto paisagístico da bica do Ipu, no Estado do Ceará.	187A11042CE	142,52	142,52	Ipu	CE
Elaboração da instrução de tombamento da Estação Ferroviária localizada na cidade de Ipu/CE.	187A22008CE	5.655,80	795,07	Ipu	CE
Solenidade local para divulgação do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade/2007.	187A09025CE	9.074,00	9.074,00	Fortaleza	CE
Execução do restauro das esquadrias da fachada principal da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Santana, em Iguatu.	187A05057CE	6.532,14	0,00	Iguatu	CE
Serviços emergenciais de demolição parcial e reconstrução.	187A05301CE	6.752,27	0,00	Icó	CE
Execução da 3ª etapa do restauro do Museu Jaguaribano, em Aracati.	187A15076CE	239.944,67	0,00	Aracati	CE
Descupinização no edifício sede da 4ª SR/Iphan.	187A15193CE	1.412,00	0,00	Fortaleza	CE
Restauro das imagens sacras da Ig. de N. Sra. da Conceição de Almofala, em Itarema	187A05176CE	23.667,60	23.667,60	Itarema	CE
Elaboração do inventário de expressões do patrimônio imaterial de 33 municípios da região do Cariri (1ª etapa).	187A13019CE	46.282,69	715,69	Crato	CE
Inventário da arquitetura Modernista Cearense	187A19063CE	76.500,00	0,00	Fortaleza	CE
Estudos sobre a Paisagem Cultural - Camocim/CE	187A19068CE	25.000,00	0,00	Camocim	CE
Inventário sumário do patrimônio ferroviário do Estado do Ceará.	187A22006CE	69.000,00	0,00	Fortaleza	CE
Acondicionamento de Acervo Técnico da 4ª SR /CE	187A20009CE	8.950,15	5.019,55	Fortaleza	CE
		657.341,67	135.643,64		

Responsável pelas informações: Arq. Romeu Duarte Junior

Os principais projetos realizados por essa Superintendência foram o Restauro do Passeio Público, em Fortaleza; implementação dos projetos de recuperação de bens imóveis privados no sítio histórico de Icó; restauro e adaptação da Casa do Capitão-mor à sede do Centro de Referência do Sítio Histórico e do Escritório Técnico da 4ª SR/Iphan em Sobral; recuperação da Praça da Coluna da Hora, em Sobral; restauro e devolução à comunidade de Itarema de três imagens constantes do acervo da Ig. de N. Sra. da Conceição de Almofala, com recursos do Iphan. No ano de 2007 não foram efetuados tombamentos no âmbito da 4ª SR/Iphan.

Entretanto, foram iniciados os trabalhos relativos ao tombamento federal da paisagem cultural de Camocim, da Estação Ferroviária, da Igreja de N. Sra. do Desterro e da Bica do Ipu, do acervo do Museu de Paleontologia da URCA, do acervo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará e da ponte ferroviária de Granja; o que juntamente com as pesquisas referentes ao patrimônio imaterial caririense, recentemente finalizadas, certamente abrirá novas frentes para a consideração e valorização nacional do patrimônio cultural do Estado. Há que ressaltar, ainda, o iminente tombamento da Fortaleza de N. Sra. da Assunção, em Fortaleza.

Quanto à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, consta que foi ampliado o parque computacional da Regional com a aquisição de 10 (dez) novos computadores e 02 (duas) impressoras. Foram incorporadas ainda ao patrimônio (duas) máquinas fotográficas digitais, 01 (uma) filmadora, 02 (dois) gravadores digitais, 01(um) projetor para data-show, 01 (um) televisor de tela plana e 01 (um) aparelho de DVD. Quanto ao mobiliário, foram adquiridas mesas para computador, cadeiras e armários/arquivos.

Quanto à área de recursos humanos, no último concurso, foram recebidos 07 (sete) novos funcionários, os quais participaram de cursos de capacitação técnica, promovidos pelo DEPAM, pelo DPI, pelo DPA e pela COPEDOC, com destaque para o curso de elaboração de projetos.

Dentre as principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, cita-se a elaboração da 1ª etapa dos inventários do sítio histórico de Icó; elaboração da Norma de Preservação do sítio histórico de Sobral (em curso); prestação de assessoria técnica a prefeituras municipais e ao Estado na área do patrimônio cultural; interface com outros órgãos estaduais e federais licenciadores no que respeita ao patrimônio arqueológico; atualização e nivelamento da equipe técnico-administrativa, com a participação desta em cursos promovidos pelo Iphan.

No que se refere às inovações dos processos de gestão da política pública, ressalta-se o contato mais estreito entre órgãos afins das três esferas de governo, especialmente aqueles que tratam do licenciamento ambiental; relação direta com os Ministérios Público Federal e Estadual, através da realização de reuniões conjuntas de trabalho; aprimoramento do compartilhamento da gestão dos sítios históricos, em especial nos conjuntos urbanos de Icó e Sobral; relacionamento estreito com a UEP/Monumenta-Icó.

5ª Superintendência Regional –PE

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Levantamento de Campo e Fotografias dos Azulejos existentes nos Monumentos Tombados de Pernambuco	188A05066PE	27.945,47	0,00	Recife	PE
Pesquisas, Levantamentos e Elaboração de Projetos Executivos para o Restauro da Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus, em Igarassu (PE).	188A05067PE	53.500,00	0,00	Igarassu	PE
Pesquisas, Levantamentos e Elaboração de Projetos Executivos para o Restauro do Convento de Santo Antônio em Sirinhaém-PE.	188A05077PE	77.775,00	9.530,00	Sirinhaém	PE
Elaboração de projeto paisagístico e museológico para o parque histórico e museológico para o parque histórico nacional dos Guararapes/PE.	188A05202PE	67.000,00	0,00	Jaboatão dos Guararapes	PE

Produção e edição do material informativo para a campanha contra o tráfico ilícito de obras de arte: cartilhas, cartazes e folders.	188A10006PE	13.385,80	0,00	Recife	PE
Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada-CECI/UFPE	188A08041PE	6.130,04	6.130,04	Olinda	PE
Curso de Elaboração e Gerenciamento de Projetos para 5ª SR/Iphan	188A08049PE	7.200,00	0,00	Recife	PE
Digitalização e transcrição de manuscritos existentes no arquivo da 5ª SR/ Iphan	188A20011PE	23.914,00	510,00	Recife	PE
Identificação e formatação em base de dados das fotografias realizadas pelos técnicos da 5ªSR/Iphan em meio digital.	188A20015PE	16.150,70	1.100,00	Recife	PE
Elaboração de folder e marcador de página com informações sobre a Biblioteca Almeida Cunha desta 5ªSR/Iphan.	188A10042PE	6.635,00	0,00	Recife	PE
Ampliação do Acervo da Biblioteca da 5ª SR	188A14005PE	4.025,96	0,00	Recife	PE
Inspeção técnica e fiscalização dos Monumentos Tombados sob a jurisdição da 5ª Regional - PE	188A06007PE	105.331,66	80.922,43	Recife	PE
Patrimônio arqueológico do vale do Catimbau/PE – proteção e visitação consciente	188A05233PE	16.514,01	1.225,21	Buique	PE
Capacitação de taxistas e condutores de turismo em centros históricos	188Z01075PE	79.700,00	0,00	Recife	PE
Manutenção das atividades do Laboratório do Núcleo de Conservação e Restauração da 5a.SR/Iphan.	188A01029PE	17.952,00	1.196,05	Recife	PE
Atender necessidades emergenciais desta 5ª Superintendência Regional. COD-10	188A03010PE	41.102,88	26.489,99	Recife	PE
Atualização da legislação federal de proteção do sítio histórico de Olinda – Re-ratificação da notificação federal n.Nº 1.155/79.	188A15073PE	16.800,00	0,00	Olinda	PE

Aquisição de material de consumo e permanente para a Biblioteca Almeida Cunha da 5ªSR/Iphan.	188A20012PE	14.000,00	0,00	Recife	PE
Identificar e quantificar as fontes primárias relacionadas ao ciclo da cana-de-açúcar existentes no Recife e região metropolitana, dando subsídios para a elaboração de projeto de levantamento documental do ciclo da cana-de-açúcar em Pernambuco.	188A16023PE	15.348,00	0,00	Recife	PE
Referências culturais do ciclo da cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco	188A13018PE	50.737,60	11.000,00	Recife	PE
Revisão do polígono de entorno dos monumentos tombados pelo Iphan nos bairros de Santo Antônio e São José, Recife - PE	188A11006PE	14.219,90	680,00	Recife	PE
Mapeamento dos engenhos e capelas ligados ao ciclo de açúcar de Pernambuco, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Moreno e Escada.	188A05068PE	18.000,00	0,00	Recife	PE
Projeto piloto de revisão historiográfica acerca do ciclo da cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco, em especial nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Moreno e Escada - PE.	188A15072PE	36.462,00	6.280,00	Recife	PE
Identificação de sítios arqueológicos pernambucanos em fontes escritas.	188A15075PE	12.000,00	200,00	Recife	PE
Obra de reforço estrutural da Igreja do Carmo de Olinda e instalação de canteiro aberto.	188A05191PE	111.289,21	0,00	Recife	PE
Aquisição de materiais e equipamentos para a restauração da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - Recife - PE.	188A05197PE	145.056,95	0,00	Recife	PE
Programa Patrimônio Azulejar - Recuperação do Acervo Azulejar da Capela Nossa Senhora do Rosário do Convento Franciscano do Recife	188A05025PE	8.593,28	0,00	Recife	PE

Palácio da Soledade - Serviços de Conservação e Adequação da Nova Sede da 5ª SR/Iphan - PE	188A05213PE	668.616,13	0,00	Recife	PE
Douramento do altar do Santíssimo da Igreja do Carmo de Olinda.	188A05193PE	225.000,00	113.525,70	Olinda	PE
Plano de Salvaguarda da Feira de Caruaru/5 SR	188A17012PE	11.979,49	10.579,49		
Inventário de varredura do patrimônio material do ciclo da cana-de-açúcar nos municípios do Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Moreno e Escada PE.	188A19013PE	32.400,00	0,00	Jaboatão dos Guararapes	PE
Inventário Nacional de Configuração de Espaços Urbanos / INCEU - 2007 Igarassu/PE	188A19014PE	34.308,00	0,00	Igarassu	PE
Inventário de Bens Móveis e Integrados de Pernambuco - sistematização de fichas do acervo da ilha de Fernando de Noronha.	188A19065PE	2.400,00	0,00	Recife	PE
Banco de dados do SIG- Olinda	188A11040PE	14.253,10	0,00	Olinda	PE
SIG - Áreas remanescentes do Parque Histórico Nacional dos Guararapes	188A05056PE	3.300,00	0,00	Jaboatão dos Guararapes	PE
Reconhecimento. Monit. Embarcações tradicionais	188A05212PE	14.340,00	0,00	Recife	PE
Inventário do acervo azulejar de Pernambuco - Séculos XVI A XIX.	188A15071PE	36.795,01	1.500,48	Jaboatão dos Guararapes	PE
Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário Edificado e dos Bens Móveis e Integrados no Estado de Pernambuco.	188A22010PE	112.777,78	5.564,88	Salgueiro	PE
Documentação do Iphan no Parque Histórico Nacional dos Guararapes	188A20010PE	4.800,00	0,00	Jaboatão dos Guararapes	PE
Restauração das Fotografias pertencentes ao acervo da 5ª SR/Iphan.	188A20016PE	8.640,00	2.448,00	Recife	PE
Higienização, Acondicionamento e Armazenamento do Acervo Arquivístico da 5ª SR.	188A20017PE	17.320,46	218,16	Recife	PE
		2.193.699,43	277.492,27		

Responsável pelas informações: Frederico Faria Neve Almeida

Dentre os principais projetos realizados por essa Superintendência, destaca-se o Registro do Frevo como Patrimônio Imaterial Brasileiro; início das Obras de Conservação e Adequação do Palácio da Soledade – Nova Sede da 5ªSR/Iphan – Casa de Patrimônio do Recife/Centro Cultural Nóbrega; início das Obras de Restauração do Altar do Santíssimo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Olinda – PE; entrega dos Volumes do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados de Recife, Igarassu e Olinda – INBMI-PE; início dos Programas (Plano de Ação 2007): Caminhos do Açúcar, Inventário do Patrimônio Material, Imaterial e Documental no Estado de Pernambuco, Patrimônio Azulejar – Inventário do Patrimônio Azulejar de Pernambuco, Patrimônio Ferroviário – Início do Inventário dos Bens Imóveis e Móveis do Patrimônio Ferroviário no Estado de Pernambuco, Patrimônio Naval no Estado de Pernambuco.

Foi realizado o registro do Frevo como Patrimônio Imaterial Brasileiro.

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, citam-se as realizações abaixo:

- Acordo de Convênio entre o Iphan/5ªSR/PE e a Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP para implantar no Palácio da Soledade a nova Sede da 5ªSR/ Iphan/Casa de Patrimônio do Recife e Centro Cultural Nóbrega.
- Aquisição de 21 Computadores, duas Impressoras colorida a laser, 12 Nobreaks, 05 trenas a laser, 01 módulo para o arquivo deslizante para a Biblioteca, 01 Refrigerador, 01 fogão e 01 geláguia.
- Convênio com a Delegacia da Receita Federal do Recife que doou: 01 Notebook, 01 Câmara fotográfica profissional analógica; 01 Datashow; 01 Câmara fotográfica profissional digital, 06 câmaras digitais simples; carregadores de baterias e 01 Ford D-20 ano 1995 para o setor de fiscalização da 5ª Regional.

Quanto à área de recursos humanos, ocorreu a adesão de dois novos servidores. A Superintendência teve participação ainda, nos seguintes cursos: Curso de Administração de Pessoas, Curso de Elaboração e Gerenciamento de Projetos, Curso de Pregoeiros, 1ª e 2ª Semana de Administração, Programa Interno de Capacitação, além da contratação de Curso de Acompanhamento e Gerenciamento de Projetos.

As principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan:

- Pronac com apoio do Iphan: início das Obras de Restauração dos Bens Móveis e Integrados da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares-PE; da Casa de Câmara e Cadeia/Sobrado do Imperador - Igarassu-PE; da Capela-Mor (bens integrados) e da Cantaria da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Olinda – PE; da Igreja de Nossa Senhora do Carmo do Recife; da Faculdade de Direito do Recife; da Associação Comercial de Pernambuco – Recife – PE; Obras da rede elétrica subterrânea de Olinda – PE.
- Apoio na Captação de Recursos Pronac: restauração do Acervo Azulejar - convento de Santo Antônio do Recife – PE; da Faculdade de Direito do Recife; dos Altares da Igreja da Matriz do Rosário de Goiana – PE; dos Bens Móveis e Integrados do Convento de Santo Alberto de Sicília – Goiana – PE; da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos – Recife – PE; da Associação Comercial de Pernambuco – Recife – PE; recuperação Emergencial da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia de Olinda – PE; Conjunto das Fronteiras e Memorial D. Helder Câmara - Recife – PE; restauração do Cine Duarte Coelho - Olinda – PE; Inventario Nacional de Bens Móveis e Integrados de Olinda – PE.
- Acompanhamento das Obras do Programa Monumenta/MinC: restauração da Igreja da Madre de Deus – Recife – PE; da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Olinda-PE; conclusão da obra de Urbanização da Rua Madre de Deus, no Bairro do Recife; urbanização da Rua da Moeda – Bairro do Recife e do Varadouro – Olinda – PE; do Largo do Rosário –Olinda-PE.

No que se refere às inovações dos processos de gestão da política pública, a 5ªSR apresentava como característica básica a preservação do patrimônio edificado, especificamente centrada na realização de obras de restauração ou conservação, atuando diretamente nos monumentos tombados e conjuntos históricos. A partir de 2006, passou a diversificar e ampliar sua atuação em todo o território pernambucano. As discussões do Planejamento Estratégico, ocorridas durante esses últimos anos, têm, em muito, contribuído para a mudança na forma de atuar da Regional. Democratização, Diversidade, Socialização, Estruturação, Capacitação - têm sido "palavras-chaves" no cotidiano. Programas da Regional, iniciados em 2007, como Caminhos do Açúcar, Patrimônio Azulejar, Patrimônio Ferroviário, Patrimônio Naval Brasileiro estão sendo mantidos e continuarão no Planejamento 2008.

A criação de um Banco de Projetos tem sido desde 2006, uma marca constante na forma de atuação. Foi elaborada uma série de projetos: Restauração do Patrimônio Azulejar do Conjunto Franciscano do Recife; Projeto da Casa do Imperador de Igarassu; Restauração dos Bens Móveis e Integrados da Igreja da Conceição dos Militares; Restauração da Cantaria e da Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Olinda; Inventário dos Bens Móveis e Integrados de Olinda; todos com captação de recursos garantida ou com obra já iniciada. No Planejamento 2007, foram contratados mais 03 projetos: Restauração do Convento de Santo Antônio de Sirinhaém/PE; Restauração do Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus - Igarassu/PE e Projeto de Paisagismo do Parque Histórico Nacional dos Guararapes/PE.

No campo de arqueologia, foi elaborado o Termo de Referência para distribuição aos órgãos licenciadores de Pernambuco, o que colocou o Iphan no circuito do licenciamento ambiental e arqueológico no nosso Estado.

Desde 2003, a SR tem realizado o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados - INBMI - PE, com apoio da Fundação Vitae. Já foram inventariados 12.704 objetos em 22 monumentos históricos tombados. Em 2008, será executado, com financiamento do BNDES, o INBMI de Olinda. Em 2007, foi realizado o arrolamento de todo o acervo móvel dos monumentos religiosos tombados de nosso Estado. A liberação de saída de obra de arte tem crescido. Foi iniciado o cadastramento dos comerciantes de antiguidades.

As Obras de Conservação e Restauração continuam representando um dos pontos fortes da Regional do Iphan em Pernambuco, agora tentando buscar parceiros para a sua realização. Instituições como BNDES, Fundação Gilberto Freyre, FADE, Grupo Votorantim, Petrobrás, CHESF, Prefeituras de Recife, Olinda, Goiana e Igarassu e ainda a Província Carmelitana Pernambucana e a Associação Missionária Cirstã têm sido grandes parceiros no processo de captação de recursos junto ao Programa Nacional de Incentivo à Cultura - PRONAC, bem como na realização dos projetos apoiados pelo Iphan.

As ações de acautelamento têm crescido e, com a realização dos inventários, o patrimônio a ser protegido deve ampliar-se. Encontram-se em andamento as instruções de processos de tombamento do Centro Histórico de Goiana, do Engenho Gaipió- Ipojuca, do Cabo de Santo Agostinho e a Revisão do polígono de tombamento do Bairro do Recife.

O Núcleo de Patrimônio Imaterial vem trabalhando nas linhas de atuação sugeridas pelo DPI/Iphan, já tendo registrado 02 bens de natureza imaterial (Feira de Caruaru-2006 e Frevo), bens para os quais, em 2008, estão sendo propostos projetos de salvaguarda. Está sendo realizado o levantamento preliminar do INRC - Ciclo da Cana de Açúcar e acompanhando os INRC's do "Vaqueiro Nordestino e a Missa do Vaqueiro" (parceria com a Fundação Padre João Cândio) e da "Capoeira" (Iphan - BA, RJ e PE). Agora, em 2008, a 5ª SR estará realizando também, o acompanhamento do INRC do "Maracatu" (Rural e Urbano), "Cavalo Marinho" e "Caboclinhos" (parceria com o Governo do Estado/Fundarpe) e estará propondo, também para o PA 2008, o levantamento preliminar da "Renda da Renascença" nos municípios de Pesqueira e Poções - PE.

6ª Superintendência Regional -RJ

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Ampliação do acervo bibliográfico da 6ª SR / Iphan	189A14017RJ	14.902,33	11.072,27	Rio de Janeiro	RJ

Elaboração de projeto de prevenção e combate a incêndio para o prédio da Antiga Casa da Guarda do Conjunto Arquitetônico Palácio Rio Negro, atual Escritório Técnico II do Iphan em Petrópolis.	189A05070RJ	2.700,00	0,00	Petrópolis	RJ
Projeto de elétrica para o convento de N. Sra dos Anjos.	189A05074RJ	7.030,80	3.515,40	Cabo Frio	RJ
Mapeamento e estudo dos danos ocorridos no prédio principal da Fábrica Companhia Petropolitana, Cascatinha, Petrópolis,RJ	189A15167RJ	5.000,00	0,00	Petrópolis	RJ
"Gestão das coleções arqueológicas sob a guarda do Laboratório de Arqueologia da 6ª SR e catálogo multimídia de peças"	189A15064RJ	41.496,00	6.916,00	Rio de Janeiro	RJ
Divulgação das obras do arquiteto Oscar Niemeyer.	189A09043RJ	23.150,00	0,00	Rio de Janeiro	RJ
apoio a "Exposição Fragmentos - a História dos Jesuítas a partir da arqueologia" - Revista de jogos temática.	189A09042RJ	7.435,00	7.435,00	Rio de Janeiro	RJ
Patrimônio e Leitura	189A16027RJ	11.870,00	0,00	Rio de Janeiro	RJ
Pesquisa sobre preservação do patrimônio cultural - publicações.	189A16028RJ	44.500,00	0,00	Rio de Janeiro	RJ
Inventário do acervo documental referente ao Patrimônio Imaterial do Est.RJ (Mapeamento dos Terreiros de Candomblé do Est. R.J. 2ª parte)	189A13009RJ	86.267,00	25.267,00	Rio de Janeiro	RJ
Inspeção técnica e fiscalização dos bens, sítios históricos e arqueológicos tombados pelo Iphan, na jurisdição desta SR.	189A06008RJ	70.000,00	54.314,71	Rio de Janeiro	RJ
Constituir e Equipar a Unidade básica de informação no pavimento superior da sede do Escritório Técnico II - Paraty	189A05088RJ	7.798,74	0,00	Parati	RJ
Impressão de Instrumentos de Pesquisa.	189A20056RJ	13.052,50	0,00	Rio de Janeiro	RJ
Disseminação de informações - atendimento a usuários do Arquivo central -Iphan.	189A20057RJ	1.456,56	0,00	Rio de Janeiro	RJ

Modernização do Laboratório de Preservação Fotográfica na COPEDOC do Iphan /RJ.	189A01041RJ	10.470,92	4.576,92	Rio de Janeiro	RJ
Projeto Manutenção das Atividades do Laboratório de Preservação Fotográfica na COPEDOC do Iphan.	189A01044RJ	699,00	699,00	Rio de Janeiro	RJ
Inventário do Centro Histórico de Vassouras e Revisão da Portaria 12/86.	189A19022RJ	37.180,00	0,00	Vassouras	RJ
Modernização Administrativa da 6ª SR COD-11	189A03011RJ	37.193,47	34.812,25	Rio de Janeiro	RJ
Modernização dos equipamentos do Arquivo da 6ª SR/ Iphan	189A20051RJ	7.039,94	7.039,94	Rio de Janeiro	RJ
Ampliação do espaço físico par armazenamento do Arquivo Arquivístico Central do Iphan /RJ.	189A20054RJ	13.299,00	0,00	Rio de Janeiro	RJ
Instalação da área, execução da limpeza e a realização do acondicionamento de documentos textuais da Série Inventário do Arquivo Central/ Iphan/RJ.	189A01042RJ	30.000,00	0,00	Rio de Janeiro	RJ
Instrução do pedido de registro da Venerável Irmandade de São Benedito em Angra dos Reis -RJ.	189A18013RJ	31.887,00	21.030,20	Rio de Janeiro	RJ
Memória da Ação Institucional - material de consumo COPEDOC	189A16031RJ	3.260,15	756,90	Rio de Janeiro	RJ
Estudos e Instrução de Processos de Tombamento	189A11044RJ	18.014,78	994,78	Rio de Janeiro	RJ
Caminho Histórico de Mambucaba	189A15032RJ	536,94	536,94	Parati	RJ
Complementação do estudos e pesquisas dos Bens Móveis Integrados da Igreja do Mosteiro de São Bento e Convento de Santo Antônio.	189A15166RJ	9.200,00	0,00	Rio de Janeiro	RJ
Produção de DVD sobre a obra do arquiteto Afonso Eduardo Reidy	189A07033RJ	16.155,00	9.693,00	Rio de Janeiro	RJ
Restauração Interna da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores - Paraty	189A05151RJ	107.800,00	16.700,00	Parati	RJ
Obras de conservação no Convento de Nossa Senhora dos Anjos	189A05163RJ	49.945,80	0,00	Cabo Frio	RJ

Obras emergências de conservação da Igreja Nossa Senhora da Conceição - Paraty/RJ	189A15086RJ	125.714,01	0,00	Parati	RJ
Demolição de acréscimos irregulares para recuperação e preservação de imóvel.	189A05208RJ	7.945,00	0,00	Parati	RJ
Obras de manutenção e conservação do sobrado do Iphan e edícula - Paraty/RJ	189A05157RJ	98.892,13	0,00	Rio de Janeiro	RJ
Projeto de obras de reforma e readequação do prédio da Antiga Casa da Guarda, edificação existente no Conjunto Arquitetônico Palácio Rio Negro, atual sede do Escritório Técnico II do Iphan em Petrópolis.	189A05162RJ	48.976,57	48.976,57	Petrópolis	RJ
Recuperação do prédio à Avenida Rio Branco nº 46, atual sede da 6ª SR em cumprimento ao Termo de Ajuste de Conduta com a CBTU.	189A05236RJ	149.900,00	33.680,00	Rio de Janeiro	RJ
Finalização do Altar-mór da capela de Santanna do Basílio em Rio Bonito	189A05152RJ	47.900,00	5.400,00	Rio de Janeiro	RJ
Projeto emergencial de Restauração do Altar-mór da Capela de Santana do Basílio, processo nº 01500.000666/2003-41 (Dispensa de Licitação), de acordo com o Parecer 168/05 PROFER/ Iphan/RJ, de 09/12/2005.	189A05195RJ	27.000,00	27.000,00	Rio Bonito	RJ
Organização e catalogação do arquivo do Escritório Técnico II - Paraty 6ªSR/RJ	189A20023RJ	13.500,00	0,00	Parati	RJ
Dicionário Iphan de patrimônio Cultural - material de consumo	189A16029RJ	15.847,91	14.617,31	Rio de Janeiro	RJ
Produção de DVD sobre a Feira de São Cristóvão/Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas - CLGTN/RJ	189A18034RJ	6.000,00	6.000,00	Rio de Janeiro	RJ
Complementação do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados, realizado em Petrópolis no ano de 2002.	189A19006RJ	7.182,00	0,00	Rio de Janeiro	RJ
Instrumentais da Luta Contra o Tráfico de Bens Culturais	189A05245RJ	70.000,00	0,00	Rio de Janeiro	RJ

Levantamento do potencial valor histórico, e/ou artístico, e/ou paisagístico relativo a bens imóveis pertencentes ao patrimônio da RFFSA, em liquidação - fase I.	189A15068RJ	578,80	578,80	Rio de Janeiro	RJ
Inventário das áreas de entorno do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio.	189A15078RJ	7.900,00	0,00	Cabo Frio	RJ
Assessoria para fiscalização de sítios arqueológicos e produção de catálogo das pesquisas arqueológicas na Região dos Lagos	189A15087RJ	7.100,00	0,00	Cabo Frio	RJ
Inventário dos bens imóveis com valor artístico, histórico e cultural da Rede Ferroviária Federal (extinta)	189A22012RJ	86.466,82	13.560,00	Rio de Janeiro	RJ
Tratamento Técnico do Acervo Arquivístico e Bibliográfico da 6ªSR/Iphan.	189A20030RJ	34.722,91	21.112,91	Rio de Janeiro	RJ
Tratamento técnico do acervo bibliográfico do Escritório Técnico de Petrópolis - 6 SR/RJ.	189A20048RJ	12.960,00	0,00	Petrópolis	RJ
Tratamento Técnico do acervo bibliográfico oriundo da doação de Lina Kneip e da coleção de arqueologia da 6ªSR	189A20053RJ	6.400,00	0,00	Rio de Janeiro	RJ
Preservação do Acervo Arquivístico do Arquivo Central do Iphan/RJ - acondicionamento da documentação.	189A20055RJ	10.343,56	3.258,56	Rio de Janeiro	RJ
		1.494.670,64	375.978,04		

Responsável pelas informações: Wilma da Rocha – Superintendente Regional Substituta

Os principais projetos realizados por essa Superintendência foram a fiscalização e acompanhamento técnico de grandes obras (Antiga Sé, Outeiro da Glória, Mosteiro de São Bento, Museu Nacional de Belas Artes e rede subterrânea elétrica de Paraty); realização de obras emergenciais em diversos pontos do estado (Paraty, Petrópolis, Cabo Frio e Campos); estruturação da regionalização da SR, formalizando sua presença no norte fluminense; estreitamento de contato com a mídia, valorizando a ação de assessoria de imprensa; realização de Plano Diretor de grandes monumentos, estabelecendo prioridades, destacando as ações emergenciais, prioritárias e voluptuárias.

Os principais registros/tombamentos realizados foram: registro das matrizes do Samba Carioca; Casa da Estrada das Canoas (proposto pelo DEPAM); instrução do Processo de Ponte Bela; do Processo de Campo de Santana; da Cruz Vermelha; dos Cinemas da Cinelândia; do Processo do Museu do Trem e por fim, o mapeamento dos Terreiros de Candomblé.

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, destacou-se a aquisição de todo o mobiliário da DIVAD, de 13 novos computadores e melhoria em outros 5, de 2 servidores de rede, reforma do sistema de ar condicionado de dois pavimentos,

readequação de todo o espaço interno da Regional, contratação de projeto executivo de reforma da sede, reequipamento do arquivo, biblioteca com a aquisição de livros.

Quanto à área de recursos humanos, ocorreu a formalização de assessorias setoriais, a Reunião semanal de gestão técnico/administrativa, a Reunião quinzenal com os Escritórios Técnicos, a Reunião quinzenal com a PROFER, o acompanhamento dos diversos encontros promovidos pelo DPA/DEPAM, curso de CAD, para arquitetos e outros técnicos.

Dentre as principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan foi feita a aquisição, através de contrapartidas, de material de consumo e permanente, mediante Termo de Responsabilidade pelo uso de bens tombados; a aprovação de cerca de R\$ 145.000.000,00 em projetos no PRONAC (modalidade Patrimônio Histórico); o acompanhamento e fiscalização de obras originadas pelo PRONAC, no valor de R\$ 30.000.000,00; a assinatura de TAC, com a CBTU, no valor de R\$ 1.290.000,00; a organização de PRONACs para monumentos prioritários; a destinação de mercadorias apreendidas pela Receita Federal e a recuperação de obras de arte apreendidas e encaminhadas aos museus do Iphan.

No que se refere às inovações dos processos de gestão da política pública, ressalta-se a ampliação na participação da elaboração de PAS e o acompanhamento da execução orçamentária. Foi realizada ainda a Reunião deliberativa semanal (com cerca de 16 membros), o acompanhamento com prazo, dos processos da Prefeitura, a organização de cronograma de vistorias anual, indicando o procedimento a ser adotado pela SR; a estruturação de equipes setoriais, por exemplo: Tombamento; acompanhamento de Ministério Público, Exame de PRONACs, Patrimônio Imaterial, reconhecimento e saída de obras de arte, etc; estreitamento de contatos com a Polícia Federal e o Ministério Público; inclusão de novos itens essenciais no PRONAC, tais como: inventário de bens móveis e integrados, apoio ao gerenciamento do Iphan, Educação Patrimonial e Pesquisa Arqueológica.

7ª Superintendência Regional –BA

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Aquisição de bibliografia específica sobre Arqueologia para a biblioteca da 7ªSR.	190A14018BA	1.415,16	1.132,36	Salvador	BA
Aquisição de bibliografia técnica para a biblioteca da 7ª. SR / Iphan BA	190A14033BA	14.562,54	3.000,16	Salvador	BA
Levantamento cadastral e elaboração de projeto de restauro da Ig. Santa Isabel no Município de Mucugê/BA	190A15061BA	9.480,00	0,00	Mucugê	BA
Complementação para Publicação do produto final do Inventário Nacional de Configuração dos Espaços Urbanos da cidade de Cachoeira.	190A15178BA	13.400,00	0,00	Cachoeira	BA
Realização de Seminário de Educação Patrimonial dirigido a professores da rede pública de ensino de Cachoeira e lançamento da publicação Cachoeira: vivências e compeensoes do patrimonio cultural na cidade histórica de Cachoeira / BA	190A07035BA	14.084,00	14.084,00	Cachoeira	BA

Fiscalização e Inspeção técnica de bens tombados	190A06009BA	111.233,96	96.104,30	Salvador	BA
Inauguração da Casa do Samba do Recôncavo Baiano - Solar Conde de Subaé	190A15004BA	4.522,50	4.522,50	Santo Amaro	BA
Restauração e Readequação do Solar Conde de Subaé - Sede do Samba de Roda do Recôncavo	190A15153BA	351.857,96	351.857,96	Santo Amaro	BA
Implantação da Casa do Samba de Roda do Recôncavo Baiano	190A05177BA	99.965,76	14.344,00	Santo Amaro	BA
Manutenção das atividades do Laboratório de Conservação e Restauração da 7ª SR/Iphan.	190A01004BA	5.957,80	0,00	Salvador	BA
Manutenção das atividades da Unidade Mínima de Conservação de acervos Arquivísticos e Bibliográficos (Laboratório de Pequeno Porte) da 7ª SR - Salvador/BA	190A01028BA	25.403,00	0,00	Salvador	BA
curso de atualização para engenheiros do Iphan	190A05198BA	41.114,84	38.969,34	Salvador	BA
Lançamento dossiê Samba de Roda Rec. Baiano	183A09005BA	10.024,60	10.024,60		
Subsídios para a Instrução do Processo de Tombamento da Cidade de Cipó	190A11038BA	31.409,60	7.010,27	Cipó	BA
Projeto de Pesquisa Arqueológica de Recuperação do Centro Histórico de Salvador - BA (7ª Etapa)	190A05305BA	29.718,00	0,00	Salvador	BA
Publicação do produto final do Inventário Nacional de Configuração dos Espaços Urbanos da cidade de Cachoeira.	190A10046BA	27.000,00	0,00	Cachoeira	BA
Obras de cons. Rest. Ig. Ordem Terc. Do Carmo	190A15182BA	191,55	0,00	Salvador	BA
Obras emergenciais Capela N. Sra da Escada	190A15183BA	229.621,83	0,00	Salvador	BA
Obras de conservação e restauração da Igreja da Ordem Terceira do Carmo - Salvador / BA	190A15079BA	593.142,04	0,00	Salvador	BA

Complementação para execução do projeto "Obras de conservação e restauração da Igreja da Ordem Terceira do Carmo - Salvador / BA"	190A15182BA	140.000,00	0,00	Salvador	BA
Obras de conservação e restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Santa Cruz de Cabralia / BA	190A15082BA	129.069,30	0,00	Santa Cruz Cabralia	BA
Obras emergenciais da Contenção da Encosta e de conservação e restauro da Capela de Nossa Senhora da Escada - Salvador/BA	190A15183BA	410.269,70	0,00	Salvador	BA
Salvaguarda do samba de roda do Recôncavo Baiano - continuação	190A17005BA	19.255,07	16.351,07	Santo Amaro	BA
INRC - Mucugê / BA- 1ª Etapa	190A13004BA	46.548,00	0,00	Mucugê	BA
Inventário do Patrimônio Azulejar da Bahia.	190A19024BA	16.967,10	0,00	Salvador	BA
Elaboração do Plano de Preservação de Iगतu - Município de Andaraí - 1ª etapa (INCEU)	190A15070BA	21.676,83	12.621,63	Andaraí	BA
Preservação e tratamento técnico do acervo documental do arquivo permanente da 7ª. Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - Iphan/BA.	190A20033BA	38.917,93	0,00	Salvador	BA
Higienização e diagnóstico do acervo da biblioteca da 7ª. SR /Iphan BA	190A20034BA	1.472,00	0,00	Salvador	BA
		2.438.281,07	570.022,19		

Responsável pelas informações: Leonardo Falangola – Superintendente Interino - e Maria Rosa Andrade – Chefe Substituta DIVTEC.

Dentre os principais projetos realizados por essa Superintendência, cita-se a restauração do Solar Conde de Subaé e da Casa do Samba de Roda de Santo Amaro; o Projeto de pesquisa arqueológica da 7ª etapa das Obras de Recuperação do Centro Histórico de Salvador; a publicação e lançamento da Cartilha de Educação Patrimonial em Cachoeira/BA, com a realização de seminário com a população e festividades de comemoração dos 70 anos do Iphan; a análise e acompanhamento da proposta de instalação de empreendimento hoteleiro à Praça Cairú – Salvador/Ba e a elaboração de Estudos Técnicos subsidiários ao Tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Vitória em Salvador.

Foi realizado o Tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Vitória – Salvador/Ba.

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, foi realizada a obra de conservação do Solar Berquó – sede da 7ª Superintendência Regional; encontrando-se em andamento a Obra de Recuperação e Conservação da Casa dos 7

Candeeiros – Salvador/Ba, com recursos do Programa Monumenta. Foram adquiridos ainda novos computadores e mobiliário e um novo veículo para a sede da Regional - Pálio Adventure.

Quanto à área de recursos humanos, as principais atividades e modificações referem-se ao acompanhamento da capacitação dos Engenheiros recém-concursados do Iphan através do CECRE/UFBA. Aconteceu também, nesse período, o ciclo de palestras e discussões técnicas com os servidores da Regional; bem como a participação em Cursos de capacitação oferecidos pelo DPA.

Dentre as principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, destaca-se o acompanhamento e a mobilização da comunidade para a revisão do Plano Diretor de Cachoeira/Ba; de outras entidades no sentido de contribuir efetivamente para a revisão do Plano Diretor de Salvador/Ba; a participação na discussão sobre PDDU, com a participação técnica do Iphan no Conselho de Desenvolvimento Urbano de Salvador – CONDURB, inclusive na elaboração de documento com parecer do Iphan ; a parceria com a prefeitura de Maragogipe/Ba, para a elaboração de recuperação de espaços públicos do município; fiscalização de obras com recursos obtidos através de leis de isenção fiscal (PRONAC), a exemplo da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus e Convento de Cairú.

No que se refere às inovações dos processos de gestão da política pública, teve início a implantação de Planejamento Estratégico participativo (ainda internamente). Processo que tem se mostrado consistente no sentido de identificação e consolidação da postura institucional; bem como o fortalecimento das relações interinstitucionais de apoio às ações de preservação do Patrimônio Cultural (Governo do Estado – Secretaria de Cultura - IPAC e Universidade Federal da Bahia, a princípio).

8ª Superintendência Regional – SE

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Oficina Escola de Laranjeiras/Iphan -1ª Etapa da Restauração da Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos	191A08006SE	19.350,00	19.350,00	Laranjeiras	SE
Ampliação do acervo da Biblioteca da 8ª SR	191A14003SE	4.478,19	2.829,72	Aracaju	SE
Organização de reserva técnica de arqueologia do sobrado adquirido pela 8ª Superintendência	191A15100SE	3.459,73	2.280,00	São Cristovão	SE
Divulgação cultural de Laranjeiras/SE - Cartilha	191A09046SE	7.980,00	0,00	Laranjeiras	SE
Divulgação institucional alusivos aos 70 Anos do Iphan.	191A09048SE	2.507,12	0,00	Aracaju	SE
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Protegidos	191A06010SE	53.742,34	31.155,57	Aracaju	SE
Reunião de Grupo de trabalho - Registro da Renda Irlandesa em Sergipe	191A18042SE	7.300,00	0,00	Aracaju	SE
Inauguração da Sede da Oficina Escola de Laranjeiras/SE	191A09047SE	5.501,00	0,00	Laranjeiras	SE
Gestão e Administração do Programa - GAP da 8ª SR/SE. COD-13	191A03013SE	26.203,67	23.126,50	Aracaju	SE

Instrução do Processo de Registro do Ofício das Rendeiras de Divina Pastora, SE.	191A18007SE	77.000,00	0,00	Divina Pastora	SE
Continuidade do processo de tombamento da Grotá de Angico, onde morreu Lampião	191A11035SE	950,78	950,78	Canindé de São Francisco	SE
Tombamento do Prédio da Delegacia da Receita Federal, antiga Alfândega	191A11048SE	6.873,03	5.113,78	Aracaju	SE
Tombamento Igreja Matriz Nosso Senhor dos Passos de Maruim	191A11049SE	1.776,95	1.776,95	Maruim	SE
Elaboração de palheta de cores da cidade de Laranjeiras	191A05084SE	8.210,00	0,00	Laranjeiras	SE
Elaboração de palheta de cores da cidade de São Cristóvão	191A05147SE	11.400,00	1.800,00	São Cristovão	SE
Serviços emergenciais na Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus em Laranjeiras/SE	191A05146SE	57.605,80	57.605,80	Laranjeiras	SE
Restauração do forro e da cimalha da Capela Mor da Ordem Terceira do Carmo em São Cristóvão/SE.	191A05315SE	145.000,00	0,00	São Cristovão	SE
Restauração dos azulejos de revestimento da torre e do frontão da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos em Laranjeiras.	191A05025SE	24.031,00	0,00	Laranjeiras	SE
Complemento orçamentário da Restauração dos azulejos de revestimento da torre e do frontão da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos.	191A15190SE	40.000,00	0,00	Laranjeiras	SE
Finalização da obra de restauração da sede da Oficina Escola de Laranjeiras/SE	191A05039SE	6.173,85	4.616,81	Laranjeiras	SE
Restauração do imóvel sito à Rua Pereira Lobo nº 107, Centro, São Cristóvão/SE.	191A05160SE	5.955,18	5.955,18	São Cristovão	SE
Restauração da Estação Ferroviária de Boquim-SE	191A22023SE	109.900,00	0,00	Boquim	SE
Restauração da futura sede da 8ª Superintendência Regional	191A05145SE	235.202,93	40.967,67	Aracaju	SE
Construção de Anexo na futura Sede da 8ª Superintendência Regional do Iphan em Sergipe	191A05175SE	95.000,00	0,00	Aracaju	SE

Serviços emergenciais de Restauração do Retábulo da Capela Mor da Igreja Senhor dos Passos – Ordem Terceira da Igreja Nossa Senhora do Carmo.	191A05081SE	182.429,15	42.533,18	São Cristóvão	SE
Inventário Nacional das Referências Culturais do município de Laranjeiras, SE Levantamento Preliminar.	191A13023SE	60.452,00	53.890,00	Laranjeiras	SE
Inventário do Patrimônio Azulejar do Estado de Sergipe	191A19008SE	9.700,00	7.900,00	Aracaju	SE
Realização de INBI-SU na cidade de Simão Dias - SE	191A19027SE	161,52	161,52	Simão Dias	SE
Realização de INBI-SU na cidade de Laranjeiras- SE	191A19028SE	15.339,84	6.326,94	Laranjeiras	SE
Conclusão da revisão de INBI-SU na cidade de São Cristóvão-SE	191A19044SE	14.225,91	6.816,98	São Cristóvão	SE
Atualização do cadastro de sítios arqueológicos do estado de Sergipe	191A15094SE	7.536,00	7.536,00	Aracaju	SE
Tratamento técnico do acervo arquivístico da 8ª SR	191A20042SE	8.319,42	3.221,92	São Cristóvão	SE
		1.253.765,41	324.803,00		

Responsável pelas informações: Eliane Maria Silveira Fonseca carvalho

Dentre os projetos realizados por essa Superintendência, destacaram-se os seguintes: Restauração da Futura sede da 8ª Superintendência Regional; serviços Emergenciais de Restauração do Retábulo da Capela Mor da Igreja Senhor dos Passos - Ordem Terceira da Igreja Nossa Senhora do Carmo em São Cristóvão/SE, serviços Emergenciais na Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus em Laranjeiras - SE; serviços Emergenciais de Restauração do Forro com Cimalha da Capela Mor da Igreja Senhor dos Passos - Ordem Terceira da Igreja Nossa Senhora do Carmo em São Cristóvão; Oficina Escola de Laranjeiras/lphan – 1ª Etapa da restauração da Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos em Laranjeiras – SE.

Foram realizados os seguintes tombamentos: Instrução do Processo de Registro do Ofício das Rendeiras de Divina Pastora-SE (em andamento); Tombamento da Igreja Senhor dos Passos em Maruim-SE (em andamento); Continuidade do Processo de Tombamento da Grotta de Angico, onde Morreu Lampião (em andamento); Tombamento do Prédio da Receita Federal, antiga Alfândega (em andamento).

Quanto à estrutura física da Sede, aquisição de equipamentos e mobiliários, foi realizada a aquisição de swit 24portas para melhoria do funcionamento da internet; mobiliário (estantes) para a biblioteca visando melhor acondicionar o acervo existente, bem como futuro; guilhotina, perfurador para encadernação, grampeador grande, a fim de reduzir custos com esses serviços que antes eram realizados externamente; quadro de avisos para melhorar a comunicação interna e externa na divulgação de portarias, avisos de licitação, etc.; calculadoras, escalímetros, impressoras, ventiladores, armário fechado em aço; central telefônica, aparelhos telefônicos e aparelho de fax objetivando melhorar a prestação dos serviços da unidade.

No que se refere à área de recursos humanos, foi realizada a capacitação em Formação de Pregoeiros: pregão eletrônico (03), Aquisição do setor público: licitações (03), 2ª Semana de Administração Financeira (04), Elaboração e gerenciamento de Projetos (02), Reunião de Planejamento Estratégico (01), VI Oficina do Programa de Especialização em Patrimônio-PEP (01).

Dentre as principais realizações dessa Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, destacou-se a análise, aprovação de projetos e Fiscalização de obras que estão sendo realizadas com recursos do Programa Monumenta nas cidades de São Cristóvão e Laranjeiras; Participação nos Planos Diretores das Cidades de Laranjeiras e São Cristóvão; realização de Seminário de Educação Patrimonial para professores da rede estadual, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação; realização de Seminário de Educação Patrimonial e Exposição sobre a renda Irlandesa na cidade de Divina Pastora /Sergipe em parceria com a Prefeitura Municipal de Divina Pastora/SE; participação como Membro do Conselho Pólo de Turismo Costa dos Coqueirais – Estado de Sergipe.

9ª Superintendência Regional – SP

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
33/2007 - Contratação de projeto executivo de estabilização do Fortim do Góis - Guarujá	192A05117SP	38.680,00	0,00	São Vicente	SP
008/2006 - Proteção do Patrimônio Cultural Arqueológico no Estado de São Paulo	192A15109SP	16.200,00	13.293,13	São Paulo	SP
032/2006 - Produção de Documentário referente Projeto "" Luzes na Cidade: estudo do urbanismo ilustrado no Brasil Meridional - o caso de São Luís do Paraitinga, tornada vila em 1773.	192A11030SP	27.925,68	24.805,68	São Luís do Paraitinga	SP
16/2006 -Educação Patrimonial voltada ao inventário das referenciais culturais no bairro do Bom Retiro.	192A15083SP	8.999,48	8.704,53	São Paulo	SP
001/2007 - Publicação de Livreto ilustrado, contendo textos sobre o pintor José Patricio da Silva e sua obra, o Painel intitulado " Nossa Senhora com o menino" e Santa Teresa, restaurado pelo Iphan em 2006.	192A10009SP	7.978,11	7.978,11	São Paulo	SP
19/2006 - Inspeção Técnica e Fiscalização de Bens Tombados	192A06011SP	59.999,10	55.172,20	São Paulo	SP
003/2007 - Manutenção das atividades da Unidade Mínima de Conservação de Acervos Arquivísticos e Bibliográficos (Laboratório de pequeno porte) da 9ªSR	192A01039SP	13.100,00	9.900,02	São Paulo	SP
Gestão e Administração do Programa - GAP da 9ª SR/SP	192A03014SP	26.431,33	26.431,33	São Paulo	SP

15/2006 - Estudo para o Tombamento do Centro Histórico da Cidade de São Paulo	192A19029SP	55.855,00	18.492,21	São Paulo	SP
034/3007 - Projeto Restauração do Forte São João da Bertiooga	192A05035SP	69.570,00	0,00	Bertiooga	SP
27/2006 – Execução de acesso para portadores de necessidades especiais no Sítio Santo Antônio de São Roque- SÃO ROQUE/SP	192A05089SP	31.500,00	26.500,00	São Roque	SP
Execução de acesso para portadores de necessidades especiais e de serviços emergenciais.	192A05189SP	29.858,00	0,00	São Roque	SP
030/2006 – Restauração do retábulo da flagelação da Igreja da Ordem 3A. Do Carmo em Santos / SP	192A15130SP	108.000,00	101.924,00	Santos	SP
002/2007 - A pintura invisível de Padre Jesuíno do Monte Carmelo, resgate de um painel colonial.	192A05082SP	15.625,00	15.625,00	São Paulo	SP
029/2006 – Restauo do retábulo incendiado da Matriz São Vicente/SP	192A05083SP	35.300,00	30.506,10	São Vicente	SP
025/2007 - Organização da Biblioteca Luis Saia - 1ª ETAPA	192A20021SP	16.699,17	11.819,17	São Paulo	SP
024/2007 - Multiculturalismo em Situação Urbana: inventário de Referências Culturais do Bom Retiro	192A13026SP	46.910,21	14.072,23	São Paulo	SP
011/2006 - Caminho Histórico de Mambucaba	192A15033SP	9.900,00	8.550,00	São Paulo	SP
010/2006 - Paisagem cultural: inventário de conhecimento do patrimônio edificado no Vale do Ribeira de Iguape	192A15136SP	12.106,49	6.675,59	São Paulo	SP
		630.637,57	380.449,30		

Responsável pelas informações: Victor Hugo Mori – Superintendente Regional do Iphan/SP

No que se refere aos principais projetos realizados por essa Superintendência destacou-se a restauração do Retábulo da Flagelação com pintura de Jesuíno de Monte Carmelo existente na Igreja da Ordem Terceira do Carmo em Santos e dos restos de talha, imagem do padroeiro São Vicente Mártir, baldaquino e peanhas calcinadas pelo incêndio da Matriz de São Vicente e da pintura de autoria de Patrício da Silva Manso intitulada "Nossa Senhora com o Menino e Santa Tereza" existente na sacristia da Igreja da Ordem Terceira do Carmo na capital, todos com recursos diretos do Iphan. Além disso, ressalta-se a restauração do Sítio do Mandu em Cotia com recursos do Iphan e do DERSA (TAC Rodoanel Metropolitano), o lançamento do livro "Patrimônio: Atualizando o Debate", a Organização do "Encontro Internacional sobre Inventário Arquitetônico"

em parceria com a DGMN – Direção Geral dos Monumentos Nacionais de Portugal, Faculdade de Arquitetura Mackenzie e Câmara Municipal de Santana do Parnaíba em agosto de 2007. Foi concedida Assessoria e orientações técnicas a projetos e obras de restauração: da Capela do Voturuna em Santana do Parnaíba, das obras da CPTM na Estação da Luz e Igreja de São Miguel na capital, do Convento do Carmo e do Casarão do Chá em Mogi das Cruzes, Igreja Jesuítica de Guararema. Foi dada continuidade ao trabalho multidisciplinar “Bom Retiro: Multiculturalismo em Situação Urbana” com a realização do Concurso “Pesquisando nosso Bairro: o Bom Retiro e a Luz”, do Seminário “Patrimônio do Bom Retiro” na Oficina Cultural Oswaldo de Andrade em São Paulo e a publicação do livro voltado à Educação Patrimonial, denominado “Bom Retiro: Memória urbana e Patrimônio Cultural”.

O principal tombamento realizado nesse período foi o da Casa de Vidro da arquiteta Lina Bo Bardi na capital.

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, citam-se as realizações abaixo:

Aquisição de DVD (1), Impressoras (3), Máquina Fotográfica Digital (2), Desumidificador (1), Thermo Higrômetro (1), Esterilizador (1), Microcomputador completo (1- TCH.SP). Foram recebidos do Iphan/ BSB: Microcomputadores Completos (08) e adquiridos pela Regional, Material Específico para equipar a sala da UMC da Unidade: Mapotecas (2), Seladora SL 400 (1), Negatoscópio (1), Mesa de Higienização (1), Capela de Exaustão (1) e Bancada de Trabalho (1). Foi efetuada a instalação de Grades e Cerca Elétrica em toda Sede do Iphan/SP e adquiridos 02 (dois) portões: Garagem e Entrada devido aos assaltos ocorridos na Unidade.

Quanto à área de recursos humanos, foram recebidos 07 concursados. Os cursos/seminários ocorridos no período foram: Curso de Formação de Pregoeiros e Confecção de Editais de Licitação; II Semana de Administração Orçamentária e Financeira Iphan; Seminário Iphan-Planejamento Estratégico – Ouro Preto /MG; I Oficina de Pesquisa Histórica no Iphan; IV Seminário Garantindo a Permanência da Memória – Paisagens Culturais e seus Centros Históricos - Guarda Organização e Difusão do Patrimônio Documental, Especialização em Organização de Arquivos na USP/IEB; Papel do Gerente na Equipe – ENAP/BSB; Encontro de Avaliação dos Inventários do INRC; Seminário Práticas e Políticas para imigrantes internacionais: leituras e propostas; III Seminário Internacional da Imigração Japonesa – PUC/USP; II Encontro Nacional sobre a Metodologia do INRC.

Dentre as principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, menciona-se o lançamento do livro “Patrimônio: Atualizando o Debate”, com recursos do TAC Rodoanel Metropolitano; a organização do “Encontro Internacional sobre Inventário Arquitetônico” em parceria com a DGMN – Direção Geral dos Monumentos Nacionais de Portugal, Faculdade de Arquitetura Mackenzie e Câmara Municipal de Santana do Parnaíba, com recursos de patrocínio da Tamboré Empreendimentos Imobiliários. Além disso, foi concedida assessoria e orientações técnicas a projetos e obras de restauração: da Capela do Voturuna em Santana do Parnaíba (recursos do proprietário), das obras da CPTM na Estação da Luz e Igreja de São Miguel na capital (recursos da CPTM), do Convento do Carmo e do Casarão do Chá em Mogi das Cruzes, da Igreja Jesuítica de Guararema, com recursos do PRONAC. Por fim, foi elaborado um livro sobre o Patrimônio Arquitetônico tombado pelo Iphan em São Paulo, com recursos do TAC Sítio Lítico do Morumbi.

No que se refere às inovações dos processos de gestão da política pública, ressalta-se o acompanhamento dos Planos de Gestão implementados pela Administração Central, com resultados extremamente satisfatórios nesta Superintendência Regional.

10ª Superintendência Regional – PR

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Tombamento de manuscritos de Antonio Vieira dos Santos	193A19045PR	16.934,24	12.885,44	Curitiba	PR
Banco de imagens de bens tombados pelo Iphan no Paraná.	193A14020PR	14.850,00	10.800,00	Curitiba	PR

Aquisição de acervo bibliográfico para a Biblioteca da 10ª SR	193A14021PR	12.248,09	7.083,59	Curitiba	PR
Elaboração de projeto de prevenção de incêndios para o Centro Histórico da Lapa.	193A05079PR	12.980,00	12.980,00	Lapa	PR
Elaboração de projeto executivo de restauração da Casa de Câmara e Cadeia da cidade da Lapa.	193A05087PR	34.550,00	26.750,00	Lapa	PR
Projetos executivos de climatização e de conservação da sede da 10ª SR.	193A15088PR	8.100,00	8.100,00	Curitiba	PR
Oficinas de Capacitação	193A15093PR	44.977,04	0,00	Lapa	PR
Organização Arquivo de Recortes da 10ª SR/PR	193A20026PR	7.980,00	7.980,00	Curitiba	PR
Divulgar Ações da 10ª SR	193A10007PR	23.153,83	22.273,83	Curitiba	PR
Farmácia "Internacional", de Antonina/PR.	193A19030PR	15.742,00	11.815,60	Curitiba	PR
Inspeção e fiscalização de bens protegidos do Paraná	193A06012PR	26.472,61	26.472,61	Curitiba	PR
Apoio as atividades administrativas e ações finalísticas da 10a.SR COD-15	193A03015PR	25.084,51	22.545,51	Curitiba	PR
Aquisição de mobiliário para biblioteca 10ª SR	193A20052PR	12.200,00		Curitiba	PR
Manutenção das atividades da Unidade mínima de conservação de acervos bibliográficos e arquivísticos da 10a. SR/ Curitiba/ PR	193A01038PR	23.095,34	23.095,34	Curitiba	PR
Imigração japonesa na região do Paraná.	193A16018PR	9.517,73	1.557,73	Curitiba	PR
Levantamento de documentação primária referente aos bens tombados pelo Iphan no estado do Paraná.	193A16019PR	6.800,00		Curitiba	PR
Abertura de Processo de Tombamento	193A11045PR	15.250,00	10.375,00	Curitiba	PR
Instrução de Tombamento da Fazenda Capão Alto	193A11046PR	11.850,00	7.600,00	Castro	PR
Painéis de Educação Patrimonial - Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres	193A05050PR	74.900,01	35.460,00	Paranaguá	PR
Obra de restauração da Casa de Câmara e Cadeia da cidade da Lapa	193A05085PR	325.867,55	0,00	Lapa	PR

Conservação do edifício do Museu Casa Lacerda	193A05086PR	36.000,00	28.447,72	Lapa	PR
Obras de conservação e climatização da sede da 10ª SR	193A05080PR	64.170,00	33.937,71	Curitiba	PR
Restauração de tela da Sede da 10a. SR	193A15089PR	5.400,00	5.400,00	Curitiba	PR
Inventário e organização do arquivo permanente da 10ª SR/PR	193A20027PR	16.978,00	16.978,00	Curitiba	PR
Inventário de Referência Cultural de Natureza Imaterial do município de Paranaguá	193A13016PR	37.600,95	8.080,95	Paranaguá	PR
Atualização de Inventário	193A19015PR	16.316,00	15.011,00	Curitiba	PR
Inventário de varredura dos bens imóveis e móveis da RFFSA no Paraná	193A22009PR	69.979,17	10.452,67	Curitiba	PR
Seleção e reprodução dos documentos dos monumentos tombados no Paraná, que encontram-se arquivados na 9ª SR/SP - 2ª etapa	193A20028PR	22.950,28	19.333,03	Curitiba	PR
		991.947,35	385.415,73		

Responsável pelas informações: Héline S. de Souza Baumel, José La Pastina Filho, Tânia Plugik

Citam-se como principais projetos realizados por essa Superintendência, a elaboração de projetos executivos que possibilitaram a realização de obras de restauração e conservação de imóveis significativos como a Casa de Câmara e Cadeia na cidade da Lapa; o projeto de Segurança e Prevenção de Incêndio em Centro Histórico – elaboração de projeto executivo para implantação de sistemas de hidrantes no Centro Histórico da Lapa; os primeiros contatos e o início do Inventário dos Bens de Interesse Cultural da extinta RFFSA. Também o Inventário da Farmácia Internacional, na cidade de Antonina, para subsidiar possível processo de tombamento e a execução de obras de restauração e implantação de novo Projeto Museológico e Museográfico no Antigo Colégio Jesuíta de Paranaguá.

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, foi feita a instalação de sistema de climatização e de aquecedores elétricos, além da aquisição de mobiliário de escritório, aparelhos telefônicos sem fio, cadeira giratórias, armários de aço, estantes deslizantes, termo-higrômetro e desumidificadores de ar, balcão vitrine em L, cadeiras, gaveteiro, armário guarda volumes, mesas, cadeiras, mesa de higienização elétrica com sucção; equipamentos para a área de limpeza, manutenção e copa, aspirador de pó, fogão, de informática para suporte das atividades técnicas: Ploter A3, impressoras multifuncional, HD externo, Note book, computadores, monitores LCD, materiais diversos e equipamentos GPS.

Quanto à área de recursos humanos, a 10ª. SR participou dos diversos treinamentos e cursos de capacitação oferecidos, o que possibilitou a implementação e aprimoramento dos conhecimentos sobre os serviços executados pela Instituição.

No que se refere às inovações dos processos de gestão da política pública, foi adquirida uma nova visão dos procedimentos para firmar convênios e termos de cooperação;

- a. Análise e levantamento de convênios firmados pela regional, verificando sua situação atual;

Possibilidade mais firme de argumentação nas negociações, principalmente no tocante ao acervo da extinta RFFSA.

11ª Superintendência Regional – SC

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Compra da casa Polaski, em Itaiópolis.	194A15168SC	66.000,00	0,00	Itaiópolis	SC
Documentação, arquivamento e acesso público: Casas do Patrimônio em Santa Catarina.	194A14022SC	11.589,95	0,00	Florianópolis	SC
Aquisição de acervo para a biblioteca do Museu Nacional do Mar	194A14023SC	15.000,00	15.000,00	São Francisco do Sul	SC
Bens Tombados em Santa Catarina - Banco de Projetos	194A05132SC	97.991,00	24.600,00	Florianópolis	SC
Desenvolvimento de Banco de Dados para o acervo digital da 11ªSR/SC	194A20047SC	15.538,50	1.508,51	Florianópolis	SC
Joinville e seus sambaquis - Uma consideração da pré-história	194Z01010SC	9.420,00	6.240,00	Joinville	SC
Seminário 20 anos de Tombamento - São Francisco do Sul	194A09021SC	13.290,00	0,00	São Francisco do Sul	SC
Sítios Históricos de SC: Capacitação para Preservação de Patrimônio Arqueológico e Paisagístico Nacional - Ilha do Campeche, Florianópolis/SC	194A15117SC	10.176,84	5.546,84	Florianópolis	SC
Gestão, administração e apoio à execução dos projetos e atribuições da 11SR COD-16	194A03016SC	30.918,55	20.114,62	Florianópolis	SC
Fiscalização dos Bens Protegidos no Estado de Santa Catarina	194A06013SC	66.762,20	48.937,97	Florianópolis	SC
Casas do Patrimônio em Santa Catarina: Documentação, arquivamento e acesso público-mobiliário para Laguna e São Francisco do Sul	194A15115SC	29.846,00	2.220,00	Florianópolis	SC
Aquisição de acervo para a biblioteca do Museu Nacional do Mar.	194A15163SC	16.246,75	10.485,00	São Francisco do Sul	SC

Manutenção das Atividades da Unidade Mínima de Conservação de Acervos Arquivísticos da 11ª SR/ Iphan - Florianópolis - SC.	194A01036SC	21.800,00	9.668,00	Florianópolis	SC
Relações Interétnicas em Santa Catarina. Gestão do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração	194A15030SC	10.420,87	10.420,87	Florianópolis	SC
Normas de Preservação do Centro Histórico de São Francisco do Sul	194A15129SC	34.635,50	4.800,00	São Francisco do Sul	SC
História econômica de Santa Catarina: Estudos preliminares sobre patrimônio cultural-ciclo econômico da erva-mate	194A16021SC	13.400,00	0,00	Bom Retiro	SC
História Econômica de Santa Catarina: Estudos preliminares sobre patrimônio cultural-ciclo econômico da madeira	194A16022SC	592,08	592,08	Canoinhas	SC
Sítios Históricos de Santa Catarina: Estudos preliminares sobre patrimônio cultural-freguesias luso-brasileiras	194A19032SC	6.900,00	6.480,00	Florianópolis	SC
História Econômica de Santa Catarina: Estudos preliminares sobre patrimônio cultural-ciclo econômico da madeira	194A11039SC	7.440,00	0,00	Canoinhas	SC
Caminhos e Parques de Santa Catarina: Processo de tombamento do Parque Natural e Arqueológico do Sul	194A11047SC	7.958,50	0,00	Laguna	SC
Fortalezas de Santa Catarina: Estudos para o Patrimônio Mundial	194A15095SC	10.800,00	0,00	Florianópolis	SC
Divulgação do recebimento do Prêmio Rodrigo Mello Franco Andrade do Iphan e 35 Anos de atuação MASJ	194A09031SC	8.784,58	8.784,58	Joinville	SC
Sítios Históricos de SC: Preservação dos Sítios Arqueológicos e do Patrimônio Paisagístico da Ilha do Campeche, Florianópolis/ SC	194A05134SC	13.428,00	0,00	Florianópolis	SC

Projeto do Livro dos Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina	194A10010SC	35.310,00	20.778,00	Florianópolis	SC
Sítios Históricos de Santa Catarina: Revitalização de espaços públicos do centro histórico de Laguna-SC	194A05130SC	60.017,06	6.000,00	Laguna	SC
Obras emergenciais e de conservação permanente no Patrimônio Cultural de Santa Catarina	194A05133SC	471.051,63	15.228,21	Florianópolis	SC
Relações Interétnicas: INRC das comunidades negras de Santa Catarina - etapas de identificação e documentação.	194A13022SC	70.216,00	26.000,00	Porto Belo	SC
Relações Interétnicas em Santa Catarina: Inventário da segunda etapa do projeto Roteiros Nacionais de Imigração	194A19031SC	15.704,01	1.824,01	Florianópolis	SC
Caminhos e Parques de SC: Caminhos das Tropas - Instrução do Dossiê de Tombamento	194A19033SC	48.740,00	0,00	Lages	SC
Bens Tombados em Santa Catarina - Implementação de sistema de monitoramento e normatização de entorno.	194A05131SC	26.100,00	0,00	Florianópolis	SC
Patrimônio Naval brasileiro - continuação	194A15091SC	2.360,54	1.348,04	Florianópolis	SC
Inventário de conhecimento dos bens imóveis de valor artístico, histórico e cultural da extinta RFFSA	194A22004SC	88.625,15	0,00	Tubarão	SC
Organização e preservação do Acervo Documental Arquivístico da 11ª SR/SC - Continuação	194A20041SC	29.511,75	0,00	Florianópolis	SC
		1.366.575,46	245.984,65		

Responsável pelas informações: Fabiano Teixeira dos Santos, Chefe da Divisão Técnica

Dentre os principais projetos realizados por essa Superintendência, destacou-se a assinatura do Termo de Cooperação Técnica e o lançamento do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina, com a edição de *folder* e de uma coleção de cartões postais para promoção e divulgação; além do lançamento dos trabalhos de instrução do dossiê de tombamento dos remanescentes do Caminho das Tropas em Santa Catarina; a eleição de Laguna como cidade-pólo para realização de projetos/investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES na área de Patrimônio Cultural; o início dos trabalhos de Revitalização Urbana do Centro Histórico de Laguna e a aquisição do imóvel histórico denominado “Casa Polaski”, na localidade de Alto Paraguaçu, município de Itaiópolis, tombado

pelo Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, para uso da Superintendência como ponto de apoio ao projeto.

Foram realizados os tombamentos de 59 edificações históricas localizadas nas áreas de abrangência do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração.

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, foram concluídos os trabalhos de restauro do edifício da antiga Alfândega de Florianópolis. No período foram adquiridos: 01 computador completo (incluindo monitor de LCD) e 04 monitores de LCD, bem como 02 aparelhos de ar-condicionado do tipo *split* e 01 veículo modelo Ford Ranger 4x4 (caminhonete). Por meio de convênio com o Programa Monumenta, a regional recebeu ainda 08 computadores completos (incluindo monitores de LCD).

Quanto à área de recursos humanos, ocorreu a adesão de novos servidores, com a confirmação do arquiteto Ulisses Munarim como Superintendente Regional Interino. Foi nomeado o arquiteto Fabiano Teixeira dos Santos como Chefe da Divisão Técnica. Além disso, foi lotada na Superintendência a engenheira Ariadne Marques de Mendonça. Com relação a cursos de capacitação, houve a participação de funcionários da regional no curso de Aperfeiçoamento em Licenciamento Ambiental, na 2ª Semana Iphan de Administração, no curso de Capacitação em Gestão da Logística Pública – Formação de Pregoeiros: pregão eletrônico e no curso Gestão e Planejamento de Projetos.

No que se refere às principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan citam-se como relevantes a seleção para receber recursos, pelo Conselho Federal do Fundo dos Direitos Difusos (Ministério da Justiça), dos projetos “Proposta de Preservação para o Sambaqui do Morro do Peralta, Laguna” e “Intervenções Emergenciais na Igreja de São Miguel, Biguaçu”, além da instalação de um “Ponto de Cultura” no Museu Nacional do Mar (São Francisco do Sul) e de diversos projetos culturais na área de Patrimônio viabilizados por meio de recursos do PRONAC.

Quanto às inovações dos processos de gestão da política pública, foram criadas comissões multidisciplinares, formadas por técnicos das diferentes áreas de interesse da Superintendência (Arquitetura, Patrimônio Imaterial e Arqueologia), responsáveis pela elaboração e gestão dos Planos de Ação e projetos diversos, dentre elas as comissões responsáveis pelos projetos que envolvem os Roteiros Nacionais de Imigração, Patrimônio Ferroviário, Caminho das Tropas, Ciclo Econômico da Madeira e da Erva-Mate, Freguesias Luso-Brasileiras, Preservação da Ilha do Campeche, Preservação de Sítios Arqueológicos, entre outros, bem como para a análise de processos de licenciamento arqueológico, inclusive para a emissão de pareceres. A iniciativa visa um maior envolvimento dos técnicos com a diversidade de ações em andamento ou a serem desenvolvidas na Superintendência, de forma a incentivar a interação, cooperação e agilidade dos processos, além de estimular a ampliação de conhecimento e compreensão das questões envolvidas na temática do Patrimônio Cultural.

12ª Superintendência Regional – RS

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Aquisição de imóveis localizados no Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, no Município de São Miguel das Missões/RS	195A15006RS	257.071,50	257.071,50	São Miguel das Missões	RS
Aquisição de livros para a biblioteca da 12ªSR	195A19027RS	9.996,00	2.593,00	Porto Alegre	RS
Projeto de Restauração de Bens Tombados - Projeto de restauração da Igreja de São Sebastião em Bagé	195A05127RS	58.000,00	0,00	Bagé	RS

Projeto de restauração de bens tombados - Sobrado da Praça Fernando Abott, em São Gabriel/RS	195A05148RS	51.000,00	0,00	São Gabriel	RS
Projeto de restauração da Casa grezzana, em Antônio Prado, do Palácio Farroupilha e da Casa de Garibaldi, em Piratini.	195A05196RS	76.115,65	0,00	Porto Alegre	RS
Projeto de restauração da Igreja do Sagrado Coração de Jesus e do Campanário, em Antônio Prado/RS	195A05230RS	122.549,75	0,00	Antônio Prado	RS
Promoção dos 70 anos do Iphan no Rio Grande do Sul	195A09002RS	4.827,00	4.660,00	Antônio Prado	RS
Curso de formação e intercâmbio com o Instituto Andaluz do Patrimonio Historico e Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofia y Letras y Ciencias de Granada-ESPANHA	195A15161EX	8.194,88	8.194,88	Brasília	DF
Prevenção contra incêndio nos bens tombados da Vila de Santo Amaro	195A05036RS	17.220,00	3.780,00	General Câmara	RS
Divulgação do Registro fotográfico dos bens tombados no RS	195A09040RS	5.993,00	1.750,00	Porto Alegre	RS
Registro fotográfico dos bens tombados em Porto Alegre	195A10012RS	18.000,00	12.048,00	Porto Alegre	RS
Qualificação do arquivo da 12ª SR	195A20050RS	26.741,00	26.741,00	Porto Alegre	RS
Curso de Formação em Festão Cultural- Oficina de projetos de cooperação cultural do Instituto Andaluz del Patrimonio Historico.	195A15162EX	12.459,18	12.459,18	Brasília	DF
Fiscalização de bens tombados e sítios arqueológicos	195A06014RS	84.264,83	84.264,83	Porto Alegre	RS
Reestruturação do sistema de acesso do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo COD-17	195A03017RS	30.067,95	20.410,38	São Miguel das Missões	RS
Implantação do Parque Histórico das Missões	195A05143RS	102.740,00	0,00	São Miguel das Missões	RS
Manutenção dos Sítios Arqueológicos Missioneiros	195A05144RS	136.299,99	109.029,20	São Miguel das Missões	RS
Interpretação do Sítio Arqueológico São João Batista	195A05204RS	57.017,85	14.744,40	Entre-Ijuis	RS
Circuito de visitaçao no Sítio Arqueológico São Nicolau	195A05205RS	71.428,09	24.999,83	São Nicolau	RS

Manutenção das atividades do Laboratório de arqueologia, cerâmica e argamassas em São Miguel das Missões	195A01003RS	3.845,24	3.845,24	São Miguel das Missões	RS
Acompanhamento da missão espanhola do IAPH e UCM, em visita técnica às missões jesuítico-guaranis da Argentina e Paraguai.	195A09029RS	4.612,48	4.612,48	São Miguel das Missões	RS
Participação na II Reunião do Comitê Executivo do CRESPIAL	195A08044EX	6.166,92	6.166,92	Porto Alegre	RS
Reunião preparatória para formulação do projeto de ampliação do INRC das comunidades Mbyá - Guarani	195A15160RS	998,24	998,24	São Miguel das Missões	RS
Melhorias na infra-estrutura da Sub-regional Missões	195A20018RS	6.643,00	2.393,00	São Miguel das Missões	RS
Processo de tombamento do Sítio de Porongos	195A11037RS	18.158,00	2.784,00	Pinheiro Machado	RS
Promoção do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade no Rio Grande do Sul	195A09023RS	9.477,00	9.477,00	Bagé	RS
Valorização do patrimônio arqueológico de São Miguel Arcanjo	195A05300RS	79.800,00	0,00	São Miguel das Missões	RS
Projeto de prospecção arqueológica da reserva Carreteiro em Passo Fundo.	195A15084RS	7.997,00	7.997,00	Passo Fundo	RS
Consolidação e valorização dos remanescentes missioneiros	195A15128RS	120.696,47	30.008,35	São Miguel das Missões	RS
Restauração de bens tombados - Restauração da Casa Schiochet - Tergolina em Antônio Prado	195A05164RS	427.410,14	194.997,65	Antônio Prado	RS
Estabilização e limpeza do sobrado incendiado, localizado na Rua da Liberdade esquina com a Rua Bento Gonçalves, na Vila de Santo Amaro, município de General Câmara/RS	195a05173rs	23.366,00	23.366,00	General Câmara	RS
Restauração de bens tombados na Vila de Santo Amaro - Casa Sr. Amaro	195A15090RS	80.993,62	10.500,00	General Câmara	RS
Restauração de bens tombados - Palacete Argentina	195A05128RS	141.654,00	65.404,00	Porto Alegre	RS
Programa de Salvaguarda de Referências Culturais Mbyá-Guarani	195A17011RS	78.193,50	73.521,19	São Miguel das Missões	RS

INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões	195A13003RS	76.151,55	46.378,84	São Miguel das Missões	RS
Complementação do INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo	195A13091RS	540,00	540,00	São Miguel das Missões	RS
Inventário da arquitetura rural das áreas de imigração no RS	195A19023RS	31.125,00	6.000,00	Porto Alegre	RS
Registro fotográfico da cidade de Jaguarão/RS	195A19062RS	10.300,00		Jaguarão	RS
Inventário dos Sítios Arqueológicos no RS	195A15029RS	11.000,00	1.000,00	Porto Alegre	RS
Plano de arqueologia nos Sítios Arqueológicos Missioneiros	195A15127RS	54.309,91	21.853,91	São Miguel das Missões	RS
		2.343.424,74	1.093.051,78		

Responsável pelas informações: Ana Lúcia Goelzer Meira

Dentre os principais projetos realizados por essa Superintendência, ressalta-se a entrega do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade; o intercâmbio com o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico – IAPH - cujas ações foram apresentadas no Seminário de apresentação do Levantamento dos Recursos Turísticos e Patrimoniais da Região das Missões –Iphan /URI-Santo Ângelo/ IAPH/ Universidade Complutense de Madri – UCM; da edição do livro Tava Miri – Os Guaranis e o Sítio de São Miguel Arcanjo, resultado do INRC das Comunidades Guarani em São Miguel das Missões; a jornada sobre Paisagem Cultural, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas e a Prefeitura Municipal de Bagé, que resultou na elaboração da 1ª Carta brasileira sobre Paisagem Cultural e a Reunião do Crespial – Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina – CRESPIAL, em São Miguel das Missões.

A finalização do processo de tombamento do núcleo de Santa Tereza foi o principal registro e/ou tombamento ocorrido.

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, foram adquiridos: 02 módulos, arquivo deslizante (sede), 14 monitores LCD 17 pol (sede), 02 módulos arquivo deslizante (ET Missões), 01 Mapoteca (ET Missões), Climatização ET Missões, Trator roçadeira e roçadeira para os sítios missioneiros.

Quanto à área de recursos humanos, a superintendência teve participação nos seguintes eventos: Curso de capacitação para o pessoal da Vigilância – Segurança de Museus; Encontro Nacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira em Florianópolis; Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-amazônico; Capacitação em Arqueologia - USP/São Paulo; Capacitação em Arqueologia – USP/Manaus; Cursos de Formação no Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico; Capacitação em Gerência e elaboração de projetos; Capacitação em pregão eletrônico; Capacitação em Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais; Capacitação em Legislação aplicada à logística de suprimentos; Doutorado na Universidade Pablo de Olavide em Sevilha / Espanha, Oficina de Educação patrimonial em Viamão.

No que se refere às principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, cita-se o Projeto Raízes de Viamão, organizado pela FAPA e Prefeitura Municipal de Viamão, o apoio à implantação do Curso Técnico de Formação para Restauração no CEFET / Pelotas, a assessoria e fiscalização da obra de restauração da Igreja de Santo Amaro, na Vila de mesmo nome, cujo projeto foi aprovado no PRONAC e captado pelo Núcleo de Cultura de Venâncio Aires.

Quanto aos processos de gestão da política pública, a Superintendência estabeleceu competências nas áreas técnicas (sede, ET Missões, ET Antônio Prado) e administrativas (sede e ET Missões), com vistas a melhor organização do trabalho. A qualificação se fez sentir principalmente na área administrativa, que teve ótimo desempenho. Por ordem de importância:

- 1 – Organização do Setor Administrativo com estabelecimento de áreas de competência.
- 2 – Organização do Setor de Arqueologia da regional.

13ª Superintendência Regional – Minas Gerais

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
DVD Institucional - Restauração de Edificações de valor cultural: Procedimentos e orientações de segurança durante intervenções em bens protegidos.	196A10055MG	32.076,00	0,00	Belo Horizonte	MG
Aquisição de acervo para a Biblioteca da 13ª Superintendência Regional - Minas Gerais	196A14024MG	17.985,48	7.439,78	Belo Horizonte	MG
Escoramento emergencial da portada e elaboração de projeto completo de restauração da Igreja do Bom Jesus do Matosinhos de Ouro Preto/MG.	196A05104MG	15.733,00	6.253,00	Ouro Preto	MG
Elaboração de projetos de instalações elétricas e segurança eletrônica – Igreja Nossa Senhora da Boa Morte - Barbacena	196A05124MG	12.800,00	12.800,00	Barbacena	MG
Elaboração de Projetos de instalações elétricas/luminotécnicas e segurança eletrônica para Igreja Nossa Senhora do Rosário – Município de Lavras.	196A05102MG	11.350,00	11.350,00	Lavras	MG
Gestão do Patrimônio Arqueológico Mineiro	196A15102MG	10.569,92	10.569,92	Belo Horizonte	MG
Resgate de achados fortuitos de Tumiritinga, MG.	196A15103MG	32.040,00	12.816,00	Tumiritinga	MG
Sinalização da Casa do Conde, sede da 13ª superintendência Regional do Iphan em Minas Gerais	196A10049MG	22.587,18	8.112,34	Belo Horizonte	MG
Projeto publicação de livro sobre cerâmica Tupiguarani	196A15176MG	26.996,00	0,00	Belo Horizonte	MG
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais no Estado de Minas Gerais	196A06015MG	124.336,54	116.406,14	Belo Horizonte	MG

Ações de fomento para criação de Centro de Referência do Patrimônio Cultural Imaterial diamantinense na Casa Chica da Silva em Diamantina/MG	196A15049MG	3.888,63	3.888,63	Diamantina	MG
Manutenção das atividades da Unidade Mínima de Conservação de acervos arquivísticos e bibliográficos (laboratório de pequeno porte) da 13ª Superintendência Regional - Belo Horizonte/MG	196A01030MG	21.807,81	9.809,30	Belo Horizonte	MG
Gestão e administração do Programa - 13ªSR COD-18	196A03018MG	78.163,68	37.393,08	Belo Horizonte	MG
Registro do Toque dos Sinos das cidades mineiras	196A18032MG	24.925,00	0,00	Sabará	MG
Memória das Equipes de Obras em Minas Gerais: preservando um saber fazer.	196A05141MG	42.250,00	0,00	Belo Horizonte	MG
Estrada real	196A15101MG	26.998,43	26.998,43	Belo Horizonte	MG
Restauração do telhado da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto/MG	196A05013MG	307.375,30	0,00	Ouro Preto	MG
Adequação de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas das Igrejas de Diamantina a NBR 5419	196A05100MG	139.850,00	139.850,00	Diamantina	MG
Instalações elétricas e segurança eletrônica Igreja Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas - Implementação de projetos Desenvolvidos.	196A05101MG	76.969,67	0,00	Catas Altas	MG
projeto de sonorização - Infra-estrutura para igrejas de Minas Gerais	196A05227MG	8.250,00	5.500,00	Barbacena	MG
Projeto Quintais Casas Históricas - Implantação de projeto paisagístico da Casa de Borba Gato, Sabará-MG.	196A05114MG	9.760,08	0,00	Sabará	MG
Obras emergenciais na Casa Setecentista de Mariana	196A05248MG	3.995,20	0,00	Mariana	MG
Execução de galpão de 600 metros quadrados para oficina da equipe de Obras do Escritório Técnico I - Diamantina / 13ªSR MG.	196A05103MG	95.640,67	7.941,92	Mariana	MG

Infra-estrutura para ações de preservação de bens Culturais na 13ª Superintendência Regional - Minas Gerais Sede e escritórios técnicos vinculados (Ouro Preto, Mariana, Serro, São João Del Rei, Diamantina, Congonhas e Tiradentes).	196A05187MG	49.985,37	3.823,26	Belo Horizonte	MG
Modernização dos procedimentos destinados a preservação de bens móveis e imóveis através da aquisição de equipamentos de mídia fotográfica digital.	196A05188MG	8.000,00	8.000,00	Belo Horizonte	MG
Serviço de revisão da rede de telefonia com atualização tecnológica dos equipamentos	196A05217MG	8.000,00	0,00	Belo Horizonte	MG
Instalação de equipamentos de iluminação na sede da 13ª SR em Minas Gerais	196A05218MG	39.876,33	0,00	Belo Horizonte	MG
Manutenção e Conservação da sede do escritório técnico de São João Del Rei - antiga edificação da RFFSA	196A22005MG	36.503,40	9.353,40	São João Del Rei	MG
Conservação. Rest. , manut. Casa do Conde - RFFSA	196A22018MG	93.866,29	0,00		MG
Serviços de conservação, restauração e manutenção, destinados a edificação denominada Casa do Conde atual sede da 13ª SR dolphan , imóvel pertencente a RFFSA, em fase de transmissão de posse para o lphan	196A22019MG	1.215.829,83	24.219,79	Belo Horizonte	MG
Patrimônio Caipira	196A19046MG	19.840,92	892,72	Belo Horizonte	MG
Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural Ferroviário, de natureza material, existente no estado de Minas Gerais.	196A22024MG	29.406,00	0,00	Belo Horizonte	MG
Tratamento Técnico dos Acervos Arquivísticos e Bibliográficos da 13ª Superintendência Regional - Minas Gerais	196A20020MG	86.964,00	57.225,57	Belo Horizonte	MG
		2.734.620,73	519.750,56		

14ª Superintendência Regional (Goiás/Mato Grosso/ Tocantins)

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Reprodução de vídeo sobre as Obras de restauração da Igreja Matriz de Pirenópolis.	197A10056GO	350,00	0,00	Pirenópolis	GO
Projeto de acondicionamento e Transporte dos Bens Móveis da Sede a 14ª Superintendência Regional/lphan.	197A15132GO	2.790,00	2.790,00	Goiânia	GO
Aquisição de fotos sobre o patrimônio cultural dos estados de Goiás e Tocantins	197A14025GO	19.950,00	19.950,00	Goiânia	GO
Biblioteca Básica do Setor de Arqueologia da 14ªSR lphan	197A14026GO	5.000,00	5.000,00	Goiânia	GO
Elaboração de projeto de intervenção na beira do Rio das Almas – Pirenópolis - GO	197A05095GO	69.000,00	0,00	Pirenópolis	GO
Manutenção das atividades da Unidade Mínima de Conservação de documentos, fotografias e livros da 14ªSR/GO	197A01002GO	5.973,00	5.973,00	Goiânia	GO
Estruturação de Ação Educativa voltada para a Preservação do Patrimônio Cultural - Lago das Rosas.	197A05316GO	15.000,00	0,00	Goiânia	GO
Boletim Patrimônio Cultural	197A10048GO	71.050,00	71.050,00	Goiânia	GO
Confecção de Folders e Convites para promoção de exposições de artistas plásticos, durante o IX Festival de Cinema e Vídeo Ambiental, na cidade de Goiás.	197A09004GO	1.710,00	1.710,00	Goiás	GO
Inspeção Técnica e Fiscalização de Bens Protegidos.	197A06016GO	120.459,64	119.055,64	Goiânia	GO
Informações técnicas sobre documentação audiovisual de registros	197A18039GO	7.800,00	0,00	Goiânia	GO
Evento de entrega de obras de restauração. Confecção de material impresso.	197A09039GO	3.000,00	3.000,00	Corumbá de Goiás	GO
Apoio a Superintendencia através de aquisição de serviços gráficos, diárias e passagens aéreas, aquisição de material de consumo e aquisição de material permanente. COD-19	197A03019GO	41.639,76	41.317,76	Goiânia	GO

Realização de estudo histórico-documental para subsidiar dossiê de tombamento.	197A19069GO	7.980,00	0,00	Itumbiara	GO
Instrução de dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional /TO	197A11034TO	23.928,00	23.928,00	Porto Nacional	TO
Dossiê da Ponte Pênsil Afonso Penna - Itumbiara/GO	197A11055GO	7.990,00	0,00	Itumbiara	GO
Premio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2007 - Divulgação dos trabalhos premiados	197A09034GO	10.000,00	10.000,00	Pirenópolis	GO
Concurso de Redação: "Memória Popular", Local GOIÁS/GO	197A09020GO	7.291,31	7.291,31	Goiás	GO
Continuidade do salvamento do Sítio Arqueológico Índio Grande - Município de Cáceres MT.	197A05092MT	21.995,78	0,00	Cáceres	MT
Reprodução de cd da coleção Sons do Cerrado Volume 12 - Músicas da Serra Dourada e dos Pirineus	197A10058GO	5.700,00	0,00	Goiânia	GO
Obra Emergencial de Restauração e Conservação do Convento da Ordem Dominicana, cidade de Goiás/GO	197A05093GO	288.000,00	0,00	Goiás	GO
Restauração da Igreja Nossa Senhora das Mercês	197A05094GO	198.000,00	0,00	Pilar de Goiás	GO
Serviços de manutenção na Igreja da Sé de Sant'Ana de Chapada dos Guimarães - MT.	197A05096MT	232.380,00	0,00	Chapada dos Guimarães	MT
Restauração da Capela da Fazenda Babilônia - Pirenópolis / GO	197A15138GO	149.249,21	0,00	Pirenópolis	GO
Obra emergencial - Cobertura do Arquivo de Porto Nacional/TO	197A05059TO	14.490,00	0,00	Porto Nacional	TO
Obra emergencial imóvel rua 15 de novembro s/n - Associação Atlética União de Goiás, Goiás/GO	197A05061GO	14.913,72	0,00	Goiás	GO
Restauo do Trampolim e Mureta do Lago das Rosas em Goiânia	197A05123GO	165.995,60	35.553,66	Goiânia	GO
Escoramento de edificação localizada à Rua Félix Bulhões, nº8 - Centro Histórico de Goiás/GO	197A05168GO	12.150,00	12.150,00	Goiás	GO
Obra Emergencial - imóvel do Centro Histórico de Goiás - Rua Dom Cândido, 37	197A05241GO	14.994,00	0,00	Goiás	GO

Obra Emergencial no imóvel situado na Rua Dom Bosco nº16, centro ? cidade de Goiás / GO;	197A05302GO	12.000,00	0,00	Goiás	GO
Obra emergencial - Imóvel Residencial do Centro Histórico de Goiás - GO, Rua Maximiano Mendes, nº5, esquina com Rua Couto Magalhães.	197A05306GO	14.994,00	0,00	Goiás	GO
Obra emergencial - Imóvel Residencial do Centro Histórico de Goiás - GO, Praça do Moreira, nº17	197A05309GO	14.935,00	0,00	Goiás	GO
Obra emergencial no imóvel residencial, localizado na rua coronel Santa Cruz Nº20, Cidade de Goiás/GO.	197A05312GO	15.000,00	0,00	Goiás	GO
Obra emergencial de imóvel residencial localizado na Rua Hugo Ramos, Nº28, Centro, Cidade de Goiás / GO.	197A05313GO	15.000,00	0,00	Goiás	GO
Obra emerg. Imóvel situado na R. Rafael, ,174	197A05060TO	14.500,00	0,00	Natividade	TO
Obra emergencial no imóvel situado na rua Modestina, nº 26, Centro Natividade/TO	197A05314TO	14.922,20	0,00	Natividade	TO
Projeto devolução do imóvel da Rua 83 - Goiânia	197A15131GO	14.864,80	14.864,80	Goiânia	GO
Execução de serviços emergenciais na Usina de Itaicy - MT	197A15175MT	72.562,10	0,00	Santo Antônio do Leverger	MT
Serviços emergenciais de escoramento e estabilização- Rua Dr. Netto, 08 - Goiás/GO	197A15188GO	14.835,04	0,00	Goiás	GO
Obra emergencial na antiga Casa Irmã Dulce	197A15195MT	14.820,00	0,00	Cuiabá	MT
Obra emergencial, imóvel R. D. Bosco, Nº 16	197A05302GO	2.990,00	0,00	Goiás	GO
Obras de conservação na sede do ESCRITÓRIO DE PIRENÓPOLIS - GO	197A05058GO	12.346,00	0,00	Pirenópolis	GO
Adequação da rede elétrica da sede da 14ªSR	197A05158GO	41.000,00	36.000,00	Goiânia	GO

Execução de rede de iluminação externa (jardins) da sede da 14ªSR/Iphan	197A05203GO	2.078,20	2.078,20	Goiânia	GO
Substituição integral das instalações telefônicas da sede da Sub-regional do Iphan Mato Grosso	197A05303MT	3.426,00	0,00	Cuiabá	MT
Adequação do espaço interno da Unidade Mínima de Conservação - UMC da 14ªSR/ Iphan.	197A15194GO	15.000,00	0,00	Goiânia	GO
Organização da documentação acumulada para fins de recuperação das informações relativas ao Setor de Arqueologia da 14ªSR/Iphan	197A20032GO	9.539,00	7.739,00	Goiânia	GO
Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis	197A18017GO	111.009,10	5.240,18	Pirenópolis	GO
Documentação fotográfica do Ritual do Hetohoky	197A18040TO	7.860,00	0,00	Formoso do Araguaia	TO
Documentário audiovisual do Ritual do Hetohoky	197A18041TO	7.500,00	0,00	Formoso do Araguaia	TO
Reg. Ritual Yaokwa, povo indígena Enawenw nawe	183A18038MT	60.000,00	0,00		
Mapeamento do Patrimônio Cultural e Natural do Estado do Tocantins	197A19016TO	28.182,36	21.582,36	Tocantinópolis	TO
Realização de Levantamento de Varredura do Patrimônio Ferroviário Material existente no estado de Goiás.	197A22011GO	45.737,66	17.205,16	Goiânia	GO
Tratamento técnico do acervo arquivístico sob responsabilidade da 14ª /SR	197A20031GO	81.090,87	58.178,10	Goiânia	GO
		2.184.972,35	521.657,17		

Responsável pelas informações: Salma Saddi – Superintendente Regional

Dentre os principais projetos realizados por essa Superintendência, destacaram-se os seguintes: Restauo do trampolim e Mureta do Lago das Rosas, em Goiânia/GO; obra de Restauo da Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis; restauo do Casarão da Cultura de Corumbá de Goiás, obra do escritório da CELG na Cidade de Goiás; restauo da sede da Fazenda Babilônia; obra de restauo e revitalização da Casa de Câmara e Cadeia de Porto Nacional – TO; restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo, na cidade de Monte do Carmo – TO; elaboração do projeto e acompanhamento da execução da restauração da fachada do Sindicato dos Fiscais de Tributos da Prefeitura Municipal de Cuiabá –MT; obra Emergencial de Restauração e Conservação do Convento da Ordem Dominicana – cidade de Goiás/GO; restauração da Igreja de Nossa Senhora das Mercês – Pilar de Goiás/GO; serviços de Manutenção na Igreja de Sé de Sant’ana de Chapada dos Guimarães/MT; obras emergenciais em imóveis da Cidade de Goiás, Natividade, Porto Nacional, Pirenópolis, Usina de Itacy/MT, Cuiabá/MT; instrução do dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional; elaboração do Projeto de Intervenção na Beira do Rio das

Almas em Pirenópolis/GO; elaboração do Plano de Preservação de Pirenópolis, organização da documentação acumulada para fins de recuperação das informações relativas ao setor de arqueologia; biblioteca básica do setor de arqueologia da 14ªSR/Iphan; registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis; Inventário Nacional das Referências Culturais de Natividade – 2ª etapa, estudos para o Registro da Ourivesaria de Natividade-TO; realização do 2º Encontro do Plano de Salvaguarda da Viola de Cocho; mapeamento do patrimônio natural e cultural do Estado do Tocantins; Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos (Centro Histórico de Cuiabá); modernização do Museu Histórico de Porto Nacional; eventos comemorativos das ações selecionadas no âmbito da 14ª SR para o Prêmio Rodrigo - 2007; lançamento das Publicações da COPEDOC; Concurso de Redação “Memória Popular”.

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, em Goiânia ocorreu a transferência da sede da 14ª SR para outro imóvel, bem como a adequação do espaço interno da Unidade Mínima de Conservação. Quanto à sub-regional do Tocantins cita-se a adaptação da Sub-regional Tocantins/14ªSR/Iphan aos Portadores de Necessidades Especiais; a execução de Projeto de paisagismo na sede; a implantação de sistema anti-furto, com instalação de alarme; implantação do sistema de combate a incêndio.

Quanto à área de recursos humanos, as principais atividades foram: participação em cursos ministrados pela Escola Nacional de Administração Fazendária – ENAP; 2ª Semana Iphan de Administração; curso de capacitação no Museu de Arqueologia e Etonologia/ MAE-USP; capacitação de trabalho de campo em arqueologia no Sítio Lauro Sodré, no Amazonas, no curso de extensão – Iniciação à Arqueologia, do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás; Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico PAN Amazônico/Manaus; Oficina do papel da pesquisa histórica no Iphan; curso de atualização em restauro para engenheiro civil.

Quanto à sub-regional do Tocantins, ocorreu a ampliação do horário dos 02 estagiários, contratação de Apoio Institucional pelo programa Monumenta para acompanhamento das obras do programa e das atividades do escritório, lotação de um técnico concursado, participação da chefia do escritório em todos os cursos de capacitação, seminários oferecidos pelo Iphan e PROGRAMA MONUMENTA.

Quanto às atividades desenvolvidas pela SR, sem a participação direta do orçamento disponibilizado, consta que foram ministradas palestras enfocando temas diversos, como tombamento, celebração dos 100 anos de fundação de Anápolis, lazer regional, diversidade cultural, arquitetura rural de Goiás, gestão compartilhada, patrimônio cultural brasileiro, patrimônio de Goiás, patrimônio material e imaterial, trabalhos desenvolvidos pelo Iphan na cidade de Goiás, preservação do patrimônio cultural. Foram feitos os seguintes empréstimos, visando divulgar o patrimônio: da exposição institucional Goiânia Arte Decó; da Exposição cidades históricas do Centro Oeste; de andaimes metálicos beneficiando 48 imóveis em área tombada. Cita-se ainda a participação da SR no encontro “Eu amo, eu preservo” /Faina/GO e o apoio concedido aos seguintes projetos: Oficina de Educação Patrimonial realizada pelo Museu Antropológico/UFG em Luziânia, 7ª edição do Festival Goiânia Mostra Curtas, Oficina do Programa de Especialização em Patrimônio em Goiânia, Oficina de Planejamento do DEMU, 7º Encontro de Violeiros, evento de Carnaval, Semana Santa, Oficina de Argamassas Históricas, exposição realizada pelo Programa Monumenta na Igreja Nossa Senhora do Rosário, IX Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, comemoração do aniversário da cidade de Goiás, I Festa Estadual das Sementes Crioulas, Dia do Vizinho, Semana de Museus, XXI Aniversário da Igreja de Cristo, festival de Gastronomia. Por fim foi publicado o artigo “O Sertão”, na Revista da Universidade Federal de Goiás Nº 2 e realizadas as exposições da Igreja Nossa Senhora do Rosário e “OS BICHOS A SERRA E O RIO”, além da participação da SR em reuniões para elaboração do Plano Diretor da cidade de Goiás, na solenidade de implantação da Unidade Tecnológica do Patrimônio Cultural de Goiás – UTPC-GO, nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Cuiabá; nas reuniões de planejamento do Programa Varejo que dá Certo – SEBRAE e no 3º Seminário Nacional de Arte Comunicação e Cidadania.

No que se refere às inovações dos processos de gestão da política pública, ocorreu uma maior participação da comunidade para definição de diretrizes de atuação da fiscalização do Iphan nas obras do MONUMENTA, junto com os técnicos do Iphan, antecedendo sempre ao início das obras, melhorando em relação aos parâmetros de intervenção; tendo como consequência a diminuição da emissão de notificações e paralisações.

15ª Superintendência Regional – Distrito Federal

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Estruturação e ampliação de Biblioteca de Referência para uso da Divisão Técnica da 15ª Superintendência Regional.	211A14028DF	4.865,44	4.865,44	Brasília	DF
Confecção de material gráfico com temática sobre o Patrimônio Cultural do Distrito Federal.	211A10044DF	14.200,00	7.200,00	Brasília	DF
Exposição e Fórum de Debates sobre o Registro do Mamulengo e sobre a política pública de inventário de referências culturais de natureza imaterial no âmbito desta 15ªSR/Iphan e do Departamento do Patrimônio Imaterial - DPI, dentro da progra	211A09044DF	19.975,00	11.975,00	Brasília	DF
Fiscalização, Inspeções técnicas e Levantamentos de bens culturais no Distrito Federal	211A06017DF	29.789,84	29.789,84	Brasília	DF
Fórum de Debates sobre o Registro do Mamulengo e a política pública de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial empreendida pelo Iphan, dentro da programação do VI Festival Internacional de Teatro de Bonecos de Brasília.	211A18036DF	4.000,00	4.000,00	Brasília	DF
Apoio operacional e administrativo de despesas que não foram previstas nas ações finalísticas da Unidade. COD-20	211A03022DF	20.677,86	20.677,86	Brasília	DF
Confecção de publicação com temática sobre o Patrimônio Cultural de Brasília - Superquadras.	211A10047DF	52.200,00	0,00	Brasília	DF
Inventário Nacional de Referências Culturais - impressão de publicação do INRC das Feiras do DF.	211A13094DF	10.500,00	10.500,00	Brasília	DF
Restauração de obra de Athos Bulcão - Capela do Palácio da Alvorada	211A05228DF	80.000,00	0,00	Brasília	DF
Organização e catalogação do acervo fotográfico da 15ª SR / DF	211A20045DF	9.498,27	6.298,27	Brasília	DF

Inventário Nacional de Referências Culturais do Vale do Amanhecer no Distrito Federal	211A13007DF	45.000,00	45.000,00	Brasília	DF
Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados - Palácios de Brasília	211A19035DF	150.850,00	34.010,00	Brasília	DF
Levantamento e diagnóstico de Obras de Oscar Niemeyer em Brasília/DF.	211A19054DF	15.000,00	15.000,00	Brasília	DF
Inventário Nacional de Bens Arquitetônicos - Módulo I - Palácios de Brasília	211A15125DF	39.600,00	8.200,00	Brasília	DF
Diagnóstico e georreferenciamento de Sítios Arqueológicos registrados do Distrito Federal.	211A15126DF	28.350,00	11.700,00	Brasília	DF
		524.506,41	209.216,41		

Responsável pelas informações: Maurício Pinheiro e Márcia Medeiros

Dentre os principais projetos realizados por essa Superintendência, destacaram-se os seguintes: finalização do restauro dos lambris da Capela do Palácio Alvorada; publicação de 6.000 cartilhas de Preservação de Brasília com a distribuição de mais de 5.500; Inventário de Bens Móveis e Integrados do Itamaraty; editoração em fase final do livro "Superquadras de Brasília"; Relatório parcial do INRC do Vale do Amanhecer; diagnóstico dos sítios arqueológicos do DF (em fase de finalização); Inventários de Bens Arquitetônicos do Palácio Alvorada e Itamaraty (em fase de finalização); organização comentada à legislação urbanística do DF incidente sobre a área tombada; organização e digitalização do acervo fotográfico da SR (em fase de finalização, editoração do livro Feiras do DF, com base no INRC anteriormente realizado pela SR).

Foi realizado o tombamento do Conjunto da Obra de Oscar Niemeyer em Brasília.

Quanto à estrutura física da Sede da Superintendência, foram adquiridos mobiliários e equipamentos de informática doados pelo Iphan SEDE e pela FCP. Aquisição de equipamentos e mobiliário (cadeiras) pela SR.

Quanto à área de recursos humanos, foram recebidos 02 concursados (um antropólogo e uma arquiteta).

16ª Superintendência Regional - RO/AC

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Aquisição de bibliografia regional para composição de acervo em Rondônia e Acre.	219A14008RO	5.918,70	5.918,70	Porto Velho	RO
Realização de Oficinas de Educação Patrimonial consorciadas ao Salvamento de urnas funerárias arqueológicas em risco de destruição na comunidade de Vila Cintra, município de Rodrigues Alves/AC.	219A15183AC	13.664,85	11.064,85	Rodrigues Alves	AC

Promoção da itinerância do acervo da Exposição Mandioca: Saberes e Sabores da Terra, de propriedade do Museu de Folclore.	219A09016AC	1.980,00	1.980,00	Rio Branco	AC
Atender necessidades de rotina da Superintendência Regional em suas ações junto aos bens culturais nos estados de Rondônia e Acre.	219A06018RO	49.966,94	48.909,32	Costa Marques	RO
Apoio ao desenvolvimento das ações finalísticas e administrativas da 16ª Superintendência Regional (Rondônia e Acre). COD-21	219A03029RO	32.122,08	23.670,13	Porto Velho	RO
Postos Telegráficos - Comissão Rondon	219A11032RO	14.998,67	14.998,67	Porto Velho	RO
Instrução do processo de tombamento da casa de Chico Mendes, em Xapuri, no estado do Acre.	219A05105AC	25.167,90	17.467,90	Xapuri	AC
Demarcação da área tombada do Cemitério da Candelária.	219A05244RO	7.800,00	4.758,88	Porto Velho	RO
Demarcação área tombada Cemitério da Candelária	219A05244RO	4.758,88	4.758,88	Porto Velho	RO
Criação de banco de imagens dos sítios arqueológicos rupestres da Região de Riachuelo, município de Presidente Médici/RO	219A14009RO	14.051,98	14.051,98	Porto Velho	RO
Estabilização e consolidação das ruínas do Forte Príncipe da Beira, no estado de Rondônia.	219A05106RO	274.722,50	0,00	Costa Marques	RO
Obra emergencial do laboratório de arqueologia em Presidente Médici.	219A05107RO	35.947,23	0,00	Porto Velho	RO
Recuperação da Estação da EFMM	219A05109RO	22.800,00	22.800,00	Porto Velho	RO
Recuperação do Cemitério da Candelária - complexo tombado da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.	219A05140RO	84.842,51	0,00	Porto Velho	RO
		588.742,24	170.379,31		

Responsável pelas informações: DIVISÃO TÉCNICA

Os principais projetos realizados por essa Superintendência foram a licitação das Obras de estabilização e implantação de melhorias para o Real Forte Príncipe da Beira e Cemitério da Candelária; Instruções de Tombamentos: Casa de Chico Mendes, no Acre e dois Postos Telegráficos da Comissão Rondon, em Rondônia; adaptação de espaço para criação de Laboratório de Arqueologia em Presidente Médici/RO; orientação Técnica e Acompanhamento das obras de recuperação dos galpões da estação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em

Porto Velho, construção do Mercado Cai N'Água e asfaltamento das ruas adjacentes; montagem de um banco de imagens fotográficas dos sítios de gravuras rupestres da região de Presidente Médici/RO.

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, citam-se as seguintes realizações: aluguel de imóvel para instalação da Regional; aquisição de um automóvel tracionado que permitirá o acesso às áreas cujas vias não têm asfalto; aquisição de móveis para as novas instalações da sede em Porto Velho; de nova impressora laserjet; de novos servidores para a Regional e Sub-Regional.

Quanto à área de recursos humanos, foi feita a nomeação de novo chefe da área administrativa; contratação de dois estagiários e a participação em cursos de capacitação: Pregão Eletrônico, Elaboração e gerenciamento de projetos, Sítio Escola, Licitações públicas, Elaboração de editais, Lei de Diretrizes Orçamentárias, II Semana de Administração do Iphan, Seminário da Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico, Participação na I Oficina de Pesquisa, promovida pela COPEDOC.

No que se refere às principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, destaca-se o apoio ao Cine-Amazônia; a programas turístico-culturais, palestras e seminários.

17ª Superintendência Regional – Alagoas

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Projetos de adaptação e reforma para a Sede da Superintendência Regional do Iphan em Alagoas.	217A05222AL	23.172,00	7.872,00	Maceió	AL
Marechal Deodoro Cidade Pólo BNDES - Banco de projetos de desenvolvimento social e cultural	217A05223AL	76.570,00	0,00	Marechal Deodoro	AL
Cartilhas de Educação Patrimonial para sítios históricos.	217A15141AL	12.890,00	0,00	Piranhas	AL
Produção de material promocional de educação patrimonial no Estado de Alagoas	217A15182AL	12.790,00	0,00	Maceió	AL
Inspeção técnica e fiscalização de bens tombados.	217A06019AL	47.370,53	39.003,98	Maceió	AL
Aquisição de Imóvel para ser implantada a Casa do Patrimônio, em Penedo/AL.	217A15185AL	151.000,00	0,00	Penedo	AL
Circuito Arqueológico do Sertão Alagoano. Municípios de Piranhas, Olho D'Água do Casado e Delmiro Gouveia.	217A05224AL	59.850,00	0,00	Olho D'Água do Casado	AL
Projeto Museográfico e de Adaptação Arquitetônica do Museu Casa de Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL.	217A05190AL	7.980,00	0,00	Palmeira dos Índios	AL

Projeto de restauração e adaptação de imóvel tombado visando a instalação de um albergue da juventude em Penedo/AL.	217A05235AL	14.800,00	0,00	Penedo	AL
Gestão e administração do programa da 17ªSR/AL - GAP COD-22	217A03027AL	25.452,43	16.878,01	Maceió	AL
Memória Oral sobre Sítios Históricos em Alagoas.	217A16026AL	10.800,00	0,00	Penedo	AL
Levantamento histórico-arqueológico da zona urbana de Porto de Pedras/AL.	217A05220AL	25.000,00	0,00	Porto de Pedras	AL
Projeto de pesquisa para constituição de acervo sobre religiosidade popular na Igreja de São Gonçalo Garcia, em Penedo/AL.	217A05304AL	7.980,00	0,00	Penedo	AL
Pesquisa para Instruções de Tombamento: Água Branca, Porto de Pedras, Vila Industrial Modernista de Rio Largo e Igreja Matriz de Coqueiro Seco, no Estado de Alagoas.	217A05052AL	72.000,00	0,00	Porto de Pedras	AL
Mapeamento, cadastro e conservação dos sítios de arte rupestre do Baixo São Francisco	217A15113AL	34.200,00	0,00	Piranhas	AL
Serviços de Restauração Geral da Coberta do Complexo Conventual Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, em Penedo/AL.	217A05184AL	188.271,10	0,00	Penedo	AL
Patrimônio Azulejar Brasileiro: restauração da azulejaria das torres da Igreja das Correntes em Penedo/AL; Inventário do Patrimônio Azulejar do Estado de Alagoas; visitas de avaliação das intervenções sobre Patrimônio Azulejar nos Estados do Nordeste.	217A05110AL	123.942,00	8.970,00	Penedo	AL
Restauração e adaptações da Casa de Graciliano, em Palmeira dos Índios/AL.	217A05050AL	119.732,17	0,00	Palmeira dos Índios	AL
Projeto de enterramento de redes públicas de cabeamento nas cidades de Penedo e Piranhas/AL.	217A05051AL	80.000,00	0,00	Penedo	AL
Restauração da antiga Casa de Câmara e Cadeia, em Marechal Deodoro/AL	217A05053AL	148.956,48	0,00	Marechal Deodoro	AL
Serviços de Restauração Geral do Oratório da Força em Penedo/AL.	217A05245AL	13.800,00	1.011,70	Penedo	AL

Restauração de imóvel da extinta Rede Ferroviária Federal, localizado no perímetro tombado em nível federal no município de Piranhas/AL	217A22025AL	140.387,82	0,00	Piranhas	AL
Serviços Emergenciais de restauração e adaptação em imóvel do Antigo Terminal Ferroviário de Piranhas/AL, de propriedade da RFFSA, para instalar a Casa do Patrimônio do Iphan no município.	217A22028AL	98.000,00	0,00	Piranhas	AL
Obras de adaptação e reforma para a sede da 17ª Superintendência Regional e Casa do Patrimônio do Iphan em Alagoas.	217A22022AL	1.110.884,90	0,00	Maceió	AL
Restauração das esculturas em madeira da Igreja de N. Sra. da Apresentação de Porto Calvo/AL	217A05121AL	46.400,00	0,00	Porto Calvo	AL
Documentação áudio-visual das referências culturais associadas à utilização da mandioca e da taipa, nas localidades de Poxim e Pontal do Coruripe/AL.	217A13090AL	46.106,00	0,00	Coruripe	AL
Ações regionalizadas: identificação e mapeamento de engenhos na região de influência do litoral norte alagoano	217A19039AL	33.300,00	13.930,74	Porto Calvo	AL
Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário no Estado de Alagoas	217A22014AL	50.000,00	0,00	Maceió	AL
Identificação e inventário dos sítios arqueológicos alagoanos	217A19040AL	7.980,00	7.980,00	Maceió	AL
		2.789.615,43	95.646,43		

Responsável pelas informações: Evandro Domingues

Dentre os principais projetos realizados por essa Superintendência, destacam-se as obras de restauração e adaptação para a Sede da 17ª Superintendência Regional e Casa do Patrimônio do Iphan em Alagoas; o Banco de projetos de desenvolvimento social e cultural - Marechal Deodoro Cidade-Pólo BNDES; Projeto Museográfico e de Adaptação Arquitetônica do Museu Casa de Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL; serviços de restauração e adaptações na Casa Museu de Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL; Patrimônio Azulejar Brasileiro: Restauração dos revestimentos em azulejaria das torres da Igreja de Nossa Senhora das correntes em Penedo/AL.

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, foram iniciadas as obras de restauração e adaptação de dois galpões da antiga RFFSA, transferidos ao Iphan, onde se instalará a Sede da 17ª Superintendência Regional e Casa do Patrimônio do Iphan em Alagoas. A aquisição de equipamentos e mobiliários deverá ocorrer em 2008.

Quanto à área de recursos humanos, cita-se como relevante a participação da Superintendência no curso de *Elaboração de editais para aquisições no setor público e Formação de pregoeiros: pregão eletrônico* (promovido pelo Iphan, em parceria com a ENAP).

No que se refere às principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, consta que em maio de 2007, o presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, em conjunto com a 17ª SR/Iphan Alagoas, firmou as parcerias que fizeram de Marechal Deodoro - tombada em 2006, em nível federal - a cidade piloto para a implementação do *Programa Cidades Pólo de Investimentos Culturais* do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O enfoque do Programa está centrado no fomento à sustentabilidade da economia local, com base nas atividades culturais tradicionais da comunidade. O Programa prevê investimentos no sítio histórico de Marechal Deodoro, com atenção especial ao uso dos espaços a serem restaurados e adaptados. Serão priorizados investimentos para a comunidade e sua cultura tradicional, agregando valor ao Patrimônio Cultural da cidade.

Em 2008, a Regional pretende concretizar esse projeto que prevê investimentos em atividades culturais que agregam valor econômico. Os pólos de investimentos voltados às atividades tradicionais incluem a restauração e adaptação do Mercado dos Pescadores, a reforma e adaptação do antigo Mercado Municipal para abrigar as rendeiras, a adaptação da Igreja da Ordem Terceira como conservatório para os músicos das filarmônicas, e a construção de um novo Mercado Público, voltado também à gastronomia local. Alguns dos projetos mais importantes (que vão orientar o início desse processo) estão sendo desenvolvidos por técnicos da Regional, em parceria com técnicos e estagiários da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro.

18ª Superintendência Regional – MS

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Ampliação do acervo da biblioteca da 18ª SR.	214A14002MS	4.611,76	4.611,76	Campo Grande	MS
Avaliação técnica da encosta do Porto de Corumbá/MS, Verificação do comprometimento de sua estabilidade e elaboração de projeto de contenção dos pontos críticos.	214A05097MS	89.800,00	0,00	Corumbá	MS
Levantamento arquitetônico e das condições físicas de imóvel da antiga RFFSA que abrigará sede do Iphan em MS.	214A22026MS	8.020,00	0,00	Campo Grande	MS
Transporte e seguro de obras de arte do Museu MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia) e Museu Histórico Nacional para o Museu de História do Pantanal em Corumbá-MS	214A15003MS	5.042,12	0,00	Corumbá	MS
Curso sobre Patrimônio Cultural em Corumbá/MS	214A15145MS	9.500,00	0,00	Corumbá	MS

Educação patrimonial em Coimbra (Corumbá/MS)	214A15146MS	5.150,00	0,00	Corumbá	MS
Inspeção Técnica - Fiscalização do ano de 2007 diárias, passagem aérea, consumo (combustível para as fiscalizações), serviço (manutenção dos veículos oficiais)	214A06020MS	59.812,89	50.990,02	Campo Grande	MS
Estruturação geoparque Serra da Bodoquena	214A15181MS	14.488,02	0,00		
Seminário "Bodoquena/MS: Paisagem Cultural e Geoparque"	214A15124MS	30.476,42	30.476,42	Bonito	MS
GAP - para atender as demandas da unidade em ações finalísticas do próprio programa COD-23	214A03024MS	32.072,66	32.072,66	Campo Grande	MS
Instrução do processo de tombamento do sítio histórico balneário urucum	214A19010MS	736,43	736,43	Corumbá	MS
?Ciclo da Erva Mate na bacia platina?/pesquisa histórica-econômica	214A19047MS	17.900,00	0,00	Ponta Porã	MS
Fazendas históricas do Mato Grosso do Sul	214A11005MS	4.085,64	1.845,64	Campo Grande	MS
Caminho das Monções/Roteiro histórico e Parque Arqueológico	214A15045MS	14.013,44	0,00	Coxim	MS
Projeto de escavação arqueológica de "Santiago de Xerez"/ Aquidauana-MS	214A15097MS	35.000,00	0,00	Aquidauana	MS
Projeto de Identificação e proteção da " paisagem natural da Guerra do Paraguai" / Fronteira Mato Grosso do Sul - Paraguai	214A15105MS	15.980,00	0,00	Anastácio	MS
Projeto de divulgação do Premio Rodrigo Melo Franco de Andrade/2007	214A09036MS	10.000,00	10.000,00	Campo Grande	MS
Restauração do edifício "Vasquez" em Corumbá/MS	214A05111MS	176.795,64	0,00	Corumbá	MS
Restauo do Forte Coimbra/MS	214A05139MS	90.000,00	0,00	Corumbá	MS
Aditamento de serviços extra contratuais da obra emergencial do hotel Gallileu/Internacional.	214A05172MS	73.949,68	73.949,68	Corumbá	MS
Complementação Restauo do Forte Coimbra - MS	214A15184MS	239.727,42	0,00	Corumbá	MS

Projeto ampliação escrit. Técnico Corumbá CORUMBA	214A05308MS	3.204,36	0,00	Corumbá	MS
Aquisição de equipamentos para arquivo da 18ª SR	214A20046MS	3.995,00	3.995,00	Campo Grande	MS
Inventário de Referências Culturais da região da fronteira do Erval Sul- matogrossense	214A13011MS	34.200,00	0,00	Campo Grande	MS
INRC da região do Bolsão de Mato Grosso do Sul	214A13092MS	26.200,00	0,00	Campo Grande	MS
Inventário do Acervo de Lídia Bais	214A19009MS	3.390,00	0,00	Campo Grande	MS
Inventário das edificações construídas dentro do estilo Art Decó, estilo Eclético, Neo Colonial e Modernista em Corumbá/MS	214A19036MS	10.530,00	3.685,50	Corumbá	MS
Inventário Arquitetônico de Miranda/MS	214A19060MS	11.200,00	0,00	Miranda	MS
Inventário Sumário do Patrimônio Ferroviário em Mato Grosso do Sul	214A22003MS	41.980,00	0,00	Campo Grande	MS
Levantamento métrico- arquitetônico de edificações no município de Bela Vista/MS.	214A19066MS	7.280,00	0,00	Bela Vista	MS
		1.079.141,48	211.626,68		

Responsável pelas informações: Divisão Técnica e Divisão Administrativa

Citam-se como principais projetos realizados por essa Superintendência, a realização da identificação e inventário das edificações construídas dentro dos estilos Eclético, Art Decó, Neocolonial e Modernista em Corumbá/MS; Ciclo da erva mate na bacia platina ; Inventário do acervo de Lídia Bais ; Instrução de processo de tombamento do Balneário Urucum; Inventário Arquitetônico de Miranda; Identificação e proteção da paisagem natural da Guerra do Paraguai/Fronteira de MS-Paraguai; Projeto de escavação arqueológica de Santiago de Xerez/Aquidauana; Educação patrimonial em Coimbra (Corumbá/MS); Curso sobre Patrimônio Cultural em Corumbá/MS; aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC na região da fronteira do erval sul-matogrossense; aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC da região do Bolsão de Mato Grosso do Sul; avaliação técnica da encosta do porto de Corumbá: verificação do comprometimento de sua estabilidade e elaboração de projeto de Contenção dos pontos críticos; recuperação emergencial do antigo Hotel Galileu/Corumbá; Inauguração da sede do Escritório Técnico II de Corumbá no prédio da antiga Alfândega; entrega das obras de recuperação do edifício "Wanderley&Bais"/Corumbá; inauguração do Museu de História do Pantanal em Corumbá; acompanhamento de obra realizada no edifício conhecido como "Casa Vasquez" /Corumbá; contratação de profissional para o desenvolvimento de atualização de cadastro de imóveis localizados na área tombada de Corumbá e elaboração de cartilha de orientação aos proprietários; análise de proposta de recuperação de edifício em Figueirão pela Prefeitura, de proposta do governo do estado de recuperação da antiga Usina Açucareira Santo Antônio e conversão em Museu da Guerra do Paraguai, de proposta do governo do estado de recuperação do antigo Quartel da cidade de Ponta Porá; projetos encaminhados para a Gerência de Patrimônio Arqueológico/GEPAM-Brasília; Seminário "Serra da Bodoquena/MS – Paisagem Cultural e Geoparque", realizado em Bonito/MS; publicação da cartilha "Preservar é Bonito" sobre as grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida, tombadas pelo Iphan em Bonito-MS; processo de tombamento do complexo

ferroviário da antiga Noroeste do Brasil em Campo Grande/MS – em andamento; instrução de processo de tombamento do Balneário Urucum, em Corumbá/MS.

No que se refere à estrutura física da Sede, à aquisição de equipamentos e mobiliários, foram incorporados armários e arquivos.

Quanto à área de recursos humanos, ocorreu a participação nos seguintes cursos de capacitação: II Encontro de Avaliação do INRC, I Oficina de Pesquisa Histórica da COPEDOC, Curso de Implantação do CEPROD, SIAFI Gerencial (EAD-on-line), Elaboração de editais para aquisições no setor público, Formação de pregoeiros: pregão eletrônico, reunião III Semana de Administração do Iphan, curso de Gestão e Gerenciamento de Projetos.

Destacam-se como principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do IPHAN, a realização do Curso de Especialização em Preservação e Gestão de Bens de Interesse Cultural e Ambiental, Palestra “Ocupação do território e formação urbana em Mato Grosso do Sul” na abertura da Semana de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Grande Dourados / UNIGRAN, Palestra “Vocação do Patrimônio Cultural em MS”, Palestra “Legislação do Patrimônio Histórico”, no 1º Seminário Estadual Patrimônio Histórico: Realidade e Perspectiva.

19ª Superintendência Regional – PI

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Ampliação do acervo da biblioteca da 19ª SR	218A14030PI	9.998,88	5.703,46	Teresina	PI
Banco de Projetos do DEPAM-Projeto executivo de restauração do prédio da antiga Fábrica de Laticínios, em Campinas, do Piauí.	218A05199PI	25.000,00	0,00	Campinas do Piauí	PI
Banco de projetos DEPAM-Projeto de Segurança e de Prevenção contra incêndio para a Igreja de N. Senhora das Vitórias, em Oeiras.	218A05200PI	2.425,00	2.425,00	Oeiras	PI
Banco de projetos DEPAM-Projeto de Segurança e de Prevenção contra incêndio para a Igreja de N. Senhora do Carmo, em Piracuruca.	218A05201PI	2.425,00	2.425,00	Piracuruca	PI
Banco de projetos DEPAM-Projeto de Restauração do Patrimônio Azulejar da Casa do Azulejo, em Amarante – Piauí.	218A05019PI	8.000,00	0,00	Amarante	PI
Produção de peças gráficas sobre o Patrimônio Cultural piauiense.	218A10003PI	15.300,00	0,00	Teresina	PI
Fomento a projetos e eventos na área do Patrimônio Cultural do Piauí	218A15048PI	23.675,67	8.653,51	Teresina	PI
Inspeção técnica e fiscalização de bens protegidos no Piauí.	218A06021PI	39.711,44	37.532,44	Teresina	PI

Banco de projetos DEPAM- Diagnóstico de conservação de pinturas rupestres e interpretação turística de sítios arqueológicos em Pedro II.	218A05206PI	24.840,00	0,00	Pedro II	PI
Socialização de Sítios Arqueológicos -DEPAM - Elaboração de Projeto de Conservação e Manejo da Floresta Fóssil, em Teresina.	218A05219PI	8.000,00	0,00	Teresina	PI
Gestão do Plano de Ação 2006 da 19ª Superintendência Regional. COD-24	218A03028PI	26.358,28	24.403,28	Teresina	PI
Pesquisa Histórica sobre o Conjunto Paisagístico composto pelas áreas verdes do centro de Teresina, capital-PI.	218A19020PI	16.750,00	0,00	Teresina	PI
Estudo para Tombamento do Sítio Histórico de Parnaíba pela União.	218A19021PI	13.486,57	10.186,57	Parnaíba	PI
Inventário para acautelamento do Sítio Histórico de Amarante pela União.	218A19050PI	39.750,00	0,00	Amarante	PI
Estudo para Tombamento dos Sítios Históricos de Campo Maior e Pedro II pela União.	218A05225PI	52.976,00	0,00	Pedro II	PI
Prospecção demarcatória e proteção de sítios arqueológicos situados no entorno do Parque Nacional Serra da Cativara, reconhecido pela UNESCO como patrimônio da Humanidade - II Etapa.	218A15099PI	54.000,00	0,00	São Raimundo Nonato	PI
Inventário Nacional de Referências Culturais da Arte Santeira do Piauí.	218A13025PI	60.774,25	17.795,50	Teresina	PI
Estudo para Tombamento de Bens Culturais do Piauí pela União.	218A11043PI	22.125,00	5.365,55	Teresina	PI
Complementação do projeto "Fotografias aéreas e terrestres dos sítios históricos das cidades de Parnaíba, Amarante, Oeiras, Piracuruca, Pedro II, Campo Maior e Teresina."	218A11050PI	10.000,00	10.000,00	Parnaíba	PI
Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico do Piauí.	218A05099PI	177.300,00	31.920,22	São Raimundo Nonato	PI

Fotografias aéreas e terrestres dos sítios históricos das cidades de Parnaíba, Amarante, Oeiras, Piracuruca, Pedro II, Campo Maior e Teresina.	218A05174PI	25.021,51	24.960,00	Parnaíba	PI
Inventário de conhecimento das Comunidades Remanescentes de quilombos em dezessete (17) municípios do Estado do Piauí.	218A15106PI	88.824,33	8.695,45	Campinas do Piauí	PI
Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário do Piauí.	218A22002PI	319.999,48	2.397,41	Teresina	PI
Conservação do Acervo Arquivístico e Bibliográfico da 19ª SR/Iphan	218A20039PI	17.513,99	14.395,29	Teresina	PI
		1.084.255,40	206.858,68		

Responsável pelas informações: Claudiana Cruz dos Anjos – Chefe da Divisão Técnica
Vivian Maggi – analista técnica do setor administrativo

Dentre os principais projetos realizados por essa Superintendência, cita-se o Inventário Nacional de Referências Culturais das Comunidades Quilombolas do Estado do Piauí; o Inventário Nacional de Referências Culturais da Arte Santeira do Piauí; fomento ao turismo cultural, através da conservação, pesquisa e preparação de 08 sítios arqueológicos, localizados nos municípios de Batalha, Pedro II e Castelo do Piauí para visitação turística; prospecção, conservação e proteção de vinte e quatro sítios arqueológicos do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara, obra de conservação, restauração e adaptação da Estação Ferroviária de Teresina para a sede da 19ªSR/Iphan.

Em 2007 foi publicada a notificação de tombamento provisório da Floresta Fóssil do Rio Poti e da Ponte metálica sobre o Rio Parnaíba, além do dossiê para tombamento do sítio histórico de Parnaíba que se encontra em fase de conclusão.

No que se refere à estrutura física da Sede, a SR adquiriu mobiliários em geral - estantes, arquivos e armários de aço, mesas e cadeiras e equipamentos (notebook, condicionadores de ar, impressoras, uma delas modelo A3, datashow com telão, gravador digital de voz, scanner) - entre outros equipamentos de informática necessários para atender a demanda dos técnicos da Superintendência e equipar a nova sede.

Quanto à área de recursos humanos, foi realizada a contratação de estagiários nas áreas de história, biblioteconomia e arquitetura. Ocorreu ainda a participação em cursos específicos e no Curso de *Elaboração de Projetos e Formação de Pregoeiros*. Os cursos foram promovidos pelo DPA, DEPAM, COGEPROM e COPEDOC.

Quanto às principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, consta que em 2007 foi iniciada a pesquisa arqueológica e o levantamento topográfico das ruínas de uma Igreja Jesuíta no sul do Estado. Esta ação foi realizada dentro da ação de arqueologia e com apoio da FUMDHAM.

Também foi realizada escavação arqueológica nas obras das vias e passeios públicos de Oeiras pelo Monumenta. Ocasão em que foram encontradas ossadas que estão sendo analisadas em laboratório e o alicerce de uma construção. Em 2008 pretende-se dar continuidade às ações de arqueologia em sítios históricos.

O curso de pregoeiros, aliada à contribuição de pessoas qualificadas na área de aquisição de bens e serviços, de outras unidades do Iphan, como da 3ªSR, e de outros órgãos da esfera federal como o IBAMA local, permitiram à Superintendência dar um salto de qualidade em relação aos processos de licitação e compras de produtos e serviços.

As inovações referente a processos de gestão da política nesta unidade vinculam-se à delegação de poderes através da criação de comissões para realização de determinados projetos ao longo do ano; a ocorrência de reuniões do tipo *brain-storm*, na qual se busca soluções a partir da opinião da equipe envolvida; e a padronização da atuação e instrução dos processos iniciados nesta superintendência, com base em um guia fornecido pela PROJUR do Iphan; e aplicação da metodologia do planejamento estratégico adotado para a elaboração dos planos de ação 2008, permitindo a socialização e maior contribuição de toda a equipe técnica da Superintendência.

20ª Superintendência Regional – PB/RN

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Apoio Didático- Pedagógico aos Oficinas Práticas da Oficina-Escola de João Pessoa	215A08005PB	35.943,02	34.703,02	João Pessoa	PB
Ampliação do Acervo da Biblioteca da 20ª SR	215A14001PB	6.892,73	6.892,73	João Pessoa	PB
Exposição 20 anos de Cooperação Brasil- Espanha	215A09024PB	8.706,02	8.706,02	João Pessoa	PB
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais de Natureza Material	215A06022PB	69.631,75	68.852,96	João Pessoa	PB
Projeto Piloto de Sinalização de Sítios Arqueológicos de Arte Ruprestre no Município de Queimadas	215A15122PB	39.842,90	19.450,90	Queimadas	PB
Adaptação de um imóvel para uso da Casa do Patrimônio da 20.ª SR do Iphan, em João Pessoa - PB.	215A15098PB	54.032,68	48.872,68	João Pessoa	PB
Manutenção da Casa do Patrimônio - Areia/PB	215A05033PB	17.780,00	17.780,00	Areia	PB
Reunião Estadual de Arqueologia e Paleontologia -Desafios e estratégias para a ação interinstitucional.	215A09003PB	3.138,78	3.138,78	Campina Grande	PB
Estruturação do Setor Técnico da Sub-Regional do Rio Grande do Norte.	215A03025PB	31.973,18	30.773,94	Natal	RN
Estudos para tombamento da Casa-Forte de Pium (município de Parnamirim) e da Casa-Forte de Cuó (município de Caicó).	215A11053RN	23.989,50	4.789,50	Caicó	RN
Vale dos Dinossauros: Estudos de Referência para a Paisagem Cultural do Sertão Paraibano - 1ª Fase	215A15121PB	17.971,25	11.011,25	Sousa	PB

Publicação de edição revisada da cartilha ?Patrimônio Cultural do Rio Grande do Norte.	215A10011RN	13.444,60	13.444,60	Natal	RN
Recuperação do Sistema de Sustentação do Forro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo - PB	215A05137PB	250.564,80	0,00	João Pessoa	PB
Caminhos das Capelas: Manutenção, Delimitação e Sinalização das Capelas da Várzea/PB - Projeto Piloto	215A15120PB	17.596,82	10.996,82	João Pessoa	PB
Projeto de Estabilização do Acervo Azulejar do Conjunto Carmelita - PB	215A05023PB	14.300,00	0,00	João Pessoa	PB
1ª Fase da Estabilização, Consolidação e Restauro do Acervo Azulejar do Adro do Conjunto Franciscano de João Pessoa/PB	215A05138PB	45.075,00	0,00	João Pessoa	PB
1.ª Fase da Estabilização, Consolidação e Restauro do Acervo Azulejar do Adro do Conjunto Franciscano de João Pessoa/PB.	215A15159PB	133.816,36	0,00	João Pessoa	PB
Inventário de Referências Culturais da Região do Seridó Potiguar (continuação).	215A13017RN	66.658,55	16.658,55	Caicó	RN
Inventário de referências do patrimônio Cultural Imaterial PB	215A13020PB	58.500,00	0,00	João Pessoa	PB
Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar.	215A19011RN	14.352,06	12.984,06	Caicó	RN
Inventário dos antigos engenhos do Vale do Ceará-Mirim (continuação).	215A19017RN	16.192,80	16.192,80	Ceará-Mirim	RN
Patrimônio Rural Paraibano: Caminhos dos Engenhos - 1ª Fase	215A19038PB	22.320,00	19.680,00	João Pessoa	PB
Cadastramento e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico	215A15123PB	45.132,10	35.532,10	João Pessoa	PB
Inventário do Centro Histórico de Natal (continuação). O projeto pretende identificar e inventariar as edificações constantes no Centro Histórico de Natal que compreende os bairros Cidade Alta e Ribeira. Trata-se de uma ação continuada que pretende concl	215A15156RN	18.000,00	0,00	Natal	RN
Inventário de conhecimento do Patrimônio Ferroviário no âmbito da 20ªSR/PB-RN	215A22013PB	74.667,95	2.667,95	João Pessoa	PB

Tratamento Técnico do Acervo Arquivístico e Bibliográfico da 20ª SR	215A20013PB	18.970,00	18.970,00	João Pessoa	PB
		1.119.492,85	402.098,66		

Responsável pelas informações: Eliane de Castro Machado Freire

Dentre os principais projetos realizados pela Superintendência (Paraíba), destacou-se a recuperação e adaptação da Casa nº 23 da Praça Anthenor Navarro no Centro Histórico de João Pessoa; a inauguração com a presença do Presidente do Iphan, do imóvel "Solar José Rufino" no Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Areia-PB; a entrega à comunidade das obras de Restauração da Igreja da Misericórdia; implementação de ações de Apoio aos Programas da Cooperação Brasil-Espanha – "Programa de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa" e "Oficina-Escola de João Pessoa".

A SR realizou o Tombamento do Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de João Pessoa – PB.

No que se refere à estrutura física da Sede, foi adquirido mobiliário, equipamentos e materiais permanentes, tais como: mesas, cadeiras, armários, computadores, impressoras e central telefônica e utensílios domésticos (geladeira, fogão, microondas), atendendo as necessidades da Sede e da Sub-Regional no Rio Grande do Norte.

Quanto à área de recursos humanos, as principais atividades realizadas foram as oficinas de Museologia nos municípios paraibanos de Areia e Cabedelo; a participação no Curso Elaboração e Gerenciamento de Projetos, em Fortaleza-CE e no treinamento CPROD-net (Controle de Processos e Documentos), com o apoio do DPA.

As principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, foram as seguintes: Coordenação e organização de Oficina Técnica para Desenvolvimento de Estudos visando subsidiar o Projeto do Parque Arqueológico Itacoatiaras de Ingá, (envolvendo setores do Turismo, Cultura e Meio Ambiente do Governo do Estado da Paraíba, além do IBAMA, dentro de uma Ação Civil proposta pelo Iphan ao Ministério Público Federal); encaminhamento de parcerias junto às empresas Terminais de Armazenamento de Graneis Líquido de Cabedelo-TECAB e PETROBRAS, visando estabelecer dentro das suas responsabilidades social, histórica e cultural, a reparação dos impactos gerados durante os anos de suas implantações no entorno do sítio histórico da Fortaleza de Santa Catarina em Cabedelo/PB, conforme Projeto de urbanização, paisagismo e dinâmica cultural apresentado. A iniciativa teve por base os entendimentos técnicos orientados pela 20ª SR/Iphan/PB para o projeto, ora sob a avaliação da PETROBRÁS; desenvolvimento do Projeto de Reurbanização da Praça Rio Branco (Projeto que visa o fortalecimento de construção de parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, estabelecida pela Cooperação Brasil-Espanha para a revitalização do Centro Histórico de João Pessoa). A revitalização da referida área gerará conseqüente valorização do bem tombado "Casa no Antigo Largo do Erário" próprio nacional que está sob a administração uso e gozo da 20ª Superintendência do Iphan.

No que se refere ao Rio Grande do Norte, de acordo com informações prestadas por Jeanne Fonseca Leite Nesi, os principais projetos realizados por essa Superintendência foram: Inventário do Centro Histórico de Natal ; Inventário das Referências Culturais da Região do Seridó ; Conclusão do Inventário dos Antigos Engenhos do Vale do Ceará Mirim; Inventário de Conhecimento da Arquitetura Rural da Região do Seridó ; Estudos para tombamento das Casas Forte de Pium e Cuó; estruturação do Setor Técnico da Sub-Regional/RN.

No que se refere à estrutura física da Sede, ocorreu a estruturação do Setor Técnico, A aquisição de equipamentos e mobiliário, além da instalação de Exposição Permanente sobre Arqueologia e Patrimônio Cultural do Rio Grande do Norte.

Quanto à área de recursos humanos, a Superintendência participou dos seguintes:

Curso Elaboração e Gerenciamento de Projetos, em Fortaleza-CE; Treinamento CPROD.net.

Dentre as principais realizações da Superintendência, sem a participação direta do orçamento do Iphan, destaca-se o Encontro sobre o Centro Histórico de Natal, realizado em comemoração aos 70 Anos do Iphan, com apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e da Fundação José Augusto.

21ª Superintendência Regional – Espírito Santo

Projeto	PI	Empenhado	Pago	Município	UF
Acondicionamento do acervo de arqueologia da 21ª SR	216A05242ES	7.992,00	0,00	Vitória	ES
Conservação de Bens Móveis da 21ª SR - 1ª fase	216A05112ES	10.320,00	0,00	Vitória	ES
Material promocional do Ofício das Panelleiras e bens associados	216A10013ES	3.890,00	3.890,00	Vitória	ES
Vistoria Técnica de Bens tombados e de Interesse Cultural	216A06023ES	13.166,16	9.666,16	Vitória	ES
Administração do Programa Brasil Patrimônio Cultural - 21ª SR	216A03026ES	20.753,78	20.753,78	Vitória	ES
Identificação do Patrimônio Cultural da Imigração Italiana e Pomerana no Espírito Santo	216A16020ES	12.506,00	0,00	Venda Nova do Imigrante	ES
Estudos de Tombamento - 21ª SR	216A19019ES	18.216,00	0,00	Vitória	ES
Proteção dos vestígios arqueológicos da Comunidade Quilombola de Linharinho	216A15112ES	39.193,15	0,00	Conceição da Barra	ES
Obras Emergenciais em Bens Tombados no Espírito Santo - 2ª Fase	216A05098ES	1.524,39	0,00	Vitória	ES
Restauração e Requalificação da Casa de Leilões, Irmandade Nossa Senhora do Rosário de São Benedito	216A05150ES	46.202,36	0,00	Vitória	ES
Serviços Preliminares na Unidade Anexa da Sede da 21ª SR	216A05209ES	25.225,86	0,00	Vitória	ES
Projeto de Restauração e Adaptação da Sede da 21ª SR e Unidade Anexa	216A05210ES	68.500,00	0,00	Vitória	ES
Sistematização de procedimentos e gestão das informações técnicas da 21ª SR/ Iphan/ES	216A20019ES	19.000,00	0,00	Vitória	ES
Organização do acervo multimídia da 21ª SR/ES	216A20024ES	5.826,81	3.513,81	Vitória	ES
Inventário das referências culturais das comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo	216A13024ES	78.800,00	0,00	Conceição da Barra	ES

Inventário dos bens móveis e integrados em monumentos tombados pelo Iphan no Espírito Santo - 1ª Etapa	216A19018ES	23.858,40	0,00	Vitória	ES
Atualização e aperfeiçoamento do cadastro de sítios arqueológicos no Espírito Santo - 1ª Etapa	216A15111ES	36.000,00	0,00	Vitória	ES
		430.974,91	37.823,75		

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Que, no período de 2007, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não é patrocinador de previdência complementar patrocinada.

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Que, no período de 2007, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não desenvolve atividade passível de ser beneficiada por renúncia fiscal.

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Que, no período de 2007, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não realizou operações de fundos.

9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CONFORME ANEXOS II E X DA DN-TCU-85/2007)

ANEXO A - DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Declaramos que não houve, no período de 2007, tomadas de contas especiais, tais quais as do item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007, conforme Portaria CGU nº 1950, de 28 de dezembro de 2007.

ANEXO B - DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS E OUTRAS IRREGULARIDADES

Declaramos que não houve registro de perdas, extravios e outras irregularidades, no período de 2007, tais quais as do item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007, conforme Anexo V, da Portaria CGU nº 1950, de 28 de dezembro de 2007.

ANEXO C – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (conforme item I- 1.8 do Anexo X DA DN-TCU-85/2007)

UG Executora	CPF		Parâmetro - Cartão Pagto Gov. Fed	Sq Cartão Pagto Gov Federal	Total
IPHAN 2A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - BELEM	221.577.862/87	RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS CARDOSO	327,50	4.910,00	5.237,50
IPHAN 2A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - BELEM	227.406.432/68	SIMONE DA SILVA MACEDO	0,00	990,00	990,00
IPHAN 2A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - BELEM	345.090.701/87	LUCIMAR FLORENCIO DE SOUSA CASTRO	0,00	5.190,00	5.190,00
IPHAN 2A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - BELEM Total			327,50	11.090,00	11.417,50
IPHAN 3A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - SAO LUIZ	237.399.833/53	REGINALDO DE JESUS CORREA DE ARAUJO	11.136,57	10.836,00	21.972,57
IPHAN 3A SUPERINTENDENCIA REGIONAL - SAO LUIZ Total			11.136,57	10.836,00	21.972,57
IPHAN 6A. SUPERINTEND REGIONAL - R.DE JANEIRO	051.691.427/81	MANOEL VIEIRA GOMES JUNIOR	442,91	0,00	442,91
IPHAN 6A. SUPERINTEND REGIONAL - R.DE JANEIRO	085.046.627/05	CYNTHIA VANDERLINDE TARRISSE DA FONTOURA	169,00	0,00	169,00
IPHAN 6A. SUPERINTEND REGIONAL - R.DE JANEIRO	682.868.727/20	GILBERTO GARBIM	631,40	160,00	791,40
IPHAN 6A. SUPERINTEND REGIONAL - R.DE JANEIRO	740.360.177/72	MONICA DA COSTA	422,68	0,00	422,68
IPHAN 6A. SUPERINTEND REGIONAL - R.DE JANEIRO Total			1.665,99	160,00	1.825,99
IPHAN 8A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - ARACAJU	061.522.795/34	MARTA MARIA SILVA CHAGAS	122,87	2.150,00	2.272,87
IPHAN 8A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - ARACAJU	431.285.058/53	DIRCEU DE OLIVEIRA	229,00	500,00	729,00
IPHAN 8A. SUPERINTENDENCIA REGIONAL - ARACAJU Total			351,87	2.650,00	3.001,87
IPHAN 10A. SUPERINTEND. REGIONAL - CURITIBA	467.022.967/20	LIA HELOISA SICURO	26,10	1.160,00	1.186,10
IPHAN 10A. SUPERINTEND. REGIONAL - CURITIBA Total			26,10	1.160,00	1.186,10
IPHAN 12A. SUPERINTEND REGIONAL-PORTO ALEGRE	074.361.827/06	ANDREA PITALUGA PINTO	0,00	2.755,00	2.755,00
IPHAN 12A. SUPERINTEND REGIONAL-PORTO ALEGRE	249.948.470/53	JORGE LUIS LIMA DA SILVA	0,00	8.000,00	8.000,00
IPHAN 12A. SUPERINTEND REGIONAL-PORTO ALEGRE	559.881.800/00	TEREZINHA DE OLIVEIRA BUCHEBUAN	0,00	1.102,00	1.102,00
IPHAN 12A. SUPERINTEND REGIONAL-PORTO ALEGRE	560.179.280/15	EDUARDO HAHN	0,00	8.295,00	8.295,00
IPHAN 12A. SUPERINTEND REGIONAL-PORTO ALEGRE Total			0,00	20.152,00	20.152,00
MUSEU IMPERIAL - PETROPOLIS	381.424.067/72	ANTONIO BATISTA DIAS	7.500,00	0,00	7.500,00
MUSEU IMPERIAL - PETROPOLIS	439.082.507/06	FERNANDO FERREIRA BARBOSA	5.774,75	0,00	5.774,75
MUSEU IMPERIAL - PETROPOLIS	579.998.137/53	ELIANE MARCHESINE ZANATTA	4.968,00	0,00	4.968,00
MUSEU IMPERIAL - PETROPOLIS Total			18.242,75	0,00	18.242,75

UG Executora	CPF		Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed	Sq Cartão Pagto Gov Federal	Total
IPHAN-sede	099.841.527/82	JULIA NOLASCO LEITAO DE MORAES	949,59	0,00	949,59
IPHAN-sede	144.314.321/91	JOSE LEME GALVAO JUNIOR	831,94	0,00	831,94
IPHAN-sede	164.097.447/49	EVELINA GRUNBERG	149,98	500,00	649,98
IPHAN-sede	164.516.946/49	WALDE DE MACEDO	520,60	475,00	995,60
IPHAN-sede	200.819.876/68	ERMELINDA FRANCISCA DOS SANTOS	1.200,00	0,00	1.200,00
IPHAN-sede	224.308.901/78	FLAVIO EDER DE CARVALHO	1.029,34	1.780,00	2.809,34
IPHAN-sede	232.180.701/63	JOAQUINA FREIRE DE ANDRADE PACHECO	250,00	750,00	1.000,00
IPHAN-sede	243.388.771/20	PEDRO DOS SANTOS MOREIRA	0,00	2.000,00	2.000,00
IPHAN-sede	300.966.184/34	JOAQUIM FELIX DA CUNHA NETO	469,90	0,00	469,90
IPHAN-sede	400.573.646/72	JOSE LUIZ PINTO FILHO	582,19	811,00	1.393,19
IPHAN-sede	477.864.936/20	ISIDORO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	115,60	538,00	653,60
IPHAN-sede	502.977.167/00	JOAO LUIZ DOMINGUES BARBOSA	628,85	600,00	1.228,85
IPHAN-sede	507.253.867/20	TANIA MARIA BARBOSA DE LIMA	250,00	0,00	250,00
IPHAN-sede	533.065.627/34	VERA LUCIA GIGANTE CARVALHO	890,96	490,00	1.380,96
IPHAN-sede	591.959.167/68	ANA MARIA SOARES	825,34	130,00	955,34
IPHAN-sede	613.852.717/87	JORGE ALMEIDA DOS SANTOS	285,34	10,00	295,34
IPHAN-sede	688.943.501/00	ANDRE MOREIRA ANTUNES	1.394,27	680,00	2.074,27
IPHAN-sede	723.400.457/20	ALMIR SANTOS DE OLIVEIRA	400,00	200,00	600,00
IPHAN-sede	789.256.657/00	JULIO CEZAR NETO DANTAS	298,61	100,00	398,61
IPHAN-sede	882.386.287/68	LUIS ANTONIO VITORIANO DOS SANTOS	1.070,66	0,00	1.070,66
IPHAN-sede	997.304.055/49	ISABELA MARQUES LEITE DE SOUZA	534,00	666,00	1.200,00
IPHAN-sede Total			12.677,17	9.730,00	22.407,17

UG Executora	CPF		Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed	Sq Cartão Pagto Gov Federal	Total
MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITAO	373.273.727/68	MARILANDE ANGELI	0,00	1.500,00	1.500,00
MUSEU DE BIOLOGIA MELLO LEITAO Total			0,00	1.500,00	1.500,00
21A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/ES	375.575.307/30	CARLOS HENRIQUE FERREIRA DE ALMEIDA	851,32	1.710,00	2.561,32
21A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/ES	758.431.027/34	ANTONIO CARLOS CORDEIRO DOS SANTOS	2.912,00	0,00	2.912,00
21A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/ES Total			3.763,32	1.710,00	5.473,32
18A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/MS	253.135.668/14	FABIO GUIMARAES ROLIM	0,00	270,00	270,00
18A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/MS	465.863.501/15	IDO DOS SANTOS XIMENES	175,00	1.610,00	1.785,00
18A SUPERINTENDENCIA REGIONAL/MS Total			175,00	1.880,00	2.055,00
Total Global			48.366,27	60.868,00	109.234,27

JUSTIFICATIVA DOS SAQUES:

Os saques efetuados pelos servidores lotados nas unidades descentralizadas do IPHAN ocorreram durante viagens de fiscalização. Os servidores utilizam seus cartões para o pagamento de despesas administrativas de pequeno vulto ou emergenciais. Em todos os casos, os saques somente foram efetuados em circunstâncias pelas quais não foi possível a utilização do cartão na modalidade fatura, conforme descritas a seguir.

DESCRIÇÃO DOS SAQUES COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Relatório de Gastos por Tipo de Operação

Nome da Unidade: 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - 343002

CARTÃO CORPORATIVO - 2007		Valor em reais (R\$) por tipo de Operação	
Descrição da Despesa	Data	Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos		200,00	
Gêneros Alimentação		1.590,00	
Material de Expediente		1.480,00	
Material de Processamento de Dados		80,00	
Material para Áudio, Vídeo e Foto		220,00	
Passagem para o País		100,00	
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis		2.610,00	
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos		1.270,00	
Serviços de Comunicação em Geral		760,00	
Frete e Transporte de Emcomendas		2.780,00	
TOTAL		R\$ 11.090,00	R\$ 0,00
SUPRIDOS:			
RAIMUNDO CARDOSO		R\$ 4.910,00	
SIMONE MACEDO		R\$ 990,00	
LUCIMAR CASTRO		R\$ 5.190,00	
TOTAL		R\$ 11.090,00	

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Relatório de Gastos por Tipo de Operação

Nome da Unidade: 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - 343003

CARTÃO CORPORATIVO - 2007		Valor em reais (R\$) por tipo de Operação	
Descrição da Despesa	Data	Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Seguro em geral		169,44	
Passagens para o País		1.562,00	
Material para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações		37,31	
Manutenção e Conservação de Veículo		580,00	
Material de Expediente		896,42	
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos		215,58	
Material Bibliográfico		1.013,85	
Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos		440,00	
Fretes e Transporte de Emcomendas		893,54	
Material de Cama, Mesa e Banho		40,00	
Material de Limpeza e produto de Higienização		12,00	
Serviços de Processamento de Dados		140,00	
Manutenção e Conservação de Maquinas e Equipamentos		570,25	
Serviço de Áudio, Vídeo e Foto		560,00	
Material de Copa e Cozinha		126,00	
Manut. e Conservação de Equipamento de Processamento de Dados		30,00	
Serviços Gráficos e Editoriais		607,00	
Manutenção e Conservação de Bens Moveis de Outra Natureza		1.197,80	
Serviço e Comunicação em Geral		1.744,81	
TOTAL		R\$ 10.836,00	R\$ 0,00
SUPRIDOS: REGINALDO COREA DE ARAUJO		R\$ 10.836,00	

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Nome da Unidade: 12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - 343012

CARTÃO CORPORATIVO - 2007

Descrição da Despesa	Data	Saque em Espécie
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	13/08/07	R\$ 428,00
Material de Expediente	14/08/07	R\$ 2.634,35
Material de Processamento de Dados	15/08/07	R\$ 685,69
Material de Copa e Cozinha	16/08/07	R\$ 253,40
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	20/08/07	R\$ 205,48
Material Para Manutenção de Bens Imóveis	21/08/07	R\$ 2.475,71
Material Para Comunicações	22/08/07	R\$ 347,00
Material Para Manutenção de Veículos	24/08/07	R\$ 253,10
Sementes,Mudas de Plantas e Insumos	29/08/07	R\$ 12,00
Passagem para o País	30/08/07	R\$ 807,75
Pedágios	04/09/07	R\$ 279,45
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	05/09/07	R\$ 5.749,40
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	04/10/07	R\$ 992,00
Manutenção e Conservação de Veículos	11/10/07	R\$ 757,00
Exposições, Congressos e Conferências	29/11/07	R\$ 270,00
Serviços de Comunicação em Geral	29/10/07	R\$ 1.867,07
Serviços de Processamento de Dados	22/11/07	R\$ 196,00
Serviços de Telecomunicações	30/11/07	R\$ 68,50
Serviços Gráficos e Editoriais	23/11/07	R\$ 45,00
Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	27/11/07	R\$ 816,05
Promoção	03/12/07	R\$ 156,00
Outros Serviços de Terceiros	06/12/07	R\$ 697,05
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica	10/12/07	R\$ 156,00

TOTAL	R\$ 20.152,00
SUPRIDOS:	
ANDREA PITALUGA PINTO	R\$ 2.755,00
JORGE LUIS LIMA DA SILVA	R\$ 8.000,00
TEREZINHA DE OLIVEIRA BUCHEBUAN	R\$ 1.102,00
EDUARDO HAHN	R\$ 8.295,00
TOTAL	R\$ 20.152,00

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Relatório de Gastos por Tipo de Operação

Nome da Unidade: 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - 343006

CARTÃO CORPORATIVO - 2007		Valor em reais (R\$) por tipo de Operação	
		Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Descrição da Despesa	Data		
Seguro em geral		160,00	
TOTAL		R\$ 160,00	R\$ 0,00
SUPRIDOS:			
GILBERTO GARBIM		R\$ 160,00	
TOTAL		R\$ 160,00	

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Relatório de Gastos por Tipo de Operação

Nome da Unidade: 10ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - 343010

CARTÃO CORPORATIVO - 2007		Valor em reais (R\$) por tipo de Operação	
Descrição da Despesa	Data	Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Serviços de Comunicação em Geral		230,45	
Serviços de Processamento de Dados		188,00	
Serviços Gráficos e Editoriais		80,00	
Manutenção e Conservação de Bens Imoveis		18,00	
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos		79,00	
Material Elétrico e Eletrônico		18,00	
Gás e Outros Matérias Engarafados		90,00	
Material para Manutenção de Bens moveis		129,05	
Material de Processamento de Dados		16,50	
Material de Expediente		85,70	
Material Para Manutenção de Bens Imóveis		78,30	
Material Para Manutenção de Veículos		63,60	
TOTAL		R\$ 1.176,60	
SUPRIDOS:			
LIA HELOISA SICURO		R\$ 1.176,60	
TOTAL		R\$ 1.176,60	

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Relatório de Gastos por Tipo de Operação

Nome da Unidade: Museu de Biologia Mello Leitão - 343027

CARTÃO CORPORATIVO - 2007		Valor em reais (R\$) por tipo de Operação	
Descrição da Despesa	Data	Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos		666,80	
Manutenção e Conservação de Veículos		618,40	
Fornecimento de Alimentação		107,19	
Serviços de Processamento de Dados		41,41	
Despesas de Teleprocessamento		66,20	
TOTAL		R\$1.500,00	R\$ 0,00
SUPRIDOS:			
MARILANDE ANGELI		R\$ 1.500,00	
TOTAL		R\$ 1.500,00	

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Relatório de Gastos por Tipo de Operação

Nome da Unidade: 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - 343029

CARTÃO CORPORATIVO – 2005		Valor em reais (R\$) por tipo de Operação	
Descrição da Despesa	Data	Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Manutenção e Conservação de Veículos		34,00	
Serviços de Processamento de Dados		113,95	
Serviços Gráficos e Editoriais		89,61	
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica		23,98	
Material Elétrico e Eletrônico		29,98	
TOTAL		R\$ 291,52	R\$ 0,00

CARTÃO CORPORATIVO – 2006		Valor em reais (R\$) por tipo de Operação	
Descrição da Despesa	Data	Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Manutenção e Conservação de Veículos		17,00	
Seguro em geral		152,52	
Material de Processamento de Dados		63,05	
Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos		5,00	
TOTAL		R\$ 237,57	R\$ 0,00

SUPRIDOS:

FRANCISCO HUMBERTO FERNANDES	R\$ 291,52
MARIA DE LOUDES SILVA FIGUEREDO	R\$ 237,57
TOTAL	R\$ 529,09

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Relatório de Gastos por Tipo de Operação

Nome da Unidade: 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - 343008

CARTÃO CORPORATIVO – 2006

Descrição da Despesa	Data	Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Serviço e Comunicação em Geral		140,35	
Serviços Técnicos Profissionais		8,00	
Serviços Gráficos e Editoriais		3,00	
Seguro em Geral		152,52	
Material de Proteção e Segurança		165,00	
Material de Processamento de Dados		175,00	
TOTAL		R\$ 646,00	R\$ 2,13

CARTÃO CORPORATIVO – 2007

Valor em reais (R\$) por tipo de
Operação

Descrição da Despesa	Data	Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Serviço de Comunicação em Geral		729,40	
Material de Expediente		22,00	
Material para Áudio, Vídeo e Foto		71,00	
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos		105,00	
Material para Manutenção de Bens Moveis		25,00	
Material de Limpeza e Produto de Higienização		110,49	
Gêneros de Alimentação		197,69	
Manutenção e Conservação de Veículos		240,00	
Seguro em Geral		169,10	
Serviços Gráficos e Editoriais		194,90	
Material de Processamento de Dados		11,00	
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos		80,00	
Serviços de Processamento de Dados		91,50	
Serviços Técnicos Profissionais		27,20	

Material de Expediente	75,00	
Serviço de Áudio, Vídeo e Foto	88,20	
Material Para Manutenção de Veículos	314,00	
Ferramentas	103,80	
TOTAL	R\$ 2.655,28	R\$ 226,30
SUPRIDOS:		
MARTA MARIA SILVA CHAGAS	R\$ 2.155,20	
DIRCEU DE OLIVEIRA	R\$ 971,08	
MÔNICA DE OLIVEIRA PINTO	R\$ 175,00	
TOTAL	R\$ 3.301,28	

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –
IPHAN

Relatório de Gastos por Tipo de Operação

Nome da Unidade: 21ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - 343033

CARTÃO CORPORATIVO - 2006		Valor em reais (R\$) por tipo de Operação	
Descrição da Despesa	Data	Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Material de Expediente		340,00	
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis		25,00	
Serviço e Comunicação em Geral		30,00	
Vale Transporte		405,10	
TOTAL		R\$ 800,10	R\$ 0,00

CARTÃO CORPORATIVO - 2007		Valor em reais (R\$) por tipo de Operação	
Descrição da Despesa	Data	Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Material de Expediente		178,94	
Serviço e Comunicação em Geral		200,00	
Vale Transporte		370,00	
Serviços de Telecomunicações		430,00	
Serviços Gráficos e Editoriais		350,40	
Serviço de Áudio, Vídeo e Foto		180,00	
TOTAL		R\$ 1.709,34	R\$ 0,00
SUPRIDOS:			
CARLOS HENRIQUE FERREIRA DE ALMEIDA		R\$ 2.509,44	
TOTAL		R\$ 2.509,44	

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -
IPHAN

Relatório de Gastos por Tipo de Operação

Nome da Unidade: 18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - 343034

Descrição da Despesa	Data	Valor em reais (R\$) por tipo de Operação	
		Saque em Espécie	Saldo Devolvido
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos		568,00	
Material de Expediente		4,20	
Material de Copa e Cozinha		8,00	
Material de Limpeza e Produtos de Higienização		134,28	
Material elétrico e Eletrônico		5,50	
Serviços Técnicos Profissionais		185,00	
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos		75,00	
Serviços Gráficos e Editoriais		110,00	
Seguro em Geral		414,86	
Fretes e Transporte de Encomendas		301,30	
Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos		15,90	R\$ 52,36
TOTAL		R\$ 1.822,04	R\$ 5,60
SUPRIDOS: IDO DOS SANTOS XIMENES		R\$ 1.610,00	
FABIO GUIMARAES ROLIM		R\$ 270,00	
TOTAL		R\$ 1.880,00	

ANEXO D – RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃOS DE CONTROLE (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

9.1 – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

9.1.1 - ITEM 9.2 DO ACÓRDÃO

2.458/2007-TCU – SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO 011.152/2006-0

9.1.1.1 - DETERMINAÇÕES

“9.2. determinar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan que:

9.2.1. elabore os projetos básicos relativos a obras e serviços com nível de precisão adequado, como prescreve o inciso IX, do art. 6º, da Lei 8.666/93, a fim de evitar termos aditivos em datas próximas à assinatura do contrato original por falta de melhor dimensionamento do objeto, a exemplo do que ocorreu no âmbito dos Processos 01516.000131/2004-81 e 01516.000132/2004-26, conduzidos pela 14ª Superintendência Regional (itens 39 e 42 da instrução);

9.2.2. quando da elaboração de planilhas orçamentárias, abstenha-se de incluir itens sob denominação genérica, não representativa da natureza do bem ou serviço cotado, e sem a discriminação de quantitativos, a exemplo do que ocorreu no âmbito dos Processos 01516.000131/2004-81 e 01516.000132/2004-26, conduzidos pela 14ª Superintendência Regional, tendo em vista o disposto no art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/93 (itens 39 e 42);

9.2.3. proceda à repetição do convite quando não obtiver o número legal mínimo de três propostas aptas à seleção, com a convocação de outros possíveis interessados, ressalvadas apenas as hipóteses previstas no parágrafo 7º, do art. 22, da Lei 8.666/1993, as quais devem ser necessariamente justificadas no processo, evitando-se, assim, o ocorrido nos Processos 01516.000132/2004-26 e 01516.000223/2004-61, da 14ª Superintendência Regional (itens 45 e 48);”

9.1.1.2 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Em 28/11/2007, foi encaminhado o Memorando nº 800-GAB/DPA para o Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização-DEPAM, reiterando o contido no Memorando nº 752-GAB/DPA.

Por intermédio do Memorando nº 539/07-Div.Téc./14ªSR/IPHAN, de 21/11/2007, a 14ª Superintendência Regional em Goiás, informou que: “Por ordem da Superintendente Regional, senhora Salma Saddi, informo as providências adotadas no âmbito da 14ª Superintendência Regional para cumprir as determinações do Tribunal de Contas da União, contidas no acórdão nº 2458/2007 – Segunda Câmara:

1. Determinou-se que na elaboração de projetos básicos relativos a obras e serviços, os técnicos façam um levantamento preciso dos serviços passíveis de serem executados com os recursos disponíveis; limitando-se, qualquer aditivo à ocorrência de fatos não previsíveis;
2. Determinou-se que todos os itens das planilhas orçamentárias sejam orçados através de unidades de medidas adequadas ao objeto, de forma que possam ser aferidas pelos participantes dos certames licitatórios;
3. Participaram do treinamento de elaboração de projetos, feito pelo DPA, 03 técnicos da 14ªSR, que repassaram aos demais o conteúdo do curso;
4. A Comissão de Licitação da 14ªSR cumpriu nos certames licitatórios realizados após as determinações do TCU, a republicação de convite, quando não se obteve o número mínimo de três propostas habilitadas para o certame;
5. Atendimento às recomendações contidas no Memo Circular nº 37/GAB/DPA de 18/09/2007 com acompanhamento da formação dos processos através dos formulários correspondentes.”

9.1.2 - Itens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 - ACÓRDÃO 1.892/2007-TCU/PLENÁRIO

PROCESSO 014.834/2004-7

9.1.2.1 – DETERMINAÇÕES

“9.2. determinar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que, em relação às licitações e às contratações realizadas pela sede e pelas superintendências regionais:

9.2.1. faça constar de seus processos as justificativas para todos os aditamentos dos contratos firmados, nos termos do art. 65, caput, da Lei 8.666/1993;

9.2.2. submeta as minutas de todos os termos aditivos para análise e aprovação prévia do órgão de assessoria jurídica, consoante parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993;

9.2.3. faça constar dos termos aditivos de contratos de execução de obras as planilhas de acréscimos e/ou supressões de itens, com a composição de todos os custos unitários, conforme art. 65, c/c art. 7º, § 2º, inciso II, ambos da Lei 8.666/1993;

9.2.4. exija a comprovação de regularidade com o sistema de seguridade social em todas as suas contratações, inclusive por dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do § 3º do art. 195 da Constituição Federal e da Decisão TCU 705/1994 - Plenário;

9.2.5. faça constar de todos os seus contratos cláusula de vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao convite, consoante o inciso XI do art. 55 da Lei 8.666/1993;

9.2.6. somente promova acréscimo de valor a itens licitados após a homologação da licitação e mediante a formalização do termo aditivo competente, de acordo com art. 65 da Lei 8.666/1993, abstendo-se de realizar os procedimentos verificados no Processo 01510.000132/2003-03 da 11ª Superintendência Regional;

9.2.7. formalize corretamente os processos autuados, mediante:

9.2.7.1. numeração de todas as suas folhas (art. 38 da Lei 8.666/1993, c/c § 4º do art. 22 da Lei 9.784/1999);

9.2.7.2. instrução de cada etapa da contratação, como, por exemplo, solicitação dos serviços/compras, verificação da existência de recursos orçamentários para a despesa, elaboração de orçamento detalhado, análise das propostas, autorização da despesa e atestação dos serviços, dentre outros atos necessários (artigos 7º e 38 da Lei 8.666/1993, c/c art. 29, § 1º, e art. 50, inciso IV, da Lei 9.784/1999); e

9.2.7.3. inclusão de todas as peças necessárias à comprovação de que o objeto do contrato foi executado, como relatórios de medição, termos de aceitação e produtos contratados, a exemplo de anteprojetos de restauro e cadastramentos arquitetônicos;

9.2.8. proceda, nas licitações, dispensas ou inexigibilidades, à consulta de preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, anexando-a aos autos do procedimento, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e no art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993;

9.2.9. oriente suas unidades quanto à utilização, nos seus atos convocatórios, dos dispositivos da Lei 8.666/1993 referentes à qualificação técnica, em especial no que diz respeito à identificação das parcelas de maior relevância e valor das obras licitadas (inciso I do § 1º do art. 30), a exemplo dos editais do Programa Monumenta, no intuito de aprimorar a elaboração dessas exigências e evitar danos ao patrimônio histórico;”

9.1.2.2 – RECOMENDAÇÕES

9.3. recomendar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que:

9.3.1. em relação aos seus recursos humanos:

9.3.1.1. edite normativo estabelecendo critérios para distribuição de pessoal entre suas unidades, considerando a demanda e a especificidade dos serviços executados por cada superintendência regional, em função da natureza do patrimônio histórico sob a sua responsabilidade;

9.3.1.2. sem prejuízo da medida constante do item anterior, realize estudos para definir o quadro ideal e o quadro mínimo de cargos necessários ao bom funcionamento das unidades da entidade, inclusive o quadro ideal para as atividades gerenciais, buscando a adoção de medidas tendentes à adequação do plano de cargos e salários às necessidades que vierem a ser constatadas, bem como buscando a adoção de medidas tendentes à realocação da força de trabalho atualmente disponível conforme as necessidades de suas unidades regionais;

9.3.2. em relação aos recursos materiais:

9.3.2.1. realize, em conjunto com as Superintendências Regionais, levantamento das necessidades de equipamentos para as suas unidades descentralizadas, adotando medidas ao seu alcance no sentido de adquiri-los; e

9.3.2.2. somente adquira equipamentos para as Superintendências Regionais quando estas se manifestarem previamente acerca de sua real necessidade;

9.3.3. em conjunto com suas Superintendências Regionais, consideradas, quando for o caso, as características do patrimônio histórico nacional em cada região do país:

9.3.3.1. estabeleça e cobre observância de diretrizes e critérios de abrangência nacional para o exame de projetos de intervenção para cidades históricas, sítios históricos urbanos, bens isolados e sítios arqueológicos, dentre outros, no intuito de reduzir divergências de interpretação e subjetivismos nas análises realizadas e conferir unidade à forma de atuação do instituto em âmbito nacional, nos termos dos incisos I, II e VII do art. 14 do Anexo ao Decreto 5.040/2004;

9.3.3.2. estabeleça parâmetros para priorização dos bens que sofrerão intervenção com recursos próprios do instituto, criando mecanismos para vincular os critérios adotados pelas Superintendências Regionais aos estipulados pela Administração Central em nível nacional;

9.3.3.3. crie rotinas para verificação do estado de bens tombados passíveis de serem disseminadas e utilizadas pelas prefeituras;

9.3.3.4. reveja a estruturação do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano, objeto da Portaria Iphan 299/2004, de forma a adequá-lo aos diversos portes de municípios, além de promover sua adequada divulgação, de forma a estimular a adesão a esse instrumento pelos municípios que possuem centros e/ou conjuntos históricos tombados como patrimônio histórico nacional;

9.3.3.5. envide esforços para editar portarias específicas de preservação, a exemplo da Portaria Iphan 122/2004, no intuito de disciplinar a proteção dos bens situados, principalmente, em centros e conjuntos históricos urbanos;

9.3.3.6. crie banco de dados nacional com os custos específicos (unitários e totais) das obras de intervenção realizadas em bens tombados contratadas pelas Superintendências Regionais;

9.3.3.7. analise a conveniência de redistribuição dos procuradores lotados no instituto, considerando, por superintendência regional, o número de ações judiciais envolvendo o Iphan, os Estados onde o Poder Judiciário tem condenado o instituto a executar obras em bens tombados, o quantitativo de licitações realizadas e de contratos e termos aditivos firmados e o número de bens tombados, inclusive sítios arqueológicos;

9.3.4. em relação às fiscalizações, elabore, em conjunto com suas Superintendências Regionais, planejamento anual de ações de fiscalização e acompanhamento rotineiro do patrimônio histórico nacional, mediante o estabelecimento de metas anuais, a fim de otimizar o desempenho de suas unidades e identificar oportunidades de melhoria;

9.3.5. em relação às licitações:

9.3.5.1. crie metodologia para elaboração das exigências para habilitação técnica, a qual identifique e considere, entre outros aspectos julgados relevantes, (i) a natureza do patrimônio objeto de suas licitações (bens isolados, bens que integram conjuntos, etc.), (ii) sua relevância histórica ou artística, (iii) o tipo de intervenção a ser realizada (escoramentos, estabilizações, restaurações, etc.), classificando-a de acordo com seu grau de complexidade, e (iv) as características do mercado onde será realizada a licitação, em termos de qualificação dos potenciais licitantes, para definir as exigências que deverão constar de cada tipo de edital ou convite, conciliando os princípios que regem as licitações públicas com os cuidados que devem ser adotados nas intervenções no patrimônio tombado, em sintonia com o disposto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal;

9.3.5.2. elabore modelos de editais e convites padronizados a serem utilizados por suas unidades descentralizadas, fazendo constar todas as informações e todos os documentos previstos no art. 40 da Lei 8.666/1993, inclusive quanto aos anexos; e

9.3.5.3. providencie treinamento e capacitação para os servidores designados para compor comissões de licitações;

9.4. recomendar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ao Ministério da Cultura e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU, que adotem medidas efetivas com vistas a preencher as vagas porventura disponíveis no quadro de pessoal do Instituto, mediante a realização periódica de concursos públicos;

9.5. recomendar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e à Advocacia-Geral da União (AGU) que adotem medidas com vistas a dotar o instituto do número suficiente de procuradores para exercer as atribuições previstas nos incisos I e II do art. 11 do Dec. 5.040/2004 e, no que couber, no art. 11 da Lei Complementar 73/1993;"

9.1.2.3 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

O Gabinete da Presidência do Iphan, em 08/10/2007, encaminhou cópia do Ofício nº 726/2007-TCU/SECEX-6, de 17/09/2007, ao Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização – Depam, a Procuradoria Federal – Profer para conhecimento e providências e a Auditoria Interna para conhecimento.

No intuito de procurar aprimorar os conhecimentos e repassar as determinações/recomendações dos Órgãos de Controle Externo e Interno (TCU e CGU-PR), este Instituto, por intermédio do seu Departamento de Planejamento e Administração realizou no período de 03 a 07/10/2006 e 19 a 21/09/2007 a 1ª e 2ª Semana Nacional de Administração do Iphan. No período de 12 a 15/03/2008, foi realizado um encontro com os Chefes de Divisão Administrativa das Superintendências Regionais do Iphan, com a participação da Procuradoria Federal e da Auditoria Interna onde foram discutidas em grupo uma a uma das determinações/recomendações, sendo que os grupos sugeriram a maneira de atendê-las. As propostas foram consolidadas e serão distribuídas na forma de carta de recomendação.

Em relação aos subitens 9.3.1.1 e 9.3.1.2, foi realizado levantamento de pessoal disponível, bem como da lotação de cada Superintendência. Em 2008 prevê-se a contratação de empresa especializada para realizar estudos com vistas ao dimensionamento adequado da necessidade da força de trabalho em todas as unidades do Iphan, consideradas as competências legais e regimentais deste Instituto. A partir destes dados serão estabelecidos os critérios para distribuição de pessoal, mediante remanejamento interno, quando for possível bem como à solicitação de autorização para a realização de concurso público com vistas à admissão de novos servidores.

Atualmente vêm sendo implementadas providências quanto a remoção interna de servidores visando o atendimento das necessidades mais prementes das unidades mais desprovidas de quadros.

Em relação aos subitens 9.3.2.1 e 9.3.2.2 está sendo efetuado levantamento pela Coordenação de Informática junto as unidades do instituto visando o atendimento das suas necessidades.

Quanto às recomendação 9.3.3.7 e 9.5:

- Após inúmeras gestões da parte deste IPHAN junto aos órgãos competentes, foi viabilizado o acréscimo de 06 (seis) Procuradores no Iphan no exercício de 2007, contando o Instituto, atualmente com o número de 29 (vinte e nove) Procuradores Federais, assim, mediante alguns remanejamentos e composições internas, esse número de Procuradores é o quantitativo existente para atendimento à Sede e às 21 Superintendências Regionais;

- No período de 08 a 10/10/2007 foi realizada uma reunião de trabalho onde foi discutida a implementação das recomendações.

- No início de 2008, foi realizado encontro dos Chefes de Procuradorias e Auditores Internos das entidades integrantes do Sistema MinC, com a Consultora Jurídica e a Assessora Especial de Controle Interno do Ministério da Cultura, com o objetivo de promover maior integração entre as áreas jurídica e de auditoria e fortalecer os mecanismos de controle e de exame da legalidade dos atos administrativos.

Quanto ao item 9.3.5.3 – Foram realizados em 2007 Cursos para Pregoeiros com inclusão no Plano de Capacitação de 2008.

9.1.3 -Item 9.2 - ACÓRDÃO 3.528 TCU/PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO 025.432/2006-5

9.1.3.1 – DETERMINAÇÕES

“9.2. determinar à 2ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, em futuras licitações na modalidade pregão eletrônico:

9.2.1. não admita que dificuldades operacionais ou relativas ao sistema eletrônico sirvam de justificativa para a não-adoção de providências necessárias à comunicação e ciência dos recorrentes sobre o resultado do julgamento dos recursos interpostos contra decisões proferidas no âmbito do pregão, nem que os demais licitantes não tenham conhecimento delas ou da abertura de prazo para o oferecimento de contra-razões, tal como ocorrido nestes autos;

9.2.2. observe o disposto no art. 26 do Decreto 5.450/2005 quanto à necessidade de que a intenção de recurso seja registrada em campo próprio do sistema eletrônico de forma que, havendo tal impossibilidade, em razão de falhas no sistema, o procedimento deve ser suspenso até o restabelecimento de sua normalidade, salvo se a falha apontada não for confirmada pelo suporte operacional do Siasg/Comprasnet e for atribuída unicamente ao licitante;”

9.1.3.2 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Em 26/12/2006 foi encaminhado o Ofício nº 503/2006-Gab-2ª SR/IPHAN, ao Ministro do Tribunal de Contas da União-Augusto Sherman Cavalcanti. Em 23/11/2007, a Secretaria de Controle Externo no Pará encaminhou o Ofício nº 1919/2007-SECEX/PA a Superintendência Regional do Iphan no Pará, que foi repassado a sua Divisão Administrativa. Em 25/03/2008 a Divisão Administrativa informou, por meio de Fax que “... as determinações do TCU estão sendo plenamente atendidas e que o Relatório foi submetido ao conhecimento dos servidores com formação de pregoeiro desta 2ª SR”

9.1.4 - Itens 9.1 e 9.2 - ACÓRDÃO 2.164-

TCU/PLENÁRIO

PROCESSO 022.813/2006-8

9.1.4.1 – DETERMINAÇÕES

“9.1. determinar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, que :

9.1.1. desenvolva e implante estudo com vistas à implementação de ações que efetivamente venham a conscientizar a população em relação à existência e à importância dos sítios arqueológicos, tal qual se verifica com a publicidade que é promovida em relação a edifícios e cidades históricas;

9.1..2. estude a possibilidade de promoção de parcerias junto a instituições afins, com a finalidade de desenvolver trabalhos de divulgação sobre a importância da preservação dos sítios arqueológicos junto à população local;

9.1.3. estabeleça critérios que permitam a visitação turística dos sítios arqueológicos, com a possível cobrança de valores, salientando que o objetivo final desse processo não é a geração de receitas, mas sim o caráter educativo com a devida promoção e divulgação desse patrimônio para a sociedade;

9.1.4. estude, desenvolva e implante sistema de ouvidoria, ou mecanismo afim, de maneira a possibilitar o tratamento eficaz e tempestivo das informações e denúncias relacionadas aos sítios arqueológicos;

9.1.5. encaminhe os bens recebidos como resultado da execução de medidas mitigadoras, conforme estabelecido nos Termos de Ajuste de Conduta (TACs), às áreas cuja atribuição seja diretamente ligada à prevenção dos danos motivadores dos respectivos TACs, de forma a diminuir, no médio e longo prazo, tais danos;

9.1.6. aloque profissional da área arqueológica nos trabalhos relativos ao firmamento do Termos de Ajuste de Conduta, com vistas à melhor avaliação dos danos ocorridos nos sítios porventura impactados e à obtenção de melhores propostas nos TACs;

9.1.7. quando do firmamento do Termos de Ajuste de Conduta (TACs), estude e avalie de maneira aprofundada os danos infligidos ao patrimônio arqueológico, de forma a estipular valores ou ações que possuam o caráter preventivo que a situação requer e a focar os benefícios ao patrimônio arqueológico atingido, abstendo-se de aceitar TACs cujas medidas mitigadoras sejam simbólicas frente aos danos ocorridos;

9.1.8. formule e normatize uma sistemática de fiscalização anual dos sítios arqueológicos, inclusive com previsão da possibilidade de estabelecimento de parcerias com Estados, Municípios, Ibama, universidades, instituições privadas e outras entidades, com vistas ao resguardo desse patrimônio contra atos de vandalismo, bem como adote as providências necessárias para pôr em execução tal sistemática;

9.1.9. formule e normatize uma sistemática para análise do tombamento de sítios arqueológicos, que contemple critérios objetivos, bem como adote as providências necessárias para implementar tal sistemática;

9.1.10. estude a possibilidade de rever a Portaria 230/2002 para alterá-la dispondo que o salvamento arqueológico seja realizado logo após a obtenção da Licença de Instalação, concomitantemente ao início das obras de engenharia, a fim de assegurar que esse tipo de bem seja resgatado com segurança;

9.1.11. elabore e ponha em execução um cronograma que contemple as etapas de implementação do Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico (SGPA), com as respectivas datas de conclusão para cada fase até a total implementação do sistema;

9.1.12. reforce o número de técnicos em arqueologia e de servidores lotados na Gerência de Arqueologia, bem como estude a possibilidade de criação de um Departamento de Arqueologia, no mesmo patamar do atual Departamento do Patrimônio Imaterial, tendo em vista a importância do tema no escopo das atribuições do Instituto;

9.1.13. estude a possibilidade de buscar novas parcerias com Estados, Municípios, entidades privadas, universidades e, principalmente, com o Ibama para que, por meio de concentração de esforços e objetivos em comum, busquem a devida proteção dos sítios arqueológicos nacionais;

9.1.14. estude a possibilidade de concretizar parceria com a Polícia Federal, com o objetivo de coibir o tráfico de peças arqueológicas;

9.1.15. remeta à Polícia Federal cópia dos anúncios recentemente expostos na internet, que denotam a possibilidade de tráfico de peças arqueológicas, para averiguação dos casos;"

9.3. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que, nas contas referentes aos exercícios de 2007 e 2008, informe sobre as providências tomadas pelo Instituto para implementar as determinações e recomendações contidas no itens 9.1 e 9.2 retro;

9.1.4.2 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Em 22 e 29/10/2007 a Auditoria Interna encaminhou os Memorandos nºs 169 e 172 à Presidência deste Instituto solicitando que enfatizasse junto aos dirigentes das Unidades do Iphan a importância da adoção de providências necessárias ao cumprimento das determinações/recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas da União-TCU.

Em 22 e 31/10/2007 o Gabinete da Presidência encaminhou os memorandos supra ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-Depam para conhecimento e adoção de providências.

Estão sendo realizados contatos com as áreas mencionadas com vistas a um trabalho articulado no sentido de dar cumprimento às determinações.

Foram produzidos cartazes e posters sobre esse assunto, estão distribuídos nos principais aeroportos do país e também as Superintendências Regionais vêm desenvolvendo junto com parceiros municipais e estaduais um intenso trabalho de conscientização da sociedade.

9.1.4.3 – RECOMENDAÇÕES

"9.2 recomendar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno, que:

9.2.1. busque estabelecer, junto ao Conama, critérios mínimos básicos que garantam a real análise da questão dos sítios arqueológicos quando da elaboração do EIA/RIMA, e faça com que tais critérios sejam inseridos em todos os Termos de Referência atinentes a empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico;

9.2.2. estabeleça, em conjunto com o Ibama, critérios que possibilitem mensurar o percentual da arrecadação de recursos resultantes das análises de EIA/RIMA a ser repassado ao Iphan, tendo em vista o fato de que essa entidade também arca com despesas administrativas por ocasião das referidas análises;

9.2.3. busque, em conjunto com o Ibama e com a STN, em complemento às providências referidas no item 9.2.2 retro, a criação de uma rubrica extra que possibilite a divisão entre o Ibama e o Iphan do montante arrecadado por ocasião das análises de EIA/RIMA;"

9.1.4.4 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Em 22 e 29/10/2007 a Auditoria Interna encaminhou os Memorandos nºs 169 e 172 à Presidência deste Instituto solicitando que enfatizasse junto aos dirigentes das Unidades do Iphan a importância da adoção de providências necessárias ao cumprimento das determinações/recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas da União-TCU.

Em 22 e 31/10/2007 o Gabinete da Presidência encaminhou os memorandos supra ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-Depam para conhecimento e adoção de providências.

Estão sendo realizados contatos com as áreas mencionadas com vistas a um trabalho articulado no sentido de dar cumprimento às recomendações.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU/PR

PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Unidade Examinada: IPHAN/MINC

Relatório de Auditoria de Gestão nº: 190027.

1 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (005)

Pendências de esclarecimento sobre diferenças existentes entre a fatura (R\$2.687,37) e o saque (R\$373,00) do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.

1.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan a:

a) apresentar os esclarecimentos para as diferenças verificadas na UG 343026-Iphan-Sede, relacionadas aos CPF's 09899600130 e 14431432191; e

Por meio do Memorando nº 005/Depam, o portador do CPF 098.996.001-30 informou que: "Em atendimento ao memorando nº 180/DPA/GAB, comunico a Vossa Senhoria que no dia 26 de junho de 2006, foi efetuado pagamento no valor de R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais), a empresa ABCMLR Assistência BSB Consert Máquinas de Lavar Refricon Ltda, por executar consertos de um forno microondas que se encontra a responsabilidade deste departamento. Informo ainda, que o referido pagamento foi realizado com dinheiro em espécie devido a empresa contratada não possuir, naquela data, administrador de cartão de crédito para débito em conta corrente de Cartão de Pagamento do Governo Federal. Segue em anexo cópia da nota emitida pela empresa."

O portador do CPF 144314321-91 informou por meio do Memorando nº 075/08-GSH/DEPAM-JLGJ que: "À vista do memorando supra referido tenho a declarar 1. Não tenho conhecimento

das três solicitações a que se refere o Auditor, no item nº 3 do memorando, entretanto devo supor a realidade das emissões respectivas, do contrário não as teria referido o Senhor Auditor 2. A prestação de contas daquele Suprimento de Fundos foi devidamente apresentada e aceita pelo DPA, entretanto e mesmo assim entendo que o mérito da questão já está esclarecido no memorando nº 055/07, da Divisão de Execução Orçamentária e Financeira à Coordenação de Recursos Logísticos do Departamento de Planejamento e Administração deste Instituto, o qual deve estar apensado ao respectivo processo, de nº 01450.000727/2006-55" .

NOTA: FORAM EMITIDOS OS MEMORANDOS N°S 061/2007, 066/2007, 089/2007 e 121/2007-AUDIN/IPHAN, ENDEREÇADOS AO DEPAM, CONFORME CÓPIAS ANEXAS.

b) proceder à análise comparativa entre a fatura e o demonstrativo mensal do cartão corporativo antes de efetuar o pagamento da referida fatura e instruir o processo correspondente esclarecendo os motivos para os saques/pagamentos antecipados, em atendimento ao parágrafo 2º, do artigo 2º, do Decreto 5.355, de 25/01/2005 e a Portaria 41, de 04/03/2005, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, alterada pelas Portarias 1 e 44 de 2006.

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que: "A análise mensal do Cartão Corporativo sugerido não tem necessidade, tendo em vista que toda vez que o suprido faz um saque, automaticamente o saldo de empenho e o saldo da vinculação de pagamento 412 é baixado, portanto não corre o risco de pagar a fatura sem ter o devido saldo."

1.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

1.3 - Providências a serem Implementadas:

1.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

1.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.4 - Prazo limite de implementação: ___Implementadas e em Implementação

2 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

1.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (006)

Impropriedades na formalização dos processos de pagamento com Cartão de Pagamento do Governo Federal.

2.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan a:

a) instruir os processos de pagamento com Cartão de Pagamento do Governo Federal com:

- a.1) o documento do ordenador de despesa, formalizado e publicado, determinando o limite do portador do CPF indicado para ser o suprido;
- a.2) a justificativa para a ocorrência de saque em espécie;
- a.3) o despacho da unidade responsável pelo controle de suprimento de fundos sobre a capacidade e habilitação do servidor para receber o suprimento;
- a.4) a justificativa quando no demonstrativo de prestação de contas do suprimento de fundos não foi evidenciado as despesas realizadas em espécie que correspondam ao montante do saque registrado na fatura;
- a.5) os documentos fiscais (notas, etc.) com o devido recibo da empresa credora;
- a.6) os comprovantes de pagamento a pessoas físicas devidamente formalizados, em especial, com a devida qualificação do credor: CPF, RG, nome legível; e
- a.7) o demonstrativo mensal e a fatura da instituição financeira;

b) abster-se de conceder suprimento de fundos a servidor na condição de favorecido e de solicitante – simultaneamente - em atendimento ao princípio da segregação de função;

c) prestar as informações solicitadas no formulário padrão do MPOG, corretamente e na sua totalidade;

d) aceitar somente despesas realizadas dentro do período de aplicação;

e) prorrogar prazo somente dentro do prazo de vigência, por falta de consistência do fato;

f) não comprar material permanente, via suprimento de fundos, por falta de amparo legal;

e

g) fazer os devidos registros patrimoniais do livro comprado, conforme Nota Fiscal 003739.

"1 - Processo 01450.000727/2006-55:

a) no Formulário de Ato de Concessão de Suprimento de Fundos – Fl. 01:

- a.1) o favorecido é o próprio solicitante – configurando a auto-concessão de suprimento de fundos, procedimento que fere o princípio da segregação de função; e

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"a.1 – Um equívoco desta UG, que não mais acontecerá."

- a.2) no ato de concessão não consta a autorização do ordenador de despesas nem as informações da unidade financeira exigidas pelo Pedido de Concessão de Suprimento de Fundos, documento padronizado pelo MPOG, por meio de instrução normativa.

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"a.2 – Foi corrigido."

b) na Fatura do Cartão Corporativo – Banco do Brasil – Fl. 15:

b.1) saque em espécie sem a devida justificativa;

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"b.1 – Respondido pelo suprido pelo memorando nº 426/2007-DISUP, em 20/04/2007 (cópia em anexo)"

b.2) no demonstrativo de prestação de contas do suprimento de fundos não foi evidenciado as despesas realizadas em espécie que correspondam ao montante do saque registrado na fatura; e

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"b.2 – Respondido pelo suprido pelo memorando nº 426/2007-DISUP, em 20/04/2007"

c) nos Comprovantes da Prestação de Contas – Fl. 17 e seguintes:

c.1) além da letra "c" relacionada às impropriedades da fl. 15, supra, há notas fiscais de despesas sem o atesto do recebimento do pagamento pela empresa. Esclarecemos que a nota fiscal não comprova o pagamento, daí, a importância do despacho de "recebemos" da empresa emissora do documento fiscal;

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"c.1 – Equívoco que não mais acontecerá"

c.2) despesas realizadas fora do período original de aplicação (20/04 a 19/05);

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"c.2 – Não consta nenhuma nota fora do prazo de validade, ou seja, dentro dos noventa dias concedido ao suprido."

c.3) prorrogação do prazo de aplicação após o vencimento do prazo original – fl. 16 – Memorando 431, de 07/07/2006 – Divisão de Suprimento e Patrimônio – prorrogado e autorizado de 20/06/2006 a 19/07/2006, prestação de contas até 29/07/2006, conforme despacho do Deof/CLG/DPA/Iphan, às fls. 16; e

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"c.3 – De acordo com a Norma Interna nº 8, de 12/04/2006"

c.4) despesa com compra de livro – fls. 36 – Nota Fiscal 003739, de 03/05/2006, da empresa CNPJ 00.715.839/0001-06, de R\$130,00, despesa vedada quando se trata de aquisição de material permanente (natureza de despesa 3.4.4.90.52.XX), inclusive, sem o registro de tombamento e de controle pela unidade responsável pelo acervo bibliográfico e de inventário.

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"c.4 – Justificado pelo Memorando nº 035/07-DEOF/CLG/DPA/IPHAN. Solicitamos verificar a mensagem 2004/0095229, da Divisão de Contabilidade que estava anexo a este memorando"

2 - Processo 01450.010888/2006-57:

a) no Comprovante da Prestação de Contas:

a.1) recibo de pessoa física sem a devida qualificação do credor: CPF, RG, Nome Legível – fls. 40;

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"a.1 – Resolvido"

a.2) ausência do demonstrativo mensal e das faturas da instituição financeira; e

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"a.2 – Resolvido"

a.3) prorrogação do período de aplicação para 08/12/2006 – prestação de contas até 12/12/2006, após vencimento do prazo original (27/10 a 26/11), conforme Despacho 557/2006 – Deof/CLG/DPA/Iphan, de 04/12/2006 – fls. 11. Nova prorrogação para 16/12 com prestação de conta até 22/12, Memorando 1188/2006, de 07/12/2006 – Gerência de Arqueologia/Iphan e Despacho 571/2006 – Deof/CLG/DPA/Iphan, de 08/12/2006 – fls. 12 e 13.

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"a.3 – Resolvido"

b) O gestor não apresentou documento formalizado e publicado, estipulando o limite de crédito determinado junto à instituição financeira autorizada, para o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, conforme determina o artigo 3º, do Decreto 5.355/2005 e a Portaria 41/2005, do MPO, e alterações.

Por intermédio do Memorando nº 055/Deof, foi informado que:

"b. – Documentos que faltavam foi encaminhado pelo Banco do Brasil, que se encontra no processo nº 01450.001145/2007-77"

2.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

2.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

2.3 - Providências a serem Implementadas:

2.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

2.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

2.4 - Prazo limite de implementação: ___IMEDIATO___/_____/_____

3 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

2.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (011)

Ausência de documento e de registro no Siape de processo referente à indenização judicial.

3.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan a:

- a) solicitar pronunciamento do Departamento de Normas, Procedimentos Judiciais e Órgãos Extintos, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a respeito do pagamento integral da diferença do passivo dos 28,86%, por meio do Alvará Judicial 866/04, em favor da beneficiária; e
- b) efetuar o registro no Siape, transação Alvará/Precatório Pensionista, instruindo o processo com os extratos e o pronunciamento pertinentes.

Por intermédio do Memorando nº 003/08-GAB/CRH/DPA/IPHAN, foi informado que:

" - em referência ao Memorando nº 185/2007, consta do processo a manifestação do chefe da DIPJU/COGJU/DENOP/SRH/MP, a fl. 14 do processo 01450.008585/2004-11 (cópias anexas)."

3.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

3.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

3.3 - Providências a serem Implementadas:

3.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

3.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

3.4 - Prazo limite de implementação: ___imediate___/_____/_____

4 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

2.2.2.2 CONSTATAÇÃO: (010)

Falta de apresentação da comprovação da viagem referente aos pedidos de concessões de diárias, no país, contidos no processo/lphan 01450.000792/2006-81 - lphan-Sede.

4.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao lphan a:

a) em conjunto com a unidade responsável pelo arquivo de documento e protocolo – organizar a documentação de concessão de diárias de maneira que fique junto o pedido de concessão de diárias, o pedido de concessão de transporte, quando for o caso, devidamente autorizados, o canhoto de embarque, o relatório de viagem e a documentação de comprovação da efetividade da viagem que der suporte ao relatório de viagem, a restituição de diárias pagas e de passagem não utilizada, quando for o caso; e

Por intermédio do Memorando nº 0138/2007/DIVISÃO DE Serviços/DPA, foi informado que:

“a) Esta Divisão de Serviços, a partir do início do exercício financeiro de 2007, tem tomado todas as providências no sentido de atender a recomendação da Auditoria Interna do IPHAN, arquivando o pedido de concessão de diárias, o pedido de concessão de transporte, quando for o caso, devidamente autorizados, o canhoto de embarque, o relatório de viagem e a documentação de comprovação da efetividade da viagem que der suporte ao relatório de viagem, a restituição de diárias pagas e de passagem não utilizadas, quando for o caso, em pastas individuais para cada servidor/colaborador. Aproveito a oportunidade para lembrar que se encontra em vigor no âmbito do IPHAN, a Instrução Normativa nº 004, de 19 de maio de 2005, que isenta o Presidente do IPHAN, Chefe de Gabinete, Diretores de Departamentos, Coordenadores-Gerais, Chefe da Procuradoria, Auditor, os membros do Conselho Consultivo e os colaboradores eventuais, das obrigações contidas no subitem 7.1 (transcrito abaixo), exceto quanto à devolução dos cartões/canhotos/comprovantes de embarque, conforme cópia em anexo.

“Subitem 7.1. Todos os servidores deverão apresentar ao chefe imediato, no prazo de 5 (cinco) dias do retorno à Sede, o respectivo relatório da viagem, conforme modelo definido no Anexo III, acompanhado dos canhotos dos cartões de embarque, visando compor o processo de prestação de contas.”

b) apresentar documentação comprobatória de viagem dos portadores dos CPFs 359349489-20 e 805544157-04, deixando de autorizar novas concessões de diárias ou, se for o caso, adotando providências para o ressarcimento dos valores pagos.

Por intermédio do Memorando nº 0138/2007/DIVISÃO DE Serviços/DPA, foi informado que:

1.a) CPF: 359349489-20

1.a.1 a 2) Encaminho cópia da publicação no DOU de 14/06/2006, em que o servidor, portador do CPF em tela, foi nomeado para exercer cargo em comissão de Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização - código DAS-101.4 na Administração Central e esclareço que à época da viagem objeto desse questionamento, o mesmo exercia o cargo de Superintendente Regional junto à 11ª Superintendência Regional. Encaminho, ainda, cópia da fatura do cartão de crédito demonstrando despesas pagas nesta capital federal na data da referida viagem a fim de comprovar a inexistência da pendência.

1.a.3 a 7) Encaminho cópia do Memorando nº 136/2007 – Divisão de serviços, em que são solicitadas adoções de providências para comprovação de viagens que não estão comprovadas de forma satisfatória ou ainda, com conflito nas cidades, nas datas de efetividade da viagem e nas diárias pagas, bem como providências no sentido de ressarcir ao erário as diárias pagas e não utilizadas referentes a viagens que não aconteceram, e das diárias pagas e não utilizadas nos casos em que a viagem foi antecipada ou adiada.

1.c) CPF: 805544157-04

1.c.1 a 7) Encaminho documentação comprobatória das viagens em questão.

b) Em relação ao portador do CPF 359.349.489.20, conforme citado anteriormente, encaminho, em anexo, a documentação comprobatória da efetividade das viagens, bem como cópia do Memorando nº 136/2007 – Divisão de serviços, em que são solicitadas adoções de providências para comprovação de viagens que não estão comprovadas de forma satisfatória ou ainda, com conflito nas datas de efetividade da viagem e das diárias pagas, bem como providências no sentido de ressarcir ao erário as diárias pagas e não utilizadas referentes a viagens que não aconteceram, e das diárias pagas e não utilizadas nos casos em que a viagem foi antecipada ou adiada, para conhecimento e da adoção das providências ; Em relação ao portador do CPF: 805.544.157-04, encaminho documentação comprobatória das viagens em questão.

4.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

4.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

4.3 - Providências a serem Implementadas:

4.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

4.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

4.4 - Prazo limite de implementação: _____ em implementação ___/_____/_____

5 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

2.2.2.3 CONSTATAÇÃO: (012)

Impropriedades no pagamento de serviço de hotelaria e de diárias no país, para a posse do Presidente do Iphan, em Ouro Preto/MG, implicando em aumento de despesa no valor de R\$4.242,39.

5.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan a:

a) instruir os processos e encaminhar a esta SFC as informações e/ou os esclarecimentos sobre:

a.1) a finalidade do deslocamento exclusivamente para a participação de 26 servidores na cerimônia de posse do Presidente do Iphan, em Ouro Preto/MG, comprovando a vinculação à prestação de serviço;



Por meio do Memorando nº 603-GAB/DPA, foi informado que: “Em relação à recomendação do item a.1), diferentemente do que consta, o deslocamento dos servidores não foi feito exclusivamente para participação na cerimônia de posse do Presidente do IPHAN. Conforme o Projeto Básico, constante de fls. 02do Processo nº 01450.001933/2006-82, a contratação do serviço se deu também em virtude da reunião a ser realizada no dia 09/02/2007:

“Projeto Básico

Objeto

Contratação de pacote de serviços de hotelaria [...] para a posse do Presidente do Iphan, senhor Luiz Fernando de Almeida, no dia 08 de fevereiro de 2006 e a realização de reunião das unidades e da Diretoria do Iphan no dia 09 de fevereiro em Ouro Preto-MG”.

De fato, esta reunião ocorreu e dela resultaram os encaminhamentos constantes do relatório-síntese. Não houve produção de ata nesta reunião que se deu em *brainstorming*. Gostaríamos de ressaltar que o Instituto passará a atentar para estes aspectos de formalização dos atos e continuará a exercer seu designio, primando pela aplicação da legislação.”

a.2) a aceitação de proposta da Empresa vencedora, CNPJ 01.751.694/0001-61, sem o adequado detalhamento dos preços e das condições do serviço, essenciais para a sua devida execução e acompanhamento: não-especificação de preços para os apartamentos duplos e "single", não-apresentação de Tarifário atualizado do Hotel com o valor dos itens de alimentação e taxas, não-discriminação do tipo e do valor cobrado para os apartamentos que fariam "check-in" no dia 06/02/2006;

Por meio do Memorando nº 603-GAB/DPA, foi informado que: "Encaminharemos, oportunamente, as justificativas dos itens a.2) a a.4), pois estão sendo aquilatadas pelo setor competente.

a.3) o pagamento integral do valor ajustado para 40 pessoas, tendo em vista que somente 28 pessoas fizeram uso do serviço;

Por meio do Memorando nº 603-GAB/DPA, foi informado que: "Encaminharemos, oportunamente, as justificativas dos itens a.2) a a.4), pois estão sendo aquilatadas pelo setor competente

a.4)) a motivação para a escolha da opção de pagamento de meias diárias juntamente com a contratação de pacote de serviços de hotelaria resultando numa despesa de R\$12.541,06 em detrimento da opção de pagamento de diárias integrais aos participantes que representaria uma despesa de R\$8.298,68, resultando numa despesa a maior de R\$4.242,39, conforme visualizado nos quadros constantes do item relacionado ao fato desta constatação; e

Por meio do Memorando nº 603-GAB/DPA, foi informado que: "Encaminharemos, oportunamente, as justificativas dos itens a.2) a a.4), pois estão sendo aquilatadas pelo setor competente

b) elaborar o projeto básico, quando for o caso, o mais detalhado possível, tendo em vista as orientações contidas nos Acórdãos 667/2005, 304/2006, 438/2006, 480/2006, 486/2006, todos do Plenário do TCU.

Por meio do Memorando nº 603-GAB/DPA, foi informado que : "Já a recomendação do item b) aponta para o detalhamento na elaboração do projeto básico. Tanto esta preocupação é eminente que a "II Semana IPHAN de Administração", a se realizar nos dias 19 a 21 de setembro

de 2007, contará com painel específico sobre o tema. Além disso, estão sendo realizados cursos destinados a capacitar os servidores atuantes na área

5.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(2) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

5.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

5.3 - Providências a serem Implementadas:

5.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

5.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

5.4 - Prazo limite de implementação: ____ Em implementação ____/____/____

6 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

2.2.2.4 CONSTATAÇÃO: (013)

Falta de indicação de ressarcimento de diárias no país não utilizada, no valor R\$429,55.

6.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan a apresentar a documentação referente ao ressarcimento da despesa com diárias no país no valor de R\$429,55 ou providenciar a devolução com os acréscimos legais.

Por intermédio do Memorando nº 0138/2007/DIVISÃO DE Serviços/DPA, foi informado que: "Com vistas a demonstrar a inexistência da pendência objeto da recomendação em tela, encaminho cópia da documentação comprobatória do ressarcimento no valor de R\$ 429,55, efetuado em 05/07/2007, tendo em vista que a viagem não ocorreu, sendo solicitado crédito das passagens aéreas à empresa de turismo que presta serviços a este Instituto."

6.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

6.3 - Providências a serem Implementadas:

6.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

6.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

6.4 - Prazo limite de implementação: _____implementada_____/_____/_____

7 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

2.2.3.1 CONSTATAÇÃO: (042)

Pendência de atendimento de 1 (uma) recomendação da Controladoria Geral da União relativas a Ajuda de Custo registradas no Relatório 175490 do exercício anterior.

7.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan/Sede a:

a.1) apresentar comprovantes do deslocamento do Distrito Federal para o Espírito Santo da genitora do beneficiário do processo 1450.010693/2005-26; e

Por meio do Memorando nº 003/08-GAB/CRH/DPA/IPHAN, de 08/01/2008, data indevidamente como 08/01/2007, foi informado que: *"Relativo ao Memorando nº 186/2007, esclareço que o deslocamento da genitor do beneficiário do processo 01450.010693/2005-26 não aconteceu (comprobatórios anexos)".* Em anexo o Despacho/DS/433/2005, com a seguinte informação: *"Encaminhamos a Vossa Senhoria o presente processo, informando que as passagens aéreas foram emitidas em nome do servidor Antonio Carlos Cordeiro dos Santos (RT 1260), de sua esposa Maria Tereza Cristina Carvalho (RT 1262) e seu filho Heitor Carvalho dos Santos (RT 1261), conforme solicitado. Informamos ainda que também foi solicitada passagem para a mãe do servidor, porém, através de contato telefônico nos foi informado que a mesma não irá viajar. A Coordenação de Recursos Logísticos para conhecimento e demais providências julgadas cabíveis".* Cópia da Requisição de Transporte nº 1263 com o carimbo de cancelado (fl. 47).

a.2) apurar se houve custo no deslocamento da servidora, caso fique comprovado ter havido custo indevido no retorno da servidora a sua sede, instar a beneficiária do Processo 1450.12249/2005-45 a ressarcir o valor de R\$4.898,50 ao erário da ajuda de custo recebida em decorrência de sua exoneração da função comissionada no Iphan/MinC, sem a comprovação do seu retorno à sede de seu órgão de origem, no Rio de Janeiro/RJ.

Por intermédio do Despacho nº 051/2008-DIAPRO/CRH/DPA, encaminhado ao DPA, foi informado que: *"Por meio do Memorando nº 125/2007 – AUDIN/IPHAN, do dia 23 de agosto de 2007, dirigido ao Departamento de Planejamento e Administração – DPA, deste Instituto, o Srº JOÃO EMILIANO DE QUEIROZ, Auditor Interno, solicita a adoção de providências no tocante às recomendações da Controladoria-Geral da União – CGU, assentada no Relatório de Auditoria de Gestão nº 190027 – Período de 1º de janeiro a 30 de dezembro de 2006, item 4.1.7.3 CONSTATAÇÃO: (035) – letra (d), que se reporta à restituição ao erário do valor da "Ajuda de Custo" recebido pela ex-servidora SISTA SOUZA DOS SANTOS, para fazer frente às despesas de retorno à cidade do Rio de Janeiro – RJ, após ser exonerada do cargo de Procuradora deste Instituto, sob a alegação de não restar provado sua volta à origem.*

Inicialmente, torna-se mister esclarecer que esta Coordenação de Recursos Humanos com o fito de dar encaminhamento à matéria fez gestões junto à ex-servidora através do Ofício nº 178/GAB/CRH/DPA/IPHAN, de 17 de setembro de 2007, sem, contudo obter o êxito desejado.

No dia 14 de novembro de 2007, mediante o Ofício nº 247/GAB/CRH/DPA/IPHAN, foi reiterada à ex-servidora o cumprimento da recomendação posta em diligência da CGU. Para os fins, ao referido Ofício foi anexada a Guia de Recolhimento da União – GRU, no valor informado de R\$ 4.898,50 (quatro mil, oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Desta feita, cientificada da diligência, a servidora por meio do expediente datado de 03 de dezembro de 2007, apresenta suas contra-razões, forte no entendimento de que "(...) descabe a devolução do valor recebido a título de ajuda de custo (...)", por ter retornado à origem em veículo próprio, não fazendo uso de passagens aéreas. (Obs: págs. 33 e 34 do processo 01450.012249/2005-45 – cópia anexa)

Portanto, Senhora Coordenadora, considerando que as alegações da ex-servidora devam ser objeto de consideração da Auditoria Interna, deste Instituto, esta Divisão de Análise de Processos e Benefícios sugere, s.m.j., elevar o assunto à apreciação da Srª Diretora do DPA que, se assim entender, determinar o encaminhamento àquela Auditoria." Em 05/03/2008 o DPA encaminhou o Memorando nº 181-GAB/DPA, com o seguinte teor: "Encaminhamos o referido processo a Vossa Senhoria para que remeta expediente com aviso de recebimento à ex-servidora Sista Souza dos Santos solicitando que apresente comprovante de residência ou qualquer outro comprovante de retorno à cidade do Rio de Janeiro-RJ, no prazo de 20 dias. Transcorrido o prazo, solicitamos remessa a este Gabinete". (Obs: págs. 37 e 38 do processo 01450.012249/2005-45 - cópia anexa)

7.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

7.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

7.3 - Providências a serem Implementadas:

7.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

7.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

7.4 - Prazo limite de implementação: _____ em implementação __/_____/_____

8 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

2.4.1.2 CONSTATAÇÃO: (039)

Pendência de atendimento de 1 (uma) recomendação da Controladoria Geral da União relativas à instauração de TCE registrada no Relatório 175490 do exercício anterior.

8.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan/Sede a:

a) Subitem 9.9.2 (Acórdão 904/2004 - Primeira Câmara) requerer a imediata apresentação da servidora ao Iphan;

Por meio do memorando nº 003/08-GAB/CRH/DPA/IPHAN, de 08/01/2008 foi informado que: "a servidora citada no subitem 9.9.2, Memorando nº 184/2007 - AUDIN/IPHAN, de 28/11/07, retornou ao IPHAN em 08/10/2007, conforme documento anexo (Ofício nº 929/2007/GP/SAA/DAD/DPE)".

b) Subitem 36.1.2 (Acórdão 1.584/2005 – Segunda Câmara) apresentar, referente à servidora, o comprovante de ressarcimento, conforme Ofício 186/2006-GAB/CRH/DPA-Iphan, de 11/08/2006 (Of.61/AnexoVI); ou informar o número do processo de tomada de contas especial com vistas a reaver os recursos públicos;e

Em 03/09/2007, a Coordenação de Recursos Humanos, encaminhou a servidora o Ofício nº 168/GAB/CRH/DPA/IPHAN, solicitando o recolhimento de R\$ 5.371,84. Em 20/09/2007 a servidora enviou expediente à CRH (cópia anexa) informando no último parágrafo que: *“Sendo assim, Senhora Coordenadora, aguardo novas notícias de sua parte relativas à matéria, uma vez, que continuo persuadida da inexistência de qualquer débito que me possa ser atribuído em face do julgamento daquele processo administrativo disciplinar”*. Em 18/03/2008, a Audin/Iphan, encaminhou o Memorando nº 048/2008, a Coordenação de Recursos Humanos solicitando informações quanto às providências adotadas (cópia anexa).

c) Subitem 36.1.7 (Acórdão 1.584/2005 – Segunda Câmara) adotar providências, para reaver do ex-presidente o valor de R\$ 2.069,23 referente ao pagamento indevido promovido à empresa para o transporte de escultura de sua propriedade, em desacordo com o previsto no Decreto 4.004/2001 - Processo 01450.000669/2002-36.

Por intermédio do Despacho nº 021/08-CLG/DPA/IPHAN foi informado que: *“Em resposta ao seu memorando nº 005/2008 AUDIN/IPHAN de 16/01/2008 informo a Vossa Senhoria que esta Coordenação de Logística encaminhou ofício 105 e 106/2007 CLG/IPHAN acompanhado de demonstrativo de débito e Guia de Recolhimento da União - GRU no valor de R\$ 4.370,79 (quatro mil, trezentos e setenta reais e setenta e nove centavos) para o Senhor Carlos Henrique Heck em dois endereços.Encaminho, ainda, aviso de recebimento dos Correios, comprovando da entrega da documentação encaminhada (Ofício, GRU e Demonstrativo de débito)”*. Em 25/01/2008, a Audin/Iphan, encaminhou o Memorando nº 008/2008, ao Departamento de Administração e Planejamento-DPA recomendando providências (cópia anexa).

8.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

8.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

8.3 - Providências a serem Implementadas:

8.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

8.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

8.4 - Prazo limite de implementação: ____Em implementação____/_____/_____

9 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

2.4.2.1 CONSTATAÇÃO: (043)

Pendência de atendimento de 1 (uma) recomendação da Controladoria Geral da União relativa ao Processo de Sindicância registrada no Relatório 175490 do exercício anterior.

9.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan/Sede a proceder imediatamente as ações com vistas ao ressarcimento dos danos causados ao Erário, apresentando a documentação pertinente.

Por intermédio do Memorando nº 114-GAB/DPA, de 14/02/2008 foi informado que: "Quanto ao posicionamento do Gestor em relação à recomendação 001, concordamos parcialmente com o posicionamento do órgão correicional. Contudo, diversas providências tem sido adotadas para o deslinde da questão. Tanto que, os processos a que se referem tal constatação - 01450.000133/2003-00, 01470.00034/2004-62 (sub-cópia), 01458.000146/2005-62 - deram origem ao processo administrativo disciplinar nº 01458.000067/2007-13 já concluído e, atualmente, em fase de julgamento. Encaminhamos em anexo, a documentação produzida e ainda não avaliada pela equipe de auditoria, qual seja, a portaria de instauração do novo processo."

9.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(2) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

9.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

obs: vide resposta item 9.1

9.3 - Providências a serem Implementadas:

9.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

9.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

9.4 - Prazo limite de implementação: _Em implementação_____/_____/_____

10 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (002)

Não atendimento de determinação do TCU referente ao encaminhamento ao Ministério Público de processo sobre suposta simulação praticada pela empresa participante do Pregão 03/2002 – DPA/Iphan.

10.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao DPA/Iphan a:

a) formalizar e encaminhar ao Ministério Público da União, processo contendo todos os documentos que tratam da suposta simulação praticada pela empresa, CNPJ 37.993.722/0001-02, no Pregão 03/2002, informando o Tribunal de Contas da União e dando ciência a esta SFC; e

Por meio do Ofício nº 016/04-GAB/PROJUR/IPHAN de 08/04/2004, cópia do Processo nº 01450.00327/2002-16 foi encaminhado a Subprocuradoria Geral da República, constando no seu item 7 o seguinte: “Desta feita, cumprindo determinação expressa da Secretaria Federal de Controle Interno, conforme consta do item 17 (*in fine*) do Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 135806 (fls. 16), encaminho a Vossa Excelência cópia do processo administrativo nº 1450.000327/2002-16, que se refere à contratação de serviços de apoio administrativo e de apoio à informática, levada a efeito por força do pregão nº 03/2002, para que seja promovida, contra a empresa Planer Sistemas e Consultoria Ltda., a medida que couber relativamente à fraude apontada.”

b) apresentar a esta SFC proposta formal de aprimoramento dos controles internos da unidade quanto ao gerenciamento e ao trâmite, interno e externo, das informações, em especial, para o atendimento tempestivo aos órgãos de controle interno e externo.

Encaminhado Ofício nº 052/2007-Audin/Iphan, de 06/12/2007, protocolado pela CGU e, 10/12/2007 evidenciando a preocupação com as adequadas capacitação e instrumentalização dos Auditores Internos. Apresentamos também as seguintes sugestões: 1 – disponibilização de instrumentos e ferramentas de controle, como por exemplo acesso a sistemas corporativos e de pesquisas que facilitem e reduzam a necessidade de diligências para atendimento de diligências; 2 – no caso de recomendações resultantes de auditoria, que seja indicado o dispositivo legal descumprido e, se não for o caso, as razões que ensejaram a “constatação” à qual se refere a recomendação; 3- possibilidade de se contar com a colaboração das Unidades Descentralizadas da CGU nos Estados para convalidar/aferir situações que possam auxiliar no atendimento de diligências; 4 – fortalecimento institucional das Unidades de Auditoria Interna, nas entidades, com a previsão de uma estrutura mínima e com maior nível de acesso aos Sistemas Corporativos (SIAFI, SIAPE, SIASG); 5- maior aproximação dos órgãos de controle interno, inclusive com os gestores/administradores e auditores internos, se houver, previamente à formulação de diligências que muitas vezes acarretam dificuldades na sua compreensão.

10.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

10.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

10.3 - Providências a serem Implementadas:

10.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

10.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

10.4 - Prazo limite de implementação: ____IMPLEMENTADA____/_____/_____

11 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (015)

Falhas na formalização de processos licitatórios e de dispensa de licitação relacionados à Ação 2000 do Programa 0750 - Iphan-Sede.

11.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan a:

a) Referência ao processo 01450.007032/2005-13:

a.1) instruir o processo com a manifestação fundamentada da unidade do Iphan sobre a essencialidade dos serviços especificados pela empresa contratada;

Por intermédio do Memorando nº 054/07-CLG/DPA, de 26/12/2007 foi informado que: *"Tendo o IPHAN representação em quase todo território nacional e sua sede sendo em Brasília a troca de documentos é vital para a instituição, não podendo este instituto abrir mão do serviço de malote prestado pela ECT. Lembro que o serviço é de EXCLUSIVIDADE daquela empresa. Mesmo sabendo que a súmula 226 e as decisões nº 305/1995-1°C, 399/1999-P e 537/1999-P, veta a cobrança desses encargos, os órgãos que compõem a Administração Direta, Autárquicas, Fundações Públicas e as demais unidades vinculadas ao Poder Público, se vêm OBRIGADAS a descumprir as orientações emanadas do Tribunal de Contas da união, nos parecendo que o assunto em questão está a merecer reexame pela Egrégia Corte de Contas".*

a.2) inserir nos autos cópia da publicação no DOU do extrato do contrato e de seus aditivos, no intuito de deixar registrado o cumprimento do prazo estipulado para publicação e dos requisitos exigidos pelo Decreto 93.872/1986, tais como, o fundamento legal da dispensa de licitação, o crédito pelo qual correrá a despesa, o número e a data do empenho da despesa, o valor do contrato, o valor a ser pago no exercício corrente e em cada um dos subseqüentes, se for o caso; o prazo de vigência; e

Por intermédio do Memorando nº 054/07-CLG/DPA, de 26/12/2007 foi informado que: *"Foram juntados ao processo cópias das publicações dos contratos e dos termos aditivos."*

a.3) doravante, instruir o processo com as certidões negativa de débitos/regularidade (INSS/SRF/FGTS), antes do empenho da despesa e a cada pagamento.

Por intermédio do Memorando nº 054/07-CLG/DPA, de 26/12/2007 foi informado que: *"Foi solicitado à Divisão de Execução Orçamentária e Financeira que somente efetue os pagamentos mediante apresentação das certidões de INSS/SRF e FGTS."*

b) Referência ao processo 01450.007737/2004-50, doravante, instruir todos os processos com:

b.1) pesquisa de preços no mercado utilizada para demonstrar que os preços contratados, pela continuidade do contrato, permaneceram vantajosos para o Iphan;

Por intermédio do Memorando nº 009/08-CLG/DPA, de 25/03/2008 foi informado que: *"Não foi efetuada pesquisa de preços, uma vez que os preços praticados ainda são os mesmos da época da licitação, inclusive, ainda não ocorreu repactuação dos valores contratados, embora tenha havido alteração dos salários da categoria profissional e dos encargos, sendo que à época da contratação deu-se a pesquisa de preço por intermédioda Concorrência 001/2004 em conformidade com as lei 8666/93 na qual sagrou-se vencedora a empresa (omissis). Após o interregno de 01 (um) ano, atendendo a necessidade da administração e em conformidade com a cláusula 2ª e 5ª do contrato nº 01/2005, firmado em 21/03/2005, aditou-se por mais 12 meses e acrescentou-se em 25% (vinte e cinco por cento) do valor global inicial, em conformidade com o artigo 65 parágrafo 1º da Lei 8.666/93, sendo mantidas as mesmas condições contratuais"*

inicialmente firmadas”.

b.2) justificação motivada da área responsável do Iphan demonstrando com base no projeto básico do edital a necessidade da manutenção dos serviços e da continuidade da empresa contratada;

Por intermédio do Memorando nº 009/08-CLG/DPA, de 25/03/2008 foi informado que: *“Tendo em vista que este Instituto não possui em seu quadro funcional servidores em quantidade e capacidade técnica suficiente para suprir sua demanda crescente e, considerando a recomendação do Parágrafo 1º do Decreto nº 2271 de 7 de julho de 1997, foi efetuada a licitação na modalidade de Concorrência, vencida pela empresa Poliedro, Informática, Consultoria e Serviços Ltda., a sua permanência está amparada pelo que dispõe o Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta do Contrato nº 01/2005, firmado entre este Instituto e aquela empresa. Cabe esclarecer que está previsto neste exercício, nova licitação objetivando adequar os serviços de informática as exigências que a atualidade impõe.”*

b.3) demonstração, pontual, da ocorrência dos acréscimos que justificaram a adição do termo de ajuste; e

Por intermédio do Memorando nº 009/08-CLG/DPA, de 25/03/2008 foi informado que: *“Em atendimento ao Memorando nº 44/2006 de 08.03.2006, do Coordenador de Informática, onde é declarada a necessidade do acréscimo de 25% sobre o valor inicialmente contratado, em função da crescente demanda de serviços técnicos especializados, principalmente na área de acompanhamento/ desenvolvimento de Sistemas Corporativos. Ressalto que a grande maioria dos Sistemas Corporativos são desenvolvidos neste Instituto o que desonera o erário público, pois o custo e criação e manutenção dos referidos sistemas são consideravelmente inferiores aos custos de sistemas vendidos na praça.*

b.4) parecer da unidade de pessoal do Iphan sobre a possibilidade de aproveitamento de servidores do quadro do Iphan no suporte ao contrato, a fim de reduzir os custos contratuais.

Por intermédio da Nota de Informação nº 003/2008-DIAPRO/CRH/DPA/IPHAN, de 26/03/2008, foi informado que: " Reportamos à Recomendação: 001 - letra b.4 da Diligência interposta pela Controladoria-Geral da União – CGU, nos autos do processo em epígrafe, no tocante à possibilidade de aproveitamento de servidores do quadro de pessoal do IPHAN no suporte ao Contrato 01/2005, de 21 de março de 2005.

Sobre a temática, cabe o registro de que o quadro permanente de servidores do IPHAN é composto de 1.708 vagas. Entretanto, do total dessas vagas somente 1.274 estão ocupadas, culminando no déficit de 434 servidores. Nesse sentido já foi requerida ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorização para realização de concurso público como fito de preencher essas vagas, porém ainda não autorizadas.

Desse contexto, exsurge a área de informática, a mais complicada. A informática não envolve apenas digitação, como se considerava no passado, mas também envolve diversas áreas, tais como: Operação do CPD - Centro de Processamento de Dados, desenvolvimento, manutenção de hardware, manutenção de *software*, suporte, suporte ao usuário, integração de sistema, planejamento e consultoria, treinamentos técnicos, treinamento ao usuário, redes, comunicação e EDI (*Eletronic Data Interchange*), dentre várias outras atividades essenciais para o serviço público. As inovações tecnológicas, o aprimoramento das políticas públicas e a adoção de novos procedimentos administrativos exigem profissionais especializados e/ou preparados para atender a demanda funcional deste Instituto.

Bem assim, como é sabido, o IPHAN não dispõe, em seu quadro de servidores, de profissionais qualificados em número suficiente para substituir terceirizados especialmente na área de Tecnologia da Informação. Não obstante a carência de recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos, fator crítico para atender a crescente demanda de serviços, este Instituto mantém os 03 únicos servidores com conhecimento de Informática atuando nessa área.

Portanto, até que se realize novo concurso público, esta Coordenação de Recursos Humanos não vislumbra possibilidade da remoção de servidores para preencher vagas de terceirizados de informática, até porque as atribuições da maioria dos cargos não se correlacionam com as dos cargos da área de informática.

11.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

11.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

11.3 - Providências a serem Implementadas:

11.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos

termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

11.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

11.4 - Prazo limite de implementação: _____EM IMPLEMENTAÇÃO_____/_____/_____

12 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

3.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (016)

Pagamento de encargos (juros e atualização) sobre faturas no valor de R\$460,60, em vista de atraso no pagamento de despesa contratual de processo relacionado à Ação 2000 do Programa 0750 - Iphan-Sede.

12.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan a instruir o processo com o parecer conclusivo da Procuradoria Federal no Iphan, sobre o pagamento de juros e atualização financeira pela autarquia (compensação financeira), por existir norma legal vigente somente para a multa moratória.

Por meio do Memorando nº 055/07-CLG/DPA (cópia anexa) foi informado que: *"Conforme informado anteriormente o IPHAN não concordou com as cláusulas contratuais sobre a aplicação de multa e juros sobre atraso de pagamento de fatura, simplesmente se viu OBRIGADO a sujeitar-se às normas estabelecidas pela ECT, já que não podendo abrir mão de tais serviços e sendo estes de EXCLUSIVIDADE daquela empresa, mesmo sabendo que a súmula 226 e as decisões nº 305/1995-1°C, 399/1999-P e 537/1999-P, veta a cobrança desses encargos, os órgãos que compõem a Administração Direta, Autárquicas, Fundações Públicas e as demais unidades vinculadas ao Poder Público, se vêm OBRIGADAS a descumprir as orientações emanadas do Tribunal de Contas da união, nos parecendo que o assunto em questão está a merecer reexame pela Egrégia Corte de Contas.*
Estamos encaminhando o processo em tela á Procuradoria Federal no IPHAN para que seja fornecido um parecer definitivo sobre o assunto em tela.
Estamos evitando ao máximo, muitas vezes o repasse de recursos não chega a tempo de efetuar pagamentos, com isso esporadicamente ocorrem atrasos."

12.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1 e 2) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

12.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

12.3 - Providências a serem Implementadas:

12.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

12.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

12.4 - Prazo limite de implementação: _____EM IMPLEMENTAÇÃO _____

13 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

3.1.1.4 CONSTATAÇÃO: (017)

Falta de planejamento da unidade referente à quantidade de material a ser adquirida para confecção de móveis incorrendo em dispensa de licitação em processos concernentes à Ação 2000 do Programa 0750 - Iphan-Sede.

13.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan a:

a) planejar os serviços a serem executados, avaliando estoque, extensão do trabalho, previsão de gastos e tempo a fim de evitar o fracionamento da despesa, em atendimento ao princípio do planejamento, conforme o Acórdão 419/2003–Plenário do TCU;

Por intermédio do Memorando nº 053/07-CLG/DPA, foi informado que: "*Planejamento na aquisição de material/equipamentos. Solicitamos a todos os departamentos do IPHAN que encaminhem suas demandas para o exercício, para que os pedidos sejam avaliados e, no caso de aprovados, sejam adquiridos na medida do possível através de registro de preço.*"

b) instruir os processos com justificativa fundamentada quando a falta de planejamento/previsão ocasionar despesas semelhantes em curto tempo, cujo somatório implique em procedimento licitatório superior à dispensa de licitação por menor valor; e

Por intermédio do Memorando nº 053/07-CLG/DPA, foi informado que: "*Qualquer demanda que não seja planejada, conforme item (a), deverá ser encaminhado com fundamentação pelo não planejamento e rigorosamente avaliada, sendo adquirido somente em casos de urgência e autorização expressa do Ordenador de Despesas.*"

c) adotar o sistema de registro de preços em suas compras, com vistas a evitar o fracionamento de despesas, tal como preconizado no artigo 15, inciso II, e parágrafos 1º a 4º, da Lei 8.666/1993, regulamentado pelo Decreto 3.931/2001 (Acórdão 1.255/2007-2ª Câmara, do TCU).

Por intermédio do Memorando nº 053/07-CLG/DPA, foi informado que: "Determinamos à Divisão de Suprimento e Patrimônio que adote o sistema de registro de preços para as Licitações realizadas por esta Autarquia, bem como a adesão ao registro de preço de Licitações realizadas por outros órgãos para evitar o fracionamento de despesas. Estes procedimentos já foram adotadas e estão em pleno vigor. Para o ano de 2008 estamos intensificando esta prática, para maximizar cada dia mais nossos controles e reduzir o fracionamento de despesas."

13.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

13.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

13.3 - Providências a serem Implementadas:

13.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

13.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

13.4 - Prazo limite de implementação: ____28____/____03____/____2008 ____

14 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

3.1.1.5 CONSTATAÇÃO: (019)

Propostas comerciais demonstrando a existência de sócios/responsáveis comuns às empresas ditas concorrentes em processos de compra relacionados à Ação 2000 do Programa 0750 - Iphan-Sede

14.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan a adotar medidas:

a) de averiguação da situação de regularidade das empresas fornecedoras de bens e serviços à Autarquia, inclusive antes de efetivar as consultas, em sistemas corporativos e/ou providenciar a formalização de acesso de seus servidores aos Órgãos dos mencionados sistemas;

b) de verificação do quadro societário das empresas, no intuito de evitar a situação restritiva do universo de competidores, no caso de dispensas e convites; e

c) quando houver apresentação de proposta de empresas que não constem dos sistemas corporativos, demandar aos órgãos dos fiscos local e federal para averiguação.

Por intermédio do Memorando nº 951/2007-DSUP/CLG/DPA foi informado que: "a) Pesquisa no SICAF de todas as empresas participantes do processo independentemente da proposta de preço, fazendo constar no processo, os respectivos extratos; b) Pesquisa do quadro societário das empresas participantes do processo independentemente da proposta de preço, fazendo constar no processo, os respectivos extratos; c) Avaliação da documentação da empresa a ser contratada (menor preço), com as demais empresas participantes do processo, para posterior contratação.

14.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

14.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

14.3 - Providências a serem Implementadas:

14.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

14.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

14.4 - Prazo limite de implementação: ____IMPLEMENTADA____/____/____

15 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

3.1.1.6 CONSTATAÇÃO: (020)

Falhas na formalização dos processos licitatórios e de dispensa/inexigibilidade de licitação relacionados à Ação 2651 do Programa 0171 no Museu Imperial.

15.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan, como órgão central, orientar o Museu Imperial a:

a) adotar medidas visando aprimorar os controles internos quanto à instrução dos processos da área de licitação/compra/contrato, de maneira que contenham as peças:

a.1) os termos do contrato assinado e seus aditivos;

a.2) cópia do extrato do contrato publicado no DOU;

a.3) com, no mínimo, 03 (três) propostas válidas, originais; e

b) mapear as necessidades e planejar a execução das compras e dos serviços para, se for o caso, estender a pesquisa de preços a outras praças, em conjunto com as áreas de execução orçamentária e financeira.

Por intermédio do Memorando nº 126/07-GAB/MI-IPHAN, foi informado que: "Acusamos o recebimento do documento acima mencionado e informamos que esta unidade está tomando as devidas providências para que sejam acatadas todas as recomendações no que tange a procedimentos de aquisições com fundamento na dispensa de licitação com base no artigo 24, inciso II da Lei 8666/1993, bem como estamos providenciando que quando da pesquisa de preços não ficaremos restritos a nossa praça"

15.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

15.3 - Providências a serem Implementadas:

15.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

15.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

15.4 - Prazo limite de implementação: ____EM IMPLEMENTAÇÃO____/_____/_____

16 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

3.1.1.7 CONSTATAÇÃO: (021)

Falhas na formalização dos processos de dispensa de licitação relacionados à Ação 2651 do Programa 0171 - Museu da Inconfidência.

16.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan, como órgão central, orientar o Museu da Inconfidência a adotar medidas que prevejam:

a) registro da natureza do contato realizado pela unidade (expedição de carta-consulta, consulta telefônica, quem fez o contato e quando, etc.);

b) indicação da fonte dos dados utilizada pelo Iphan (catálogo telefônico, cadastro de fornecedores Iphan, Siasg/Sicaf, indicação pessoal, etc.);

c) propostas das empresas consultadas/concorrentes, devidamente formalizadas;

d) instrução dos processos com o mínimo de 3 (três) propostas válidas e de proprietários/sócios diferentes; e

e) propostas das empresas consultadas/concorrentes em papel timbrado, com os registros nos fiscos local e federal, endereço, datadas, nominadas e assinadas.

Por intermédio do Ofício nº 340/2007-GAB/MI-IPHAN, foi informado que: "Em resposta ao Memorando 133/2007-Audin/Iphan.

Conforme conversa via telefone, estamos informando que, referente a auditoria SA nº 184768-01 de 31/10/2006, complementadas e reiteradas pela SA 184768-02 e 04, que esta unidade – Museu da Inconfidência, tomou as providências cabíveis e que estamos atento para que não ocorram mais tais falhas em processos futuros. Enviamos também cópia do orçamento ref. Processo 01472.000009/2006-21 com as devidas correções e cópias da situação das empresas junto ao sicaf

16.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

16.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

16.3 - Providências a serem Implementadas:

16.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

16.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

16.4 - Prazo limite de implementação: __IMPLEMENTADAS_____/_____/_____

17 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

3.1.1.8 CONSTATAÇÃO: (023)

Falhas na formalização dos processos de dispensa de licitação relacionados à Ação 2651 do Programa 0171 – Museu da República.

17.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan, como órgão central, orientar o Museu da República/Iphan a adotar medidas que prevejam:

a) a melhor formalização dos processos da área de licitação/compra, de maneira que contenham documentos que mostrem:

a.1) a indicação da fonte dos dados utilizada pelo Iphan (catálogo telefônico, cadastro de fornecedores Iphan, Siasg/Sicaf, etc.);

a.2) as cópias legíveis dos documentos com o despacho de "confere com o original", datado, nominado e assinado, quando for o caso;

a.3) as propostas das empresas concorrentes em papel timbrado, com os registros nos fiscos local e federal, endereço, datadas, nominadas e assinadas;

b) a verificação do quadro societário da empresa consultada para que ocorra a competição entre empresas de proprietários/sócios diferentes, com vistas a atingir o maior número de competidores; quando tratar de dispensa e convite; e

c) a averiguação da natureza da atividade empresarial com o tipo de material ofertado e/ou pesquisado.

Por intermédio do Ofício nº 061/2007-GAB, o Museu da República informou que: "Em atendimento ao Memo. nº 134/2007, de 29/08/2007, e pedindo desculpas por não ter respondido no prazo solicitado (17/09/2007), venho pelo presente informar a V.Sa. que, tendo assumido a direção do Museu recentemente (11 de junho), após verificar a solicitação, encaminhei o mesmo à Diretora Administrativa do Museu, Sra. Silvia Fenizola, que informou-me que, analisando as indicações realizadas no citado Memo., verificou que a Direção anterior do Museu já havia tomado as providências necessárias e encaminhado o Ofício nº 05/2007, de 25/01/2007, prestando esclarecimentos (cópia em anexo). Informo a V. Sa. ter determinado à Sra. Diretora Administrativa o cumprimento rigoroso das orientações oferecidas".

17.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

17.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

17.3 - Providências a serem Implementadas:

17.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

17.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

17.4 - Prazo limite de implementação: ____IMPLEMENTADAS

18 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

3.1.1.9 CONSTATAÇÃO: (040)

Pendência de atendimento de 1 (uma) recomendação da Controladoria Geral da União relativas aos Processos Licitatórios registradas no Relatório 175490 do exercício anterior.

18.1 RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos ao Iphan/Sede a:

a) quanto ao item 3.2.6.2:

a.1) apresentar cópia do documento referente à devolução da quantia de R\$8.000,00 recebida pela senhora (M A), tendo em vista a finalização do prazo de 60 dias, conforme Ofício 366/05 – GAB/Presi, de 15/12/2005 (Of.61/Anexo XIII), e/ou informar as providências adotadas caso não tenha ocorrido a devolução do referido valor; e

a.2) apresentar análise conclusiva dos trabalhos da Comissão de Sindicância encarregada da apuração do agente causador da restrição do caráter de competitividade à contratação dos serviços no Processo Administrativo 01450.006088/2005-51, conforme Portaria 098, de 20/07/2006, da Diretora do Departamento de Planejamento e Administração do Iphan.

Por meio do Memorando nº 225-GAB/DPA, de 25/03/2008, foi informado que: "1.

Reportamo-nos ao Memorando nº 183, de 28/11/2007, encaminhado a Vossa Senhoria solicitando informações a respeito do Processo nº 01450.006088/2005-51.

2. Informamos que o IPHAN vai cobrar a quantia devida a título de ressarcimento ao Erário, mas para tanto é necessária instauração de processo específico (Recomendação 001; a) quanto ao item 3.2.6.2; a.1)).

3. Para atender à Recomendação 001; a) quanto ao item 3.2.6.2; a.2), encaminhamos cópia da análise conclusiva do processo de sindicância instaurado para apurar o agente causador da restrição ao caráter de competitividade à contratação dos serviços no referido processo administrativo.

4. Uma vez que se tratava de aplicação de sanção que fugia à competência deste Instituto, o processo foi remetido ao órgão competente – o Ministério da Cultura. Este, por sua vez, restituiu o processo solicitando análise da Procuradoria Federal do IPHAN. A análise da Procuradoria informou que, no processo instaurado, não houve a proteção do manto do contraditório o que impede a aplicação de penalidade.

5. Sendo assim, o processo encontra-se em fase de instauração pelo que já foi solicitada a indicação de servidor capacitado para condução dos trabalhos, conforme Memorando.

6. Desta forma, após a instauração deste processo específico e a depender de sua conclusão será providenciado o ressarcimento ao Erário."

18.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(1) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

18.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique:

18.3 - Providências a serem Implementadas:

18.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

18.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

18.4 - Prazo limite de implementação: EM IMPELEMENTAÇÃO_____/_____/_____

19 - ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

3.2.1.1 COMENTÁRIO: (026)

19.1 RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos ao Presidente do Iphan, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, solicitar:

a) ao conveniente titular do CNPJ 90.089.632/0001-66 a comprovação da aplicação do valor de R\$8.078,48 relativo à diferença entre o valor comprovado (R\$920,52) e o valor definido para a contrapartida (R\$8.999,00), conforme a alínea "b" da Cláusula Segunda – Do Valor, Da Classificação Orçamentária e do Empenho, do Termo de Convênio 11/2006 – Convênio 00015/2006-Siconv/Siasg;

b) ao conveniente titular do CNPJ 00.431.915/0001-51 a comprovação da aplicação do valor de R\$14.450,27 relativo à diferença entre o valor comprovado (R\$549,73) e o valor definido para a contrapartida (R\$15.000,00), conforme a alínea "b" da Cláusula Segunda – Do Valor, Da Classificação Orçamentária e do Empenho, do Termo de Convênio 11/2006 – Convênio 00015/2006-Siconv/Siasg; ou

c) caso os convenientes não comprovem a aplicação da contrapartida na forma pactuada no convênio, a restituição dos recursos atualizados monetariamente, na forma prevista na Instrução Normativa STN/MF 01/1997, art. 7º, inciso XIII.

Por meio da Informação nº 05/2007-PC/CPOF/DPA/IPHAN, foi informado que: "Em atenção ao Memorandum nº 135/2007-AUDIN/IPHAN, de 30.08.07, que visa atender recomendação da Controladoria-Geral da União, conforme consta do Relatório de Auditoria de Gestão nº 190027, venho prestar informações com o objetivo de atender ao que é solicitado no Relatório referenciado.

1- A recomendação da CGU/PR é para que este Instituto solicite aos convenientes:

1.1 - Associação do Museu Júlio de Castilhos, comprove a aplicação do valor de R\$ 8.078,48 na execução do projeto "Ampliação do Mobiliário da Reserva Técnica do Museu Júlio de Castilhos", Convênio nº 11/2006;

1.2 - Associação de Amigos do Museu Casa Guimarães Rosa, comprove a aplicação do valor de R\$ 14.450,27 na execução do projeto "Modernização do Museu Casa de Guimarães Rosa", Convênio nº 08/2006;

1.3 - Caso os convenientes não comprovem a aplicação da contrapartida na forma pactuada no convênio, a restituição dos recursos atualizados monetariamente, na forma prevista na Instrução Normativa STN/MF nº 01/1997, art. 7º, inciso XIII.

2-Sobre o assunto fazemos as seguintes colocações:

2.1 - As convenientes, por ocasião das avaliações das prestações de contas, já foram instadas a comprovarem a integralização da contrapartida pactuada, em resposta foram apresentadas justificativas referentes a forma de aplicação da contrapartida, ou seja, por meio de utilização de técnicos vinculados às Secretarias de Estado da Cultura, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, conforme documentos em anexo;

2.2 - O inciso XIII do art. 7º da IN nº 01/1997 – STN/MF determina que o valor não aplicado na consecução do objeto do convênio deverá ser recolhido à conta do concedente. Nos casos em questão, as convenientes integralizaram a contrapartida, só que, um pequeno percentual em financeiro e a outra parte em serviços prestados por técnicos da estrutura das Secretarias de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, que poderia ser interpretado como serviços economicamente mensuráveis, § 2º art. 2º da IN nº 01/1997 – STN/MF.

3 - Quando acatamos as justificativas das convenientes, o fizemos em função dos seguintes aspectos:

3.1- vinculação das convenientes com a estrutura das respectivas Secretarias de Estado da Cultura, conforme declaram seus dirigentes;

3.2- baseado no princípio da conjugação de esforços dos partícipes para o atingimento do objeto pactuado;

3.3- no que estabelece o § 2º art. 2º da IN nº 01/1997 – STN/MF;

3.4- que o objeto pactuado no convênio foi cumprido, conforme afirma o Departamento de Museus e Centros Culturais, responsável pela execução do projeto e,

3.5- não ficou caracterizado prejuízo ao erário.

3.6- que na assinatura do termo de convênio não especificou a forma da integralização da contrapartida, o que aliás, no Decreto nº 6.170/2007 que passa vigor a partir de 2008, exige que no termo de convênio deve existir cláusula indicando a forma de aferição da contrapartida quando esta for oferecida em bens ou serviços.

4 – Propomos enviar esta Informação à Diretora de Planejamento e Administração para subsidiar resposta da AUDIN à CGU-PR, solicitando reconsideração do pedido de recolhimento por parte da convenientes, do valor integralizado na forma de serviços pelas Secretarias de Estado do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais em benefício do projetos acima referenciados, uma vez que justificativas já foram apresentadas e seguem em anexo

19.2 - Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(Assinale abaixo o número correspondente ao posicionamento)

(2) - (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

19.2.1 - No caso de "concordância parcial" ou "discordância" da recomendação, justifique: OBS: Vide resposta do item 2

19.3 - Providências a serem Implementadas:

19.3.1 - No caso de "não concordância" ou "concordância parcial", anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

19.3.2 - No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

19.4 - Prazo limite de implementação: _____/_____/_____

Brasília-DF, 31 de MARÇO de 2008.

Maria Emilia Nascimento Santos
Diretora do Departamento de Planejamento e Administração – DPA/IPHAN

ANEXO E – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Departamento de Planejamento e Administração

Relatório de Convênios - 2007

Tipo	Código Siasi/Siasg	Programa/ Ação	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor totalrecebido/transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)
Convênio	594603	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	30/2007	Execução do Projeto: Equipar a Sala de Ação Educativa e a Biblioteca do Museu do Homem do Norte	26.10.07	73.546,29	49.053,00	24.493,29	Secretaria Municipal de Cultura do Município de Manaus CNPJ 07.979.060/0001-47
Convênio	620041	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	51/2007	Execução do Projeto do Ponto de Cultura do Rio Negro	17.01.08 e 20.02.08	450.000,40	0,00	50.000,40	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN CNPJ 05.543.350/0001-18
Convênio	594443	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	02/2007	Reformulação da Casa das Exposições do Museu Sacaca e Montagem de exposição de longa duração	19.10.07 e 02.01.08	152.980,00	99.152,00	53.828,00	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA CNPJ 34.927.285/0001-22
Convênio	593265	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	25/2007	Aquisição de equipamento de informática e mobiliário visando a modernização do setor de conservação, documentação e pesquisa do Sistema Integrado de Museus e Memoriais - SIM/SECULT	04.09.07	33.768,58	24.941,60	8.826,98	Associação Amigos dos Museus do Pará - AMU PARÁ CNPJ 02.510.326/0001-94

Convênio	619586	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	52/2007	Projeto do Pontão de Cultura "Acorda"	17.01.08	470.816,00	0,00	70.816,00	Secretaria de Estado de Cultura do Pará CNPJ 05.252.176/0001-54
Convênio	619576	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	64/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Olhos de Ver Belém"	23.01.08	217.906,00	0,00	43.581,31	Associação FOTOATIVA CNPJ 03.667.829/0001-30
Convênio	594600	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	05/2007	Execução do Projeto: "Estratégias Museais de Conservação e Ampliação das Coleções do Museu Integrado de Roraima/MIRR	26.10.07	118.855,00	95.095,00	23.760,00	Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima - FEMACT CNPJ 05.652.279/0001-01
Convênio	593094	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	17/2007	Aquisição de equipamentos, mobiliário e sistema de iluminação para a Casa de Memória Padre Josimo	27.08.07 e 02.01.08	73.450,00	58.400,00	15.050,00	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Ilha Verde CNPJ 01.408.710/0001-18
Convênio	594001	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	23/2007	Aquisição de material permanente e equipamentos para a execução do Projeto: "Reestruturação do Museu de Zoologia José Hidasí para revitalização do acervo"	09.10.07	112.850,00	81.600,00	31.250,00	Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS CNPJ 01.637.536/0001-85
Convênio		Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	58/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura Casa dos Ofícios "Lourenço José da Costa"	23.01.08	168.100,00	0,00	33.620,00	Município de Natividade CNPJ 01.809.474/0001-41
Convênio	593689	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	18/2007	Aquisição de equipamentos e material permanente para atualização do acervo da exposição de longo duração do Museu Théo Brandão, conforme o Projeto "Por um Museu Renovado"	25.09.07	40.100,00	32.080,00	8.020,00	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES CNPJ 12.449.880/0001-67

Convênio	620521	Brasil Patrimônio Cultural / Fomentos a projetos na Area do Patrimônio Cultural - Salvaguarda de bens Culturais de Natureza Imaterial	76/2007	Projeto "Gira da Tradição"	18.01.08	100.000,00	0,00	20.000,00	Fundação Municipal de Ação Cultural do Município de Maceió CNPJ 01.834.835/0001-00
Convênio	596544	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	09/2007	Execução do Projeto: Edição de Livros no Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira - MAC	27.08.07 e 02.01.08	47.423,50	44.973,50	2.450,00	Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa/BA CNPJ 07.520.940/0001-50
Convênio	611192	Brasil Patrimônio Cultural / Capacitação de recursos humanos na area do Patrimônio Cultural	35/2007	Continuação das atividades de manutenção do Projeto Escola Oficina de Salvador - 5ª turma	02.01.08 e 21.01.08	113.623,50	0,00	23.628,00	Fundação de Apoio a Pesquisa e a Extensão - FAPEX CNPJ 14.645.162/0001-91
Convênio	619028	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	48/2007	Execução do Projeto do Pontão de Cultura para fortalecer o Samba de Roda do Recôncavo e como parte do Plano de Salvaguarda a ser implementado no Centro de Referência (Casa de Samba) na cidade de Santo Amaro/BA	17.01.08	450.000,00	0,00	50.000,00	Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia CNPJ 07.810.132/0001-28
Convênio	619577	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	53/2007	Execução do Projeto do Pontão de Cultura/ Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé	18.01.08	450.000,00	0,00	50.000,00	Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares do Estado da Bahia - ABAM CNPJ 02.561.067/0001-20
Convênio	595669	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	28/2007	Aquisição de equipamentos para o incremento da ação educativa do Museu Histórico Jacinto de Sousa	30.10.07 e 23.11.07	21.674,76	17.681,64	3.993,12	Município de Quixadá CNPJ 23.444.748/0001-89
Portaria		Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus		"Segurança e comunicação das ações educativas no Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri (URCA)"		72.692,80	0,00	13.798,80	Universidade Regional do Cariri CNPJ 77.998.904/0001-82

Convênio		Brasil Patrimônio Cultural / Capacitação de recursos humanos na área do Patrimônio Cultural	34/2007	Implantação e custos de manutenção das atividades do Projeto Oficina Escola de São Luis, 2ª turma	02.01.08	71.600,00	0,00	17.600,00	Fundação Municipal de Patrimônio Histórico - FUMPH CNPJ 07.524.968/0001-66
Convênio	622139	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	54/2007	Ponto de Comunicação e Cultura por uma Alcântara Sustentável	23.01.08	180.700,30	0,00	36.140,06	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Alcântara CNPJ 06.155.384/0001-06
Portaria		Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	213/2007	Execução do Projeto "Modernização do Memorial Cristo Rei"	04.07.07	28.392,00	28.392,00	0,00	Universidade Federal do Maranhão CNPJ 06.279.103/0001-19
Convênio	620675	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	29/2007	Execução do Projeto: Plano para concluir a Instalação do Museu Casa José Américo	12.12.07	54.300,00	0,00	5.430,00	Fundação Casa de José Américo CNPJ 08.299.661/0001-71
Convênio	619030	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	56/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Caminhos de Acahuan"	23.01.08	180.000,00	0,00	36.000,00	Acauã Produções Culturais CNPJ 12.724.456/0001-83
Convênio	619089	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	65/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Viva o Museu"	23.01.08	155.800,00	0,00	7.800,00	Associação dos Amigos de Areia CNPJ 05.291.396/0001-97
Convênio		Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	70/2007	Execução do Projeto Ponto de Cultura em Cabaceiras: Marcas Vivas de Cabaceiras	23.01.08	185.000,00	0,00	37.000,00	Município de Cabaceiras CNPJ 08.702.862/0001-78
Convênio	593255	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	03/2007	Aquisição de equipamentos e material permanente para atender ao Projeto: Acessibilidade do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães - Instalação de	03.09.07 e 10.01.08	148.655,00	94.570,00	54.085,00	Sociedade de Amigos do Museu de Arte CNPJ 01.943.393/0001-30

Elevador

Convênio	596034	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	07/2007	Aquisição de equipamentos para execução do Projeto "Salvaguarda do acervo do Museu da Cidade do Recife"	28.11.07	68.764,00	34.800,00	33.964,00	Associação dos Amigos do Museu da Cidade do Recife CNPJ 00.353.439/0001-06
Convênio	610863	Engenho das Artes / Fomento a projetos em arte e cultura	36/2007	Execução do Projeto "Kene - Pinturas Tradicionais Kaxinawá"	10.01.08	100.000,00	0,00	20.000,00	Video nas Aldeias CNPJ 03.941.844/0001-25
Convênio	610868	Brasil Patrimônio Cultural / Fomentos à projetos na área do Patrimônio Cultural - Identificação e inventário para o referenciamento de bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial - Registro de bens culturais de Natureza Imaterial	49/2007	Execução do Projeto intitulado de "Mercado de São José: Memória e História"	14.01.08	99.877,69	0,00	19.990,08	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional - FADURPE CNPJ 08.961.997/0001-58
Convênio		Engenho das Artes / Fomento a projetos em arte e cultura	77/2007	Comemoração dos 25 anos de Olinda - Patrimônio Cultural da Humanidade	21.01.08	200.735,00	0,00	40.735,00	Prefeitura de Olinda CNPJ 10.404.184/0001-09
Convênio	593410	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	21/2007	Execução do Projeto RENOVARE: Revitalizando o Museu da Casa da Cultura de Teresina	13.08.07 e 02.01.08	76.465,85	72.641,85	3.824,00	Fundação Cultural Monsenhor Chaves - FCMC CNPJ 10.332.617/0001-68
Convênio		Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	60/2007	Execução do Projeto EDUCARTE: Educação Patrimonial, Cultural e Arte na Grande Pedro II	22.01.08	200.780,00	0,00	40.156,00	Fundação Cultural Grande Pedro II CNPJ 05.950.722/0001-20

Convênio		Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	66/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura Casa do Artesão - Centro de Treinamento Artesanal de Parnaíba	23.01.08	133.786,45	0,00	26.757,29	Cooperativa Artesanal Mista de Parnaíba Ltda - CAMPAL CNPJ 06.709.372/0001-78
Convênio	592965	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	24/2007	Aquisição de material permanente e equipamento para o Projeto: Modernização do Museu Cultural de Major Sales	14.08.07 e 02.01.08	36.495,60	35.385,60	1.110,00	Município de Major Sales CNPJ 01.612.383/0001-11
Portaria		Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	214/2007	"Climatização do Museu de Paleontologia Ving-Um Rosado da UFERSA"	04.07.07	26.800,00	22.800,00	4.000,00	Universidade Federal Rural do Semi-Árido CNPJ 24.529.265/0001-40
Convênio	593072	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	20/2007	Execução do Projeto: Mudar é Preciso	24.08.07 e 02.01.08	38.193,36	27.495,00	10.698,36	Município de Boquim CNPJ 13.097.068/0001-82
Convênio		Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	10/2007	"Modernização do Museu Centro Cultural de Manduri"	27.08.07 e 17.01.08	13.407,27	0,00	402,27	Município de Minduri CNPJ 17.954.041/0001-10
Convênio	593962	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	22/2007	Aquisição de material permanente e equipamentos para a execução do projeto: "Otimização das atividades administrativas, educativas e de conservação preventiva do Museu Antropológico de Ituiutaba"	01.10.07	71.874,00	57.474,00	14.400,00	Fundação Cultural de Ituiutaba CNPJ 21.247.648/0001-37
Convênio	619024	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	55/2007	Execução do Ponto de Cultura Projeto MAO - Qualificação de Jovens em Conservação	23.01.08	505.330,60	0,00	101.066,12	Instituto Cultural Flavio Gutierrez CNPJ 02.930.235/0001-08

Convênio	594599	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	26/2007	Execução do Projeto: Modernização do Museu da Maré	26.10.07	118.377,00	92.757,00	25.620,00	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM CNPJ 02.260.953/0001-14
Convênio	619045	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	69/2007	Execução do Projeto Ponto de Cultura do Jongo e do Caxambu	17.01.08	500.000,00	0,00	100.000,00	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a Universidade Federal Fluminense CNPJ 03.438.229/0001-09
Portaria		Museu Memória e Cidadania / Fomentos à projetos na área museológica - Modernização de Museus	309/2007	Modernização e Infra-Estrutura dos Laboratórios/Exposições da Escola de Museologia/UNIRIO	11.10.07	155.878,50	155.878,50	0,00	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO CNPJ 34.023.077/0001-07
Portaria		Brasil Patrimônio Cultural / Preservação dos acervos documentais privados de Presidentes da República	339/2007	Identificação Bibliográfica de Obras de Autoria dos Presidentes da República	05.12.07	50.123,38	50.123,38	0,00	Fundação Biblioteca Nacional CNPJ 40.176.679/0001-99
Portaria		Brasil Patrimônio Cultural / Preservação dos acervos documentais privados de Presidentes da República	340/2007	Organização do Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República	05.12.07	80.938,70	80.938,70	0,00	Arquivo Nacional CNPJ 04.374.067/0001-47
Convênio	591341	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	01/2007	Cumprimento do denominado Plano de Salvaguarda da Cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, Distrito de Iauaretê, no Município de São Gabriel da Cachoeira/AM	04.05.07	87.769,80	59.315,00	17.769,80	Instituto SocioAmbiental - ISA CNPJ 00.081.906/0001-88
Convênio	592936	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	08/2007	Adaptação e ampliação da reserva técnica do Museu de Arte Moderna de São Paulo	14.08.07	99.975,00	79.980,00	19.995,00	Museu de Arte Moderna de São Paulo CNPJ 62.520.218/0001-24

Convênio	592938	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	15/2007	Execução do Projeto: Modernização do Circuito Museológico da Vila de Paranapiacaba	13.08.07 e 02.01.08	90.394,42	59.394,42	31.000,00	Município de Santo André/SP CNPJ 46.522.942/0001-30
Convênio	610981	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	39/2007	Execução do Projeto denominado de Um Patrimônio Invisível: Documentação e pesquisa sobre os sistemas agrícolas do Rio Negro	15.01.08	100.281,40	0,00	20.602,40	Instituto SocioAmbiental - ISA CNPJ 00.081.906/0001-88
Convênio	610985	Engenho das Artes / Fomento a projetos em arte e cultura	42/2007	Execução do Projeto "Yvy Rupa - A descoberta do Brasil (que ainda não houve) Visões Guarani da História do Brasil"	15.01.08	100.775,00	0,00	20.800,00	Associação de Pais e Mestres E.M.E.F Desembargador Amorim Lima CNPJ 52.023.322/0001-50
Convênio	619044	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	50/2007	Execução do Projeto do Pontão de Cultura "Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará"	17.01.08	452.660,00	0,00	52.660,00	Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena - IEPE CNPJ 05.398.088/0001-65
Convênio	615169	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	63/2007	Bem-te-vi - Oficinas artístico-culturais, audiovisuais, de cidadania e geração de renda em torno da memória do Jongô do Tamandaré	18.01.08	100.000,00	0,00	20.000,00	Associação Cultural Cachuera! CNPJ 02.910.189/0001-85
Convênio		Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	06/2007	Dotar a Casa João Turin de equipamentos que possam otimizar o processo de trabalho, exposição do acervo e divulgação	06.02.08	14.520,00	0,00	2.904,00	Secretaria de Estado da Cultura do Paraná CNPJ 77.998.904/0001-82
Convênio		Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	11/2007	Execução do Projeto: Museus, ontem, hoje e amanhã	06.02.08	89.858,14	0,00	29.450,00	Fundação Cultural e Artística de Cambé - FUNCAC CNPJ 07.709.042/0001-45
Convênio		Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	19/2007	"Implantação do Setor de Ação Cultural e Educativa do Museu Histórico de Londrina Padre Weiss da Universidade Estadual de Londrina"	14.08.07 e 17.01.08	120.850,00	0,00	24.400,00	Universidade Estadual de Londrina CNPJ 78.640.489/0001-53

Convênio	610865	Engenho das Artes / Fomento a projetos em arte e cultura	41/2007	Execução do Projeto denominado de "Ciganos: De Realidade e Anseios"	10.01.08	95.880,00	0,00	19.200,00	Associação de Preservação da Cultura Cigana - APRECI CNPJ 00.977.370/0001-83
Convênio	594243	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	12/2007	Aquisição de sistema de climatização para as salas de exposição e sala administrativa do Ecomuseu - Casa do Leite	27.08.07	24.480,00	17.541,96	6.938,04	Município de Cachoeirinha CNPJ 87.990.800/0001-85
Convênio	593200	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	16/2007	Aquisição e mobiliários destinados à promoção de Projetos Educativos	27.08.07 e 21.01.08	15.632,70	15.090,00	542,70	Município de Jacutinga CNPJ 87.613.394/0001-31
Convênio		Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	31/2007	Execução do Projeto de Modernização do Museu Antropológico de São Luiz Gonzaga		17.568,00	0,00	2.928,00	Município de São Luiz Gonzaga CNPJ 87.613.022/0001-05
Convênio		Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	32/2007	Execução do Projeto de Modernização do Museu Senador Pinheiro Machado		10.360,00	0,00	2.072,00	Município de São Luiz Gonzaga CNPJ 87.613.022/0001-05
Convênio	610872	Brasil Patrimônio Cultural / Fomentos à projetos na área do Patrimônio Cultural	47/2007	Execução do Projeto "Kanhgág Venh Kógan Mré Venh Grén - pintura e dança Kaingang"	15.01.08	84.659,00	0,00	17.210,00	Fundação Regional Integrada - FURI CNPJ 96.216.841/0001-00
Convênio		Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	57/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura Biblioteca de Estudos Missioneiros	23.01.08	132.052,40	0,00	6.650,00	Município de São Nicolau CNPJ 87.612.966/0001-68
Convênio		Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	61/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Contadores de Estórias"	23.01.08	186.480,00	0,00	8.880,00	Município de São Miguel das Missões CNPJ 89.971.758/0001-80

Convênio		Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	73/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura " São João Batista - A História da Criação da Redução"	23.01.08	184.999,90	0,00	36.999,98	Município de Entre-Ijuís CNPJ 89.971.782/0001-10
Convênio		Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	74/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Saberes Locais do Artesanato e Vozes da Imigração"	23.01.08	134.760,00	0,00	26.952,00	Município de Antônio Prado CNPJ 87.842.233/0001-10
Portaria		Engenho das Artes / Fomento a projetos em arte e cultura	338/2007	Execução do Projeto: "Salvaguarda do patrimônio"	05.12.07	75.590,00	60.472,00	15.118,00	Universidade Federal do Rio Grande do Sul CNPJ 92.969.856/0001-98
Convênio	596031	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	27/2007	"Modernização do Complexo Museológico da Fundação Cultural de Blumenau"	30.10.07	68.600,00	54.880,00	13.720,00	Fundação Cultural de Blumenau CNPJ 83.799.551/0001-94
Convênio	594598	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	33/2007	Aquisição de material permanente e equipamentos visando a execução do Projeto: "Adequação do Espaço Destinado à Reserva Técnica "	26.10.07	88.410,75	43.086,30	45.324,45	Município de Içara CNPJ 82.916.800/0001-11
Convênio	611203	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	44/2007	Modernização e Qualificação da Ações Educativas do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	15.01.08	79.407,23	0,00	16.700,00	Fundação Cultural de Joinville CNPJ 83.796.227/0001-12
Convênio	610891	Brasil Patrimônio Cultural / Salvaguarda de Bens culturais de natureza imaterial - Identificação e inventário para o referenciamento de bens do patrimônio cultural de natureza Imaterial	46/2007	Projeto denominado de Inventário do Patrimônio Imaterial do Caminho da Tropas: saberes e fazeres construídos na vida e a lida do povo da Coxilha Rica	15.01.08	115.500,00	0,00	35.500,00	Associação Vianeí de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde - AVICITECS CNPJ 78.492.261/0001-63

Convênio	620246	Engenho das Artes / Fomento a projetos em arte e cultura	37/2007	Revitalização do Museu de Arte de Brasília	15.01.08	300.000,00	0,00	30.000,00	Secretaria de Estado de Cultura - do Distrito Federal CNPJ 03.658.028/0001-09
Convênio	610860	Engenho das Artes / Fomento a projetos em arte e cultura	38/2007	Produção de um banco de imagens de bens culturais de natureza imaterial da Comunidade da Ilha de São José	14.01.08	102.998,00	0,00	23.000,00	Associação Carolina Via Verde CNPJ 04.518.901/0001-20
Convênio	610866	Brasil Patrimônio Cultural / Identificação e inventário para o referenciamento de bens do patrimônio cultural de natureza Imaterial	40/2007	Inventário dos Bens Culturais da Comunidade Assentamento São Francisco oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas - Fase Documentação	02.01.08	50.000,00	0,00	10.000,00	Fundação Pró-Natureza - FUNATURA CNPJ 02.618.445/0001-65
Convênio	611150	Engenho das Artes / Fomento a projetos em arte e cultura Brasil Patrimônio Cultural / Identificação e inventário para o referenciamento de bens do patrimônio cultural de natureza Imaterial - Registro de bens culturais de natureza imaterial	45/2007	Projeto denominado Caminhos de Pirenópolis/A Trilha das Guerreiras	15.01.08	101.950,00	0,00	22.250,00	Guaimbê Espaço e Movimento Criativo CNPJ 04.874.425/0001-80
Convênio	619079	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	59/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Janela para o cinema"	23.01.08	81.273,60	0,00	16.210,00	Casa de Cora Coralina CNPJ 00.028.621/001-83
Convênio	620038	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	71/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Memorial dos Imortais"	23.01.08 e 20.01.08	42.853,23	0,00	2.142,67	Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás CNPJ 00.410.155/0001-04
Portaria		Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	215/2007	"Informatização e Ambientação Sonora da Exposição Lavras e Louvores"	04.07.07	83.416,00	63.400,00	20.016,00	Universidade Federal de Goiás - Museu Antropológico CNPJ 01.567.601/0001-43

Convênio	594336	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	04/2007	Aquisição de equipamentos para a execução do Plano de Instalação e Modernização do Museu da Imagem do Som - MIS	27.08.07 e 02.01.08	59.900,00	50.900,00	9.000,00	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul - FCMS CNPJ 15.579.196/0001-98
Convênio	593264	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	14/2007	Execução do Projeto: Implantação da Climatização no Museu das Culturas Dom Bosco	04.09.07	98.090,00	74.090,00	24.000,00	Missão Salesiana de Mato Grosso - Salesianos CNPJ 03.226.149/0001-81
Convênio		Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	72/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura "Grupo Camalote"	23.01.08	243.504,00	0,00	48.700,80	Fundação Cândido Rondon CNPJ 04.202.329/0001-96
Convênio	592937	Museu Memória e Cidadania / Modernização de Museus	13/2007	Execução do Projeto: Modernização do Museu da Imagem e do Som de Cuiabá - MisC	14.08.07	90.409,80	65.409,80	25.000,00	Associação dos Profissionais do Cinema e de outras Tecnologias do AudioVisual do Estado de Mato Grosso - AMAV/ABD CNPJ 05.821.189/0001-05
Convênio	610987	Brasil Patrimônio Cultural / Registro de bens culturais de natureza imaterial	43/2007	"Inventário e elaboração do dossiê de Registro do Ritual Yaokwa do Povo Enawene Nawe em Mato Grosso"	15.01.08	75.000,00	0,00	15.000,00	Operação Amazônia Nativa - OPAN CNPJ 93.017.325/0001-68
Convênio	619086	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	62/2007	Execução do Projeto de Ponto de Cultura na Casa Barão de Melgaço	23.01.08	175.144,00	0,00	16.720,00	Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso CNPJ 33.005.448/0001-57
Convênio	619087	Cultura, Educação e Cidadania / Instalação e modernização de espaços	67/2007	Execução do Projeto Ponto de Cultura "Usina: Porto das Artes"	23.01.08	88.800,00	0,00	8.800,00	Instituto Usina CNPJ 07.215.527/0001-82
TOTAL						10.814.863,90	1.899.792,25	1.929.049,92	

ANEXO F – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO (conforme item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007) (Incluída pela portaria CGU n°328/2008)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	39	
Desligamento	34	
Aposentadoria	24	24
Pensão	22	22

ANEXO G – RESULTADOS EM OUTRAS UNIDADES JURIDICIONADAS EXECUTORAS DOS PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DO IPHAN

AÇÕES DO ÓRGÃO 28 000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

PROGRAMA 0167 – Brasil Patrimônio Cultural
Gerente: Luiz Fernando de Almeida (Presidente)
UJ: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 28234 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Ação 9775 - Patrocínio de Projetos de Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural

Valores desembolsados pelo Sistema BNDES, no exercício de 2007:
R\$ 13.239.900,00

Fonte: Nota Informativa AP/DEORÇ nº 03/2008, de 6 de março de 2008, do BNDES
(Por Fax de 07/03/2008, para DGE/MinC)

AÇÕES DO ÓRGÃO 52.000 - MINISTÉRIO DA DEFESA

PROGRAMA 0167 – Brasil Patrimônio Cultural
Gerente: Luiz Fernando de Almeida (Presidente)
UJ: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 52121 Comando do Exército

Ação 2630 Preservação de Acervos Culturais

Ação 2521 Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural

- O patrimônio cultural do Exército Brasileiro é constituído de bens históricos mantidos em acervos culturais específicos que se encontram sob a guarda e responsabilidade de Organizações Militares / Unidades Gestoras da Força Terrestre Brasileira, patrimônio público este pertencente e integrante do Sistema Cultural Nacional.

- As metas propostas nos programas e ações voltados à “Preservação de Acervos Culturais” e de “Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural”, pelo Comando do Exército, foram plenamente atingidas, com o desenvolvimento de projetos que contribuíram para a preservação desse patrimônio.

- A escolha das ações obedeceu aos objetivos predefinidos, planejados e previstos na Política Cultural do Exército, determinada por intermédio da Portaria Nr 614 , de 29 de Out 2002, do Gab do Cmt do Exército.

Fonte : email da 6ª SCH-EME

Brasilia-DF
3415-6518

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 52131 Comando da Marinha - Serviço de Documentação da Marinha

Ação 2521 - Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural

Os recursos foram direcionados para a Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural no âmbito da Força, com destinação para a manutenção do patrimônio que tem grande potencial turístico e é de vital importância na divulgação da cultura naval e do mar para o Brasil. Ressalte-se que os recursos consignados restringem o desenvolvimento das atividades, demandando criteriosa priorização na sua utilização, de forma a assegurar a adequada preservação da memória patrimônio histórico e cultural militar.

Principais Realizações em 2007:

Manutenção do Navio-Museu Bauru, Submarino Museu Riachuelo, Rebocador Laurindo Pitta e Escuna Nogueira da Gama. Destacam-se dentre as ações: a manutenção do quadro elétrico, dos geradores e dos motores de propulsão do Rebocador Laurindo Pitta e a limpeza, conservação e pintura do costado da Escuna Nogueira da Gama.

José Marques da Silva Filho
marques@sdm.mar.mil.br
(21) 2104 6993

Ação 2630 - Preservação de Acervos Culturais

Os recursos são aplicados na Marinha com a finalidade precípua de preservar os bens móveis e integrados do Patrimônio Cultural, por meio de ações de conservação preventiva, restauração e promoção, visando sua integridade, permanência e divulgação.

Principais Realizações em 2007:

-Projetos relativos a preservação do patrimônio histórico e cultural, abrangendo os prédios tombados, seu material (acervo museológico, arquivístico e bibliográfico) e a divulgação da história naval, dentre outras atividades de conservação, higienização, acondicionamento e catalogação.

-Destaca-se como importante acervo : o Museu Naval (exposições desde o descobrimento do Brasil às grandes atividades da Marinha na atualidade); Espaço Cultural da Marinha; Ilha Fiscal; e Biblioteca da Marinha que juntos atenderam a um público superior a 140 mil visitantes/ano.

José Marques da Silva Filho
marques@sdm.mar.mil.br
(21) 2104 6993

Fonte: RELATÓRIO por e-mail de 7 de março de 2008 (para DGE/MinC), do Coordenador da ação : Capitão-de-Fragata José Marques da Silva Filho.

AÇÕES DO ÓRGÃO 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROGRAMA 0167 – Brasil Patrimônio Cultural
Gerente: Luiz Fernando de Almeida (Presidente)
UJ: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 25 234 - Banco do Brasil S.A.

AÇÃO 9724 - Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (BB)

Os Centros Culturais Banco do Brasil – CCBB representam a grande contribuição da Instituição para a ação Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

A atuação marketing cultural promovida pelo BB está em sintonia com as propostas sociais do Governo Federal de levar arte a todas as regiões do país através do Centro Cultural Banco do Brasil e suas itinerâncias, oferecendo à sociedade em geral eventos culturais a preços acessíveis.

- Investimentos em cultura em 2007

Previsão inicial : R\$ 35.000.000,00.

Realizado: R\$ 32.608.637,80 (em decorrência de negociações na contratação dos eventos).

- Principais realizações:

Foram previstos 442 eventos e realizados 1633, com otimização dos recursos, face ao alinhamento promovido pela estratégia de atuação adotada pelo BB, como a substituição do Circuito Cultural Banco do Brasil pelo Centro Cultural Banco do Brasil Itinerante (projeto que leva a cultura às praças onde não estão instalados CCBB).

-destacam-se eventos nas áreas de artes plásticas, cênicas, cinema, vídeo , música, idéias e programas educativos, com destaque para as exposições: Lusa, Os Trópicos, China contemporânea, Yoko Ono, Fernando Sabino, Antonio Manuel (Investimentos de R\$ 26.813.830,00);

-quanto ao Centro Cultural Banco do Brasil Itinerante: realizou-se 7 etapas de 12 dias de duração em Goiânia, Fortaleza, Porto Alegre , Recife, Belém, Belo Horizonte e Curitiba ; e 2 etapas de 7 dias de duração em Ribeirão Preto e Araraquara (totalizando 257 eventos com investimentos de R\$ 5.794.806,00).

Fonte: Relatório da Diretoria de Marketing e Comunicação –2008/0873, do Banco do Brasil, de 12 de março de 2008.

AÇÕES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES –FUNARTE

PROGRAMA 0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

Gerente: Luiz Fernando de Almeida (Presidente)

UJ: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN

Ação 2630 Preservação de Acervos Culturais

Produto: Bem Preservado

Previsto : 16.076

Realizado: 15.820

Os recursos foram direcionados, principalmente, para aquisição de livros e assinaturas de periódicos estrangeiros, para compor o acervo do Centro de Documentação e Informação- CEDOC, da FUNARTE.

Em 2007 foram preservadas 15.820 peças do acervo, por meio de procedimentos de higienização, conservação, acondicionamento e restauração, doação e compra.

Fonte: RELATÓRIO encaminhado pelo OF nº 46/GAB de 07 de março de 2008, da FUNARTE, à DGE/MinC.

AÇÕES DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL- FBN

PROGRAMA 0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

Gerente: Luiz Fernando de Almeida (Presidente)

UJ: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN

Ação 2630 Preservação de Acervos Culturais

Produto: Bem Preservado((Unidade)

Previsto: 191.835

Realizado: 318.374

Comentários:

Apesar da readequação do orçamento, a meta inicial foi superada visto que a FBN trabalhou em parceria com a CONARQ/UERJ, CNPq, Petrobrás e Caixa Econômica Federal.

As parcerias supracitadas possibilitaram o desenvolvimento de projetos, como Projeto Resgate, Projeto Inventário do Acervo Memória, dentre outros.

Convém esclarecer que as principais despesas dizem respeito à aquisição de material específico para as áreas de conservação, restauração e microfilmagem, especialmente, bem como a serviços gráficos e de manutenção de equipamentos.

Ação 4110 Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural

Produto: Evento Realizado(Unidade)

Previsto: 4

Realizado: 7

Comentários:

Mesmo com a readequação do orçamento, foi possível superar a meta programada inicialmente pelo fato de a FBN ter participado de vários eventos somente com um representante de seu corpo técnico na qualidade de palestrante, conferencista etc.

A FBN possui um corpo técnico altamente especializado, que a representa, principalmente, nas assembléias das principais entidades internacionais ligadas às políticas do livro e da leitura, como a Associação dos Estados Ibero-americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países da Iberoamérica, e que, ademais, ministra cursos e profere conferências em seminários, simpósios e congressos, nacionais e internacionais. Os gastos referem-se, principalmente, a despesas de transporte e estadia dos técnicos.

Ação .2272 Gestão e Administração do Programa (GAP)

Esta ação não tem produto.

Comentários:

A GAP contribuiu para a consecução dos objetivos das ações finalísticas cobrindo despesas como:

- Deslocamentos de pessoal para reuniões relacionadas com as ações do Programa;
- Suprimento de Fundos;
- Aquisição de material de consumo;
- Aquisição de material para conserto de equipamentos para a Divisão de Música;
- Contratação de empresa para manutenção e correção preventiva dos equipamentos da Divisão de Música.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Jair; AMORIM, Mônica; RABELO, Dayane; MOREIRA, Vilma; REBOUÇAS, Miriam; ROCHA, Glauter; SCIPIÃO, Tatiana. "Identificação de arranjos produtivos locais no Ceará". IN: LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, Maria L. "Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará:UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. "Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise". Frederico A. Barbosa da Silva, autor. Brasília: Ministério da Cultura, 2007a. 220 p. – (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 2)

BRASIL. Ministério da Cultura. "Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento". Frederico A. Barbosa da Silva, autor – Brasília: Ministério da Cultura, 2007[b]. 308 p. – (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 3).

BRASIL. Ministério da Cultura. "Pronunciamento do secretário executivo Juca Ferreira durante o lançamento do Programa Mais Cultura / Apresentação do Programa Mais Cultura", Brasília: Ministério da Cultura, 4 de outubro, 2007c. IN: <http://www.cultura.gov.br/site/?p=8237>.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. "Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais [Munic]", 2006. http://www.cultura.gov.br/politicas/dados_da_cultura/economia_da_cultura/index.php?p=30658&more=1&c=1&pb=1

Iphan. Departamento de Planejamento e Administração. "Patrimônio Cultural: análise orçamentária". Luís Alberto de Carvalho Caldas e Maria Emília Nascimento dos Santos [coord.] – Brasília: Iphan, 2007.

MATUS, Carlos. "Política, planejamento e governo". Brasília: IPEA, 1996.

MINTZBERG, Henry. "Criando Organizações Eficazes: estruturas em cinco configurações". São Paulo: Atlas, 2003.

OST, Christian; VAN DROOGENBROECK, Nathalie. REPORT ON ECONOMICS OF CONSERVATION: An appraisal of Theories, principles and methods. Brussels: ICOMOS-INTERNATIONAL ECONOMICS COMMITTEE: Centre for economic research SIEGE: ICHEC Brussels Business School, 1998. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/publications/economics98.htm>

SANTOS, Cecília R. "Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural". Revista São Paulo em Perspectiva, vol.15, no.2, São Paulo, Apr./June, 2001.